UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

**DO NEXO FELIZ AO NOVO BRASIL:
PORTUGAL E A RECONFIGURAÇÃO DO IMPÉRIO
(C.1808 - C.1850)**

Versão Corrigida

DOUTORADO

NATALIA TAMMONE

São Paulo
2019

NATALIA TAMMONE

**DO NEXO FELIZ AO NOVO BRASIL:
PORTUGAL E A RECONFIGURAÇÃO DO IMPÉRIO
(C.1808 - C.1850)**

Versão Corrigida

Tese de doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
História Econômica para obtenção do
título de Doutor em História

Orientadora: Profa. Dra. Vera Lucia Amaral Ferlini

São Paulo
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

T153 Tammone, Natalia

DO NEXO FELIZ AO NOVO BRASIL: PORTUGAL E A RECONFIGURAÇÃO DO IMPÉRIO (C.1808 - C.1850) /

Natalia Tammone ; orientadora Vera Lucia Amaral Ferlini. - São Paulo, 2019.

303 f.

1. Africa. 2. Portugal. 3. Colonizacao. I. Ferlini, Vera Lucia Amaral, orient. II. Título.

fflch

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Natalia Tammone

Data da defesa: 05/09/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): Vera Lúcia Amaral Ferlini

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 27/11/2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

AGRADECIMENTOS

Escrever uma tese de doutorado não é uma tarefa fácil. Para mim, teria sido impossível sem a ajuda e companheirismo de muitas pessoas. Ao longo dos quase quinze anos de Universidade de São Paulo tive o privilégio, não só de estudar em uma grande instituição, mas de contar com amigos e professores que me acompanharam nessa jornada.

À Prof^a Vera Ferlini, que me acolheu nos primeiros meses da graduação e desde então tem estado presente, guiado meus caminhos e me orientado na vida acadêmica e fora dela. Ao longo de todos esses anos, a professora Vera sempre foi o porto seguro a quem recorri em todos os momentos. Espero contar com o privilégio de sua amizade e companheirismo sempre. Muito obrigada, professora. Estendo o agradecimento ao João Flávio Ferlini, que me recebeu no convívio de sua família.

Ao Prof. José Jobson de Andrade Arruda agradeço por todo o apoio, desde a escolha do tema de iniciação científica, na definição dos caminhos do mestrado e por estar presente em minha qualificação de doutorado, juntamente com o Prof. Dr. Alexandre Saes.

Agradeço à querida Manuela Balestra pelos abraços apertados e os conselhos certos, que sempre me guiaram a bom porto depois das tempestades. Sua amizade e carinho são dos presentes que levo com mais ternura da Universidade. Ao Luís Otávio, amigo de todas as horas, agradeço pelo companheirismo, pelo cuidado, pela disponibilidade, por ter me acompanhado nas viagens e nas aventuras ultramarinas, por ficar do meu lado quando estive doente. Ao Rodrigo Ricupero sou grata pela generosidade com que sempre me acolheu nos momentos difíceis, me ensinando os caminhos da vida acadêmica e me incentivando a continuar, mesmo quando achava que não tinha forças. Ao Eduardo Januário, agradeço pelo

carinho, pela cumplicidade e por estar sempre disposto a discutir as pesquisas, a USP, os nossos caminhos e nossas diferenças. Ao Artur Modolo, agradeço por todo o companheirismo ao longo dos últimos anos, por me ensinar tanto e por me ajudar a ter coragem e perseverança.

Sem os amigos, nada seria possível. Agradeço aos queridos Thiago Alves Dias, Eduardo Peruzzo, Bruno Vilagra, Danuza Valim, Leonardo Saad, Marco Micheli, Eduardo Ramos e Vivian Krauss pelo companheirismo, por nossos jantares e almoços, pelas risadas, pelos conselhos e estímulos nesses últimos anos. Em especial, agradeço ao Marcelo Candido da Silva e Ana Paula Torres Megiani, pela amizade e carinho em nosso convívio cotidiano.

Na Cátedra Jaime Cortesão passei grande parte dos últimos anos. Além de centro de pesquisa de excelência na área de História Ibérica, a cátedra é minha segunda casa, local em que sempre fui bem recebida. Agradeço à Patrícia Machado, Tathianni Cristini da Silva, Pedro Puntoni, Fernando Novais, Francisco Carlos Palomanes Martinho, Iris Kantor, Avanete Pereira da Sousa, Joana Monteleone, Lélío Luiz de Oliveira, Lucas Jannoni Soares, Pablo Oller Mont Serrath, Paulo Cesar Gonçalves, Rosângela Ferreira Leite, Maximiliano Mac Menz, Eni de Mesquita Samara (*in memoriam*) e Beatriz Pacheco Jordão que estiveram sempre presentes ao longo dos anos e contribuíram de diversas maneiras para a elaboração deste trabalho. Aos amigos do grupo de pesquisa *Economia e Política dos Impérios Ibéricos*, agradeço pelas discussões e leituras, que muito contribuíram para a forma final do trabalho que agora se apresenta.

Em Portugal, agradeço ao Prof. Dr. Nuno Gonçalo Monteiro, que orientou o trabalho durante minha estadia em Lisboa, contribuindo muito com a forma final do trabalho, sempre me instigando a navegar entre as correntes de pensamento historiográfico. Ao Prof. Dr. João Carlos Garcia, agradeço pelo carinho com que sempre me recebeu e, sobretudo, por nossas “excursões geográficas”. Ao Prof.

Joaquim Romero de Magalhães (*in memoriam*) agradeço pela acolhida paternal ao longo de todos os anos de universidade. Além de um grande acadêmico, o Prof. Romero sempre foi um amigo atencioso, que me apresentou aos sebos, aos arquivistas e aos restaurantes lisboetas. Agradeço ainda aos Profs. José Luis Cardoso, Miguel Faria, José Amado Mendes, Diogo Ramada Curto, Ângela Domingues e Madalena Mira pelo diálogo e acolhida. Agradeço aos funcionários do Arquivo Histórico Ultramarino, da Biblioteca Nacional e da Torre do Tombo, nas pessoas do Sr. Sintra, do Sr. Jorge e da Sra. Beatriz Peralta, pela disponibilidade e recepção generosa durante minha pesquisa.

Faltam-me palavras para agradecer a minha família. Meus pais, João Tammone Neto e Maria Jocely O. Tammone são meus alicerces, sem os quais não teria força e estrutura nem para começar essa jornada. Aos meus irmãos - biológicos e do coração - Camila Tammone, Giovanni Tammone, Larissa Uemura e Marcos Vinícius Corsini Pereira, agradeço por toda a força que sempre me deram em todos os projetos, pelo companheirismo e pela certeza inabalável de que estou amparada e que estamos juntos, não importa os caminhos que a vida nos traga. Ao Gilmar Schardosim, que chegou em um momento tão difícil, agradeço pela força, pelo afeto e pela paciência de conviver com uma doutoranda a beira de um ataque de nervos. Agradeço a essa família linda pelo amor incondicional, pela companhia e pela certeza de poder contar com vocês, hoje e sempre.

À FAPESP, agradeço a bolsa concedida, tanto no país, como no BEPE, sem as quais seria inviável a realização da pesquisa que ora se apresenta (2013/25044-0).

Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal
Ainda vai tornar-se um Império Colonial
Francisco Buarque de Hollanda

RESUMO

Os anos finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX constituem período de grandes transformações políticas e econômicas para Portugal. O sistema colonial então vigente passou por transformações em sua estrutura, adaptando-se à crescente necessidade de matérias primas e mercados consumidores da Europa, configurando uma relação de complementariedade com a metrópole, definida pelos cronistas da época como “nexo feliz”. As invasões napoleônicas e a abertura dos portos brasileiros modificaram drasticamente esse panorama: com a sede do Império no Rio de Janeiro, as relações entre suas partes deveriam obedecer a essa nova lógica de complementariedade econômica centrada na América. O retorno da corte para Portugal, a Revolução do Porto e a independência do Brasil alteraram novamente esse panorama. A perda do Brasil deixou Portugal sem o centro de suas relações econômicas. Buscou-se, então, ressignificar as possessões africanas, para fazer delas um “novo Brasil” que ocupasse a posição de mercado consumidor e fornecedor de matérias primas da antiga colônia. Este trabalho objetiva mostrar a passagem da ideia de “nexo feliz” à ideia de “novo Brasil” em três níveis: nas ideias econômicas veiculadas pela intelectualidade lusa à época, nos debates políticos encetados nas câmaras do parlamento português e nas correspondências com os governadores coloniais. Ressalta-se a discrepância existente entre os discursos e ideias sobre a colonização e as políticas e resultados práticos obtidos, usando como exemplo a província de Angola, maior colônia portuguesa no período.

ABSTRACT

The final years of the eighteenth century and the first half of the nineteenth century constitute a period of great political and economic transformation for Portugal. The Colonial System then in effect underwent transformations in its structure, adapting to the growing need of raw materials and consumer markets of Europe, forming a relation of complementarity with the metropolis, defined by chroniclers of the time as "happy nexus". The Napoleonic invasions and the opening of Brazilian ports drastically modified this panorama: with the headquarters of the Empire in Rio de Janeiro, the relations between its parts should obey this new logic of economic complementarity centered in America. The return of the court to Portugal, the Oporto Revolution and the independence of Brazil changed again this panorama. The loss of Brazil left Portugal without the center of its economic relations. It was therefore sought to resignify African possessions, to make them a "new Brazil" that would occupy the position of consumer market and supplier of raw materials of the former colony. This work aims to show the passage from the idea of "happy nexus" to the idea of "new Brazil" in three levels: in the economic ideas conveyed by the Portuguese intelligentsia at the time, in the political debates begun in the chambers of the Portuguese parliament and in the correspondence with the colonial governors. It is important to note the discrepancy between the discourses and ideas about colonization and the policies and practical results obtained, using as example the province of Angola, the largest Portuguese colony in the period.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1- O SÉCULO XIX: LIBERALISMO E COLONIALISMO EM PORTUGAL.....	19
1.1- A Vitória do Liberalismo na Europa	20
1.2- A crise do Antigo Regime em Portugal	32
1.3- Tradição e modernidade: o liberalismo português na primeira metade do século XIX.	50
CAPÍTULO 2- PROJETOS POLÍTICOS E VICISSITUDES ECONÔMICAS....	62
2.1- Colonização e ideias econômicas	63
2.2- A Monarquia Constitucional em Portugal	90
2.3- A Economia Política e a questão colonial nos Debates Parlamentares.....	101
CAPÍTULO 3- CONDIÇÕES EFETIVAS E PRÁTICAS COLONIAIS: A ATUAÇÃO DOS GOVERNOS GERAIS EM ANGOLA	148
3.1 - O colonialismo português no século XIX: notas sobre o debate historiográfico	149
3.2 - A Evolução do Império Colonial no século XIX	169
3.3 - Governadores gerais e a aplicação dos projetos de colonização: a província de Angola	200
CONSIDERAÇÕES FINAIS	243
ANEXOS	248
FONTES E BIBLIOGRAFIA	280

INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século XVIII, com o declínio da produção aurífera, configurou-se um novo momento econômico nas relações entre Brasil e Portugal. Aproveitando-se da ampliação do mercado interno e das dinâmicas de circulação de mercadorias no interior da colônia, Pombal implementou uma política de estímulo à produção agrícola e de diversificação de gêneros exportáveis, ao mesmo tempo em que foram criadas companhias de comércio, visando garantir a rentabilidade da elite dos mercadores metropolitanos, bem como o escoamento da produção colonial. Mais do que reação à crise da mineração, as políticas pombalinas e dos governos posteriores marcaram uma nova dinâmica nas relações entre metrópole e colônia, definida por José Jobson de Andrade Arruda como um novo padrão de colonização¹.

Esse novo enlace construído no período foi percebido por contemporâneos como o Bispo Azeredo Coutinho que, em 1794, descreveu a relação colonial como um estado de união entre a metrópole e suas colônias, assim como um enlace entre uma mãe e suas filhas; essa união seria mais fortalecida quanto mais a mãe devesse às suas filhas e fosse credora de outros Estados². Por sua vez, em 1797, D. Rodrigo de Sousa Coutinho referiu-se ao “nexo feliz” que unia economicamente as várias partes do Império Português, fazendo-as interdependentes e prósperas³.

¹ O termo foi cunhado pelo historiador Jobson Arruda, em artigo explicativo sobre a crise do Antigo Sistema Colonial. Cf. ARRUDA, José Jobson de Andrade. “Decadência ou crise do Império Luso-Brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII”. *Revista da USP*, São Paulo, n. 50, p. 66-79, 2000.

² COUTINHO, J. J. Azeredo. “Ensaio Econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias”, In: *Obras econômicas de J. J. da Cunha Azeredo Coutinho (1794-1804)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

³ COUTINHO, D. Rodrigo de Souza. “Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América (1797 ou 1798)”, In: SILVA, Andrée Mansuy Diniz

Nesse novo padrão, a colônia brasileira desempenhava o papel de fornecedora de matérias-primas e produtos agrícolas para Portugal e constituía mercado consumidor para as produções do reino, sobretudo manufaturas. Por sua vez, a metrópole era compradora e reexportadora dos produtos coloniais e, ao mesmo tempo, produtora, compradora e reexportadora das mercadorias e manufaturas europeias para suas colônias. Assim, a relação colonial desvinculava-se da forma mercantilista assumida nos séculos XVI e XVII em que a colônia exportava gêneros exóticos e tropicais para a metrópole, que os reexportava para o restante da Europa e, simultaneamente, fornecia a colônia itens de subsistência, manufaturados e de luxo. Inverteu-se ainda a Balança Comercial do Reino: de um padrão em que a metrópole era credora das colônias para um momento em que a metrópole devia aos seus domínios, mas era superavitária em relação às demais nações⁴.

A alteração da conjuntura europeia, principalmente com a ação expansionista de Napoleão, e a impossibilidade de manutenção da política de neutralidade portuguesa face aos conflitos europeus modificaram esse panorama. A transferência da família real e da corte portuguesa para a colônia deslocou o centro político e econômico do Império para a América. Do ponto de vista europeu e americano, esse deslocamento teve desenvolvimentos distintos que levaram à definição das posições adotadas por Portugal e Brasil ao longo do século XIX.

Para Portugal, a saída da família real, com subsequente abertura dos portos brasileiros em 1808, significou o fim do monopólio tanto político como econômico do Império. O centro das decisões administrativas, os cargos públicos e a burocracia do Estado

(org.). *D. Rodrigo de Souza Coutinho. Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*, Lisboa: Banco de Portugal, 1993, t. II.

⁴ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Ática, 1980; NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1830)*, 7ed., São Paulo: Hucitec, 1979.

passaram ao Rio de Janeiro, ficando Lisboa governada por uma Regência subordinada, em última instância, ao Brasil. No campo econômico, além de o país passar por uma guerra em seu território, o que afetava duramente a produção e o mercado consumidor, acentuando os *deficits* do já insuficiente abastecimento de cereais do país, somou-se a perda do controle do comércio com o Brasil que, em virtude da dificuldade de comunicações com a Europa continental e da abertura dos portos, voltou-se ao comércio inglês⁵.

Para as colônias, essa mudança teve outros desdobramentos. O Brasil viveu um período de grande euforia econômica e cultural. Com a corte no Rio de Janeiro passava a ser o centro da monarquia lusa, palco e foco principal da legislação e dos planos da coroa. Para as colônias africanas, essa mudança significava um novo centro dinâmico de sua economia, sobretudo no caso de Angola, que se dedicava diretamente ao tráfico com o Brasil. Buscava-se, agora, uma nova relação de complementariedade econômica entre América e África.

Com o final do conflito europeu, em 1814, a relação metrópole-colônia passou por rearranjos. A participação portuguesa no Congresso de Viena, norteadada pelo princípio da legitimidade, foi condicionada à presença da monarquia no Reino, o que fez com que o Brasil fosse elevado à condição de Reino Unido, o que, efetivamente, encerrou a situação colonial. Essa nova conjuntura suscitou uma série de debates políticos em Portugal e no Brasil sobre o destino do Império: a crise econômica por que passava o Reino, a alteração das rotas comerciais e o estatuto das partes portuguesa e americana na organização do Estado.

Esse contexto culminou, em 1820, com a eclosão da Revolução Liberal do Porto, que reivindicou, em primeiro lugar, o retorno da

⁵ Cf. PANTALEÃO, Olga. "A presença inglesa". In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, v.3.,9. Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, pp. 75-114.

sede da monarquia a Portugal e, também, uma constituição elaborada pelas Cortes, à qual o Rei ficaria sujeito⁶. O lugar das colônias na monarquia, sua participação e submissão ao estabelecido pelas cortes foram temas que ocuparam o debate político e a opinião pública da época. A convocação de deputados brasileiros e as atas das reuniões de seus representantes dão conta da importância do tema. Ao mesmo tempo em que se procurava formar uma monarquia constitucional liberal, buscava-se o fortalecimento das relações comerciais luso-brasileiras, abalados pela abertura dos portos. Nesse sentido, os comerciantes portugueses, indagados pelas cortes sobre o destino das relações comerciais, produziram uma memória em que ficava evidente a tentativa de recuperar os mercados perdidos: mesmo que não se retornasse aos parâmetros de exclusivo comercial do momento anterior, acreditavam ser possível manter as rotas comerciais e assim, os ganhos mercantis dos intermediários portugueses e das alfândegas do reino que atuavam como entreposto⁷.

As preocupações e o sentido que adquiriram as reformas políticas propostas em Portugal não foram apreendidos da mesma forma no Brasil, onde as cortes foram muitas vezes vistas como uma tentativa de recolonização⁸. Essas divergências aceleraram o

⁶ Para um panorama do processo político em Portugal ver: VERGUES, Isabel Nobre. "O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820"; In: MATTOSO, José. *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993.

⁷ *Memória dos trabalhos das comissão para o melhoramento do comércio nesta cidade de Lisboa, creada por determinação das Cortes Geraes, Extraordinárias, e constituintes da Nação Portuguesa [...]*, Lisboa: Tipografia Rollandiana, 1822; *Projecto da Comissão do Melhoramento do Commercio acerca das relações comerciais entre Portugal e o Basil*, Rio de Janeiro: Typogafia de Moreira e Garcez, 1822.

⁸ BERBEL, Márcia R. . *A Nação Como Artefato. Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas*. São Paulo: Hucitec / FAPESP, 1999; ROCHA, Antonio Penalves. *A recolonização do Brasil pelas cortes*. São Paulo: UNESP, 2009; ALEXANDRE, Valentin. *Os Sentidos do Império: Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993; ALEXANDRE, Valentin. "O nacionalismo vintista e a questão brasileira: espaço de análise

processo de emancipação no Brasil. Os debates sobre a situação brasileira e sua importância política e econômica para a monarquia se intensificaram e podem ser apreendidos em diferentes níveis: em primeiro lugar, através dos debates suscitados na imprensa, que mostram o posicionamento de diversos setores sociais portugueses, brasileiros e estrangeiros sobre a emancipação brasileira; em segundo lugar, através dos debates suscitados pelo movimento das cortes, que não atingiam consenso sobre a forma de atuação do Estado Português sobre a questão e que sofriam maior ou menor influência dos grupos pacifistas e belicosos de acordo com a conjuntura política portuguesa. Por fim, através dos ofícios internos da administração e das tentativas de aproximação diplomática do governo de D. João VI e de seu filho D. Pedro I, que davam conta das medidas implementadas para a relação entre Portugal e Brasil e que levaram ao reconhecimento da independência em 1826⁹.

A partir da perda efetiva do controle político do Brasil, em 1826 e até meados do século XIX, Portugal buscou maneiras de se readaptar a sua nova realidade política e econômica. A perda de sua principal colônia constituiu-se em duro golpe para a economia portuguesa, que não se recuperou aos patamares anteriores aos de 1808. Dessa forma, o país passou por uma série de conflitos políticos, que se estenderam ao campo militar, buscando estabelecer sua forma de governo e sua política em relação ao mercado externo. As relações com o Brasil mantiveram sua importância para o compute geral da economia portuguesa e foram base para o surgimento de um novo ideário de colonização, a ser implantado nos domínios africanos¹⁰.

política". In: *Velho Brasil, novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.

⁹ ALEXANDRE, Valentim. "A desagregação do Império: Portugal e o reconhecimento do Estado Brasileiro (1824-1826)". In: *Velho Brasil, novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*, op. cit.

¹⁰ ALEXANDRE, Valentim. *O Império Africano - Séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

Apesar de presente nos discursos políticos e nos debates da imprensa, os planos de colonização efetiva dos domínios africanos pouco surtiram efeito até a década de 1850. Para que a colonização pudesse ser implementada, Portugal tinha que superar uma série de barreiras como a falta de capitais e de créditos na metrópole e o predomínio do tráfico de escravos como principal atividade econômica das colônias. Tal atividade era dominada por comerciantes brasileiros e pelas elites locais, o que acrescentava o risco de revoltas independentistas nos territórios africanos. Por fim, destacamos a instabilidade política no reino, que se estendia aos domínios ultramarinos e dificultava a execução de planos de longo alcance para os domínios coloniais.

No capítulo 1 - *O século XIX: liberalismo e colonialismo em Portugal* - discute-se a ascensão do liberalismo enquanto doutrina política e econômica na Europa seu desenvolvimento e papel na crise do Antigo Regime e nas Revoluções e manifestações. Além disso, analisamos a chegada das ideias liberais em Portugal e sua influência no contexto revolucionário de 1820, que culminaram no fim do absolutismo monárquico, a independência do Brasil e na estruturação da administração do reino e do Império Português.

O Capítulo 2 - *Projetos políticos e vicissitudes econômicas* - aborda as mudanças na estrutura política portuguesa sob a monarquia constitucional, suas formas de funcionamento e como a Economia e a Questão Colonial apareceram no debate político desse período. Em um primeiro momento, analisamos o pensamento econômico sobre a questão colonial, ou seja, o que os autores e grandes pensadores econômicos do período projetaram para o Império Português e qual o papel das colônias nos planos de expansão e recuperação econômica de Portugal no século XIX. A seguir, utilizamos as discussões das Câmaras dos Deputados e dos Pares do Reino como fonte privilegiada para entender como o liberalismo português encarou as transformações econômicas pelas

quais passava o país e as discussões empreendidas no sentido de adequar a legislação do reino e dar providências aos problemas enfrentados pelas províncias ultramarinas da Monarquia. Ao mesmo tempo, revela-se qual a ideologia colonial dos ministros e representantes políticos do reino e como buscaram solucionar esses problemas.

Por fim, no Capítulo 3 - *Condições efetivas e práticas coloniais: a atuação dos Governos Gerais em Angola* - abordamos os impactos efetivos dos projetos de colonização da África ao longo do século XIX. Em primeiro lugar, analisamos a questão imperial do século XIX e as formas como a historiografia interpretou as bases do colonialismo nesse momento para então fazer um balanço dos territórios remanescentes do Império português, suas condições gerais e práticas econômicas. Por fim, analisamos o caso específico de Angola, maior colônia, cujas conexões econômicas com a metrópole e com o Brasil eram mais evidentes. Abordamos de que maneira a atuação dos Governadores Gerais procurou promover a colonização desses territórios e a efetividade das medidas intentadas.

CAPÍTULO 1- O SÉCULO XIX: LIBERALISMO E COLONIALISMO EM PORTUGAL

O período que vai das décadas finais do século XVIII até meados do século XIX é um momento de mudanças estruturais na história da Europa e do Ocidente como um todo. O Antigo Regime, estrutura política dominante, entra em crise e é progressivamente desmontado, emergem as monarquias constitucionais e o Estado liberal. O Antigo Sistema Colonial, baseado em trocas mercantis monopolistas e num sistema produtivo baseado no trabalho escravo é contestado e as antigas colônias realizam processos de independência, mais ou menos violentos, que se estendem ao longo de todo o período. Surge a Economia Política, que racionalizou o campo da economia, contestando as práticas adotadas, os pressupostos econômicos dos Estados e a forma dos agentes econômicos se colocarem no mundo. O trabalho escravo e, conseqüentemente, o tráfico de escravos, uma das atividades econômicas mais lucrativas daquele momento, são repensados e fortemente recriminados, com o surgimento de uma opinião pública ferozmente oposta às suas práticas. A África é ressignificada e passa a estar no centro das preocupações geopolíticas e estratégicas das potências europeias. A ciência desenvolve-se, realizam-se expedições para conhecer a geografia, a fauna, a flora, as doenças e os remédios. O racionalismo elabora novas teorias para explicar o mundo, as diferenças entre as raças, a diversidade cultural. O mundo nunca havia sido tão conhecido.

O direito natural e a noção de individualismo são resultado do processo de desmembração do Antigo Regime. O liberalismo coloca o individualismo e as garantias do indivíduo no patamar de direitos naturais, ou seja, direitos inatos de toda a humanidade. Dessa forma as conquistas do movimento de dissolução do Antigo Regime e da

Revolução Francesa deixam de ser uma finalidade e passam a ser o ponto de partida para a construção do novo estado liberal.

1.1 - A Vitória do Liberalismo na Europa

"(...) Historicamente, o Estado liberal nasce de uma contínua e progressiva erosão do poder absoluto do rei e, em períodos históricos de crise mais aguda, de uma ruptura revolucionária; (...) racionalmente, o Estado liberal é justificado como resultado de um acordo entre indivíduos inicialmente livres que convencionam estabelecer os vínculos estritamente necessários a uma convivência pacífica e duradoura. (...) Em substância, a doutrina, especialmente a doutrina dos direitos naturais, inverte o andamento do curso histórico, colocando no início como fundamento, e portanto como *prius*, aquilo que é historicamente o resultado, o *posterus*"¹¹.

O século XIX é frequentemente definido pela historiografia como um século de choques revolucionários, ou era das revoluções¹². Seus limites são delimitados entre a Revolução Francesa (1789) e a Primeira Guerra Mundial (1914), acontecimentos de grandes proporções, cujas consequências envolveram a Europa e grande parte do planeta, acarretando transformações nas esferas política, econômica e social de todo o mundo ocidental.

René Remond definiu quatro tendências, ou vagas, de ideias que circularam pela Europa ao longo do século e que foram os fermentos para a agitação intelectual, política e militar pela qual passou ao longo do século XIX: os movimentos liberais, a onda

¹¹ BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1988, pp. 14-15.

¹² Cf. HOBBSBAWN, Eric. *A Era das Revoluções 1789-1848*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2000; RÉMOND, René. *O século XIX: 1815 - 1914*. São Paulo: Cultrix, 2000.

democrática, as ideias socialistas e a questão das nacionalidades. Esses movimentos se justapõem e coexistem ao longo de todo o século e de seus choques com os poderes estabelecidos surgem a maior parte dos conflitos e revoluções europeias do período¹³. De maneira geral, pode-se dizer que o liberalismo foi a ideia predominante ao longo do século e ponto de diálogo e de ruptura entre essas correntes de pensamento.

A tradição de pensamento liberal europeia remonta às ideias de liberdade das culturas greco-romanas da antiguidade, modificando-as. Se, para os antigos, liberdade significava a distribuição do poder político entre todos os cidadãos, para os modernos, liberdade era a segurança da fruição individual das garantias acordadas pelas intuições para que elas ocorram. A liberdade dos antigos acabava submetendo a vontade do indivíduo a da maioria. Isso, para os modernos, não poderia ser considerado como liberdade¹⁴.

Segundo John Gray, embora a identificação do movimento político liberal só possa ser atribuída às primeiras décadas do século XIX, o liberalismo como corrente de pensamento e tradição intelectual se inicia no século XVII, a partir do pensamento de Spinoza e Hobbes, autores que encaravam a liberdade individual como um valor inato e como condição indispensável para as boas condições de existência da sociedade¹⁵. Para ele, o constitucionalismo inglês, o iluminismo francês e o federalismo estadunidense são as bases para a formação da tradição de pensamento propriamente liberal, cujo expoente é a escola do iluminismo escocês de finais do século XVIII¹⁶. Assim, a Europa do século XIX foi o paradigma

¹³ BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*, op. cit., p.15.

¹⁴ *Idem*, pp. 8-9.

¹⁵ GRAY, John. *O Liberalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988 (1a. ed 1986), pp. 11, 29 e 30.

¹⁶ Cf. principalmente o capítulo 2 de GRAY, John. *O Liberalismo* op. cit.

histórico de uma civilização liberal, em que as ideias liberais foram aceitas como pressuposto para a atividade política¹⁷.

Nessa perspectiva, o movimento liberal seguiu as vagas do individualismo europeu, não podendo ser entendido como um movimento uniforme e sim como uma tradição, derivada da ideia de liberdade. Nesse sentido, o liberalismo assume diversas feições em diferentes contextos nacionais, não podendo ser definido como um único liberalismo, mas sim vários liberalismos. A unidade do movimento liberal viria, portanto, dos eixos comuns da tradição liberal, presentes, em maior ou menor medida, em todos os contextos específicos: o individualismo, o igualitarismo, o universalismo e o melhorismo¹⁸.

No mesmo sentido, Pierre Rosanvallon vai além em sua análise do liberalismo. Para o autor, ver no movimento liberal a afirmação da liberdade é uma concepção muito vaga e fazer divisões entre o liberalismo político e econômico acaba por não ser esclarecedor. Embora o conceito de nação seja largamente utilizado como categoria de análise, ele é pouco explicativo, e deveria ser substituído pela ideia de mercado. Esta seria uma alternativa as ideias tradicionais de autoridade e comando, abrindo a possibilidade de motivações completamente autônomas às formas de autoridade. Realizaria ajustes automaticamente, efetuando fluxos e transferências de poder e de capitais sem que os indivíduos comuns ou mesmo chefes da sociedade tenham que manifestar conscientemente esse desejo de mudança¹⁹.

Dessa forma, analisar o liberalismo através da ideia de mercado é entender o movimento não como uma ideologia, que surge da burguesia capitalista, mas pensar sua ascensão enquanto reivindicação de uma sociedade em formação, que se opõe ao

¹⁷ GRAY, John. *O Liberalismo op. cit.*, pp. 53-55.

¹⁸ *Idem*, pp. 11-12.

¹⁹ ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico. História da ideia de mercado*. Bauru: EDUSC, 2002 (1ª. Ed. 1979), p. 10.

centralismo e as formas de contrato então vigentes. As ideias de mercado, de pluralismo político e de tolerância moral e religiosa, colocam a unidade liberal na recusa em aceitar as soberanias absolutas em detrimento da liberdade individual. A “sedução” para o liberalismo residia justamente na despersonalização das relações políticas e econômicas; na noção de desierarquização das relações, tendendo à sua automatização, através de procedimentos e normas técnicas que não tomariam partido de pessoas ou instituições (leis) e a tendência do desaparecimento da revolução como medida de ação transformadora²⁰. Nesse sentido, Rosanvallon define o liberalismo mais como uma cultura do que como uma doutrina teórica, trata-se de uma “nova representação do vínculo social baseado na utilidade e na igualdade e não mais na existência de uma totalidade preexistente”²¹. A busca de alternativas e do progresso são os motores, que conferem unidade ao movimento.

De uma perspectiva filosófica, o direito natural foi o pressuposto teórico para a formação do Estado liberal. As leis naturais atuaram como universais, não criadas pela vontade humana; elas precederiam a formação das sociedades. É a partir delas que os limites do poder deveriam ser definidos e as noções de direitos e deveres deveriam ser fundadas. Tornavam-se, nesse sentido, uma “concepção geral e hipotética da natureza do homem”²².

Nesse sentido, Bobbio propõe que o elo que une a doutrina dos direitos naturais com a fórmula contratualista de união entre os indivíduos e o Estado é a concepção individualista da sociedade. Nesta visão, é a junção de indivíduos singulares, amparados por seus direitos naturais, que moldam as concepções de direitos e deveres e, por fim, a formação das sociedades. Base esta que, embora amparada no conceito de liberdade – como os antigos, contrasta

²⁰ ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico*, op. cit., pp. 8-14.

²¹ *Idem*, p. 14.

²² BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*, op. cit., pp. 10,11.

fortemente com a ideia de organicismo daqueles, em que a sociedade precedia o indivíduo. Para Bobbio, esta foi a verdadeira revolução da modernidade e a base de formação do Estado liberal e dos jurídicos do poder deste Estado, ou seja, “sem individualismo não há liberalismo”²³.

No campo político, o movimento liberal ganhou força a partir do movimento constitucionalista espanhol, em 1812 e da Restauração proposta pelo Congresso de Viena, após a queda de Napoleão, em 1815. Embora não tenha sido vitorioso em longo prazo, o movimento que deu origem à Constituição de Cádiz teve um caráter de ruptura revolucionária em relação ao absolutismo espanhol. A constituição ultrapassava mesmo os princípios da Revolução Francesa, subordinando a união política à soberania nacional e retirando o poder e a prerrogativa reais de governar absolutamente e por vontade divina. Além disso, atacava os privilégios estamentais da nobreza e da Igreja e estabelecia a divisão de poderes, com o sufrágio indireto como meio da eleição da câmara²⁴.

Por sua vez, o Congresso de Viena e suas propostas de restauração europeia da ação de Napoleão marcaram a vitória do liberalismo como movimento político de manutenção da ordem e ascensão da crescente burguesia mercantil. A reunião tinha como objetivo redesenhar o mapa da Europa e redistribuir os poderes para as dinastias reinantes, restaurando as fronteiras e os poderes, com

²³ BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*, op. cit., p. 16.

²⁴ “O liberalismo espanhol, como no século XVIII, não hesita em referir-se à tradição e respeita a fidelidade religiosa. Mas ataca o poder material eclesiástico, suprime a Inquisição e impulsiona a desamortização dos bens da Igreja. Politicamente, a sua Constituição ultrapassa os princípios franceses: soberania nacional, divisão de poderes, liberdades fundamentais, câmara eleita por dois anos por sufrágio indirecto e que deve votar, obrigatoriamente, o orçamento, rei constitucional investido do direito de veto, organização uniforme dos municípios e das províncias. E, principalmente, no dia 6 de agosto de 1811, as jurisdições de senhorio são abolidas, com todos os privilégios ` exclusivos, privativos e proibitivos””. VILAR, Pierre. *História de Espanha*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992 (1. Ed. 1947), pp. 67-8. Ver também: ARTOLA, Miguel. *La Burguesía Revolucionaria (1808-1869)*. Madri: Alianza Editorial, 1973, pp. 29-37.

feições como as anteriores aos abalos trazidos pela guerra. Essa redefinição seria baseada no princípio de legitimidade e da reconhecida perenidade das casas reinantes na Europa opondo-se ao princípio de soberania popular ou nacional engendrado pela Revolução Francesa, que depositou na nação a prerrogativa escolha/julgamento sobre o poder de governo.

Na prática, a Restauração promoveu uma série de modificações no mapa da Europa. Reduziu-se consideravelmente o número de estados e forças políticas no continente, emergindo, assim, o esboço das grandes potências que se configuram e dominam a vida política ao longo do século XIX²⁵. Do ponto de vista institucional, embora se reestabeleçam as famílias reinantes e os princípios monárquicos, os movimentos constitucionais saíram fortalecidos. Tanto através de promulgação monárquica, quanto de movimentos nacionais, Constituições foram sendo estabelecidas na maior parte dos Estados europeus. Os governos constitucionais, sobretudo na primeira metade do século XIX, podem ser caracterizados, assim, como uma solução de compromisso entre as ideias liberais e os defensores do Antigo Regime (ultras). Nesse sentido, viveram em uma estabilidade precária, equilibrando-se entre descontentamentos dos dois grupos políticos, sujeitos assim à eclosão de dissidências, materializadas em revoltas, pronunciamentos militares e revoluções populares²⁶.

O liberalismo foi o fenômeno de maior importância ao longo do século e que ditou suas tendências, especificidades e conflitos. Pode-se caracterizar a primeira metade do século XIX, como a idade do liberalismo, pois foi ao longo desse período que exerceu hegemonia em toda a Europa Ocidental e, conseqüentemente, influenciou em maior ou menor grau as sociedades em relação com a Europa, ou seja, teve influência global. Não pode ser entendido, portanto, como

²⁵DUROSELLE, Jean Baptiste. *A Europa de 1815 aos nossos dias: vida política e relações internacionais*. São Paulo: Pioneira, 1976, p. 4.

²⁶ RÉMOND, René. *O século XIX, op. cit.*, pp. 23-24.

um fenômeno circunscrito ao campo político ou econômico, mas sim como um fenômeno global, “um sistema completo, que engloba todos os aspectos da vida na sociedade, e que julga ter resposta para todos os problemas colocados pela existência coletiva” ²⁷.

Assim, o liberalismo pode ser interpretado como uma filosofia política baseada na ideia de liberdade. Nesse sentido, é a liberdade individual que deve ser sempre o guia para as tomadas de atitude, sendo o valor primordial da sociedade, do Estado e das ações humanas. Essa ideia contrastava fortemente com o sentido coletivo da vida sob o Antigo Regime, em que as instituições, associações e sentido geral da coletividade eram dados pelo Estado, em função do pertencimento ao Reino, a um estamento social, e à vontade e à política das casas reinantes.

Rémond destaca que essas ideias de liberdade e de autodeterminação dos povos eram extremamente subversivas. Sua aceitação implicava na rejeição da autoridade estabelecida, na forma como se organizava o Estado e colocava a sociedade a mercê de forças revolucionárias, que poderiam destituir mesmo as formas de organização sobreviventes a ela. Dessa forma, toda a ordem social anterior estava em cheque²⁸.

Do ponto de vista das práticas sociais, o liberalismo se configurou como uma expressão da emancipação da burguesia das estruturas do Antigo Regime, que após a onda revolucionária do início do século, encabeça as proposições de reformas políticas e o movimento de formação das Monarquias Constitucionais em toda a Europa. Se, do ponto de vista das ideias, o liberalismo era uma doutrina revolucionária de emancipação e mudança social, na prática, se configura com o alinhamento entre a burguesia e a aristocracia tradicional pela aplicação de novos princípios de governo com a

²⁷ RÉMOND, René. *O século XIX, op. cit.*, p. 27.

²⁸ *Idem*, p. 30.

manutenção da ordem, o controle do processo político e uma frenagem dos movimentos populares e de caráter revolucionários²⁹.

Colocava-se assim como uma teoria do Estado limitado, contrapondo o Estado de direito ao Estado absoluto e a ideia de Estado mínimo ao Estado máximo³⁰. O Estado liberal estava ligado a uma concepção de governo para o povo e não pelo povo³¹. "Um estado liberal não é necessariamente democrático: ao contrário, realiza-se historicamente em sociedades nas quais a participação no governo é bastante restrita, limitada as classes possuidoras"³².

Nesse sentido, o liberalismo assume uma postura de oposição dupla: ao Antigo Regime e às emergentes ideias democráticas e socialistas. Na verdade, seria um erro pensar que houve um período de *laissez-faire* e de uma completa aplicação das ideias liberais. Mesmo assim, como um todo, a Europa poderia ser considerada liberal, pois em toda a sua extensão notavam-se as bases de um sistema individualista, que só foi suplantado pelo nacionalismo após a eclosão da primeira guerra mundial³³.

No entanto, é importante ressaltar que as ideias de liberdade e as práticas políticas do liberalismo tinham em vistas as sociedades avançadas e civilizadas da Europa Ocidental e algumas partes da América. Mesmo para Stuart Mill³⁴, que era considerado um liberal

²⁹ RÉMOND, René. *O século XIX*, op. cit., p. 31.

³⁰ BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*, op. cit., p. 29.

³¹ *Idem*, p. 35.

³² *Idem*, p. 7.

³³ GRAY, John. *O Liberalismo*, op. cit., p. 63-65.

³⁴ "John Stuart Mill (1806-1873) foi um filósofo inglês, um dos mais influentes pensadores do século XIX. É reconhecido como um dos maiores propagadores do empirismo e do utilitarismo. John Stuart Mill (1806-1873) nasceu em Pentónville, no subúrbio de Londres, Inglaterra, no dia 20 de maio de 1806. Era o filho mais velho do escocês James Mill, seguidor da proposta política de Jeremy Bentham (1748-1832), o utilitarismo, pensamento de grande popularidade no mundo anglo-saxão. Recebeu do pai, uma grande influência na sua formação intelectual, seguida por uma rígida disciplina. John Stuart Mill manteve contato com Tocqueville e Comte. A influência das ideias democráticas e positivistas de Comte marcaram sua obra. Seu ponto de vista é reconhecido entre os maiores defensores do empirismo, doutrina filosófica que afirma que o conhecimento é adquirido através das

democrata, o princípio da liberdade e os direitos políticos não se aplicavam àqueles considerados inaptos para a cidadania. O autor vai além ao aceitar o despotismo como forma legítima de governo dos bárbaros, não civilizados, desde que a finalidade seja o progresso dos mesmos e as formas de execução sejam adequadas para conseguir este desejado progresso³⁵.

David Harris definiu e diferenciou os momentos do liberalismo europeu na primeira metade do século XIX. Para ele, essa primeira onda liberal foi iniciada com as convulsões geradas pela Revolução Francesa, inaugurada no Governo de Luís XVIII e difundida por diversas outras constituições europeias, pode ser definida como “liberalismo por graça principesca”. Assim, ao lado dos direitos individuais, da igualdade perante a lei e no pagamento de impostos, do direito de propriedade, da independência do judiciário e da liberdade de religião e de imprensa, coexistia a autoridade do soberano, de quem todas essas concessões emanavam. Além disso, o bicameralismo garantia a participação hereditária dos nobres na câmara alta e havia leis restritivas ao voto e à elegibilidade. Configurava-se, assim, como solução de compromisso entre a Monarquia e a Modernidade³⁶.

A partir das décadas 1820-1830, principalmente na França, em Bruxelas e na Grã-Bretanha, ou seja, no centro do capitalismo em

experiências vividas, e a aprendizagem se dá por meio de tentativas e erros. Era um defensor do utilitarismo, doutrina ética que afirma que as ações são boas quando tendem a promover o bem estar da sociedade. Suas principais obras abrangem textos de Lógica, Economia, Epistemologia, Ética, Metafísica, Religião, Filosofia Social e Política, como também temas da época, entre elas estão: “Sistema de Lógica Dedutiva” (1843), “Princípios da Economia Pública” (1848), “O Governo Representativo” (1851), “A Liberdade” (1859), “O Utilitarismo” (1861) e “A Sujeição da Mulher” (1865).”. Texto reproduzido de: https://www.ebiografia.com/john_stuart_mill/, acesso em 02/12/2018.

³⁵ “Não vale para os menores de idade, ainda sujeitos a proteção paterna, e não vale para as sociedades atrasadas, que podem ser consideradas em bloco como formada por menores de idade.” BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*, op. cit, p. 67, apud MILL, John Stuart. *On liberty*, 1858.

³⁶ HARRIS, David. “Liberalism in the nineteenth century”. *The American Historical Review*, Oxford University Press, v. 60, n. 3, pp. 502-3.

formação, iniciou-se um processo de ampliação da participação da classe média na divisão do poder político e ampliação dos poderes das câmaras baixas. Essa ampliação deu-se em detrimento da participação da nobreza, ao mesmo tempo em que, não colocou em causa o poder da monarquia e nem se alinhava com as classes mais baixas da sociedade.

Foi nesse contexto de primeiro liberalismo que se iniciou, também, a percepção das contradições do liberalismo, ou seja, a percepção de que a igualdade dos homens perante a lei, os direitos de propriedade e a abolição das distinções e direitos de nascimento não conduziam necessariamente à sociedade, a um padrão menos excludente ou mais igualitário. Nesse sentido, a liberdade era convertida em privilégio, pois não cumpria o ideal de equidade nela contido. Nesse contexto, a própria raiz de liberdade, contida no pensamento liberal, carregava em si as contradições que levaram ao surgimento do pensamento democrático, socialista e republicano³⁷.

Esse processo culminou com a primavera dos povos em 1848. Trata-se de uma série de movimentos revolucionários ocorridos por toda a Europa, puxados pela França, que passava por uma grave crise econômica. O movimento francês rapidamente espalhou-se pela Europa, e converteu-se em uma série de revoltas de cunho nacionalista, liberal, democrático e socialista³⁸.

A supressão do movimento revolucionário acabou gerando uma reação conservadora, baseada na religião, na liberdade econômica e no controle político do estado. Para Harris, a estrutura formal do Estado, baseada no equilíbrio de forças entre a monarquia, a nobreza e uma nova versão do antigo terceiro estado foi mantida, mas sem oposição à existência da nobreza e da monarquia. Ao mesmo tempo, embora negasse o antigo sistema de privilégios, o seu próprio

³⁷ HARRIS, David. "Liberalism in the nineteenth century", op. cit., pp. 505-510.

³⁸ Cf. HOBBSBAWN, Eric. *A Era das Revoluções 1789-1848*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2000.

sistema de privilégios estava sofrendo ataques em duas frentes: à direita e à esquerda. Tanto a direita aristocrática como os radicais republicanos usavam os clamores populares para enfraquecer a posição de liberais quando conveniente, e mesmo os liberais da situação não deixaram de usar o artifício das agitações populares para defender suas posições³⁹.

A partir da década de 1870, as ideias tradicionais do liberalismo começam a perder força: fatores discordantes dentro dos próprios partidos liberais e os rumos do movimento são colocados em questão. O modelo de combinação entre alguns direitos para todos os homens e direitos especiais de cidadania para alguns homens não era mais defensável. As consequências sociais da industrialização mostravam que a aparência original de um mundo pacífico, unido pelo direito individual e um comércio livre e irrestrito não era possível. O Estado voltava progressivamente a ser visto como um agente de promoção social⁴⁰.

Além disso, o socialismo, baseado em uma convicção inequívoca da verdade, e em uma crença no poder transformador do proletariado era uma competição difícil para o sistema liberal, que se baseava na ideia de compromisso entre as classes sociais. O medo do socialismo levou a um processo de aburguesamento conservador, em que os capitalistas buscavam manter e conservar sua posição social, conquistada pela geração anterior. Esses novos burgueses não viam nenhuma contradição entre o liberalismo e algumas medidas protetoras, como tarifas alfandegárias, por exemplo. Sua maior preocupação era a de assegurar a propriedade privada, com ênfase na moderação. Registra-se a partir de então o crescimento das formas associativas em detrimento do individualismo: por um lado através da formação de grandes corporações e cartéis entre a classe dos grandes capitalistas, por outro lado, com a formação de

³⁹ HARRIS, David. "Liberalism in the nineteenth century", op.cit., pp. 512-13.

⁴⁰ *Idem*, p. 517.

sindicatos e associações laborais entre os trabalhadores. Essa tendência ao agrupamento e ao associativismo foi o gérmen do nacionalismo, que viria dissipar os ideais liberais após a primeira guerra mundial⁴¹.

A partir de então o liberalismo foi cada vez mais se associando às correntes de pensamento democráticas, unidos contra as ideias socialistas. Os processos de democratização e liberalização desenvolveram-se ao longo do século, ora conjuntamente, ora separadamente, conforme o alargamento do sufrágio estivesse em pauta como uma necessidade do Estado liberal. O movimento por democracia acaba confundindo-se com as alas do liberalismo radical⁴². Ao mesmo tempo, as alas mais radicais do pensamento democrático convergem com o pensamento socialista, em uma relação de complementariedade em que a democracia favoreceria o advento do socialismo e, este, permitiria a plena realização da democracia⁴³. A democracia colocou-se, então, como o denominador comum entre os liberais e socialistas, que ocupavam os extremos da vida política europeia, passando de movimento revolucionário à permanência moderada.

Interessa notar, por fim, que as análises do liberalismo europeu estão, em sua maioria, ensimesmadas na história do Estado Nacional europeu. As definições de liberalismo e do movimento liberal, aqui expostas, em nenhum momento tiveram preocupações com o colonialismo e sua aparente contradição ao desenvolvimento das ideias e práticas do liberalismo. Os teorizadores do século XIX só percebem o colonialismo como um fator importante na conformação da Europa através de seu impacto econômico e nos anos finais do século e início do século XX como fator de eclosão das rivalidades que

⁴¹ HARRIS, David. "Liberalism in the nineteenth century", op.cit., pp. 521-523.

⁴² BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*, op. cit., p 73.

⁴³ *Idem*, p 81.

levaram à I Guerra Mundial, momento que marcou o fim da hegemonia liberal.

Em Portugal, a crise do Antigo Regime e do fim do Antigo Sistema Colonial resultou na emergência do liberalismo por vias revolucionárias. Concomitante ao movimento de emergência do liberalismo, com suas resistências, revoltas e mesmo guerras civis, foi o movimento de montagem de um novo sistema colonial, em África. O fato de a evolução política da monarquia constitucional e do liberalismo serem coincidentes com as teorizações e tentativas de construção do novo império e sem contradições latentes com o regime liberal, tornam Portugal o cenário perfeito para o estudo da aplicação das doutrinas liberais e do colonialismo da época contemporânea.

1.2- A crise do Antigo Regime em Portugal

Assim como no resto da Europa, em Portugal o processo de formação e implementação do Estado liberal relacionou-se com a crise do Antigo Regime. Não existe consenso na historiografia sobre a cronologia da crise em Portugal ou mesmo sobre os marcos temporais da implementação de um Estado de tipo liberal. Até as fases e a abrangência da penetração da ideologia liberal e do liberalismo no campo das ideias econômicas é controverso. No entanto, a avaliação do absolutismo como um período retrógrado, atrasado e decadente em oposição ao liberalismo como um regime moderno, progressista e vigoroso já é uma ideia superada pela historiografia. O conceito de despotismo ilustrado e mesmo as reavaliações dos anos finais do século XVIII como o momento auge do absolutismo monárquico tem contribuído para essa reavaliação⁴⁴.

⁴⁴ PINTASSILGO, Joaquim. O "Absolutismo Esclarecido" em Portugal: inovações polémicas e alinhamentos (final do século XVIII – início do século XIX), In: COSTA, Fernando Marques da; DOMINGUES, Francisco Contente e MONTEIRO, Nuno

Segundo Antônio Manuel Espanha, em finais do século XVIII Portugal organizava-se politicamente em forma de uma *feudalidade periférica*. A estrutura política do Antigo Regime português foi criada de modo a preservar o sistema feudal, mas não podia sustentar-se seguindo esse modelo plenamente. Assim, o início do século XIX foi marcado por uma crise política no país, advinda de duas frentes: conjuntural, de motivações externas, puxadas pelas modificações do panorama internacional a partir da Revolução Francesa e da invasão do território português, que levaram à Revolução de 1820; e estrutural, advinda da crise das estruturas internas de funcionamento do Antigo Regime⁴⁵.

O papel do poder central da monarquia passa a ser, então, o de suprimir as necessidades dessa *feudalidade periférica*. A partir de certo momento, o poder central passou a agir através de uma lógica própria. O Estado autonomiza-se e passa a ser sujeito de um conflito histórico, tentando manter sua integridade ao mesmo tempo em que modificava suas estruturas. Surge assim, em Portugal, o projeto Reformista, que colocava-se como alternativa aos projetos revolucionário e tradicionalista⁴⁶.

O quadro abaixo, elaborado por Hespanha, mostra de maneira esquemática os fatores de pressão interna e externa que levaram à crise do Antigo Regime em Portugal.

Gonçalves (Org.). *Do Antigo Regime ao Liberalismo 1750-1850*. Lisboa: Veja, s/d, p. 22.

⁴⁵ HESPANHA, Antonio Manuel. "O projeto institucional do tradicionalismo reformista: um projeto de constituição de Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato (1823).", In: FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo; SERRA, João B. (org). *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*. Lisboa: Sá da Costa, 1982, v. 1, p. 68.

⁴⁶ *Idem*, p. 69.

Figura 1: Fatores da crise do Antigo regime ⁴⁷

Na imagem, os fatores de crise do sistema estão demarcados com uma seta preenchida de preto. A partir da análise cuidadosa do quadro fica claro que, para o autor, os elementos novos da estrutura social e sua relação com os elementos tradicionais estão em contradição. Além disso, percebe-se que a crise do Antigo Regime é uma crise estrutural, que se compõe de várias crises setoriais: crise tributária, crise financeira, crise social e crise ideológica.

O contexto da Revolução Francesa e do processo que culminou com a Revolução do Porto alterou as perspectivas desse projeto

⁴⁷Organograma reproduzido de HESPANHA, António Manuel. "O projecto institucional do tradicionalismo reformista: um projecto de constituição de Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato (1823)", op. cit., pp. 79,80.

Reformista. A conjuntura revolucionária extremou as posições de radicais e conservadores e agudizou as tensões e contradições que já eram inerentes ao projeto reformista conduzido pelo próprio Estado. O campo intermediário passa a não ser mais aceito e os reformistas acabam se confundindo com o projeto conservador para encetar seu projeto de mudanças sem rupturas. Hespanha salienta que a compatibilização desses projetos acabam implicando em um processo de “falsificação da tradição”. Os reformistas fizeram uma releitura das instituições tradicionais para dar-lhes uma roupagem compatível com o objetivo de reforma institucional a que se propunham. Assim, buscava-se incorporar melhoramentos na administração pública, racionalizar a vida social e mudar as estruturas econômicas “sem quebra aparente da continuidade constitucional”⁴⁸.

Pressionados em um momento de radicalização revolucionária, os defensores de um projeto reformista, encabeçados por Palmela, adotam uma política de aparente continuidade, mas de natureza inovadora.

Assim, para Hespanha, as bases da ruptura do Antigo Regime em Portugal estão assentadas em dois conceitos: em primeiro lugar, o conceito de *feudalidade periférica*, que explica as ações do Estado no sentido da permanência e da adaptação das estruturas feudais para as novas realidades políticas, sociais e econômicas do reino e, em segundo lugar, o conceito de *falsificação da tradição*, no qual o projeto reformista aparentemente se alinha com a tradição conservadora para evitar as rupturas revolucionárias, mas que adota uma política de natureza inovadora.

Embora o conceito de *feudalidade periférica* nos pareça exagerado, a análise de Hespanha sobre as múltiplas crises que levaram à contestação do Antigo Regime e a existência de um projeto

⁴⁸HESPANHA, António Manuel. “O projecto institucional do tradicionalismo reformista: um projecto de constituição de Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato (1823)”, *op. cit.*, pp. 71-73.

reformista, que tem suas raízes no século XVIII e que se alinha ao conservadorismo em uma tentativa de transformações não revolucionária são muito acuradas, e dão conta do ambiente político e cultural de Portugal e dos fatores que levaram ao fim do Antigo Regime⁴⁹.

No mesmo sentido, Joaquim Pintassilgo, ressalta a existência de uma continuidade, que começa no reinado de D. João V, passando pelo projeto reformista de Pombal e D. Maria I e que pode ser considerado com um período de “absolutismo reformista”. A tendência dos anos finais do século XVIII e iniciais do XIX é de “predominância de um reformismo estatal” que conduziria gradualmente para estruturas mais liberais. Existia, assim, toda uma estrutura de dentro do Estado que estava disposta a pensar a necessidade de reformas e executá-las sem promover a ruptura do modelo político⁵⁰.

No entanto, ao contrário de Hespanha, Pintassilgo aponta aspectos conjunturais como os modificadores desse panorama. Para ele, foi a partir da radicalização promovida pela Revolução Francesa que a conjuntura complica-se, trazendo mudanças irreversíveis nessa estrutura. Nesse sentido, no período final de absolutismo a busca por mudanças é sentida, tanto na necessidade de se vencer bloqueios internos de funcionamento do Estado como na influência das ideias que circulavam por toda a Europa. Com os conflitos que levam à invasão francesa do Reino e o deslocamento da Corte e da administração para o Rio de Janeiro, o sentimento de decadência e de impotência em Portugal cresceu, tornando as mudanças e reformas

⁴⁹ O reformismo ilustrado e as ideias econômicas serão abordados mais detalhadamente no capítulo 2.

⁵⁰ PINTASSILGO, Joaquim. O “Absolutismo Esclarecido” em Portugal: inovações polêmicas e alinhamentos (final do século XVIII – início do século XIX), *op. cit.*, p. 23.

até então propostas insuficientes e aproximando os ideais políticos das ideias de mudança radical propostas pelo discurso liberal⁵¹.

Embora discordem sobre o peso de fatores internos estruturais e conjunturais para a mudança política, ambos os autores ressaltam a existência de um ambiente político reformista de origens anteriores ao momento de ruptura do sistema e que foi graças a essa ambiência intelectual do reino que as reformas e o projeto liberal puderam ser propostos e, em alguma medida, realizados.

Em sua análise sobre as ideias econômicas em Portugal, Bruno Vilagra destacou o papel de instituições surgidas dentro do próprio estado para a criação e difusão de novos conhecimentos. Assim, o autor vê um processo de continuidade na formação de pensamento científico em Portugal, destacando principalmente o papel da Junta de Comércio e da Academia de Ciências de Lisboa como difusores do conhecimento e promotoras de uma nova política e de uma tradição de opinião pública letrada em Portugal⁵².

Já José Esteves Pereira procurou fazer um levantamento sobre as principais correntes de pensamento desse momento de transição do Antigo Regime para o Liberalismo. O autor aponta a seguinte divisão de correntes de pensamento nesse período: o discurso teológico, o discurso político-jurídico; o discurso económico; o discurso científico; o discurso filosófico; a experiência e o conhecimento; a razão e a racionalidade e a esfera dos valores. Ressaltaremos algumas dessas correntes⁵³.

⁵¹ PINTASSILGO, Joaquim. O "Absolutismo Esclarecido" em Portugal: inovações polêmicas e alinhamentos (final do século XVIII – início do século XIX), *op. cit.*, p. 24.

⁵² VILAGRA, Bruno. *Manuel Joaquim Rebelo e o Pensamento Económico Português na Crise do Império Luso-Brasileiro*. Tese de Doutorado defendida no PPGHE-USP, São Paulo, 2017, pp. 43-66 e 83-98.

⁵³ PEREIRA, José Esteves. "Genealogia das correntes de pensamento do Antigo Regime ao Liberalismo- perspectivas de síntese" In: COSTA, Fernando Marques da; DOMINGUES, Francisco Contente e MONTEIRO, Nuno Gonçalves (Org.). *Do Antigo Regime ao Liberalismo 1750-1850*. Lisboa: Veja, s/d. p. 47.

No campo do discurso político jurídico, ressalta-se a passagem de um poder paternalista e jusdivinista para uma concepção de estado em que o direito natural assume cada vez mais o papel de referência fundamental. Assim, principalmente a partir da década de 90 do século XVIII destaca-se o movimento regalista, que se esforçou em discriminar teoria e prática, questões transcendentais e imanentes e as relações entre Trono e Altar. Conforma-se assim um paralelo entre a experiência portuguesa e o movimento europeu de absolutismo esclarecido⁵⁴.

Nesse mesmo sentido, Maria Margarida Sobral Neto apontou que esse momento de transição é testemunho de uma necessidade de racionalização do sistema político e econômico de modo a permitir mudanças que levassem a um aumento da riqueza, sem abalar a estrutura social vigente. Para ela, as ideias de transformação e reforma eram uma tentativa de evitar a desagregação total do sistema político, em um contexto em que nos demais países europeus as antigas instituições estavam sofrendo transformações, muitas vezes radicais. As ideias de mudança política francesas, as reformas do sistema de distribuição da terra e tributação vindas da Inglaterra e as demandas de modificações do regime senhorial no interior eram as principais fontes de pressão para a modificação das estruturas portuguesas⁵⁵.

Assim como Bruno Vilagra, a autora destacou o papel da Academia de Ciências de Lisboa na formação de conhecimentos sobre a realidade do país e no desenvolvimento de proposições práticas para as mudanças. Esse movimento de valorização da racionalidade e das ciências foi o impulsionador de medidas reformistas. Em acordo com os demais autores analisados, Maria Margarida não vê um

⁵⁴ *Idem*, pp. 50-51

⁵⁵ SOBRAL NETO, Maria Margarida. "A desagregação das estruturas Antigo Regime: alguns indicadores", In COSTA, Fernando Marques da; DOMINGUES, Francisco Contente e MONTEIRO, Nuno Gonçalves (Org.). *Do Antigo Regime ao Liberalismo 1750-1850*, op. cit. p. 251.

impulso revolucionário nessas proposições transformadoras. Para ela, essa sociedade “pré-liberal” destaca-se pelo diagnóstico de bloqueios estruturais ao desenvolvimento do país e propostas de ação que amenizassem esses efeitos e promovessem a racionalização do sistema político e o aumento da riqueza no país⁵⁶.

Numa perspectiva oposta, em artigo que objetiva compreender a inserção dos termos liberalismo e liberal e seu significado na cena política e econômica de Portugal, Nuno Gonçalo Monteiro afirma que os termos, ainda no final do século XVIII, tinham outra conotação, ligados mais ao sentido de liberalidade da administração dos recursos dos nobres e às artes liberais do que ao sentido de desenvolvimento do liberalismo político ou econômico. Para o autor, o contexto das luzes, a formação da academia de ciências e mesmo uma nova opinião pública no reino, tiveram alcance muito limitado.

Para o autor, se as iniciativas como a criação da Academia de Ciências de Lisboa deram um impulso à difusão das novas formas de cultura e do pensamento europeu, ao mesmo tempo, essas iniciativas coexistiram com uma inegável limitação representada pela censura literária e pela Intendência Geral da Polícia, particularmente na atuação de Pina Manique, personagem famoso da cena cultural portuguesa em sua atuação como censor⁵⁷.

Assim, nesse período, ficava clara a limitação da difusão desse discurso renovador, assim como a sua excessiva vinculação aos círculos oficiais. Não havia em Portugal nada que se compare às Academias de Ciência e aos círculos de difusão e propagação das novas ideias e conhecimentos de outros países da Europa nesse período. Existe claramente uma demarcação entre centro e periferia

⁵⁶ SOBRAL NETO, Maria Margarida. “A desagregação das estruturas Antigo Regime: alguns indicadores”, op. cit., p. 257.

⁵⁷ MONTEIRO, Nuno Gonçalo Monteiro. “Liberal – Liberalismo”. *Ler História* [Online], 55, 2008, p. 3.

na produção discursiva e cultural e Portugal posiciona-se, neste contexto, claramente em situação periférica⁵⁸.

Foi só a partir das invasões napoleônicas e à mudança da família real para o Brasil que a conjuntura mudou. A partir da abertura dos portos brasileiros, com os documentos assinados por D. Rodrigo de Souza Coutinho justificando a abertura que os termos liberalismo e liberal adquirem outra conotação: àquelas difundidas na obra de Smith sobre o liberalismo econômico e os preceitos de liberdade do comércio e dos agentes econômicos como promotores da riqueza das nações. Assim, Nuno Monteiro defende que os princípios do liberalismo econômico foram inseridos na cultura intelectual portuguesa antes dos preceitos do liberalismo político. Estes últimos, só teriam repercussão e influência na cena política e intelectual de Portugal após a elaboração da Constituição de Cadiz, em 1812⁵⁹.

Assim, embora minimise a existência de uma ambiência cultural de reformismo ilustrado em Portugal e o papel da Academia de Ciências propagandista de novas ideias e de uma nova mentalidade da elite intelectual Portuguesa, o autor vê no início do século XIX um processo de importantes mudanças na estrutura política e de implantação, de fato, da ideia de liberalismo.

Outra vertente importante para a compreensão da crise do Antigo Regime em Portugal é a decadentista, ou seja, que atribui as reformas e as mudanças de mentalidade em Portugal nesse período à estrutura de atraso peninsular e o despertar da intelectualidade e dos homens de estados para esse estado de decadência. Para Joel Serrão, o liberalismo surgiu na península quando a Revolução Francesa já estava apaziguada. Trata-se de um despertar tardio para a

⁵⁸ MONTEIRO, Nuno Gonçalo Monteiro. "Liberal – Liberalismo", *op. cit.*, p. 2.

⁵⁹ SERRÃO, Joel. "Democratismo versus liberalismo", In: PEREIRA, Miriam Halpern; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo e SERRA, João B. (Coord). *O Liberalismo na Península Ibérica na Primeira metade do século XIX*. Lisboa: Sá da Costa, 1981, p. 3.

modernidade, concomitante a ruptura dos sistemas coloniais. Trata-se, portanto, de uma tentativa de ruptura com o passado imediato⁶⁰.

A mudança, no entanto, não passaria de uma tentativa da fraca Burguesia portuguesa de estancar o perigo da conjuntura das independências coloniais, tentando propor um novo projeto de estabilidade. Para ele, o liberalismo português foi Regenerador e não revolucionário, um compromisso entre o antigo e o novo. Ligaria-se assim a essa forma decadentista da sociedade e do estado português. Nas palavras do autor, a decadência era para Portugal “uma feição *sui generis* de sobreviver, mantendo íntegra a sociedade senhorial fiada na perenidade dos impérios coloniais sul americanos, sustentação última dos estados ibéricos”⁶¹.

Interessante notar que dos autores tratados acima apenas Joel Serrão abordou a questão colonial como um fator estrutural para a crise do Antigo Regime em Portugal. Existe uma tendência geral da historiografia desse período e, sobretudo, da historiografia sobre o século XIX português, de setorizar a vida política e econômica de Portugal, desconsiderando a independência do Brasil como um fator preponderante nas mudanças sociais, políticas e econômicas que se desencadearam no Reino nesse momento. Serrão, ao abordar a questão da decadência, ressalta a importância que as colônias e o comércio colonial tinham para a monarquia lusa e as implicações que o abalo nesse sistema de colonização teve na estrutura de Antigo Regime do Estado português.

Embora muitas vezes não tratem especificamente sobre a questão da crise do Antigo Regime em Portugal, os autores analisados permitem-nos traçar as linhas gerais desse processo. Embora as linhas de análise apresentadas se distanciem em alguns aspectos de análise, não há contestação sobre a formação de uma nova ambiência cultural em Portugal no final do século XVIII que

⁶⁰ SERRÃO, Joel. “Democratismo versus liberalismo”, op. cit., p. 3.

⁶¹ *Idem*, p. 4.

buscava reformar as estruturas políticas e institucionais do reino. Concluí-se, portanto, que havia uma série de mudanças em curso, tanto provenientes do interior das estruturas do Estado, como a partir da organização de instituições promotoras dos conhecimentos e das ciências, como a Academia de Ciências de Lisboa.

A partir dos acontecimentos desencadeados pela Revolução Francesa esse projeto reformista, de modernização paulatina, foi transformado. A guerra em território europeu, a mudança da corte e as transformações sofridas por um Estado que, em última instância, dependia economicamente de suas colônias serão preponderantes nas convulsões políticas que levaram à Revolução do Porto e o início da adoção de ideias liberais em Portugal, processo que, de certa maneira, ao estabilizar-se, retomará o projeto reformista, como veremos adiante.

Não podemos, no entanto, compreender os anos finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX em Portugal apenas como um período de transição, de crise do Antigo Regime e passagem para o Liberalismo. Nesse momento, as conjunturas de Portugal e da Europa mudaram radicalmente, provocando transformações estruturais na economia, política e sociedade portuguesas, que só conseguiu reestabelecer um precário equilíbrio político após a Restauração, em 1850.

Os anos finais do século XVIII e iniciais do século XIX foram anos de prosperidade para Portugal⁶². Embalado pelo projeto de modernização da monarquia lusa idealizado pelo Marques de Pombal, posto em execução desde meados do século e ao longo dos governos posteriores⁶³, o reino vivia um momento de prosperidade. Ao mesmo

⁶²Para um panorama da situação econômica na primeira no século XVIII pormenorizado nos diversos setores da vida política e econômica do Reino ver LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (orgs.). *História Económica de Portugal, 1700-2000*. Lisboa:Imprensa de Ciências Sociais, 2005, v.1- O século XVIII.

⁶³ Não cabe nos determos em uma discussão pormenorizada sobre o Pombalismo, seu caráter projetista e efeitos para o desenvolvimento da economia portuguesa. O tema foi extensamente debatido pela historiografia luso brasileira. Para este tema,

tempo em que o país mantinha uma política de neutralidade mais ou menos eficiente em relação aos conflitos europeus, suas relações econômicas com o resto da Europa estavam em franco desenvolvimento. Puxado pelas necessidades crescentes de abastecimento de matérias primas para a recente Revolução Industrial, desenvolveu-se em Portugal o que convencionou-se chamar de um *Novo Padrão de Colonização*⁶⁴.

Assim, a metrópole passou a incentivar a produção de matérias-primas por suas colônias. Essas mercadorias chegavam aos portos de Portugal e eram redistribuídas para as demais nações europeias, auferindo grandes lucros. Ao mesmo tempo, através de uma política alfandegária protecionista e incentivos à produção industrial, essas matérias primas eram cada vez mais processadas na metrópole, tanto para abastecer o mercado consumidor local, quanto para abastecer o crescente mercado colonial.

Além disso, Portugal exportava para suas colônias as produções de outras nações europeias. Criava-se um circuito comercial de interdependência em que a metrópole era deficitária em relação à sua principal colônia, o Brasil, mas era amplamente recompensado no comércio com as demais nações europeias. Pode-se dizer que, em termos econômicos, Portugal vivia um período de prosperidade⁶⁵.

recomendamos: AZEVEDO, João Lucio de. *O Marquês de Pombal e a sua época*. São Paulo: Alameda, 2004; MACEDO, Jorge Borges de. *A situação econômica no tempo de Pombal: Alguns aspectos*. Lisboa: Moraes Editores, 1982; MAXWELL, Kenneth. *Marques de Pombal: Paradoxo do iluminismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1997 e FALCON, Francisco. *A Época Pombalina: política, economia e monarquia ilustrada*. São Paulo: Editora Ática, 1982.

⁶⁴ARRUDA, José Jobson de Andrade. "Decadência ou crise do Império Luso-Brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII". *Revista da USP*, São Paulo, n. 50, p. 77.

⁶⁵ Assim, a Crise do Antigo Sistema Colonial, não se constituiu em crise econômica, mas em uma crise estrutural do sistema colonial da época moderna. Cf. ARRUDA, J. J. A. . "O Brasil e a crise econômica de Portugal na primeira década do século XIX". *Ler História* (Lisboa), Lisboa, v. 8, p. 61-74, 1986; ARRUDA, José Jobson de Andrade. "Decadência ou crise do Império Luso-Brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII". *Revista da USP*, São Paulo, n. 50, p. 66-79, 2000; ARRUDA, José Jobson de Andrade . "O sentido

Tabela 1- Movimento Comercial de Portugal 1796-1811
Portugal - Nações estrangeiras: importação e
exportação

Portugal - Nações estrangeiras: déficits e superávits ⁶⁶

Ano	Importação	Exportação	Saldo
1796	12652771691	16013356598	3360584907
1797	14498399597	11822970024	-2675429573
1798	14729238360	15053960930	324722570
1799	19755284401	17688107851	-2067176550
1800	20031347325	20684802298	653454973
1801	19337425504	25103785190	5766359686
1802	17942240592	21405349072	3463108480
1803	15068304594	21528379563	6460074969
1804	17841034672	21060962501	3219927829
1805	19636685570	22654204293	3017518723
1806	16440921781	23255505141	6814583360
1807	13896318253	20999506331	7103188078
1808	2740598802	5811038620	3070439818
1809	8833965232	9858222739	1024257507
1810	17051885239	12521960437	-4529924802
1811	38704283725	6913924928	-31790358797

da colônia. Revisitando a crise do antigo sistema colonial no Brasil (1780-1830). In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. 2. ed. rev. e ampl. Bauru, São Paulo, Lisboa: EDUSC, UNESP, Instituto Camões, 2001; Fernando Novais defendeu seu doutorado em 1973, publicado somente em 1979. NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1830)*, 7 ed., São Paulo: Hucitec, 1979, p. 123.

⁶⁶ Reprodução das tabelas 8 e 9. NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1830)*, op. cit., pp. 320-323.

Tabela 2- Movimento Comercial de Portugal 1796-1811
Portugal- Colônias: Importação e exportação
Portugal- Colônias: Déficits e Superávits⁶⁷

Ano	Importação	Exportação	Saldo
1796	13414265038	7527648713	-5886616325
1797	5519870608	9651734406	4131863798
1798	12802090872	12418654675	-383436197
1799	15169305719	20458608483	5289302764
1800	14850936376	13521110817	-1329825559
1801	17527723934	13133542148	-4394181786
1802	12966553680	12800313175	-166240505
1803	14193353435	12741308922	-1452044513
1804	13579874717	14905960519	1326085802
1805	15843481445	12245019147	-3598462298
1806	16103966250	11313313554	-4790652696
1807	16968810061	10348602741	-6620207320
1808	614857782	1694187512	1079329730
1809	5857754930	3911194516	-1946560414
1810	3949320	3811220063	3807270743
1811	5304266468	3479940500	-1824325968

As tabelas acima, elaboradas por Fernando Novais a partir dos dados das Balanças de Comércio são prova desse momento de vitalidade da economia portuguesa no final do século XVIII e início do século XIX. O comércio deficitário com as colônias era compensado nas transações com as nações estrangeiras, o que gerava uma situação de prosperidade geral, que agradava tanto os produtores e comerciantes da colônia quanto os metropolitanos. Esse movimento que só foi interrompido pelas invasões napoleônicas, com as subsequentes mudanças da corte e da família real portuguesa para o Brasil e abertura dos Portos Brasileiros⁶⁸.

⁶⁷ Reprodução das tabelas 3 e 4. *Idem*, pp. 310-313.

⁶⁸ Não existe consenso na Historiografia luso-brasileira sobre os dados do comércio externo português no período, embora todos os autores partam da mesma fonte, as *Balanças de Comércio*. Para uma discussão mais pormenorizada sobre o assunto ver o capítulo 1 de nossa dissertação de mestrado. TAMMONE, Natalia. *Estados*

Luciano Amaral propõe uma reavaliação da questão da transição do Antigo Regime para o Liberalismo, mostrando como foram as estruturas do primeiro que impediram uma mudança rápida para o Estado Liberal Moderno. O autor ressalta que o funcionamento do estado absolutista vinha de receitas externas (coloniais) e que a coroa adotava um sistema de redistribuição do qual a nobreza era a maior beneficiada. Sendo assim, a estrutura social estava baseada nos privilégios da nobreza e dependia da habilidade da coroa em manter a taxaço interna baixa, não tendo o Estado nem o monopólio do poder e nem da taxaço. Os tributos e as receitas das alfândegas coloniais eram, assim, mais importantes do que a produção agrícola. Isso configurou uma situação em que era impossível se iniciar uma revolução agrícola que puxasse a revolução industrial no país⁶⁹.

Desse modo, o impacto da colonização na economia portuguesa advinha não somente da Balança de Pagamentos do Reino, mas também na sua importância como mantenedora do próprio Estado, que tinha na taxaço do comércio fonte principal de receitas que permitia a manutenção do sistema de privilégios estabelecido⁷⁰.

Para o autor, a Revolução Liberal trouxe como proposta o fim das prerrogativas aristocráticas, a nacionalização das terras e a mercantilização das mesmas, viabilizando a revolução agrícola. Assim, a "Revolução liberal foi o momento de criação não só da propriedade privada, mas da propriedade pública e do Estado Moderno⁷¹". Não se pode falar, portanto, em um movimento de transição suave do Antigo Regime para o Liberalismo. Trata-se, para

Unidos, Portugal e Brasil em uma época de transição: Continuidade e inovação. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2012.

⁶⁹ AMARAL, Luciano. "Institutions, property and economic growth: back to the passage from *Ancien Régime* to liberalism in Portugal". *Análise Social*, n. 202, XLVII, 2012, pp. 30-38.

⁷⁰ AMARAL, Luciano. "Institutions, *property op. cit.*, p. 42.

⁷¹ *Idem*, p. 44.

Amaral, de um imbrólio político e legal que só se concretizaria plenamente no início do século XX⁷².

Para Valentim Alexandre, porém, o conceito que mais se adequa ao estudo desse período é o de vulnerabilidade. Para ele, essa foi uma condição permanente e estrutural da inserção de Portugal no jogo entre as potências europeias desde o século XVII e que pode ser percebida agudamente nos momentos de crise internacional, o que explicaria a ruptura do Império Português e a crise política, social e económica pela qual passou o reino após o período das invasões napoleônicas⁷³.

Segundo o autor, os principais eixos estratégicos para a manutenção de Portugal no contexto europeu no século XVIII eram: a defesa da independência perante a Espanha; as negociações das fronteiras coloniais; a defesa do Império e do exclusivo metropolitano e a preservação das feitorias na costa africana, de onde provinha o comércio de escravos, ponto de importância central para o sistema. A defesa desses interesses só podia ser obtida através da aliança com a Inglaterra, do que advinha a instabilidade e a vulnerabilidade estrutural do sistema. Assim, a própria permanência de Portugal como estado independente estava condicionada à posição relativa dos estados face ao jogo de forças existente entre as potências europeias. A multiplicidade de variáveis possíveis nesse relacionamento correspondia a formas muito diferentes de ligação entre os países face as conjunturas de disputas e guerras endêmicas da Europa na segunda metade do século XVIII. Essa situação de instabilidade rompeu-se, finalmente, nos conflitos europeus das Guerras Napoleônicas, culminando com a saída da corte e da família real, em 1807-1808⁷⁴.

⁷² *Idem*, p. 46

⁷³ ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império: Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993, p. 93.

⁷⁴ ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império op. cit.*, pp. 93-95

Embora tenham diferenças fundamentais, principalmente em relação a questão colonial, as abordagens convergem ao analisar a ruptura sofrida a partir de 1808. Para todos os autores, a crise é estrutural e tem suas raízes nos séculos anteriores, seja através de viés marxista, de mudanças estruturais engendradas pelo processo de Revolução industrial, seja por um viés mais político, que identifica uma fragilidade estrutural inerente ao sistema, que entra em colapso a partir da mudança de conjuntura ocasionada pelos conflitos entre as potências europeias.

Conforme destacou Maria de Fátima Bonifácio, a saída da família real e a abertura dos portos brasileiros não foram, em um primeiro momento, fatores que motivaram contestações políticas e agitações sociais, sendo entendidos na altura como medidas necessárias à preservação de Portugal e da casa dos Bragança. Foi a partir de 1814, porém, no contexto do Congresso de Viena, que a situação da corte e do abandono do território europeu adquiriu a pecha de indignidade. A elevação do Brasil à Reino Unido e a política de D. João VI de expansão do Reino na América abriu uma fissura na legitimidade da monarquia lusa, que culminou com o pronunciamento militar do Porto em 1820⁷⁵.

Foi nesse contexto de *reino sem rei*⁷⁶ que difundiu-se a ideologia liberal⁷⁷. Luís Otávio Pagano Tasso destacou que a propaganda liberal teve uma ascensão rápida e constante nesse período, tanto através da imprensa periódica que se desenvolvia dentro de Portugal, mesmo que num ambiente controlado pela polícia, tanto pelos focos de resistência formados pelos exilados em

⁷⁵ BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *O século XIX português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005 (1. Ed. 2002), pp. 20-21.

⁷⁶ Ver: TASSO, Luis Otávio Pagano. *Entre Metrópole e Colônia: o governo econômico do Império Luso-Brasileiro*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2018.

⁷⁷ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Napoleão Bonaparte- Imaginário e política em Portugal (c. 1808-1810)*. São Paulo: Alameda, 2008.

Londres e nos Açores⁷⁸. Porém, em conformidade com o que afirmou Maria de Fátima Bonifácio, o autor destaca que, nesse momento das invasões territoriais, não havia ainda contestações à família real e a forma absolutista de governo exercida pela monarquia. Assim, a imprensa portuguesa conheceu seu momento de maior atividade desde sua criação, inserindo-se no movimento panfletário europeu da Revolução Francesa e Napoleão Bonaparte, mas no caso luso esse movimento mantém o "respeito a tradição de fidelidade a realeza e ao altar e exalta o espírito patriótico mesmo que resgatado pela força das armas britânicas"⁷⁹.

Maria de Fátima Bonifácio caracterizou o período de 1800- 1834 como de "emergência do radicalismo". Para a autora até, 1820 a conjuntura em Portugal era de crises e conflitos, mas não havia ainda a conformação de um contexto revolucionário. Foi a partir de 1820, com o pronunciamento do Porto que esse panorama se alterou. Embora a primeira manifestação não estivesse ligada à demanda de soberania popular, essas questões foram colocadas quando o movimento se expandiu para Lisboa, conformando-se um contexto revolucionário que só seria desfeito a partir da Regeneração, em 1851. Foi a mistura de populares no exército que introduziu naquela instituição o "fermento revolucionário", que inutilizou a sua função de promotor da ordem e inaugurou o período de conflitos armados e instabilidade política que caracterizou o início do liberalismo em Portugal⁸⁰.

⁷⁸ TASSO, Luís Otávio Pagano. *Considerações Políticas e Econômicas sobre Portugal (1808-1812)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH- USP, 2010, pp. 25-27.

⁷⁹ *Idem*, p. 28

⁸⁰ BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *O século XIX em Portugal*, op. cit., p. 22.

1.3- Tradição e modernidade: o liberalismo português na primeira metade do século XIX.

Quer sejam entendidos como um pronunciamento, como um movimento militar ou como uma Revolução, os acontecimentos iniciados no Porto em 1820 e desencadeados por todo o país marcam o início do liberalismo político em Portugal. A Revolução de 1820 teve como consequência imediata a convocação das cortes, a elaboração da constituição de 1822 e o chamado Triénio Liberal.

O processo que culminou com a Revolução teve suas origens na conjuntura interna de Portugal e foi profundamente influenciado pelos conflitos que ocorriam em toda a Europa, principalmente na Espanha. A partir de pelo menos 1817, o pensamento revolucionário já estava presente em Portugal. Manuel Fernandes Tomás, José da Silva Carvalho e José Ferreira Borges, as maiores lideranças desse movimento, tinham em comum o fato de pertencerem à elite administrativa do reino, a formação na universidade de Coimbra e a iniciação em lojas maçônicas. Assim como a geração de *ilustrados* que caracterizou o final do século XVIII, seu projeto era reformista. No entanto, ao contrário daquela geração, não pretendiam empreender as reformas por meio da ilustração de um poder real forte e livre mas, pela atuação dos homens de letras na direção efetiva do Estado, não apenas como parte da máquina administrativa de uma monarquia centralizada. Foi a distância da corte, a indecisão do Rei e a demora de reação que levaram à explosão de um contexto revolucionário⁸¹.

Em 11 de novembro de 1820 estourou a revolta da Martinhada. O movimento, que visava derrubar a Junta Provisional do Governo do Reino, órgão máximo da administração implementado após o

⁸¹ RAMOS, Rui. "Invasões francesas, tutela inglesa e monarquia brasileira (1807-1820)"; In: RAMOS, Rui (Coord.); SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2012, p. 454-6.

movimento revolucionário do porto, uniu parte das forças militares com setores da sociedade civil. A reação a esse movimento foi rápida e se iniciou a partir de movimentações na sociedade civil, com participação importante da maçonaria. Para Maria de Fátima Bonifácio, foi esse o marco inaugural em que os líderes políticos e militares envolveram o povo em suas manobras políticas, marca indelével da política portuguesa nos anos subsequentes. Além disso, foi a partir de então que a soberania da nação se vincula a vontade popular, ou seja, passa a ser subordinada à nação, marca importante para a formação da constituição de 1822 e que permeará todo o discurso político e as tentativas de instauração do liberalismo em Portugal⁸². A Revolução de 1820, portanto, inaugurava o "mais poderoso agente da história do século XIX português"⁸³.

Embora a convocação das Cortes se amparasse no discurso de continuidade de uma tradição milenar da monarquia, que visava reformar e melhorar as instituições monárquicas, a ruptura entre as novas cortes e as cortes tradicionais era óbvia⁸⁴. As cortes e a constituição por elas promulgadas em 1822 baseavam-se no princípio de soberania nacional e não mais dinástica como elemento formador do Estado e da organização política. Para Rui Ramos, essa viragem constitucional foi uma resposta a outra "revolução", que partiu do próprio Rei, ao recriar a monarquia no espaço brasileiro e pela opção do comércio livre. Os deputados rejeitavam, assim, o "brasileirismo" da monarquia e o sistema liberal de comércio, implementado por D. Rodrigo de Souza Coutinho. Os liberais de 1822 eram em sua maioria universitários e funcionários da administração régia, médicos, advogados e militares. A elite liberal era formada, assim dos vários

⁸² BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *O século XIX em Portugal*, op. cit., pp. 23-26

⁸³ *Idem*, p. 14

⁸⁴ RAMOS, Rui. "Invasões francesas, tutela inglesa e monarquia brasileira (1807-1820)"; op. cit., p. 458

grupos profissionais que tinham sido alçados a condição de “nobreza simples” ao longo do século XVIII⁸⁵.

Na esteira do que definiu Bobbio⁸⁶, para Bonifácio, a emergência do movimento liberal em Portugal, não significou uma mudança de cunho democratizante: o liberalismo era anti democrático no sentido que aceitava a existência de direitos naturais e da igualdade civil entre os indivíduos, mas esses não tinham os mesmos direitos políticos; ao mesmo tempo em que a soberania residia na nação, o Rei permanecia como chefe do executivo, nomeado por direito hereditário. Assim, o liberalismo buscava ser um “antídoto” contra o absolutismo e, ao mesmo tempo, contra a tirania que poderia advir das maiorias em um regime democrático. O meio termo visumbrado era a monarquia constitucional⁸⁷.

Jill Dias destacou que a Revolução de 1820 não foi uma Revolução liberal burguesa. Na realidade, o processo revolucionário foi expressão de descontentamentos generalizados da sociedade portuguesa. A autora destaca a inexistência de uma uniformidade para o uso do termo liberalismo e o fato de o mesmo não designar a posição de uma corrente burguesa da sociedade portuguesa. Para ela, o erro do triênio liberal foi acreditar na possibilidade de implementação de um modelo de liberalismo burguês. Após a primeira experiência malograda, a unidade liberal foi defendida pelo compromisso histórico, um compromisso entre a burguesia e a nobreza fundiária para promover a transformação do país, contra os extremismos de esquerda e de direita⁸⁸.

⁸⁵ RAMOS, Rui. “Invasões francesas, tutela inglesa e monarquia brasileira (1807-1820)”; *op. cit.*, pp. 461-2

⁸⁶ Sobre a temática do Liberalismo, conferir 1.1 A vitória do Liberalismo na Europa.

⁸⁷ BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *O século XIX português op. cit.*, p. 16.

⁸⁸ DIAS, J. S. “A Revolução liberal portuguesa: amalgama e não substituição de classes”, In: PEREIRA, Miriam Halpern; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo e SERRA, João B. (Coord). *O Liberalismo na Península Ibérica na Primeira metade do século XIX*. Lisboa: Sá da Costa, 1981, pp. 21-22.

Dessa maneira, a monarquia constitucional e o Estado liberal iniciados com a Revolução de 1820 não tinham uma base de apoio popular. Assim como sua origem, sua permanência estava sustentada no exército, não se importando em angariar apoio popular ou das massas. O exército passava a ter o papel de garantidor da ordem, que preveniria a “anarquia” que poderia advir da integração das massas ao processo revolucionário, como ocorrera na França, anos antes. Os cidadãos da nova ordem eram pessoas respeitáveis, instruídas e com os recursos necessários para levar uma vida desafogada e defender os interesses do Estado⁸⁹.

O governo constitucional foi reconhecido por D. João VI, o que garantiu a legitimidade política do novo governo. Porém, os propósitos reformistas das Cortes tiveram poucos efeitos práticos. Em primeiro lugar porque a organização e os poderes locais de Portugal eram de difícil mudança, acarretando pouco impacto no orçamento geral. O maior gasto do Estado nesse momento era com o exército, que consumia quase 70% das receitas públicas e que, como garantidor da nova ordem, não poderia ser enxugado. Em segundo lugar, o primeiro governo liberal foi herdeiro direto de uma ação reformista que já estava em curso desde as décadas finais do século XVIII, o que tornou sua ação, na prática, continuidade das políticas anteriores⁹⁰.

A disputa com o Brasil, que a partir de 1822 declarou sua independência, e o envolvimento de Portugal nos conflitos espanhóis com a França impulsionaram a resistência ao governo constitucional. Convocado a ação nessas duas frentes, o exército resistiu, perdendo sua unidade no apoio ao regime constitucional. Aproveitando-se da conjuntura favorável, em 1823, D. Miguel juntou-se a tropa que se insurgia contra o governo em Vila Franca de Xira e declarou o rei

⁸⁹ RAMOS, Rui. “Ruptura constitucional e guerra civil(1820-1834)”; In: RAMOS, Rui (Coord.); SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2012, p. 465.

⁹⁰ *Idem.*, p. 467.

prisioneiro de um regime liberal e constitucional ilegítimo, que teria sido obrigado a aceitar mediante a coação. Era o fim da primeira experiência liberal.

Para Rui Ramos, triênio liberal que acabou em 1823 exatamente como tinha começado, com um movimento militar em resposta à mudanças no governo espanhol. Na prática, as questões que tinham levado a Revolução de 1820 não tinham sido resolvidas: “o Brasil separou-se, o comércio externo continuou a declinar, o Estado dispunha de cada vez menos recursos”⁹¹.

A contra revolução, porém, não foi o fim do regime constitucional. Logo em 1823, D. João VI nomeou uma junta para preparar uma nova constituição para o reino de Portugal. A insatisfação dos conservadores radicais ficou patente em 1824, com nova tentativa de levante militar, liderada por D. Miguel, que pretendia novamente “aprisionar” o rei para que se tomassem medidas no sentido de retornar ao absolutismo. Com a ajuda dos embaixadores ingleses e franceses, D. João VI escapa, decretando o exílio do infante para a Austria.

Tratava-se, então, de encontrar um meio termo entre o radicalismo liberal e o radicalismo absolutista, tarefa que não era nada fácil. Essa solução de compromisso, buscava formar uma monarquia mista, assentada em bases constitucionais, mas, ao mesmo tempo, com soberania outorgada às cortes pelo rei. Da mesma maneira o regime prezaria pela liberdade combinada com as tradições, usos e costumes do reino.

Com a morte de D. João, em 1826, o panorama voltou a complicar-se. D. Pedro, então Imperador do Brasil, abdicou da coroa em nome de sua filha D. Maria da Gloria, que deveria se casar com o tio, D. Miguel. Ao mesmo tempo, outorgou uma constituição para Portugal, baseada na constituição que ele havia outorgado para o

⁹¹ RAMOS, Rui. “Ruptura constitucional e guerra civil(1820-1834)”, op. cit., p. 475.

Brasil alguns anos antes. A constituição tinha um caráter liberal moderado, procurando, juntamente com a política de casamento de D. Maria da Glória, encetar uma conciliação entre o partido conservador e liberal. A iniciativa, porém, acabou polarizando ainda mais liberais e miguelistas⁹².

Em novembro de 1826 os conservadores de sublevaram novamente. Com o apoio Inglês e a convocação dos oficiais liberais do exército, o movimento foi contido. Dessa maneira, ficava claro quem eram os apoiadores do regime constitucional e quem era a oposição a ele. Na abertura do parlamento daquele ano, a regente, D. Isabel Maria, ainda sustentaria o discurso da “ficcção da continuidade constitucional”, que procurava vincular o novo governo com as instituições tradicionais e a forma monárquica do estado português⁹³.

Maria de Fatima Bonifácio ressaltou que a Constituição de 1826 foi uma vitória do projeto do *Compromisso Histórico*, que aparecia cada vez mais como uma solução entre o velho e o novo Portugal. Essa vitória só seria efetivamente consolidada após a restauração, em 1851. Dessa maneira, ao contrário do que ocorreu em outros países, em Portugal, a passagem do Antigo Regime para o Regime constitucional, seria expressão de um movimento de amalgama de classes – nobreza e burguesia - e não da substituição da primeira pela segunda.⁹⁴

Nesse contexto de polarização, a postura que assumiria D. Miguel seria fundamental para definir os rumos da política portuguesa. O infante era pressionado pelos dois polos para tomar uma decisão, seu retorno ao reino foi condicionado a ratificação do documento constitucional, a diplomacia inglesa interferiu, pressionando-o a aceitar o documento. Em um primeiro momento, o

⁹² RAMOS, Rui. “Ruptura constitucional e guerra civil(1820-1834)”, op. cit., p. 479.

⁹³ *Idem*, p.480.

⁹⁴ DIAS, J. S. “A Revolução liberal portuguesa: amalgama e não substituição de classes”, op. cit., pp. 23-24.

infante cedeu. Ao chegar em Portugal, porém, sua postura começou a mudar. No início de 1828, dissolveu a Câmara dos Deputados e reconvocou as cortes, mas desta vez buscando as formas tradicionais da reunião, para se escusar dos compromissos estabelecidos pela Constituição. Os gestos de D. Miguel não foram bem aceitos, nem pela diplomacia europeia e nem pelo exército. Diversos embaixadores suspenderam suas atividades em território português e o exército, sobretudo no norte onde os liberais ainda mantinham o controle militar, pronunciou-se e proclamou uma Junta Governativa no Porto. Iniciava-se uma guerra civil, que só se solucionou em 1834⁹⁵.

Não nos cabe aqui fazer um registro pormenorizado da Guerra civil e das manobras políticas e militares que a envolveram. Vale dizer, porém, que foi um período de grande perseguição política de ambos os lados. Em um primeiro momento, de ofensiva miguelista, o infante contou com grande apoio militar e civil das camadas populares e ganhou território até que a causa liberal tivesse praticamente perdida. A partir de 1831, porém, com o engajamento de D. Pedro na causa liberal o cenário mudaria para o desenlace do conflito. A queda dos governos conservadores em Inglaterra e França também ajudaram a tornar a conjuntura mais favorável para os liberais. A partir do Porto as tropas liberais ocuparam o país e começaram a retomada do território. Em 1834, quando a causa de D. Pedro se consolidou, formou-se a Quadrupla Aliança, entre Inglaterra, França, Espanha e Portugal, para garantir-se a consolidação dos regimes liberais na península ibérica. Em 24 de maio de 1834, D. Miguel capitulou e assinou a convenção de Évora monte, afastando-se de vez da vida política em Portugal.

Após o fim do conflito ficaram cada vez mais patentes as divergências entre a ala moderada e a ala radical do “partido” liberal.

⁹⁵ Sobre a postura política de D. Miguel, sua postura política e a crise que levou a “usurpação” ver: COSTA, Sérgio Correa da. *As quatro Coroas de D. Pedro I*. São Paulo: Paz e Terra, 2006 e LOUSADA, Maria Alexandre e FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo. *D. Miguel*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2009.

Entre os primeiros, defendia-se o retorno da Constituição de 1826 e, entre os segundos a carta de 1822. Isso porém não foi suficiente para aplacar a agitação revolucionária, que caracterizou a cena política portuguesa durante toda a primeira metade do século XIX. Segundo Bonifácio, tratava-se da “manifestação local de um fenómeno verificado à escala europeia que à época se designava, sintomaticamente, por “hidra revolucionária”⁹⁶

Para Rui Ramos, pode-se considerar esse momento como o verdadeiro fim do Antigo Regime em Portugal, principalmente por ser a partir daí que as práticas legislativas foram mais intensas no ataque as práticas estruturantes do sistema; principalmente a partir do trabalho legislativo de Mouzinho da Silveira. A partir desse momento, o poder do clero e da nobreza nunca mais seriam o que haviam sido antes.⁹⁷

A morte de D. Pedro atrapalhou esse panorama de reconstrução política. Iniciam-se uma série de acordos entre os atores políticos da situação e da oposição para definir os rumos da política nacional. A situação agravou-se quando, em 1836, os partidários de D. Pedro monopolizaram novamente as eleições. A partir de então, a oposição passou a definir o governo como tirano e a apostar cada vez mais no descontentamento do exército como possibilidade de reverter a situação. Emergia assim o movimento setembrista, que a partir de uma amotinação da Guarda Nacional, levou D. Maria II a jurar a Carta constitucional de 1822 e acabou por expulsar do exército os apoiantes do partido de D. Pedro. Mas o movimento setembrista, uma vez na situação, não encontrou a unidade necessária para governar o país. O movimento, que se queria radical e democrático não tinha base em que se amparar em um país de maioria analfabeta

⁹⁶BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *O século XIX português op. cit.*, p. 15

⁹⁷RAMOS, Rui. “A Revolução Liberal (1834-1851)”, In: RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo(Coord.). *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2012, pp. 493-494.

e em que o povo não estava acostumado a participar das mudanças políticas⁹⁸.

A partir da eleição do Governo de Sá da Bandeira iniciou-se uma tentativa de compromisso entre radicais e moderados. A carta constitucional de 1838 é expressão desse movimento, pois tentava combinar elementos fundamentais da constituição de 1822 e de 1826. "Assim, se pensou instituir a "ordem" como um acordo dentro da elite: em vez de cartistas e setembristas, deveria haver apenas ordeiros"⁹⁹. Ainda assim não foi possível aplacar todas as divergências entre os setembristas mais radicais e os cartistas.

De dentro do regime setembrista ascendeu Costa Cabral, que iria destituí-lo. Cabral atuou como Ministro da Justiça do Regime até 1842, quando restaurou a carta constitucional de 1826. Cabral estava convencido que a estabilidade só seria atingida com a exclusão completa dos radicais setembristas do poder e com a restauração da carta. Contou com o apoio da Rainha, no que seria uma parceria e apoio mútuo que duraria ao longo de muitos anos. O Regime Cabralista equiparou a liberdade com o espírito de independência de uma classe de cidadãos capazes para governo e iniciou um combate às tiranias, tanto da monarquia, quanto da democracia¹⁰⁰. Para a manutenção da ordem, contou ainda com a colaboração do exército. Operou-se assim a centralização do poder, submetendo as províncias e reconciliando o Estado português com a Igreja, o que lhe rendeu o apoio do clero.

A ordem de Cabral e a conjuntura internacional favorável permitiram ao país uma melhora em termos econômicos. Foi visto um pequeno salto econômico em matéria industrial, com a instalação de

⁹⁸ RAMOS, Rui. "A Revolução Liberal (1834-1851)", *op. cit.*, pp.498-500.

⁹⁹ *Idem*, p. 504.

¹⁰⁰ *Idem*, pp. 504 e 505. Ver também: BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *A segunda ascensão e queda de Costa Cabral 1847-1851*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002; BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *D. Maria II (1819-1853)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

máquinas a vapor, principalmente no setor têxtil. Iniciou-se o esforço do governo por colocar o país na era das estradas de ferro, fundando-se a Companhia de Obras Públicas.¹⁰¹

O movimento de centralização, porém, enfrentou resistências. Nas províncias mais afastadas dos centros urbanos a implementação do regime liberal, na prática, gerava confusões de jurisdições. As hierarquias e as formas tradicionais de propriedade estavam sendo modificadas, mas a aplicação das leis gerais e os direitos dos cidadãos no interior ficavam sujeitos às lideranças partidárias e a oscilação de partidos no poder. Além de tudo, a situação de ocupação militar a que os territórios estiveram sujeitos durante grande parte do século XIX só reforçavam a sensação de arbitrariedade e de impotência dos camponeses em relação ao novo regime¹⁰². Em abril de 1846 o governo aprova o imposto de repartição e a proibição de enterro da população dentro das igrejas. Essas medidas geraram descontentamentos no norte agrícola no país, que ficaram conhecidos como a revolta de Maria da Fonte.

O regime de Cabral, entretanto, estava desgastado. Além dos setembristas e da ala mais radical, excluídos de seu governo, setores da situação e da nobreza sentiam-se desprestigiados pela centralidade da posição de Cabral. Havia suspeitas sobre seu enriquecimento rápido e favorecimento pela rainha. Assim, o governo não encontrou apoio na câmara para reprimir a revolta. A situação piorou quando, chamado para reprimir os revoltosos, o exército se recusou a colaborar. Ao final, afasta-se Cabral do país, como meio de se evitar um novo conflito armado entre as facções políticas¹⁰³.

Com o exílio de Cabral, o duque de Palmela assumiu a chefia do Governo. Fez concessões aos setembristas, reestabeleceu a guarda nacional e prometeu a revisão da carta constitucional. A rainha

¹⁰¹ RAMOS, Rui. *"A Revolução Liberal (1834-1851)"*, op. cit., p. 506.

¹⁰² BONIFÁCIO, Maria de Fátima. D. Maria II (1819-1853), op. cit., p. 140-153.

¹⁰³ RAMOS, Rui. *"A Revolução Liberal (1834-1851)"*, op. cit., pp. 515-16.

reagiu, temendo que os setembristas pedissem sua abdicação ao trono. Apoiada em Saldanha, conseguiu nomear novo governo. Ganharam Lisboa, mas a oposição às novas medidas levou o Porto à revolta, formando-se uma Junta Provisória de Governo Supremo do Reino. Iniciava-se a guerra civil da Patuleia¹⁰⁴.

O país empobrecido, os fracos contingentes militares, os rumores e partidarismos fizeram com que a guerra pouco avançasse. Só em 1847 o conflito tomou rumos decisivos: a aliança da Junta do Porto com grupos miguelistas movimentou a intervenção inglesa e espanhola. Em maio, a Junta assinava um acordo de paz, que garantia a anistia aos revoltosos. Havia rumores de que se tentaria a formação de uma junta ibérica republicana. Esses boatos desencadearam, em 1849, o retorno de Cabral e da proposta centralista ao governo. Sua ascensão, porém, não foi duradoura¹⁰⁵.

Em abril, Saldanha tentou um novo golpe de estado, que parecia fadado ao fracasso. As fracas relações entre Cabral e D. Fernando, chefe do exército, fizeram com que esse falhasse na repressão dos revoltosos. Foi o triunfo do movimento que chamou-se Regeneração.

O governo da Regeneração foi uma nova tentativa de agregar os moderados de esquerda e de direita, afastando Portugal do republicanismo e do despotismo das formulas cabralistas. O sucesso do movimento deveu-se sobretudo a dois fatores: a habilidade de Saldanha em comandar e unificar o exército e o apoio de D. Fernando. O Ato adicional à constituição de 1852 acalmou cartistas e setembristas. Com a morte da Rainha em 1853 a situação política no país finalmente estabilizou-se¹⁰⁶. O liberalismo, moderado em Portugal, finalmente triunfava.

¹⁰⁴ RAMOS, Rui. *"A Revolução Liberal (1834-1851)"*, op. cit., p. 516.

¹⁰⁵ BONIFÁCO, Maria de Fátima. *A segunda ascensão e queda de Costa Cabral 1847-1851*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

¹⁰⁶ RAMOS, Rui. *"A Revolução Liberal (1834-1851)"*, op. cit., p. 518.

A instalação de um regime liberal em Portugal passou por um longo percurso. Se, por um lado, representou o fim do Antigo Regime e o surgimento de esferas de regulamentação da atuação dos agentes políticos e de participação política dos cidadãos na vida política do país, por outro lado seus avanços não significaram a democratização do acesso à cidadania e à essas instituições.

Luciano Amaral afirmou que pode-se definir o século XIX em termos de um período de transição em que “as dificuldades de destruir a antiga organização e criar uma nova foram muitas vezes extenuantes”. Assim, os efeitos da reformulação social, política e econômica intentada desde princípios do século XIX só seriam concretizadas no século XX. Prova disso é a recuperação econômica que foi possível somente a partir de finais de século¹⁰⁷.

Pode-se definir, assim, a primeira metade do século XIX como um liberalismo em formação, período de instabilidade política, social e econômica em que as estruturas do Antigo Regime português foram avaliadas e reformuladas. Não acreditamos, porém, que trate-se apenas de uma sociedade em transição. Uma transformação de tal âmbito não poderia acontecer sem avanços e retrocessos, sem choques e instabilidades, mas devem ser levadas em conta também as dinâmicas próprias daquela sociedade. Embora possamos dotar o século XIX de um sentido, de transformação rumo ao liberalismo e ao fim do regime monárquico, não podemos deixar de analisar a sincronia e entender os agentes à luz de seu próprio tempo.

¹⁰⁷ AMARAL, Luciano. “Institutions, property and economic growth: back to the passage from *Ancien Régime* to liberalism in Portugal”. *Análise Social*, n. 202, XLVII, 2012, p. 52.

CAPÍTULO 2- PROJETOS POLÍTICOS E VICISSITUDES ECONÔMICAS

Os anos finais do século XVIII até meados do século XIX foi um período de grandes transformações políticas, econômicas e sociais em Portugal, oriundas principalmente da implementação do liberalismo. Essas transformações implicaram em outra mudança de vulto, que abalou as estruturas políticas do reino e ajudou a desencadear a crise econômica que o país vivenciaria ao longo de todo o século: a questão colonial.

A identificação de Portugal como Império Colonial é evidente ao longo de sua história: desde a expansão ultramarina e os primeiros entrepostos coloniais na costa africana e nas ilhas da Madeira e dos Açores, política e economia do reino estiveram sempre atreladas à sorte de suas colônias, entrepostos comerciais e o mercado mundial para as mercadorias coloniais.

No período em questão, o Império colonial português passou do ápice do Antigo Sistema Colonial, com a complementariedade das economias metropolitanas e coloniais, e saldos positivos na balança comercial do reino a uma situação de completa penúria. À partir da abertura dos Portos brasileiros às nações amigas, o sistema de comércio e de integração econômica entre metrópole e colônias teve uma mudança abrupta, agudizada ainda mais a partir da independência do Brasil em 1822. Nesse momento inicia-se um processo de repensar o império e, ao mesmo tempo, buscar alternativas econômicas para à manutenção de Portugal.

No presente capítulo discutiremos como esses movimentos – de auge, declínio e reestruturação do Império colonial – foram pensados: tanto a partir das ideias econômicas de alguns dos principais expoentes da época como a partir das práticas governativas adotadas pelo parlamento. Objetiva-se analisar se as teorias e práticas econômicas e sobre a questão colonial caminham

juntas com as propostas do parlamento ou se existe um descompasso entre as teorias sobre as formas de reestruturação do Reino e as práticas dos representantes constitucionais. Para isso, formularemos a discussão em três partes. Em primeiro lugar, as ideias econômicas e sobre a questão colonial; após, a forma de organização da monarquia constitucional e, por fim, a forma como as discussões sobre economia política e colonização eram apresentadas nos debates parlamentares.

2.1- Colonização e ideias econômicas

A questão colonial e sua importância para a economia de Portugal foi uma das questões centrais para a monarquia portuguesa e grande parte de sua elite política e econômica. As discussões sobre a forma de otimizar as formas de exploração e econômica e de gestão do Império Ultramarino estiveram sempre presentes entre os mais prestigiados intelectuais portugueses de cada época. Na passagem do século XVIII para o século XIX não foi diferente. Trata-se de período de auge da forma mercantilista do Império que, a partir das mudanças da conjuntura internacional e das mudanças da Europa no século XIX, teria que se reestruturar.

Pretendemos, portanto, utilizar as fontes e referências bibliográficas já conhecidas para lançar luz a um problema até então não esclarecido: a passagem da ideia de “nexo feliz” nas relações coloniais entre Brasil e Portugal ao abandono da perspectiva de colonização no Brasil, com as projeções de formação de um “novo Brasil” nos domínios africanos. Objetiva-se mostrar como, nesse momento, a função da colonização e o que se esperava como seus frutos estavam bem teorizados, sendo patente no pensamento metropolitano a necessidade de elaborações e reelaborações do sistema de colonização, para que fosse possível atingir os objetivos da empresa colonial, fortalecendo a ligação entre a metrópole e as

colônias. Além disso, expõe-se como as noções de colônia e do sistema de exploração a ser adotado foram sendo alterados em virtude dos contextos políticos e econômicos por que passava Portugal, notadamente a partir das transformações advindas das guerras napoleônicas, com a transferência da corte para o Brasil, a abertura dos portos, o movimento de independência e as influências do liberalismo. Essas formas de balanço e perspectivas para a colonização permanecem, reconfiguram-se e transformam-se ao longo de todo o período.

A fim de atingir tais objetivos, definem-se três momentos na formulação de ideias sobre a questão colonial: i) de 1790-1820, em que se defende a concepção de complementaridade e simbiose nas relações econômicas entre metrópole e colônia; ii) de 1820- 1825, momento de busca de alternativas às relações monopolistas para a manutenção do império e; iii) de 1825 a 1850, momento no qual, perdido o Brasil, busca-se recompor o Império a partir da centralidade da África nas relações coloniais, formulando-se o ideal de um “novo Brasil”.

As últimas décadas do século XVIII e as iniciais do século XIX foram um período marcado por grandes transformações na Europa no campo político, social e econômico. O historiador Eric Hobsbawm definiu esse momento como “Era das Revoluções” justamente por estar engolfado no seio das transformações geradas pela Revolução Inglesa e Revolução Industrial¹⁰⁸, isto é, uma onda profunda de transformações no campo da economia e da política que surtiram efeitos em todo o mundo ocidental.

Portugal foi profundamente afetado por esse contexto. A partir de meados do século XVIII, a relação colonial passou por mudanças, configurando, nas palavras de Jobson Arruda, um novo padrão de

¹⁰⁸ HOBBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 15.

colonização¹⁰⁹. Nesse novo momento, as relações e, principalmente, a integração entre metrópole e colônia sofreram sensíveis transformações. A colônia deixava de ser apenas fornecedora de gêneros tropicais e passava a fornecer matérias primas para a nascente indústria metropolitana. Portugal, por sua vez, utilizava esses gêneros e matérias primas para sustentar um início de industrialização e manter sua balança comercial favorável com as demais nações europeias¹¹⁰. Deixava, assim, de depender tanto dos manufaturados estrangeiros e abastecia, ela própria, o mercado colonial com manufaturas domésticas. Foi essa conjuntura de prosperidade econômica que as guerras napoleônicas, com a consequente mudança da família real e abertura dos portos brasileiros, vieram a alterar¹¹¹. Nesse contexto, insere-se o que se delimita como primeiro momento nas ideias econômicas sobre a colonização.

Uma das mais conhecidas obras sobre as relações entre metrópole e colônia é a do Bispo Joaquim José da Cunha Azeredo Coutinho. O autor nasceu na Vila de São Salvador do Campo dos Goitacases em 8 de setembro de 1742. Filho de uma família abastada da região, cuja linhagem remontava ao primeiro capitão do Espírito Santo e ligada à produção canavieira na região norte-fluminense. Primogênito, dedicou-se à administração dos negócios da família até 1775, quando deixou a colônia para dedicar-se ao estudo de Direito Canônico na Universidade de Coimbra. Ao longo de sua trajetória foi deputado do santo ofício, bispo de Olinda e bispo de Elvas. Em 1821,

¹⁰⁹ARRUDA, José Jobson de Andrade. "Decadência ou crise do Império Luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII". *Revista da USP*, São Paulo, n. 50, p. 66-79, 2000.

¹¹⁰ARRUDA, José Jobson de Andrade. "O sentido da colônia. Revisitando a crise do antigo sistema colonial no Brasil (1780-1830)". In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. 2. ed. rev. e ampl. Bauru, São Paulo, Lisboa: EDUSC, UNESP, Instituto Camões, 2001.

¹¹¹ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Ática, 1980. Ver principalmente o cap. V.

foi eleito deputado das Cortes pelo Rio de Janeiro, tendo falecido antes de assumir o cargo, em 12 de setembro de 1821¹¹². Azeredo Coutinho foi o autor português cujos textos tiveram maior circulação pela Europa em sua época, tendo traduções para o inglês, alemão e francês, além de ter suas ideias sobre a escravidão africana debatidas na conferência de Verona, parte do congresso de Viena¹¹³.

Ressalta-se, assim, que para além da relevância do autor e de seus escritos no mundo luso-brasileiro, suas reflexões estavam conectadas em uma rede mais ampla. Era leitor dos autores clássicos do pensamento econômico de sua época, que lhe forneceram elementos fundamentais para a formulação de um pensamento original sobre as questões do Império Português, sendo seus textos lidos e debatidos por seus pares na Europa¹¹⁴.

Dada à importância de sua obra, Azeredo Coutinho foi tema de amplos estudos e de interpretações bastante controversas. Seus escritos foram apropriados tanto por autores que o concebiam como

¹¹²CANTARINO, Nelson Mendes. *A razão e a ordem: o Bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho e a defesa ilustrada do antigo regime português (1742-1821)*. 2012. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, pp. 37-39.

¹¹³Os dados são de Nelson Cantarino que, em sua tese de doutorado afirma que o Ensaio Econômico sobre o Comércio de Portugal e suas Colônias teve três edições portuguesas (1794, 1816 e 1828), três em inglês (1801, 1816 e 1807), duas em alemão (1801 e 1808) e uma em francês (1803). Sobre o debate de suas obras no congresso de Viena, o autor baseia-se nas informações fornecidas por João Manuel Pereira da Silva. CANTARINO, Nelson Mendes. *A razão e a ordem, op. cit.*, p. 21. Jorge Pedreira destaca que os textos de Azeredo foram ainda resenhados em revistas francesas e inglesas. PEDREIRA, Jorge Miguel. Introdução. In: COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. *Ensaio Econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias*. Lisboa: Banco de Portugal. Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Econômico Português, Volume 3, 1992, p. XIII.

¹¹⁴Sobre a questão da originalidade do pensamento luso-brasileiro ver: CARDOSO, José Luís. " Circulating economic ideas: adaptation, appropriation, translation", In: CUNHA, Alexandre Mendes e SUPRINYAK, Carlos Eduardo. *The Political Economy of Latin American Independence*. London, New York: Routledge, 2016; CUNHA, Alexandre Mendes. Political Economy and Latin American Emancipation from the 19th to the 20th Century: originality, adaptation, and critique in the economic discourse. In: 43rd Annual Conference of the History of Economic Society, 2016, Durham, NC. Proceedings of the 43rd Annual Conference of the History of Economic Society. Durham, NC: HES, 2016;

expoente da nacionalidade brasileira, como o português Laranjo e o brasileiro Varnhagen, quanto por autores que o associavam a face visível da metrópole no ultramar, senhor de engenho, escravagista e conservador, como José Honório Rodrigues¹¹⁵.

Nelson Werneck Sodré, em trabalho da década de 60, enquadra o Bispo dentro de lealdades, as quais sua posição social o compeliavam: à coroa portuguesa e à Igreja católica. Assim, o autor destaca que é dentro deste quadro, de proprietário da elite da terra, de agente da coroa e da Igreja católica que suas obras devem ser compreendidas. Apreende-se assim o porquê em nenhum momento tenha proposto a quebra do sistema colonial, mas sim, sua adaptação e transformação para que fosse benéfico aos dois lados do Atlântico¹¹⁶.

Sobre as propostas econômicas de Azeredo Coutinho, Nelson Cantarino destaca que seus argumentos giraram sempre em torno da ideia de que a prosperidade econômica é a base para a manutenção dos Estados e que, assim sendo, esse deveria ser seu maior objetivo. Dessa forma, o projeto reformista defendido por ele seria o propulsor da reinserção de Portugal como potência europeia¹¹⁷.

Em 1794, o prelado publicou o *Ensaio Econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias*, seu texto mais conhecido, no qual suas ideias sobre a questão colonial ficam mais claras. Nele o autor destaca que quanto maior for a produção das colônias, maior a prosperidade geral para o Reino de Portugal, pois quanto maior a produção de um país, maior será seu excedente e seu comércio, mais sua população estará ocupada e, assim, maior será sua riqueza. Dessa forma, para ele, se as colônias produzissem muito e, por isso, se tornassem credoras da metrópole, tanto melhor para a ela, pois esta poderia vender muito para as demais nações e, assim, tornar-se

¹¹⁵CANTARINO, Nelson Mendes. *A razão e a ordem*, op. cit., pp. 39-40.

¹¹⁶SODRÉ, Nelson Werneck. *A ideologia do colonialismo. Seus reflexos no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1965. (1 ed. 1961), pp. 20-39.

¹¹⁷CANTARINO, Nelson Mendes. *A razão e a ordem*, op. cit., p. 11.

ainda mais credora em relação a elas. Sendo assim, mantendo uma relação de comércio favorável com a metrópole a colônia se manteria sempre vinculada a ela, de maneira espontânea¹¹⁸.

Nessa perspectiva, o exclusivo colonial era avaliado como positivo, tanto para a colônia quanto para a metrópole: a primeira por que contava com a proteção da metrópole, que zelava pela segurança dos colonos e dos seus bens e, por sua vez, a metrópole que gozava de mercado privilegiado para suas produções.

A metrópole, por isso que é mãe, deve prestar às colônias suas filhas todos os bons ofícios e socorros necessários para a defesa e segurança das suas vidas e dos seus bens, mantendo-se em uma sossegada posse e fruição dessas mesmas vidas e desses bens.

Esses benefícios pedem iguais recompensas e, ainda, alguns justos sacrifícios; e, por isso, é necessário que as colônias também, da sua parte, sofram: 1) que só possam comercializar diretamente com a Metrópole, excluía toda e qualquer nação; 2) que não possam as colônias ter fábricas, principalmente de algodão, linho, lã e seda, e sejam obrigadas a vestir-se da manufatura e industria da Metrópole. Dessa sorte, os justos interesses e as relativas dependências mutuamente serão ligadas”¹¹⁹

Quanto às potencialidades da colônia, descrevendo as características das regiões brasileiras e sua hidrografia, o autor destacava, em 1804, que “este país é fertilíssimo, o mais próprio para a agricultura: é todo comunicável por muitos rios e grandes lagoas, muito povoado de engenhos de açúcar e muito abundante de gado e cavalgadas”. Em outra passagem, afirmava que “a América é o tesouro do mundo, o Brasil é o tesouro da América”¹²⁰.

¹¹⁸COUTINHO, J. J. Azeredo. “Ensaio Econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias”, In: *Obras econômicas de J. J. da Cunha Azeredo Coutinho (1794-1804)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 150-155.

¹¹⁹*Idem*, p. 155.

¹²⁰COUTINHO, J. J. Azeredo. “Discurso sobre o estado atual das minas do Brasil”, In: *Obras econômicas, op. Cit.*, pp. 233 e 213.

Outro autor relevante, com uma posição semelhante relativa ao tema foi D. Rodrigo de Souza Coutinho. Nascido em Chaves, em 1745, era filho de diplomata e foi batizado por Sebastião de José de Carvalho e Mello. Foi um dos primeiros alunos do colégio dos nobres e frequentou o curso jurídico da Universidade de Coimbra, após a reforma. Nomeado aos 23 anos, serviu como Ministro Plenipotenciário nas Corte de Sardenha e Turím, foi Secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos, Presidente do Erário Régio e Ministro e Secretário de Assuntos da Fazenda. Com a vinda da corte para o Brasil, assumiu a pasta da Guerra e Negócios estrangeiros¹²¹. Em suas viagens pela Europa, Souza Coutinho entrou em contato com os meios intelectuais da época, como d'Alembert, Laplace e o Abade Raynal. Pesquisador e entusiasta dos assuntos econômicos, era leitor das obras de Montesquieu, Adam Smith e Arthur Young, tendo tido a oportunidade de discutir suas ideias com este último, causando uma grande impressão no autor inglês¹²².

Andrée Mansuy Diniz Silva, maior estudiosa da obra de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, destaca o fato de o autor ser "leitor atento das obras mais significativas da economia política" e "observador atento das reformas dos governadores esclarecidos do século". Ademais, destacava-se como "um homem das Luzes", "em sintonia com os progressos e as reformas dos estados mais avançados do seu tempo"¹²³. José Luís Cardoso, além de ressaltar

¹²¹CARDOSO, José Luís. (org.). *Dicionário Histórico de Economistas Portugueses*. Lisboa: Temas e debates, 2001, pp. 114-118.

¹²²SILVA, AndréeMansuy Diniz. "Introdução". In: *SILVA, AndréeMansuy Diniz (org.). D. Rodrigo de Souza Coutinho. Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*, Lisboa: Banco de Portugal, 1993, t. I, p. XV.

¹²³*Idem*, p. XXIII. Andrée Mansuy aponta ainda três grandes referências "domésticas" ao pensamento e conduta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho: D. Luís da Cunha, o Marquês de Pombal e Francisco Ribeiro Sanches (p. XXXVII). O estudo mais detalhado da autora acerca de D. Rodrigo de Souza Coutinho encontra-se em SILVA, Andrée Mansuy Diniz. *D. Rodrigo de Souza Coutinho, comte de Linhares: portrait d'un homme d'Etat*. Paris: Centre culturel Calouste Gulbenkian ; Lisbonne : Commission nationale pour les commémorations des découvertes portugaises, 2v., 2002.

seu conhecimento de obras de doutrinas teóricas mais atuais de sua época, destaca a sua capacidade de “adaptar criadoramente” esses modelos de interpretação para a realidade concreta do Reino. Tais adaptações para a prática econômica são mais claras na sua atividade um Ministro ativo, cujas ações eram baseadas em “uma sólida formação e de uma consolidada estrutura de pensamento”¹²⁴. Ambos os autores destacam a existência de um conjunto de ideias básicas de Souza Coutinho, que configuram um *programa de ação* que interligaria os preceitos teóricos defendidos em seus textos e as ações políticas adotadas por ele.

Em 1797, D. Rodrigo de Souza Coutinho escreveu uma Memória sobre as relações entre Portugal e os seus Domínios Ultramarinos. O autor destacava que o Reino era formado pelas diferentes partes da monarquia, em todos os continentes, sendo que Portugal (ou seja, a parte europeia) era a capital política e residência do Rei. Para ele, era essa configuração imperial que garantia a Portugal a manutenção de sua autonomia política na Europa e, ao mesmo tempo, era a portadora das grandes potencialidades econômicas do Reino. Afirmava, assim, que

Os domínios de Sua Majestade na Europa não formam senão a capital e o centro de sua vastas possessões. Portugal reduzido a si só, seria dentro de um breve período uma província de Espanha, enquanto servindo de ponto de reunião e de assento à monarquia (...) é sem contradição uma das potências que tem dentro de si todos os meios de figurar conspícua e brilhantemente entre as primeiras potências da Europa¹²⁵.

¹²⁴CARDOSO, José Luís. *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII. 1780-1808*. Lisboa: Estampa, 1989, pp. 128-129.

¹²⁵COUTINHO, D. Rodrigo de Souza. “Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América (1797 ou 1798)”, In: SILVA, AndréMansuy Diniz (org.). *D. Rodrigo de Souza Coutinho. op. cit.*, t. II, p. 48.

No campo da economia, o autor afirmava que as conexões que uniam as diferentes partes eram naturais, espontâneas e fontes de felicidade e prosperidade para todas as partes do Império. Desta forma, diferentemente do que acontecia com as colônias inglesas e espanholas, que tendiam a se desunir de suas metrópoles, Portugal tendia para a união e para manutenção de seu *status* imperial na Europa. Referia-se então ao nexo feliz que unia as diferentes partes do império português, tornando-as interdependentes e prósperas.

Talvez sem o feliz nexos que une os nossos estabelecimentos, ou eles não poderiam conseguir o grau de prosperidade a que nossa situação nos convida, ou seriam obrigados a renovar artificialmente os mesmos vínculos que hoje ligam felizmente a monarquia e que nos chamam a maiores destinos, tirando desse sistema todas as naturais consequências¹²⁶.

De forma similar à concebida Azeredo Coutinho, D. Rodrigo de Souza Coutinho acreditava que as partes da monarquia tinham especificidades que as faziam importantes para a unidade do Império. Todas eram funcionais para manter-se o balanço e a unidade e para fazê-la mais forte frente às demais potências europeias.

Outros autores contemporâneos também expressaram ideias similares como, por exemplo, Manoel Joaquim Rebelo, ao afirmar que o comércio interior do Império era a forma mais expressiva e vantajosa para o reino, pois dele poderiam se tirar os insumos produzidos nas diversas partes do mundo e favorecer a produção manufatureira da metrópole, numa clara alusão ao processo de divisão do trabalho¹²⁷.

¹²⁶*Idem*, p. 48

¹²⁷CASTRO, Armando (org). *Economia política feita em 1795 por M.J.R.* Lisboa: Banco de Portugal, 1992. Para análise mais detalhada sobre Manoel Joaquim Rebelo ver: CARDOSO, José Luís. *O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII, op. cit.*, pp. e VILAGRA, Bruno. Manuel Joaquim Rebelo: Theories on goods and value, and the freedom of economic agents. In: 18 th European Society

Ana Rosa Cloclet da Silva ressalta que esses elementos do pensamento político e econômico, sobretudo metropolitano, orientaram uma nova definição da política colonial que visava construir uma “nova unidade imperial”, da qual o Brasil figurava como parte principal. Ao mesmo tempo, essas tentativas dependiam de uma “domesticação” dos setores brasileiros que, ao contrário, acabaram desenvolvendo uma consciência da situação colonial e mesmo divergências com a metrópole a partir das tentativas de implementação desses processos reformistas¹²⁸.

A emergência dessas ideias de complementariedade econômica, segundo Bruno Vilagra, ocorreu em um momento de confluência de ideias reformistas e ilustradas em Portugal e que podem ser interpretadas segundo uma perspectiva de mercantilismo ilustrado. Seguindo a senda aberta por Fernando Novais e José Luís Cardoso, o autor aponta como essa perspectiva valorizaria o ecletismo e as medidas pragmáticas para a solução da questão do atraso português em relação ao resto da Europa, mas sem contudo romper com a ideologia da colonização¹²⁹.

A mudança da corte e da família real para o Brasil e a abertura dos portos brasileiros em 1808 trouxeram mudanças significativas para o contexto luso-brasileiro. Para Portugal, a mudança significou a perda do controle efetivo político e econômico da colônia que passava a ser a sede da administração de todo o Império e ficava livre do monopólio exercido por Portugal via pacto colonial¹³⁰.

for the History of Economic Thought. Liberalisms: Perspectives and Debates in the History of Economic Thought. Lausanne: University of Lausanne, 2014.

¹²⁸SILVA, Ana Rosa Cloclet da. *Inventando a nação. Intelectuais Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2006, p.169.

¹²⁹ VILAGRA, Bruno Ricardo Souza. Manuel Joaquim Rebelo e o Pensamento Econômico Português na crise do Império luso-brasileiro. *Tese de doutorado defendida no PPGHE*. São Paulo: FFLCH/USP, 2017.

¹³⁰Sobre a abertura dos portos ver: ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808*. 1. ed. Bauru: EDUSC, 2008; OLIVEIRA, Rubens Valente de e RICUPERO, Rubens (orgs.). A

Os mecanismos burocráticos de administração, as decisões políticas e as repartições públicas passavam agora ao Rio de Janeiro, deixando Lisboa governada por uma regência que, em última instância, estava subordinada ao Monarca. No campo econômico, Portugal sofreu também duros golpes: além da perda dos fluxos mercantis brasileiros, que não mais passavam obrigatoriamente por portos metropolitanos, a guerra em território português desarticulou as produções agrícola e manufatureira existentes no país, que para se rearticular enfrentariam a concorrência da produção inglesa nos portos abertos¹³¹.

O final do conflito europeu deu lugar a uma série de mudanças na situação Portuguesa. A necessidade de participação no Congresso de Viena levou D. João VI a declarar o Brasil Reino Unido de Portugal, mantendo a corte no Rio de Janeiro. Somando-se a isso, a grande diminuição dos fluxos comerciais com o Brasil, desde a abertura dos portos, era mais um elemento que contribuía para que Portugal se encontrasse em um momento de grave crise econômica¹³². Foi esse contexto de dúvidas e incertezas que possibilitou a eclosão da revolução de 1820, de cunho liberal.

Conforme discutimos no capítulo anterior, o movimento revolucionário objetivava o retorno da administração e da corte para Lisboa, uma vez que os motivos de sua mudança haviam cessado, e a formulação de uma constituição a qual o Rei ficaria sujeito, governando de forma constitucional. O lugar do Brasil no Estado, suas relações com Portugal, sua participação e submissão às decisões das cortes foram tópicos que ocuparam o debate político e a opinião

Abertura dos Portos São Paulo: Editora Senac, 2007; MARTINS, Ismênia e MOTTA, Marcia(orgs.). 1808. *A corte no Brasil*. Niterói: Editora da UFF, 2010.

¹³¹Cf. PANTALEÃO, Olga. "A presença inglesa". In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, v.3.,9. Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, pp. 75-114.

¹³²PEDREIRA, Jorge M. V. *Estrutura industrial e mercado colonial. Portugal e Brasil (1780-1830)*. Lisboa: Difel, 1994.

pública da época¹³³. Os brasileiros foram convocados a fazer eleições e enviar representantes para as assembleias constituintes mostrando, assim, que o movimento revolucionário objetivava estreitar os laços econômicos com o Brasil, abalados pela abertura dos portos e pela transferência da corte¹³⁴.

Esse contexto inicia o que delimitamos como segundo momento no campo das ideias econômicas sobre a colonização. Nesse momento, diante na inevitabilidade da abertura dos portos e da liberdade do comércio brasileiro, pensam-se alternativas para a reconfiguração das relações com o Brasil, que se adequassem à nova realidade, mas que mantivessem os laços entre as partes da monarquia.

O debate político dessa época toma uma nova dimensão, havendo uma multiplicação de panfletos, periódicos e textos escritos sobre as divergências políticas e os projetos para o Brasil e para Portugal.¹³⁵ Expoente do debate e uma das análises mais bem fundamentadas e propositivas para o período é o texto *Reflexões sobre a necessidade de promover a união dos estados de que consta o Reino-Unido de Portugal, Brazil e Algarve nas quatro partes do mundo*. O texto, publicado anonimamente em 1822, em Lisboa, é atribuído a Joaquim José Pedro Lopes¹³⁶. Estima-se que o autor

¹³³Lúcia Maria das Neves definiu esse momento como a "guerra das penas" pela grande quantidade e circulação de escritos sobre a questão do Brasil. Ver: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. "A 'guerra das penas': os impressos políticos e a independência do Brasil" In: *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, n. 8, 1999, pp. 41-65.

¹³⁴Não entraremos aqui na polêmica sobre a participação dos deputados brasileiros nas cortes constituintes, sobre o caráter ou não recolonizador das mesmas e qual sua influência no desencadeamento do processo de independência. Para essas temáticas ver: BERBEL, Márcia R. . *A Nação Como Artefato. Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas*. São Paulo: Hucitec / FAPESP, 1999 e ROCHA, AntônioPenalves. *A recolonização do Brasil pelas cortes*. São Paulo: UNESP, 2009.

¹³⁵NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. "A 'guerra das penas', *op. cit.*, p. 16.

¹³⁶O texto foi publicado anonimamente em Portugal, em 1822. Emília Vioti da Costa, em 1977, cita o texto atribuindo-o a José Vicente Gomes de Moura. Na bibliografia da impressão régia, de 1993, Ana Maria Camargo e Rubens Borba de Moraes, atribuem a autoria das Reflexões a Joaquim José Pedro Lopes. Em artigo de 1999, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves segue a indicação da bibliografia da

nasceu em 1778, foi estudante nas aulas de comércio e que pode ter desenvolvido atividades como caixeiro em uma loja. Foi oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, correspondente da academia Real das Ciências de Lisboa e Redator da Gazeta de Lisboa. Após os abalos políticos sofridos no reino, em 1833 foi destituído de seus cargos, tendo-se notícias que passou seus últimos dias em situação de penúria¹³⁷.

O texto das Reflexões objetivava ser uma resposta aos debates circulados em cartas e outros panfletos sobre o local mais adequado para instalação da corte e do centro administrativo do Império (Rio de Janeiro ou Lisboa) e o papel das partes constituintes do mesmo¹³⁸. O autor inicia o texto exaltando as qualidades do território brasileiro e suas potencialidades econômicas e populacionais:

De tantos cuidados he digno o Reino do Brazil, já
pela sua extensão que o torna capaz de população igual
a da Áustria, França ou Rússia; já pela espantosa

impressão régia e atribui a autoria à José Pedro Lopes. O exemplar do impresso sob guarda da biblioteca nacional, traz na página de rosto, manuscrita a atribuição de autoria ao mesmo autor, embora o site da instituição inclua o nome de José Vicente Gomes de Moura como colaborador. De acordo com essas indicações, optamos por creditar a autoria a Joaquim José Pedro Lopes, como autor provável da obra. COSTA, Emília Vioti da. *Da monarquia à república: momento decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999 (1 ed. 1977); CAMARGO, Ana Maria de Almeida e MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: Edusp, 1993, v. 1., p. 254 e 255; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. "A 'guerra das penas': os impressos políticos e a independência do Brasil" In: *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, n. 8, 1999, p. 11; LOPES, Joaquim José Pedro. *Reflexões sobre a necessidade de promover a união dos estados de que consta o Reino-Unido de Portugal, Brazil, e Algarve nas quatro partes do mundo*. Lisboa, Portugal: Tipog. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1822. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/drg1416557/drg1416557.pdf>. Acesso em: 15 out. 2016.

¹³⁷SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario BibliographicoPortuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860, 22v., v.4, p. 107 e ss. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/016843-05>. Acesso em: 15 de out. de 2016.

¹³⁸LOPES, Joaquim José Pedro. *Reflexões sobre a necessidade de promover...*, op. cit., pp. 6 e 7. Para as referências dos documentos citados na polêmica ver: CAMARGO, Ana Maria de Almeida e MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*, op. cit., p. 254 e 255.

abundancia de seus productos vegetais, que tem para seu consumo e exportação; já pela cópia de suas riquezas mineraes que o fazem Monarchia verdadeiramente preciosa (...) ¹³⁹

Para realizar essa possível grandeza do Império, o autor advogava a necessidade de um sistema político que, menos preocupado com a localização da corte ou do centro administrativo, se compromettesse com a união das partes do Império, na forma de “(...) hum bem calculado systema, que satisfizesse às precisões, e dependências dos Portugueses Europeus, e unisse estreitamente os Reinos de Portugal, Brazil, e Algarves pelos vínculos de recíprocos interesses” ¹⁴⁰.

Nesse sentido, avaliava que

Antes da partida de Sua Magestade para o Brazil existia este systema accommodado as circumstancias desse tempo. Posta depois a Corte no Brazil, mudarão-se as relações deste Reino com Portugal; e dos mais Estados com a Corte; e por isso de duas huma, ou devia-se conservar o antigo systema modificado, põem segundo as novas circuntâncias, ou formar-se outro systema. Com tudo nenhuma destas duas cousas se praticou (..) ¹⁴¹

Dessa forma, nas atuais circunstâncias em que se encontrava o Reino, a abertura dos portos brasileiros às nações amigas não significava um benefício para o Brasil em detrimento da metrópole portuguesa, mas sim um prejuízo para ambos, que acabavam indiretamente sendo submetidos à Inglaterra. Nas palavras do autor,

Seguiu-se mais a decadência da Marinha, e a falta de ouro que os estrangeiros varrem dos mais recatados cantos do Reino-Unido: e se os estrangeiros já dizem,

¹³⁹ LOPES, Joaquim José Pedro. *Reflexões sobre a necessidade de promover...*, op. cit., p. 9.

¹⁴⁰ *Idem*, p. 4.

¹⁴¹ *Idem*, p. 16.

que Portugal he colônia de Inglaterra, agora podem também dizer que são colônia de Inglaterra Portugal, Brazil e Algarve¹⁴²

Percebe-se, assim, que embora a argumentação do autor mantenha alguns lugares comuns com os trabalhos do período anterior, sobretudo a temática da grandeza e potencialidades do Império Português, existe agora uma compreensão da alteração das relações entre metrópole e colônia, que tornava impossível a manutenção do sistema de relações então vigente. Era essa nova relação que devia ser buscada e sistematizada para que se mantivesse a unidade e prosperidade do Império, ou seja, para o autor existia uma fórmula de arranjo possível, vantajosa para todas as partes, em que a Monarquia e o Império Português como um todo pudessem sair fortalecidos.

Com o avanço dos distúrbios políticos e do desgaste entre as relações entre Brasil e Portugal, as possibilidades de restauração da colonização e de manutenção do Império ficaram cada vez mais difíceis. A conjuntura econômica do Reino inspirou, então, as cortes constituintes a nomearem uma comissão, composta por mercadores da Praça de Lisboa, para escrever um relatório sobre a situação comercial da praça e propor os meios mais efetivos para solucioná-la. O resultado desse projeto foi publicado quase simultaneamente em Portugal e no Brasil. No Reino, como parte de memória dos trabalhos da comissão, no Brasil, como projeto independente, publicado em separado¹⁴³.

O documento avaliava que, mesmo que a situação levasse a uma separação política definitiva entre Portugal e o Brasil, era

¹⁴²*Idem*, p. 17.

¹⁴³*Memória dos trabalhos das comissão para o melhoramento do comércio nesta cidade de Lisboa, creada por determinação das Cortes Geraes, Extraordinárias, e constituintes da Nação Portuguesa [...]*, Lisboa: Tipografia Rollandiana, 1822; *Projecto da Comissão do Melhoramento do Commercio acerca das relações comerciais entre Portugal e o Basil*, Rio de Janeiro: Typogafia de Moreira e Garcez, 1822.

possível e desejável que as relações econômicas e comerciais entre os dois lados do Atlântico se mantivessem, buscando uma possível continuidade com o momento anterior

Ainda que a natureza nos tenha desunido do Brasil, com tudo a origem commum, a identidade de caracter, Religião, e linguagem, a communhão das Leis, a nossa posição Geográfica, sotoposta ao Brasil no extremo Occidental da Europa, a bondade de nossos portos, e sobre tudo Lisboa, parece que nos tem unido mercantilmente de huma maneira indissolúvel¹⁴⁴

Dessa forma, espelhando-se no modelo liberal, as relações de Brasil e Portugal deveriam ser baseadas num sistema de comércio livre

Para firmarmos agora nossas mútuas relações com o Brasil, cumpre essencialmente que seja livre e franco o Commercio entre este, e aquelle Reino; meio que a Commissão julga único de consolidar a nossa união tão solemnemente proclamada, assegurando-nos por isso recíprocas vantagens¹⁴⁵.

O projeto apontava também, como entraves ao desenvolvimento dessa relação, os seguintes pontos: a não atualização das pautas alfandegárias de Portugal, que fazia com que os produtos estrangeiros fossem mais baratos no Brasil que no Reino; a não observância da proibição de navios estrangeiros no comércio de cabotagem; a manutenção dos direitos de saída elevados para os produtos industriais que se vendem ao Brasil; os direitos de entradas e saída que pagam as remessas de metal e dinheiro; a não proteção da indústria portuguesa, que não tinha vantagem nenhuma nos portos do Brasil; as desigualdades das pautas de exportação e importação nos diversos portos; os excessivos emolumentos

¹⁴⁴*Projecto da Comissão..., op. Cit., p. 3.*

¹⁴⁵*Idem, p. 4.*

alfandegários; a desigualdade das medidas; a falta de inspeção da qualidade dos gêneros, entre outros¹⁴⁶.

Entre as propostas de ação, sugeria que continuasse a se considerar o comércio entre Brasil e Portugal como o comércio de províncias do mesmo Reino, atentando-se para a diminuição dos direitos nessas transações. A ideia central é que, havendo condições favoráveis, os fluxos mercantis já consolidados ao longo de anos de relações intrainimperiais seriam mantidos e Portugal poderia, assim, conservar posição de entreposto do comércio entre Europa e América.

Outros autores também perceberam a irreversibilidade do processo de independência e tentaram buscar novas perspectivas para às relações luso-brasileiras. Silvestre Pinheiro Ferreira sublinhava, no mesmo ano, a impossibilidade de retorno do Brasil a categoria de colônia, não se tratando de um capricho dos brasileiros, mas de uma realidade irreversível, imposta pelo contexto histórico¹⁴⁷.

O eixo comum entre todas essas análises era a irreversibilidade do processo em curso e a necessidade de adaptação das estruturas econômicas coloniais para darem conta da nova realidade. Mesmo lidando com a iminente separação política entre Portugal e Brasil, os diagnósticos da economia portuguesa e a solução da crise econômica pela qual passava o reino se direcionavam a ele, buscando manter as relações de complementariedade entre as duas economias, fora da moldura de política colonial e revestida de princípios baseados nos fundamentos da economia política e do liberalismo.

A partir do reconhecimento da independência do Brasil, em 1825, houve o abandono das pretensões de recompor o Império Atlântico centrado no Brasil. Nessa conjuntura, que caracteriza o terceiro momento para as ideias econômicas sobre a colonização, o projeto liberal ganha força no discurso econômico. Figura de transição entre o segundo e o terceiro momentos e um dos maiores expoentes

¹⁴⁶*Projecto da Comissão...*, op. Cit., pp. 6-22.

¹⁴⁷NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. "A 'guerra das penas', op. cit., p. 15.

do liberalismo português do começo do século, José Xavier Mouzinho da Silveira escreveu diversos textos em que expunha suas proposições sobre a questão.

Mouzinho da Silveira nasceu no Alentejo em 1789, em uma família de proprietários rurais. Frequentou o curso de Leis da Universidade de Coimbra e em 1809 ingressou na magistratura. Foi arrecadador da fazenda e em seguida Ministro da Fazenda, em 1823. No período das guerras civis, se exilou nos Açores, onde se tornou porta voz dos desígnios liberais de D. Pedro, sendo um dos grandes legisladores do regime posterior. Faleceu em 1849¹⁴⁸.

Ao longo da década de 20, principalmente nos anos finais, o autor produziu uma série de artigos para pareceres, falas e minutas, em que avaliava a situação colonial¹⁴⁹. Diante das circunstâncias concretas no Reino e adotando uma postura liberal, o autor descreveu as relações comerciais de Portugal com o Brasil no período do colonial de maneira negativa, destacando que não existia liberdade nas relações comerciais. Assim destacava dois momentos no comércio com o Brasil

É necessário distinguir o Brasil em duas épocas diferentes a 1ª é a das colônias, ou seja o direito de vender a [?] escravos, pelo que se lhe pedia, e o direito de lhes comprar pelo que se lhes oferecia: esta lei morreu, e bem haja S. M., que a revogou; e não volta mais decerto: nesse tempo sim, podiam ser consequências milhares de absurdos em administração,

¹⁴⁸ALEXANDRE, Valentim. "Mouzinho da Silveira e as Relações Económicas Externas", In: PEREIRA, Miriam Halpern; ALEXANDRE, Valentim; PINHEIRO, Magda (ed.). Obras de Mouzinho da Silveira. Lisboa: Fundação CaousteCulbenkian, 1989.

¹⁴⁹Sobre a inserção de Mouzinho da Silveira no liberalismo português, ver: MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Mouzinho da Silveira and the Political Culture of Portuguese Liberalism, 1820–1832, History of European Ideas, 2014, disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01916599.2014.914311> (Acesso em 03/2014); SÁ, Victor de. Notas sobre Mouzinho da Silveira. Revista da Faculdade de Letras: História, 01, 1984, p.203; BRANDÃO, Maria de Fátima; FEIJÓ, Rui Graça. O discurso reformador de Mouzinho da Silveira. Análise Social, vol. XVI (61-62), 1980, pp. 237-258.

em política, e em comércio, porque no fim de tudo, lá estavam os escravos, e o monopólio; que eram o ramo de ouro de Prosérpina, que nunca deixa de ser renovado: então podia Lisboa com direitos de reexportação de 27% e era um entreposto forçado: então podia a navegação ser luxuosa, e inepta, e de todo ronceira, e dispendiosa, e por isso ela só era boa na parte em que se tratava de salvação das vidas; porque no mais não lhe era necessário ser boa, e era de facto a pior do mundo (...).¹⁵⁰

Dessa forma, o autor avaliava que o comércio de Portugal, garantia à metrópole o posto de monopolista e podia dar-se ao luxo de ser ineficiente e caro, sem risco da concorrência externa. Além disso, em texto de 1826, o autor avaliava mais detidamente a composição do comércio colonial, concluindo que as transações do mesmo favoreciam as produções brasileiras, enquanto Portugal atuava mais como transportador de mercadorias estrangeiras

Além disto em todos os tempos, o que o Brasil comprava aos portugueses era quase tudo estrangeiro, e o que Portugal comprava no Brasil eram somente produções do Brasil; por consequência o Brasil não podia fazer maior soma de compras do que era a proveniente de suas aquisições interiores, e neste sistema pode o Brasil se não acelerar, ao menos não retardar o seu progresso lento, enquanto Portugal tendo fora do seu território os seus meios de subsistência pelo seu modo actual, sentio um choque violento, e uma deslocação de interesses, que não pode ser explicada naquela mesma época, na qual o Brasil recuperou a sua liberdade de comércio. Portugal tinha-se, para me explicar assim, retirado do circulo do mercado geral, e não pode de repente entrar para ele, por ter perdido na época do monopólio tudo quanto podia concorrer para esta entrada¹⁵¹.

¹⁵⁰SILVEIRA, José Mouzinho da "Considerações em defesa do projecto de criação do porto-franco de Lisboa, em resposta a objecções do Conde da Póvoa", s/d. In: PEREIRA, Miriam Halpern; ALEXANDRE, Valentim; PINHEIRO, Magda (ed.). *op. cit.*, pp. 875-876.

¹⁵¹SILVEIRA, José Mouzinho da. "Minuta de Parecer...", *op. cit.*, p.1026.

Dessa maneira, avaliava a condição colonial como

puramente legal, e nunca foi natural o comércio colonial, e que desde o acabamento da legalidade que teve lugar pela abertura dos portos do Brasil a todas as nações, acabou a causa única da sua existência: quem sendo por força não afronta mercados que não existem, e quem não pode afrontar os mercados que existem, não conhece o comércio natural”¹⁵².

Concluía, assim, que a principal medida que Portugal deveria adotar para recuperar-se da perda do Brasil e se recolocar dentro dos circuitos mercantis europeus era adaptar sua legislação para a nova situação, retirando tributos e encargos que só poderiam ser mantidos em um comércio restrito e monopolista. Num segundo momento, a saída apontada por ele era a transformação de Lisboa em porto franco, aproveitando as redes e os fluxos mercantis existentes para se tornar empório da Europa.

A partir da análise desses escritos pode-se perceber que, embora a saída percebida e proposta por Mouzinho da Silveira fosse muito semelhante àquela proposta no Projeto dos comerciantes de Lisboa, de 1821, o estadista tinha uma ideia muito mais precisa do que fora o sistema de colonização e comércio, sobretudo em relação ao Brasil, e de que maneira esse sistema não dava conta das novas realidades políticas e econômicas da época, sobretudo quando avaliadas sob o prisma do liberalismo econômico.

Com o falecimento de D. João VI, em 1826, a situação política em Portugal se degradou rapidamente. A abdicação de D. Pedro e outorga de carta constitucional deram ensejo à questão sucessória, que polarizou o país entre absolutistas e liberais, e que levou o Reino

¹⁵²SILVEIRA, José Mouzinho da. “Minuta de Parecer sobre a ruptura do pacto colonial em 1808, a decadência do comércio externo e os meios de fomentar as relações econômicas com o Brasil”(1826), In: PEREIRA, Miriam Halpern; ALEXANDRE, Valentim; PINHEIRO, Magda (ed.). *op. cit.*, p. 1027.

a um período de guerra civil, que durou até 1834¹⁵³. Durante esse período, pouco se falou ou escreveu sobre a questão colonial.

Em 1830, no entanto, advogando a causa miguelista, José Acúrsio das Neves publicaria as *Considerações políticas e commerciaes sobre os descobrimentos, e possessões dos portugueses na Africa e Asia*¹⁵⁴, especialmente para tratar da questão colonial.

Acúrsio das Neves nasceu em Cavaleiros de Baixo, localidade próxima a Coimbra. Filho de uma família abastada, como era de se esperar, frequentou o curso de leis da Universidade de Coimbra. Exerceu diversos cargos na então capitania dos Açores, chegando a presidir o governo interino da ilha. Em 1807 retornou a Lisboa. Diante da invasão francesa ao país, assume uma postura combativa, participando da resistência. Foi nessas atividades que sua figura se notabilizou, recebendo diversos cargos e honrarias após a expulsão definitiva dos invasores. Com a Revolução de 1820, assume uma postura conservadora, que manterá até o fim de sua vida. Opõe-se ao vintismo e apoia as pretensões de D. Miguel, sendo seus os principais textos de justificativa do regime. Após a queda do regime recolhe-se e esconde-se, mas é encontrado e executado em 1834¹⁵⁵.

¹⁵³Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.). Portugal e a Instauração do Liberalismo. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. Oliveira (eds.). Nova História de Portugal, vol X, Lisboa: Ed. Presença, 2002 e PEREIRA, Miriam Halpern; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo; SERRA, João B (orgs). *O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*. Lisboa: Sá da Costa, 1982, 2v.

¹⁵⁴ NEVES, José Acursio das. *Considerações políticas e commerciaes sobre os descobrimentos, e possessões dos portugueses na Africa e Asia*. Lisboa: Impressão Régia, 1830.

¹⁵⁵ NEVES, José Acursio das. "Memória sobre os meios de melhorar a indústria portuguesa, considerada nos seus diferentes ramos" [1820], In: *Obras completas de José Acursio das Neves*, v. 4: "Memória Económica-Política sobre a liberdade do comércio dos grãos, com a sua aplicação á Ilha dos Açores, e outros escritos económicos". Porto: Edições Afrontamento, 1983, p. 70-75. Sobre o autor, ver também: TENGARRINHA, José, "Neves, José Acúrsio das (1766-1834)", In: Serrão, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueireinhas, 1981, vol. IV; ALMODOVAR, António, "Acúrsio das Neves e a Penetração da Economia em Portugal", in *Obras Completas de José Acúrsio das Neves*, Porto, Ed. Afrontamento, Vol. III, pp. 81-110; CASTRO, Armando, "O Sistema Económico Conceitual de José

Em suas *Considerações* o autor faz uma descrição detalhada dos domínios coloniais que restaram a Portugal depois da ruptura com o Brasil¹⁵⁶, do estado em que se encontravam e dos meios mais próprios à retomada da atividade colonial. Para ele, manter a colonização era uma questão vital para a manutenção da grandeza de Portugal e se sua posição entre as potências europeias.

Tudo está mudado; e no mesmo momento, em que Portugal perder as sua colônias, perderá tudo o que lhe resta de sua antiga representação, e grandeza. (...) Discorrendo por todas elas, eu tenho vagado por dilatados campos, em que os meus olhos não tem descoberto senão ruínas; porém debaixo dessas existem terrenos mui fecundos, de que um bom agricultor pode tirar abundantes colheitas. Ainda temos algumas sementes para lançar a terra, é necessário serem bem administradas, e acudir em tempo com as providências oportunas, antes que se percam a terra, e as sementes. Essas providências devem ser gerais, combinadas e simultâneas, formando todas um só sistema (...) ¹⁵⁷.

Esse novo sistema de colonização visava formar um novo Brasil em território africano, incentivando-se a produção de gêneros agrícolas para o mercado europeu e a conexão direta com a metrópole, através de uma relação de exclusivo comercial. Embora concorresse com a América, o sucesso desse sistema se daria justamente pelo elemento que havia causado a decadência das colônias: o fim do tráfico de escravos. Era contando com a escassez de mão de obra enfrentada pelos estados do atlântico que se

Acúrsio das Neves”, in *Obras Completas de José Acúrsio das Neves*, Porto, Ed. Afrontamento, Vol. III, pp. 5-79.

¹⁵⁶ Para uma análise pormenorizada da obra e do estado das províncias ver, no capítulo 3 “A África de Acúrsio das Neves”.

¹⁵⁷ NEVES, José Acursio das. *Considerações políticas e commerciaes sobre os descobrimentos, e possessões dos portuguezes na Africa e Asia*, op. cit., pp. 349-350.

consolidaria a posição da África como grande produtora de matérias primas para os mercados europeus¹⁵⁸.

Outro elemento de reestruturação do sistema comercial com as colônias seria a formação de companhias de comércio, tanto abertas como monopolistas. O autor afirma seu conhecimento e concordância com os autores da Economia Política que desaconselham a formação de monopólios, e a preferência dos particulares como agentes econômicos. No entanto, afirma que esse princípio não se verificaria para as circunstâncias encontradas no ultramar. Para ele, somente através da união de grandes capitais, com promessas de vantagens e incentivos acima dos comuns e que se poderia financiar com estabilidade as empresas coloniais e agrícolas que deveriam se promover no Império Português. As companhias eram um dos meios essenciais para se recuperar o comércio colonial¹⁵⁹.

Sobre a aproximação de Acúrsio com as ideias liberais, Luís Alberto Marques Alves destaca que embora o autor se posicione entre os defensores da doutrina do liberalismo econômico, seu alinhamento com o absolutismo e sua defesa apaixonada da questão colonial faziam com que essa posição fosse muitas vezes controversa, como no caso do protecionismo, descrito acima. Para Alves, o colonialismo de Acúrsio das Neves era mais forte que sua vertente liberalizante, assim, o autor ressalta que mesmo sendo adepto do liberalismo clássico de Smith, na prática defende a necessidade de adaptação em função da posição de nação colonialista, que tinha sua economia dependente da integração com os espaços coloniais¹⁶⁰.

Foi só com o final do conflito que a temática voltou às discussões políticas e econômicas em Portugal, atreladas, novamente,

¹⁵⁸ NEVES, José Acursio das. *Considerações políticas e commerciaes sobre os descobrimentos, e possessões dos portugueses na Africa e Asia*, op. cit., pp. 229-230.

¹⁵⁹ *Idem*, pp. 333-337.

¹⁶⁰ ALVES, Luís Alberto Marques. "José Acúrsio das Neves, o "liberalista" colonizador". *Revista de História*, vol. 01, 1978, p. 352.

à questão da recuperação financeira do Reino. Foi nesse contexto que Sá da Bandeira formulou os planos de construção de um “novo Brasil”.

Sá da Bandeira nasceu em Santarém em 1795, em uma família de desembargadores. Começou carreira no campo militar, sendo voluntário nas guerras napoleônicas. Fez estudos no campo de artilharia e engenharia militar, realizando parte de sua formação em Londres. Nas guerras civis, alistou-se em favor da causa liberal, baseando-se na Ilha da Madeira. Ingressou na vida política do país em 1835, como Ministro da Marinha. Ao longo de sua carreira, ocupou diversos cargos e ministérios, destacando-se sua condição de Presidente do Conselho de Ministros, posição que ocupou por diversas vezes, e sua participação nos conflitos armados entre liberais e conservadores ao longo do século XIX¹⁶¹.

Ao longo de sua carreira política, sua maior preocupação foi à questão colonial, tendo elaborado planos para reestruturação do Império e para abolição da escravidão nas colônias portuguesas¹⁶². Em discurso, proclamado em 1836, exaltava aos seus pares as potencialidades dos domínios portugueses na África, apontando-os como via de recuperação econômica para o Reino. Na ocasião, afirmava que

nas províncias do Ultramar existem ricas minas de ouro, cobre, ferro e pedras preciosas. Em África podemos cultivar tudo quanto se cultiva na América; possuímos terras da maior fertilidade nas ilhas de Cabo Verde, Guiné, Angola e Moçambique, onde poderemos cultivar em grande o arroz, o anil, o algodão, o café, o

¹⁶¹PEREIRA, Esteves e RODRIGUES, Guilherme. Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Numismático e Artístico. Lisboa: João Romano Torres, s/d/. Disponível em: <http://www.arqnet.pt/dicionario/index.html>. Acesso em 16/10/2016.

¹⁶²SANTA RITA, José Gonçalo. Sá da Bandeira e a Política Ultramarina. Lisboa: Revista do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, vol. V, 1955, p. 7. Ver também: MARQUES, João Pedro. *Sá da Bandeira e o Fim da Escravidão. Vitória da Moral, Desforra do Interesse*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

cacau; numa palavra, todos os gêneros chamados coloniais, e todas as especiarias, não somente que bastem ao consumo de Portugal, mas que possam ser exportado em muito grandes quantidades para os outros mercados da Europa, e por menores preços que os da América, porque o cultivador africano não será obrigado a buscar, e a comprar os trabalhadores que são conduzidos da outra banda do Atlântico, como acontece ao cultivador brasileiro, o qual paga por alto preço, aumentado ainda pelo risco do contrabando, os escravos que emprega (...) Numa curta série de anos tiraremos os grandes resultados que outrora obtivemos de nossas colônias.¹⁶³

Dessa maneira, seu discurso retomava temática muito desenvolvida no período final da colonização brasileira, a saber, as potencialidades do Império Colonial Português, enumerando e discutindo os benefícios que a metrópole poderia e deveria tirar de sua exploração. Em outro momento do mesmo discurso, o autor afirmava que “Temos [Portugal] meios de recuperar o perdido, é um dever fazê-lo, e nem um só momento duvido que o poder legislativo habilitará o Governo para o conseguir”¹⁶⁴. Dessa maneira, conclamava os seus concidadãos e principalmente seus colegas políticos a tomarem medidas que possibilitassem a Portugal retomar o caminho de prosperidade econômica e comercial, através da colonização.

A partir desse momento pode-se dizer que as propostas sobre colonização passam a girar em torno da ideia de formação de um “novo Brasil” na África. Além disso, as formulações econômicas sobre o projeto colonial africano passariam a se basear no mito do Eldorado, ou seja, das potencialidades e riquezas disponíveis no

¹⁶³Apud, ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil, Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento, 2000, p. 93.

¹⁶⁴*Idem*, p. 94.

território colonial português e no mito do destino manifesto da nação portuguesa em ser detentora de um grande Império colonial¹⁶⁵.

Por fim, interessa notar que, embora estivessem em campos opostos na política nacional – um defensor do absolutismo miguelista e o outro muitas vezes defensor da ala radical entre os liberais- Acúrsio das Neves e Sá da Bandeira tinham propostas muito parecidas sobre as potencialidades do Império, a criação de um Novo Brasil na África e a necessidade de reformulação ou de criação de um sistema colonial para os domínios ultramarinos.

A partir da exposição das mudanças no contexto português e do modo como diversos autores, protagonistas do desenvolvimento de políticas econômicas e coloniais, avaliaram a situação percebe-se como as ideias sobre a colonização desenvolveram-se e ressignificaram-se ao longo dos anos finais do século XVIII e primeira metade do século XIX, de acordo com as mudanças do contexto político e econômico da Europa e da América.

Dessa forma, em um primeiro momento, de prosperidade econômica, as ideias de colonização e projetos coloniais centraram-se, sobretudo no Brasil e buscaram a complementariedade nas relações entre colônia e metrópole, promovendo uma espécie de harmonia nas relações sociais e políticas entre as partes constituintes do Império Português. Com as mudanças na conjuntura europeia e a impossibilidade de manter a neutralidade no conflito europeu, Portugal acaba adotando, como solução final, a mudança da corte e da administração do Império para o Brasil. A abertura dos portos brasileiros, os distúrbios causados pela guerra em território português e as novas condições políticas geradas após o conflito, inviabilizaram essa configuração econômica.

¹⁶⁵ ALEXANDRE, Valentim Alexandre, Valentim. *Origens do Colonialismo português Moderno..* Lisboa: Sá da Costa, 1979; _____. *A questão colonial no Parlamento (1821-1910)*. Lisboa: Don Quixote/ Assembléia da República, 2008.

A partir de então, a questão colonial e a economia portuguesa tiveram que ser vistas de uma nova perspectiva. A tônica desse segundo momento foi, então, tentar reorganizar os fluxos mercantis, os tributos e aduanas para dar conta da nova realidade política e econômica, visando, sobretudo a continuidade do comércio e das relações luso-brasileiras. Nesse momento, irromperam tensões entre a metrópole e a colônia, que passaram a ter interesses divergentes quanto às políticas econômicas e os modos de articulação política do Império. Essas tensões acabaram levando à ruptura das relações políticas e a independência da antiga colônia.

A independência da maior e mais importante colônia portuguesa abriu um terceiro momento nas ideias e projetos econômicos e coloniais em Portugal. Perdido o Brasil e imerso o Reino em uma grave crise política, iniciou-se um processo de guerra civil que só se resolveria em meados dos anos 1830. Após esse momento, a corrente liberal tentaria se consolidar no poder. Os projetos coloniais reaparecem nesse contexto, assumindo grande importância nos planos de recuperação econômica do Reino. Assim, foram criadas as mitologias do grande Eldorado de possibilidades econômicas das colônias africanas e a do destino manifesto, característica nata do povo português, que o levaria as empresas coloniais.

A análise desses momentos, portanto, leva a percepção de como em uma conjuntura de profundas transformações econômicas e políticas em todo o mundo Ocidental, os projetos coloniais mantiveram-se como ideia central para a viabilidade econômica de Portugal, transformando-se e adaptando-se à luz das teorias e correntes de pensamento então em voga, mas mantendo-se como uma das partes centrais dos projetos econômicos e políticos durante todo o período.

2. 2- A Monarquia Constitucional em Portugal

A partir da análise do contexto econômico e das ideias econômicas sobre a questão colonial, partiremos para a análise das formas como essas ideias influenciaram os debates parlamentares e a legislação sobre as colônias. Para isso, passaremos a uma análise mais detalhada sobre a forma de funcionamento da monarquia constitucional na primeira metade do século XIX para, então, avaliar como a economia política e a questão colonial eram discutidos pelos deputados.

Conforme discutimos no primeiro capítulo, a Revolução Liberal do Porto, em 1820, foi o ponto de partida de um novo período para a história política portuguesa denominado pela historiografia como a Monarquia Constitucional. A conjuntura da parte europeia do reino, após a saída da Corte para o Brasil, em 1807, explica, em parte, as causas da eclosão do movimento liberal. Para Isabel Nobre Vargues e Maria Manuela Tavares Ribeiro, a convocação de cortes como elemento de representação nacional e passível de formular leis fundamentais para o país foi a ideia “incendiária” em Portugal no final do século XVIII e início do século XIX, pois contestava a ordem absolutista vigente. Os projetos constitucionais e reformistas foram, então, responsáveis por inúmeras prisões até 1808¹⁶⁶, sendo uma das dimensões portuguesas dos processos de mudança pelos quais passava toda a Europa. Retomaremos então, as tentativas constitucionais e a estrutura política vigente nesse momento.

A primeira tentativa efetiva de instalação de um governo constitucional em Portugal ocorreu durante as invasões francesas. Inspirados pelas ideias revolucionárias, membros do “partido francês” elaboraram uma suplica ao governo de Junot para que este outorgasse uma carta constitucional para o reino de Portugal. Não se

¹⁶⁶VARGUES, Isabel Nobre; RIBEIRO, Manuela Tavares. “Estruturas Políticas: Eleições, Partidos Políticos e Maçonarias”, In: MATOSO, José (dir.). História de Portugal. Lisboa: Estampa, 1998, v.5, p. 156

tratava, no entanto, de um projeto bem formulado, mas sim de um conjunto de ideias que norteariam os governos daquele momento em diante e que, consequentemente, garantiriam o reconhecimento da soberania de Portugal como reino independente no concerto das potências europeias. Em conformidade com os princípios da Revolução Francesa, a súplica defendia a igualdade civil entre os estados da população e a independência dos poderes, sobretudo da administração da justiça. Entretanto, a despeito de tal solicitação, o pedido não foi atendido durante o período do domínio francês¹⁶⁷. Por conseguinte, o regime absolutista permaneceu, sob o ponto de vista judicial, relativamente inalterado nas duas primeiras décadas do século XIX.

Um segundo esforço de mudanças partiu do movimento revolucionário iniciado no Porto, em 1820, que colocou em pauta a questão da representação nacional. A convocação de cortes, como um congresso soberano, que elaboraria as leis fundamentais da nação, na forma de constituição, subtraía do Rei o papel de fonte de legitimidade e soberania e passava-o à nação, na forma de seus representantes eleitos¹⁶⁸. Sendo assim, optava-se por um princípio democrático de legitimidade, em detrimento de um princípio monárquico¹⁶⁹. Nesse sentido, a constituição de 1822 assumia um caráter revolucionário frente ao poder monárquico estabelecido.

Em 1821 as Cortes Extraordinárias e constituintes aprovaram as bases das constituição que se deveria aprovar. Tratava-se de preâmbulo, em 27 artigos, sobre os direitos e garantias em que se baseavam os princípios do governo. Nessas bases se afirmava a igualdade de direitos entre os cidadãos, a garantia da propriedade, da segurança e da liberdade de expressão dos cidadãos portugueses.

¹⁶⁷CANOTILHO, J. Joaquim Gomes. "As Constituições". In: MATOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1998, v.5, p. 126

¹⁶⁸VARGUES, Isabel Nobre; RIBEIRO, Manuela Tavares. "Estruturas Políticas: Eleições, Partidos Políticos e Maçonarias", op. cit., p.156

¹⁶⁹CANOTILHO, J. Joaquim Gomes. "As Constituições", op. cit., p. 129.

Quando finalizado, em 1822, o texto constitucional tinha a seguinte estrutura.

A nação portuguesa era doravante constituída por todos os portugueses de todos os hemisférios e de sua união advinha a soberania nacional. Essa soberania deveria ser exercida através da representação, legitimada através do processo eleitoral. No mesmo documento da carta, constava-se ainda a declaração dos direitos e deveres individuais dos cidadãos portugueses, em que se salientavam as garantias individuais dos cidadãos ao mesmo tempo em que esclareciam que as garantias individuais não consagravam direitos iguais de participação política a todos os cidadãos. Para prevenir a concentração de poder e aumentar a especialidade dos funcionários e responsáveis por cada setor de governação, a constituição estabeleceu a divisão de três poderes – Executivo, Legislativo e Judicial – que deveriam ser completamente independente uns dos outros.

O poder legislativo seria composto de uma única câmara, eletiva. Esta seria composta de 1 representante para cada 30.000 habitantes e seria responsável pela função legislativa, pelo rei e pela família real, pela aprovação de tratados internacionais e das forças armadas e pela divisão e aprovação dos tributos e do orçamento do Estado. Também competia ao legislativo a fiscalização e controle dos membros do executivo. O Poder Executivo era chefiado pela figura do Rei, embora sua autoridade proviesse agora da Constituição e não da hereditariedade ou por ser a representação do poder divino. A pessoa do Rei e sua família deveriam ser protegidos mas, ao mesmo tempo, aplicava-se o princípio de responsabilidade ao poder executivo. Suas funções eram a de sancionar leis e medidas votadas pelo judiciário, nomear e demitir os secretários de estado, nomear magistrados, nomear os comandantes das forças armadas, assinar as declarações de guerra e tratados com as nações estrangeiras. O Poder Judiciário ficava reservado aos magistrados, não podendo ser exercido ou sofrer

interferência dos outros poderes. Além desses poderes, ficava estabelecida a formação de um Conselho do Estado, composto por 13 integrantes, que deveriam ser chamados e ouvidos pelo rei em nas causas graves e questões constitucionais. A escolha desses conselheiros se daria pela Câmara, que apresentaria listas de possibilidades ao Rei, a quem recairia a escolha final¹⁷⁰.

A partir da vila-francada, inicia-se um período de reação ou de moderação dos princípios liberais. Em 1826, D. Pedro IV outorgou carta constitucional a Portugal, inspirada na Carta que havia formulado para o Brasil. Sendo uma iniciativa do príncipe, a formulação de uma constituição perdia seu caráter inicialmente revolucionário, voltando a legitimidade da outorga de leis e do documento constitucional a residir no monarca. Sendo assim, o ordenamento de toda a sociedade e políticas nacionais voltavam a emanar do soberano¹⁷¹. Apesar de toda a agitação política, a constituição de 1826 vigorou praticamente durante todo o século XIX, sendo possível descrever o funcionamento das estruturas políticas constitucionais através dela.

A constituição de 1826 aceitava a proposta de Estado Constitucional, compreendendo a constituição como forma de regulação jurídica sistemática. Animado por influências teórico-filosóficas, como a divisão de poderes sugerida por Montesquieu e por influências históricas, como a Revolução Francesa, D. Pedro engendrou modificações na estrutura política portuguesa. Não obstante, o *status quo* da situação política permaneceu inalterado em uma série de pontos. A concepção de divisão de poderes, por exemplo, foi implementada de forma assimétrica, reservando para o monarca uma grande margem de atuação na representação política. A constituição de 1826 representaria assim o diálogo entre tradição e modernidade, rupturas e permanências, tão emblemático da

¹⁷⁰ CANOTILHO, J. Joaquim Gomes. "As Constituições", op. cit., pp. 125-129.

¹⁷¹ *Idem*, p. 130.

trajetória do liberalismo português. A carta constitucional dividia o poder político em quatro instâncias: poder Executivo, Judiciário, Legislativo e Moderador.

Ao Poder Judiciário foi concedida a independência em relação aos demais poderes, não sendo especificadas em detalhes as normas de seu funcionamento. Era comparativamente o poder com maior liberdade de atuação, embora em alguns casos o Rei tivesse poder de suspender juízes de suas funções¹⁷², o que na prática garantia ao monarca possibilidade de controle e influência perante os membros do poder judiciário.

O Poder Executivo era liderado pelo Rei, no papel de chefe do Estado. Nessa atribuição, cabia-lhe a escolha dos Ministros¹⁷³, que dirigiriam as diversas pastas do executivo. Era também função do Rei o papel de presidente do conselho de Ministros, ou seja, era ele quem pautava o tom da composição do governo e era o responsável por levar ao Parlamento as questões de governação que precisavam de providências dos parlamentares. Inicialmente, o governo era dividido em seis ministérios: Negócios do Reino, Negócios Eclesiásticos e Justiça, Negócios da Fazenda, Negócios da Guerra, Negócios da Marinha e do Ultramar, Negócios do Estrangeiro. Esse arranjo sofreu poucas alterações tendo sido incorporados, a partir da década de 1850, os Ministérios das Obras Públicas e da Instrução Pública¹⁷⁴. Segundo Manuel Pintos dos Santos, no período entre 1834 e 1910, em que vigorou o regime de Monarquia Constitucional, foram formados 61 governos¹⁷⁵, ou seja, se considerado o período de 70

¹⁷²SANTOS, Manuel Pinto dos. *Monarquia Constitucional. Organização e Relações do Poder Governamental com a Câmara dos Deputados 1834-1910*, p. 203; CANOTILHO, J. Joaquim Gomes. "As Constituições", op. cit., p. 129.

¹⁷³Embora tradicionalmente os ministros fossem recrutados entre os membros do Parlamento, a legislação deixava os cargos a livre escolha do Rei, não havendo necessidade formal de que este fizesse sua escolha dentre os parlamentares. SANTOS, Manuel Pinto dos. *Monarquia Constitucional*, op. cit., p. 17.

¹⁷⁴SANTOS, Manuel Pinto dos. *Monarquia Constitucional*, op. cit., p. 25.

¹⁷⁵Cf. Mapa resumo do número de governos pelos monarcas reinantes. SANTOS, Manuel Pinto dos. *Monarquia Constitucional*, op. cit., p. 31

anos, os Governos tiveram uma duração média de 1,14 anos. Tais dados revelam a fragilidade da composição do Executivo, que estava sujeito a dissoluções e recomposições, o que dificultava a continuidade entre os projetos de governo.

O Rei detinha ainda as atribuições de Poder Moderador. Inspirado no modelo organizativo da monarquia brasileira, o Poder Moderador era uma ferramenta chave da relação entre os demais poderes constitucionais. Através do Poder Moderador, o Rei tinha as competências de sancionar decretos e resoluções das cortes, prorrogar, dissolver e adiar a câmara dos deputados, perdoar e comutar penas, demitir e nomear ministros, nomear os pares do reino. O Poder Moderador dava, assim, ao Rei, ampla oportunidade de manobra dos demais poderes, tanto em relação às câmaras, sujeitas a adiamentos, dissoluções e sanções do poder real sobre a legislação votada, quanto à possibilidade de nomeação irrestrita de pares, as então famosas “fornadas”, para fazer passar ou não os projetos de interesse do executivo¹⁷⁶.

Por fim, o Poder Legislativo era composto por um sistema bicameral. As “cortes” legislativas eram formadas pela Câmara dos Deputados e pela Câmara dos Pares. A Câmara dos Deputados era formada por representantes eleitos para legislaturas que variavam de três a quatro anos, reunindo-se em sessões legislativas com duração de três meses ao ano e geralmente iniciadas em janeiro. À câmara cabia a competência de propor projetos de lei, bem como avaliar e aprovar aqueles submetidos pelas outras instâncias de governo, como a câmara dos pares e o Poder Executivo. Para isso, nomeavam-se comissões que geravam pareceres sobre as medidas propositivas, visando embasar o debate e a aprovação das propostas. A aprovação das leis na Câmara dos Deputados não garantia o término do processo legislativo. Após ser aprovado, o projeto de lei tinha que

¹⁷⁶CANOTILHO, J. Joaquim Gomes. “As Constituições”, op. cit., p. 131.

passar pela Câmara dos Pares, para depois ser levado ao Rei, para sanção.

A morosidade do percurso de debate e aprovação das leis, a exiguidade do tempo do funcionamento das cortes ao longo do ano e as possibilidades do Rei de nomear “fornadas” de pares e de dissolver a Câmara dos Deputados fragilizavam o papel das cortes como poder independente do executivo¹⁷⁷. Esses expedientes políticos acabaram por configurar uma prática dos ministérios de governar por decretos, sem que os atos administrativos passassem pelo escrutínio dos parlamentares eleitos. Em sua análise sobre o período constitucional, Manoel Pinto dos Santos considera que essa situação configurou-se em ditadura do Poder Executivo, sendo caracterizada pelo fato de que a este se atribuíam prerrogativas de exercício do poder, em detrimento das normas constitucionais, tornando-se a exceção em mecanismo absolutamente normal de governação¹⁷⁸. Desse modo, o autor considera que a recorrente utilização desses artifícios, por parte do monarca, acabou criando uma situação de “ficção constitucional”, ou seja, um sistema no qual a autoridade régia acabava por “subjugar completamente o sistema representativo”¹⁷⁹.

Nessa mesma perspectiva, Valentim Alexandre ressalta que esse esvaziamento das funções parlamentares ficou mais proeminente nas décadas finais do século XIX, contribuindo para o esgotamento do sistema monárquico¹⁸⁰. Se consideradas as legislaturas ocorridas entre 1834 e 1910, apenas seis delas se concluíram, completando as quatro sessões legislativas, ou quatro anos de mandato¹⁸¹. Revela-se, novamente, diante de tamanha

¹⁷⁷SANTOS, Manuel Pinto dos. *Monarquia Constitucional*, op. cit, p.189.

¹⁷⁸*Idem*, pp. 198-199.

¹⁷⁹*Idem*, p. 203.

¹⁸⁰ALEXANDRE, Valentim. *A questão colonial no Parlamento (1821-1910)*. Lisboa: Dom Quixote/ Assembléia da República, 2008.

¹⁸¹SANTOS, Manuel Pinto dos. *Monarquia Constitucional*, op. cit, p.. 195.

oscilação e interferência, a fragilidade das instituições constitucionais e a instabilidade política do período.

A partir da ascensão do movimento setembrista e os embates políticos e de então foi formulada a Constituição de 1838. A nova carta constitucional se pretendia herdeira do projeto da constituição de 1822 e do projeto de ruptura e modificações advindas da revolução liberal. Ao mesmo tempo, tinha que lidar com a polarização política no seio do liberalismo português e os problemas políticos, sociais e econômicos em que se encontrava o Estado.

Segundo Canotilho, esse contexto pôs em movimento os favorecidos e os desfavorecidos pela política liberal encetada até então. Discutem-se a desamortização, a venda dos bens nacionais, a transferência da propriedade imobiliária, o devorismo, as políticas protecionistas e de livre cambio, a centralidade de agricultura no desenvolvimento econômico português. Na ordem do dia estão a questão da administração local e a necessidade de reforma administrativa e de reorganização das forças armadas. Proclama-se a necessidade de se ampliar e reformar a educação, o ensino público e superior. Em suma, estava em jogo a confiança na capacidade do regime liberal em lidar com todas as dimensões de reformas necessárias à sociedade portuguesa.¹⁸²

A ideia de soberania voltaria a residir na nação, amparada na ideia democrática de soberania nacional. No entanto, o voto continuava a ser censitário e se fazia claramente a distinção entre os direitos do cidadão e os direitos políticos: os primeiros seriam universais enquanto que o segundo seria acessível apenas às pessoas em condições de exercê-lo. O texto constitucional de 1838 aproximava-se do constitucionalismo americano, ao promover um texto mais enxuto, que objetivava expor as questões de maneira ampla.

¹⁸² CANOTILHO, J. Joaquim Gomes. "As Constituições", op. cit., p. 133-134.

Uma das maiores mudanças da carta constitucional de 1838 em relação à de 1826 era em relação ao voto. Embora mantivesse a organização bicameral, na nova constituição o voto passava a ser direto. Assim, ambas as câmaras passariam a ser eleitas, sendo que diferença da câmara baixa para a do senado era a restrição censitária dos eleitores e votantes daquelas câmaras. Ao poder legislativo competia a formulação das leis, que ficavam sujeitas a aprovação da outra câmara. O Poder executivo manteve-se chefiado pelo Rei. Este mantinha uma série de prerrogativas da constituição anterior, como a sanção real das leis e a capacidade de convocar e dissolver a câmara dos deputados, mas perdia suas funções de moderador. A responsabilidade sobre os atos do poder executivo recaía sobre os Ministro e Secretários, que podiam ter suas condutas denunciadas pelas câmaras. O poder judiciário mantinha sua autonomia, seguindo as formulações da constituição anterior.¹⁸³

A carta se assentava em duas forças contraditórias: em primeiro lugar, no poder revolucionário do setembrismo, que destituía o Rei da legitimidade constitucional e passava-a a soberania popular. Por outro lado, o texto moderado da constituição ditava o tom reformista e de continuidade em relação à carta de 1825. Sua vigência teve curta duração, em 1842, Costa Cabral assumiu o poder com um golpe de estado e a carta de 1826 foi restaurada.

Em 1850, o movimento da Regeneração trouxe de volta as discussões a necessidade de se reformar a Carta. Assim, em 1852 foi promulgada essa reforma, sob a forma de um Ato Adicional, que mudaria alguma de suas estruturas. Com isso, as eleições deixavam de ser indiretas e passavam a ser diretas, ampliavam-se os direitos fundamentais do cidadão, aboliu-se a pena de morte e reforçou-se o poder político das cortes na assinatura de tratados internacionais. Importante também foi o reconhecimento constitucional da necessidade de leis especiais para o mundo colonial, que podiam

¹⁸³ CANOTILHO, J. Joaquim Gomes. "As Constituições", op. cit., pp. 136-7.

agora ser promulgadas pelos ministros e governadores de província em caráter especial.¹⁸⁴ Como veremos, essa legislação veio legitimar práticas que há muito eram costumeiras no governo das chamadas províncias ultramarinas.

Através desse breve panorama sobre as constituições portuguesas na primeira metade do século XIX percebe-se que as instabilidades políticas pelas quais passava o regime liberal português também atingiram o campo constitucional. Embora se diferenciem sobretudo sobre a origem da legitimidade do poder, as prerrogativas do poder real e a forma de composição e de eleição das câmaras, grosso modo pode-se dizer que a carta constitucional, as eleições e as assembleias parlamentares foram os elementos centrais da formação da Monarquia Constitucional portuguesa, perdurando ao longo o século XIX. Esses elementos foram o elo de conciliação entre a “velha” e a “nova” ordem institucional, congregando elementos da antiga monarquia com as instituições participativas; liberais e conservadores; nobreza, clero e burguesia¹⁸⁵.

Existe, assim, uma continuidade na estrutura constitucional e no modo como o Poder Legislativo procedia na discussão e elaboração das leis e de que forma essas leis surtiam os efeitos desejados. Discutiremos, a seguir, a forma de funcionamento da câmara dos deputados e os procedimentos de debate e formulação da legislação.

2.1.1 - Os debates parlamentares

A Câmara dos Deputados e dos Pares tiveram diversas sedes, passando pelo Convento das Necessidades e pelo Terreiro do passo até, em 1834, serem definitivamente estabelecidas no Palácio de São Bento. As sessões legislativas, que tinham duração aproximada de

¹⁸⁴ CANOTILHO, J. Joaquim Gomes. “As Constituições”, op. cit., p. 138.

¹⁸⁵ VARGUES, Isabel Nobre; RIBEIRO, Manuela Tavares. “Estruturas Políticas: Eleições, Partidos Políticos e Maçonarias”, op. cit., p. 159.

três meses por ano, iniciavam-se sempre com o discurso do trono, seguido da resposta da Câmara dos Deputados a esse pronunciamento. A partir disso, prosseguia-se a formação da liderança e das comissões. Costumeiramente, as assembleias parlamentares dividiam-se em sessões preparatórias, ordinárias, extraordinárias, secretas e noturnas. Durante essas sessões, os assuntos legislativos referentes às várias pastas eram discutidos, com exposição das comissões designadas para avaliar cada tema e, por vezes, entrepostos pelos relatórios dos ministros sobre os assuntos da administração do reino.

A ocorrência de debates sobre as questões em pauta e a necessidade de articulação política para se aprovarem medidas legislativas e projetos governativos adicionaram nuances à cena política portuguesa. A oratória, o capital político e o poder de convencimento dos deputados tornaram-se peças-chaves na definição das políticas de Portugal¹⁸⁶.

Ao longo de todo o século XIX, as reuniões das Câmaras dos Pares, das Câmaras dos Deputados e das Assembleias Constituintes foram registradas em Atas. Essa documentação contém os registros de data, hora, local das reuniões, composição dos governos e transcrição minuciosa dos debates havidos entre os políticos sobre os temas tratados em cada reunião. Arquivadas pelo governo no próprio palácio São Bento, as atas tomaram parte nas obras da biblioteca do parlamento, coleção destinada desde sua fundação aos políticos em suas necessidades cotidianas de informações históricas e contemporâneas. Em uma iniciativa promovida pelo Governo Português, a supramencionada coleção foi digitalizada e sua consulta facultada livremente através do *site* do parlamento na Internet, na Coleção Debates Parlamentares¹⁸⁷. Esta breve descrição permite

¹⁸⁶ VARGUES, Isabel Nobre; RIBEIRO, Manuela Tavares. "Estruturas Políticas: Eleições, Partidos Políticos e Maçonarias", op. cit, p. 161.

¹⁸⁷ A coleção abarca os debates parlamentares portugueses do Período da Monarquia

aquilatar a dimensão e importância de tal coleção para a compreensão do século XIX português.

Através dos debates parlamentares de Portugal é possível compreender as dinâmicas políticas e as propostas para soluções dos problemas econômicos em que o país encontrava-se na primeira metade do século XIX. Para isso, analisaremos a documentação através de duas chaves principais de duas temáticas principais: a importância da economia política na argumentação e nas propostas de legislação debatidas pelo parlamento; e a forma e o tratamento dado à questão colonial. Com isso, objetiva-se esclarecer como as ideias econômicas e sobre o império colonial dialogavam com as ideias econômicas e as propostas e potencialidades vistos pelos intelectuais para a questão colonial em Portugal.

Os debates parlamentares são fonte privilegiada para a apreensão do pensamento econômico e mostram a multiplicidade de discursos sobre a Economia Política, o papel que esta desempenhava na oratória e no discurso de recuperação econômica de Portugal, suas políticas e propostas, além de apontarem para sua aplicabilidade na realidade prática do Império português.

2.3- A Economia Política e a questão colonial nos Debates Parlamentares

Nessa parte, abordaremos como a economia política e a questão colonial foram representadas nas discussões das câmaras portuguesas na primeira metade do século XIX. Para isso, partimos de dois pressupostos: primeiro, que havia, em Portugal, difusão pelas elites letradas sobre as teorias do liberalismo político e econômico e

Constitucional, Primeira República, Estado Novo e Terceira República. O acesso é feito através do sítio <http://debates.parlamento.pt/> (acesso em 14/02/2017).

debates nas academias de ciência, na imprensa e em publicações sobre os rumos que a economia portuguesa e a questão colonial deveriam assumir, baseados em tais pressupostos teóricos. Em segundo lugar, conforme mostrado em nossa análise das estruturas de funcionamento da monarquia constitucional, que o espaço político de discussão de ideias e projetos que mais representavam a vontade da população em geral, e dos intelectuais portugueses, em particular eram as câmaras do parlamento.

Sendo assim, passaremos, então a abordagem da forma como a economia política estava presente nos discursos parlamentares para, então observar o tratamento que a questão colonial teve nesse mesmo espaço. Esperamos mostrar, com isso, como essas ideias sobre economia e colonização desenvolveram-se no plano político e as semelhanças e descontinuidades que revelam em relação ao plano das ideias econômicas.

2.3.1 – Economia política

A Riqueza das Nações, de Adam Smith, livro publicado pela primeira vez na segunda metade do século XVIII¹⁸⁸ é comumente aceito como a obra fundadora da ciência econômica, definida naquele momento como “Economia Política”. Esse ramo de estudos passava a ser visto com extremo interesse, tanto por se alinhar com o que era considerado moderno, em termos do pensamento europeu, quanto por seu apelo econômico, ancorado na possibilidade de melhor gerir os recursos disponíveis, em busca da riqueza, felicidade e prosperidade das pessoas e nações.

Em Portugal, a influência dessas novas correntes de pensamento, fez-se sentir no final do século XVIII, principalmente

¹⁸⁸ SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações. Investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, 2v (1776).

através do pensamento memorialista e de indivíduos que, em contato com essas novas ideias, pensaram a realidade portuguesa, fazendo um uso pragmático e adaptando as novas teorias econômicas para seu campo de atuação¹⁸⁹. Se, por um lado, não se pode definir uma “escola de pensamento” econômico para Portugal, por outro lado, esse período é caracterizado por um intenso processo de adaptação criativa, no qual se buscou reformar a sociedade e a economia de Antigo Regime, adaptando-as às inovações da época. Tal renovação foi o que permitiu, em última instância, a sua continuidade em um contexto de quedas de governos monárquicos pela Europa¹⁹⁰.

Na primeira metade do século XIX já existia, portanto, em Portugal, uma tradição de diálogo com as correntes de pensamento das ideias econômicas europeias. O movimento liberal foi profundamente tributário desse diálogo, sendo o liberalismo português em grande medida influenciado por uma vertente econômica do liberalismo europeu¹⁹¹. Os debates das Câmaras portuguesas revelam a inspiração liberal de suas propostas em suas referências a autores e propostas desse tipo de pensamento econômico.

Ao longo dos discursos e dos debates dos Deputados portugueses, a temática da Economia Política foi constantemente levantada. Se consideradas as atas das sessões parlamentares de 1820 a 1850, ou seja, desde o movimento revolucionário de 1820 até

¹⁸⁹Sobre a questão da originalidade do pensamento luso-brasileiro ver: CARDOSO, José Luís. "Circulating economic ideas: adaptation, appropriation, translation", In: CUNHA, Alexandre Mendes e SUPRINYAK, Carlos Eduardo. *The Political Economy of Latin American Independence*. London, New York: Routledge, 2016; CUNHA, Alexandre Mendes. Political Economy and Latin American Emancipation from the 19th to the 20th Century: originality, adaptation, and critique in the economic discourse. In: 43rd Annual Conference of the History of Economic Society, 2016, Durhan, NC. Proceedings of the 43rd Annual Conference of the History of Economic Society. Durhan, NC: HES, 2016.

¹⁹⁰CARDOSO, José Luís (org.). *A economia política e os dilemas do império luso-brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: CNCDP, 2001, pp. 304-305.

¹⁹¹Monteiro, N. G. "Liberal-Liberalismo". In: *Ler História*, n. 55, 2008, pp. 97-110.

o período da Regeneração, fase de consolidação do liberalismo no país, o termo Economia Política é citado 435 vezes nos discursos dos Parlamentares. Para efeito de análise, essas citações foram classificadas em cinco grupos: i) Princípios de Economia Política como guia para medidas econômicas; ii) Economia Política como argumento de autoridade; iii) Ensino de Economia Política; iv) Desconhecimento ou divergências em relação aos princípios de economia política; v) Discussões Teóricas.

O Primeiro grupo, *Princípios de Economia Política como guia para medidas econômicas*, contempla o maior número de utilização pelos Parlamentares. Nele, as referências à economia política são feitas no sentido de justificativa, como elemento da argumentação dos políticos acerca das propostas que estão defendendo.

Dessa forma, em 1822, Liberato Freire argumentava, na tentativa de reprovar um projeto de lei, nos seguintes termos:

Sr. Presidente, eu levanto-me para reprovar o artigo, porque o não acho bastantemente protector da agricultura. Creio que em todos os paizes os mais bem instruídos em economia política, onde ha industria, sempre se olhou com particular cuidado para a agricultura: ella he que produz as matérias primas donde provem a industria, e a manufactura; e se a agricultura he a base de todas as artes, nós devemos conceder-lhe quantos privilégios ella carecer para poder prosperar¹⁹².

Percebe-se, pelo excerto, o recurso oratório do parlamentar, que argumentava acerca da proposta em avaliação, elencava seus motivos e, por fim, expunha o principio de Economia Política em que sua argumentação estava baseada. Note-se, porém, que a explicação não está baseada em nenhum elemento teórico, mas em um

¹⁹²Arquivo Histórico do Parlamento, *Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, No. 26, 28/12/1822, p. 291.

enunciado genérico “em todas as nações”, que pretende apenas reforçar a sua posição.

Essa maneira de construção da argumentação e de instrumentalização da economia política como base oratória pode ser observada, também, na argumentação de Lavradio, em 1850.

Mas seja-me permittido fazer uma observação, que me não parece inutil: quando esta condição de augmento dos preços se admittiu no Contracto como devendo produzir um augmento de rendimento, e por isso de valor do mesmo Contracto, commetteu-se um grandissimo erro, que eu não sei até que ponto possa ser desculpavel, tanto da parte do Governo como da parte dos Contractadores, porque é um principio elementar em economia politica que, não havendo augmentado a riqueza do paiz, o augmento do preço de um genero qualquer produz necessariamente uma diminuição proporcional no consumo, e foi justamente o que aconteceu; e a isto acresceu o natural descontentamento do consumidor, que se viu privado dos meios de fazer face aos seus gosos, ou necessidades¹⁹³.

Lavradio expunha que considerava equivocada a concessão da arrematação de um contrato, apontando para isso um princípio “elementar” de Economia Política. Novamente, a ciência econômica é utilizada como argumentação política, com a explicitação de uma de suas máximas, mas sem nenhuma alusão que permita aos seus interlocutores saber qual a base teórica dessa argumentação, ou mesmo a que escola de pensamento econômico as ideias expostas se referem.

Poderíamos citar uma série de outros exemplos dessa mesma forma de argumentação. Nesse tipo de utilização, a Economia Política é instrumentalizada no discurso de forma a justificar os pontos de

¹⁹³Arquivo Histórico do Parlamento, *Câmara dos Pares do Reino*, N.º 08518, 20/07/1850, pp. 1273- 1272.

vista desejados e uniformizada, como se seus preceitos fossem únicos e universais, sem levar em conta as diferentes correntes teóricas e as divergências no meio das ciências econômicas.

A segunda forma de utilização, *a Economia Política como argumento de autoridade*, é uma continuidade desse modelo. Agrupamos, nessa categoria, os discursos de Parlamentares que se utilizaram da ciência econômica como acessório para respaldar a sua posição. Diferentemente dos exemplos anteriores, em que a opinião do parlamentar sobre alguma disposição estava amparada em um princípio ou lei de Economia Política, a utilização como argumento de autoridade pressupõe que a simples menção à ciência confere ao orador autoridade e verdade. Assim, ao rechaçar um projeto de obras na colônia, passado pela Câmara dos Deputados, o Par do reino argumentava:

Que só na sexta feira de tarde havia recebido o exemplar do projecto, o qual era complicadissimo, e sobre materia muito importante, exigindo por isso grande meditação, para o que não tinha tido tempo: entretanto que mesmo pelo exame superficial que havia podido fazer, elle (orador) reconhecera que o projecto era um chefe d'obra de immoralidade e de ignorancia, e que fôra redigido sem os conhecimentos elementares de economia politica, comprehendendo erros tão crassos, que um rapaz não commetteria em qualquer paiz civilisado; e comtudo um tal projecto havia sido apresentado pelo governo!¹⁹⁴.

Desta feita, o Parlamentar inicia sua argumentação ressaltando a complexidade do tema, a necessidade de reflexão acerca do mesmo e termina por desprezar o parecer proposto de antemão, pelo desconhecimento redator dos princípios de Economia Política. Assim, mesmo sem entrar na apreciação do conteúdo, o

¹⁹⁴ Arquivo Histórico do Parlamento, *Câmara dos Pares do Reino*, n. 128, 18/12/1843, p. 1842.

projeto estava a seu ver inapto para a execução, pois sequer correspondia às práticas da civilização.

Outro tipo de argumentação de autoridade baseava-se na qualidade do conhecimento sobre a matéria. Se a Economia Política era utilizada como forma de argumentação corrente, convinha assim diferenciar-se dos demais oradores a partir do grau de autoridade possuído na ciência. Nesse sentido, em uma exposição sobre questões tributárias, concluía-se o argumento afirmando: “e não se venha agora aqui ensinar Economia Política, por menos eu não tenho necessidade de Mestres; já fui até Professor de Economia Política”¹⁹⁵. Em outro momento, declarava: “eu nunca fui Ministro da Fazenda, mas já tenho lido livros de Economia Política, e sei como se procede sobre qualquer rendimento”¹⁹⁶.

Um terceiro grupo temático de referências a Economia Política refere-se ao *Ensino de Economia Política*. Nesse conjunto, classificamos as referências à importância da matéria para a formação nos liceus e universidades, na metrópole e nas províncias do ultramar. Nesses registros é sublinhada a importância da Economia Política, como meio de promover a riqueza do país e a necessidade da difusão de sua instrução para a nação.

Nesse sentido, a proposta dos novos regimentos da aula do comércio, em 1834, contava com a cadeira de Economia Política, inserida entre as disciplinas de práticas administrativas¹⁹⁷. Em 1844, o Deputado Tavares Carvalho sinalizou sobre o proveito para estudantes de diversos cursos de estudar Economia Política. Tal proposta não se configurou como projeto de lei devido a possível

¹⁹⁵Arquivo Histórico do Parlamento, *Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, n. 080, 24/04/1850, p.302.

¹⁹⁶Arquivo Histórico do Parlamento, *Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, n. 122, 25/06/1850, pp. 393.

¹⁹⁷Arquivo Histórico do Parlamento, *Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, n. 1051, 06/05/1843, p. 104.

inconveniência para a organização dos cursos, e não pela desimportância da matéria. Assim, em suas palavras

(...) tenho alertar que também na Universidade de Coimbra ha uma Cadeira d'Economia Política, e eu poderia propor que os Bacharéis em Mathematica, que quizesem vir para a Escola Polytechnica, podessem frequentar em Coimbra aquelle curso; mas attendendo a que isto podia complicar alguma cousa a disciplina das Aulas, por quanto a Cadeira d'Economia Política está estabelecida na Faculdade de Direito, e seria talvez inconveniente concorrerem os Estudantes d'outras Faculdades a essa Aula, foi por isso que deixei correr a discussão.

Pode-se concluir que, dada a importância da Economia Política, reconhecida pelos Parlamentares, advinha uma preocupação sobre a inclusão da disciplina do sistema educacional português e mesmo da necessidade de profissionais como engenheiros e matemáticos versados nessa matéria. Desse modo, perpassa-nos a crença dessa geração de que a instrução em Economia Política era um requisito importante para a boa administração e o bom desempenho das funções de alguns profissionais liberais.

A quarta categoria definida como *desconhecimento ou divergências em relação aos princípios de Economia Política*, dá conta das relações de alteridade em relação à ciência econômica. O primeiro subgrupo, do desconhecimento dos princípios de Economia Política, tem pouca expressão frente ao número total de referências à Economia Política.

Nessa categoria, estão falas dos Parlamentares em que afirmam a não familiaridade em relação ao tema. Esse desconhecimento foi utilizado como estratégia retórica, para se redimir em relação às críticas de outros parlamentares.

Eu devo prevenir o nobre Deputado, que eu não me appliquei á vasta Sciencia de Economia *Política*, porque

os meus estudos são outros, e confesso que della nada sei, assim não me feriu a minha susceptibilidade, e nem me offendeu dando a entender que eu estava hospede naquella Sciencia. Diz o nobre Deputado que eu não acompanhei as minhas idéias de texto algum, não sabia que para um Deputado apresentar nesta Casa as suas idéias devem estas ser acompanhadas de meia duzia de textos Gregos, e Hebraicos, de sorte que só neste caso é que os seus argumentos podem sei considerados como um Evangelho!!¹⁹⁸.

Nesse exemplo, o deputado se exime das críticas dirigidas a ele por seu colega, afirmando que não estava familiarizado com Economia Política por ter se dedicado a estudos de outras matérias. Por fim, satiriza o colega a respeito da impossibilidade de que se cite textos e autores para se discutir cada assunto que se apresente a apreciação do Parlamento.

Em outro tipo de referência, nega-se a capacidade da Economia Política, ciência teórica, de dar conta de algumas necessidades imediatas e para a tomada de decisões práticas pelos Deputados. Desta feita, os conhecimentos teóricos só seriam de valia na tomada de algumas decisões e, assim mesmo, quando cotejados a luz das necessidades reais da situação portuguesa.

Por tanto faço estas reflexões unicamente para pedir a S. Ex.^a que as tome na devida consideração, olhando para a situação económica do Paiz: não é esta uma questão que se resolva no Gabinete pelos princípios de economia política, é uma questão de resolução pratica, é uma questão que se resolve pela applicação destes princípios de Economia Política a hypotheses e a circumstancias especiaes de cada uma destas localidades. Por tanto espero que S. Ex. não haja de desprezar estas considerações para o novo plano, que ha de conceber sobre o systema tributário¹⁹⁹.

¹⁹⁸Arquivo Histórico do Parlamento, *Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, n. 0261, 03/02/1849, p 31.

¹⁹⁹Arquivo Histórico do Parlamento, *Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, n. 061, 26/03/1850, p. 312.

Por fim, em alguns discursos, rompe-se com a ciência econômica, atestando-se que os seus preceitos não eram compatíveis com a realidade portuguesa e, portanto, não surtiriam efeitos positivos quando aplicados à realidade local.

Diria que o remédio, como pensa o Sr. J. A. do Magalhães está no Douro, e no seu vinho; logo que se queime uma porção, e se adube o vinho com a sua própria agoa ardente (faça-se isto por qualquer modo que não será difícil) o Douro será salvo. Disse, porque o penso como muitos liberaes do mesmo Douro que os principios de economia politica da liberdade do commercio, se não podem na verdade alli applicar, porque a experiência tem mostrado que o Douro tem soffrido em todas as épocas da dita liberdade, e eu não posso ser suspeito, porque tenho cunho [sic] da liberdade, com que muito me honro, porque até meu pai foi victima da usurpação²⁰⁰.

Esse tipo de discurso, para além de ressaltar a incapacidade da Economia Política em solucionar os problemas da realidade local, coloca o lugar de destaque na formulação de políticas econômicas na experiência de cada atividade produtiva em sua determinada região. Interessante notar também que, na concepção do parlamentar, essa negação da ciência econômica não o excluiria do *hall* dos pensadores liberais.

Embora minoritários, esses discursos são muito importantes, pois atestam a existência de um pensamento crítico em relação à Economia Política, chegando mesmo a negá-la, face à especificidade do caso português e frente aos princípios formulados tendo em consideração outras realidades. A argumentação de desconhecimento e/ou discordância em relação ao estudo da ciência econômica é

²⁰⁰Arquivo Histórico do Parlamento, *Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, n. 020, 26/03/1846, p. 6.

importante pois, atesta mais uma vez, sua importância e sua preeminência no discurso político português: a necessidade de afirmar o desconhecimento ou a discordância em relação aos seus preceitos é um dado para a compreensão da sua importância como cânone teórico e como argumento discursivo dos parlamentares.

Por fim, a quinta categoria de análise proposta é a das *discussões teóricas*. Nesse grupo enquadram-se as discussões em que a argumentação passava pela citação dos preceitos e de autores nos quais as ideias estavam baseadas. Embora em número muito diminuto, se comparadas ao número de citações do primeiro grupo, as referências desse tipo são importantes para avaliarmos quais as correntes teóricas, autores e ideias sobre Economia Política compunham o repertório dos Parlamentares.

Assim, em resposta a opinião de um Deputado que citava Say²⁰¹, argumentando a defesa do livre comércio, outro Parlamentar expunha em resposta:

Todos nós sabemos qual é a theoria, hoje seguida em Economia Politica; em compendio, a bandeira da Economia Politica é — *laissez faire, laissez passer*; — por outra, deixar ampla liberdade a todas as industrias. Sei perfeitamente, que ha uma Escola chamada a Escola Protectora, que propriamente teve o seu nascimento em Inglaterra, que admite muitos casos, e não raros, em que o Governo deve fazer para com a producção, o mesmo que faz um bom pai de familia, que instrue seus filhos sobre suas conveniencias; por outra, que o Governo deve interferir. O nobre Orador, que me precedeu, citou as doutrinas daquelle, que ainda hoje é tido por Patriarcha nestas materias, J. B. Say; mas permitta-me o nobre Orador dizer-lhe, que é uma regra muito trivial de Hermeneutica commum, que para ajuisar da uniformidade das douctrinas de um Escriptor, é necessario avalial-o em todas as suas

²⁰¹Jean-Baptiste Say, economista francês que ficou conhecido ao formular leis sobre a preservação de poder de compra do mercado, que ficaram conhecidas como as leis de Say.

partes, regra, que tem muita importancia pelo que pertence á interpretação da Legislação, porque não havemos de interpretar uma Lei simples e destacadamente por um dos seus artigos; é necessario vela toda, atender ao ensemble. Ora, se o nobre Deputado quizesse ter a bondade de lêr o mesmo Escriptor, que citou, e leu só n'um paragrafo, em outros logares, convencer-se-ia de que o seu systema é todo baseado sobre o programma, que mencionei²⁰²

Nesse exemplo, o deputado desqualifica o seu interlocutor, chamando a atenção para a existência de outras escolas, com diferentes tipos de pensamento e contestando a leitura por feita das obras de Say. O Parlamentar procura provar o seu conhecimento do tema, fundamentando-o teoricamente pelas escolas de pensamento econômico. Outro exemplo coloca em questão a diferença entre a economia doméstica e a economia pública.

Dois sabios e economistas do século passado, Diderot e d'Alambert,prehenderam uma grande obra, e n'um dos seus artigos, fallando da economia politica, estabeleceram certas maximas, sendo uma dellas, que não se podia argumentar da economia domestica para a publica; conforme em parte com a doutrina destes sabios, que alguns tinham seguido antes, eu intendo que ha objectos em que a economia domestica é muito differente da economia politica; porêm tem artigos em que se póde argumentar de uma para a outra; e trago esta doutrina por que o principio que vou a expor, e supponho principal, é derivado da economia domestica e tem applicação á publica, e vem a ser equilibrar a receita com a despesa²⁰³.

Nessa situação, o Parlamentar vai mais longe: além de citar os preceitos da Economia Política e as ideias dos teóricos sobre a

²⁰²Arquivo Histórico do Parlamento, *Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, n. 025, 01/02/1849, p. 13.

²⁰³Arquivo Histórico do Parlamento, *Câmara dos Pares do Reino*, n. 042, 19/04/1849, p. 549.

questão, reflete que em algumas situações essas ideias verificam-se, mas que em sua opinião, nem sempre isso acontece. Percebe-se assim um movimento de diálogo entre o Parlamentar e o teórico, ou seja, a presença de ajustamentos necessários à Economia Política para dar conta das realidades pragmáticas de Portugal, ou seja, um movimento de adaptação.

A utilização recorrente observada de argumentos e ideias provenientes da Economia Política indica, para além de seu impacto persuasivo, uma tentativa dos Parlamentares portugueses de se filiarem ao espírito liberal associado ao conhecimento de teorias modernas, que tirariam o país da situação de atraso econômico em que se encontrava. Ademais, o papel da Economia Política no argumento dos membros das Câmaras seria um instrumento de qualificação desses representantes, que se amparavam em um discurso de autoridade para afirmarem seus projetos políticos e econômicos para a nação.

Ao nos determos no exame do modo pelo qual a Economia Política foi incorporada nos debates parlamentares, ressaltam-se alguns pontos de destaque. Em primeiro lugar, revela-se a difusão do conhecimento sobre a matéria pela elite política do país. Embora os textos provenientes da oratória parlamentar não sejam formulações teóricas ou de pensamento inédito sobre o tema, as discussões das Câmaras mostram familiaridade com a área, e uso recorrente dos princípios da Economia Política como meio de embasar propostas para diferentes tipos de projetos.

Observa-se, sobretudo, o modo pelo qual a Economia Política foi apropriada pelos políticos, constituindo-se em argumento de autoridade, tanto para fundamentar a adoção de medidas ou o voto favorável ou contrário a determinados projetos, quanto para demonstrar maior erudição ou ainda rebater argumentos contrários de outros parlamentares. Em uma dimensão teórica, ressalta-se a citação de autores e correntes de pensamento da época que, embora

em menor escala, também eram utilizados para conferir força a argumentação. Importante notar ainda que a ciência econômica era considerada como tema de grande importância para os governantes e profissionais liberais da nação, havendo uma preocupação com sua difusão e ensino nos liceus e universidades, tanto da metrópole como das províncias do ultramar.

Conclui-se, portanto, que a ciência econômica em formação teve grande impacto na vida política e nas propostas de medidas econômicas em Portugal na primeira metade do século XIX. Sua presença constante nos Debates das Câmaras do Parlamento Português evoca sua centralidade como elemento do repertório do reformismo das instituições e da economia do reino, que buscava alternativas para sua sobrevivência política e econômica desde a desagregação do sistema colonial, em 1822.

2.3.2- A questão colonial

Valentim Alexandre empreendeu o único estudo de maior fôlego a respeito da questão colonial no parlamento. O autor formulou uma cronologia para a compreensão da questão ao longo do século XIX: Num primeiro momento, de 1808 a 1826, os debates estavam centrados no processo de formação da monarquia constitucional, na posição do Brasil e na forma que as colônias seriam governadas a partir de uma visão liberal e constitucionalista; após a independência efetiva do Brasil, entre 1826 e 1874, inicia-se o “Antigo regime colonial” em que, perdido o Brasil, a metrópole lançaria as bases para um novo regime de colonização em África, baseado ainda na experiência Brasileira; por fim, a partir de 1875, Portugal entraria no movimento europeu de colonização, o que o

autor caracterizou como “Portugal e a Partilha de África”.²⁰⁴ Seguiremos a divisão cronológica e documental proposta por Valentim Alexandre para compreender sobretudo o segundo momento da questão colonial.

A partir da independência definitiva do Brasil, iniciou-se um novo momento das discussões sobre a questão colonial: era necessário, em primeiro lugar, assegurar a permanência das colônias do Império sob a influência de Portugal e, posteriormente, repensar o papel delas no conjunto da monarquia, sua forma de governo e as formas das políticas do reino em relação a elas. Para entender esse movimento, partiremos de quatro debates centrais sobre a forma de administração colonial: os debates sobre o projeto de administração colonial de 1836; os debates sobre as disposições constitucionais relativas ao ultramar (1937); os debates sobre as competências do poder executivo em matéria colonial (1843) e os debates acerca do artigo 15 do ato adicional (1852).²⁰⁵

Dentro desta divisão, categorizamos a documentação a partir de cinco tópicos principais: **legislação, administração, situação colonial, potencialidades das colônias e sistema colonial**. Através dessas categorias, formaremos uma ideia geral da atuação do parlamento e das ideias defendidas pelos políticos portugueses em cada uma dessas temáticas constituidoras da forma como a questão foi abordada.

Em 1836, após o fim da guerra civil miguelista, iniciou-se um grande debate sobre a administração colonial. Sá da Bandeira, que então acumulava a posição de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios

²⁰⁴ ALEXANDRE, Valentim. *A questão colonial no Parlamento. 1821-1912*. Lisboa: Dom Quixote, 2001.

²⁰⁵ Essa divisão sobre as questões mais relevantes do período, bem como a seleção das atas referentes a cada uma delas seguem a designação de Valentim Alexandre. Utilizamos ainda a documentação levantada por ele e sua equipe, disponível em DVD anexo à publicação. Ver: ALEXANDRE, Valentim. *A questão colonial no Parlamento. 1821-1912, op. cit.*

Estrangeiros e Presidente do Conselho de Ministros, propôs a criação de um projeto de lei para a Organização do Sistema Judicial das Possessões Portuguesas da Ásia e África Oriental. Segundo ele, “essas medidas, assim como outras que o governo tem em vista, parecem-me próprias para obstar as desordens que ali tem havido nestes últimos tempos, e que tem sido causa de não obedecer às ordens do Governo, e as disposições da Carta”²⁰⁶. Procurava-se solucionar o problema da divisão de poderes, da independência do judiciário e das dificuldades de implementação da legislação liberal no Ultramar, questão que já vinha sendo alvo de decretos desde as famosas leis de Mouzinho da Silveira²⁰⁷.

Foi nesse contexto que a Comissão do Ultramar criou um projeto de lei para a administração das províncias ultramarinas, assinado pelo Conde de Linhares, Conde de Mello, Visconde do Banho, Sebastião Xavier Botelho, Visconde Sá da Bandeira e Duarte Borges Camara²⁰⁸. Destes, o mais evidente relator e defensor do projeto nas sessões que se seguiram, foi Sebastião Xavier Botelho²⁰⁹. O projeto foi discutido ao longo de várias sessões, sendo no geral aceito, embora não tenha sido aprovado na ocasião, por falta de uma redação definitiva, que não chegou a ser concluída²¹⁰. No entanto,

²⁰⁶ Arquivo Histórico do Parlamento, *Câmara dos Pares do Reino*, 15/03/1836, pp. 485.

²⁰⁷ Ver: MARTINEZ, Esmeralda S. “Do Geral ao particular: direito e justiça nas colônias portuguesas em África”. Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana Ano IX, NºXVI, Janeiro/2016.

²⁰⁸ Arquivo Histórico do Parlamento, *Câmara dos Pares do Reino*, 21/03/1836, pp. 524. Ver a transcrição completa do projeto no Anexo 1.

²⁰⁹ Sebastião Xavier de Botelho nasceu em Lisboa em 1768. Formado em leis pela Universidade de Coimbra, ao longo de sua vida atuou em diversos cargos públicos e em importantes cargos no período conturbado das invasões napoleônicas e do vintismo. Foi Capitão General da ilha da Maneira, de Moçambique e nomeado para Angola, onde nunca chegou a assumir o cargo. Foi autor da *Memória estatística sobre os domínios portugueses na África Oriental*, de 1835. Faleceu em Lisboa em 1840. Cf. Dicionário Histórico de Portugal, Disponível em: <http://www.arqnet.pt/dicionario/xavierbots.html>, acesso em 03/03/ 2019.

²¹⁰ Como veremos adiante, a ela se interpôs um novo projeto Cabralista, com funcionamento similar, mas cuja aprovação foi imediata.

seu conteúdo foi a base para a legislação colonial que foi posta em vigor posteriormente.

O Projeto de lei continha 19 artigos sobre a Administração das Províncias Ultramarinas. Em linhas gerais, o texto indicava que as províncias ficariam divididas em quatro Governos Gerais: Cabo Verde, Angola, Moçambique e Goa, sendo que as ilhas de S. Thomé e Príncipe ficariam ligadas diretamente ao governo do Reino. Esses governos estariam submetidos à autoridade de Governadores Gerais, cargo de atribuições muito semelhantes aos antigos Capitães Gerais. A esses governadores estariam atribuídos os poderes executivo e militar das províncias ultramarinas. Ao poder judiciário estaria reservada independência.

Ao Governador General cabia a criação de legislação para solucionar os problemas locais, a execução das mesmas e a chefia do poder militar. Era ele quem nomearia os governos subalternos das demais localidades da província, promoveria as obras públicas e fomentaria o desenvolvimento econômico da região. Reservava-se também ao Governador General o direito de suspender qualquer funcionário do Governo, desde que prestadas as devidas contas e processo de suspensão ao Governo metropolitano.

Juntamente aos Governadores, funcionaria um Conselho de Governo, composto dos Chefes das Repartições Judicial, Militar, Fiscal, e Eclesiásticas, e de mais dois Conselheiros escolhidos pelo Governador Geral, entre os quatro membros mais votados das Juntas Provinciais. Ficava o Governador obrigado a consultar esse conselho, embora não fosse obrigado a seguir suas orientações. Na ausência do Governador, era o Conselho o responsável pela administração das províncias. Por fim, destacava-se a necessidade de o Governador fornecer relatórios anuais e comunicações constantes com o governo metropolitano e dar publicidade a preços correntes e medidas adotadas das províncias através da publicação de boletins de governo.

Em linhas gerais, pode-se perceber a grande proximidade que essa proposta guardava com a administração colonial e a figura do Capitão General do período de auge da colonização Brasileira. Os debates suscitados no Parlamento foram no sentido de legitimar esse projeto em um contexto liberal, ou seja, em que as colônias não mais existiam formalmente, sendo províncias aceitas no texto constitucional como partes iguais da monarquia, cujos cidadãos deveriam, em teoria, gozar dos mesmos direitos políticos de seus pares no Reino.

No que diz respeito à legislação, destaca-se do discurso dos parlamentares o reconhecimento da condição de exceção das províncias ultramarinas. Assim, o Conde de Taipa defendia a execução do projeto, alegando que “quando se apresenta uma circunstância extraordinária, é preciso Lei extraordinária sem o que não há Estado Social”²¹¹. Dessa forma, evidencia-se como os parlamentares tentavam justificar uma forma de legislação que, na prática, tirava as províncias ultramarinas do status de partes iguais constituintes da monarquia.

Isso fica patente no discurso do Visconde do Banho, quando afirmava que:

É preciso também não se perder de vista que toda esta legislação é feita, para ter execução em terras aonde deve confessar-se, que a população não é toda das mais civilizadas; e mesmo alguns dos indivíduos que delas fazem parte devem estar aí sob a vigilância do Governo, e que outros não se podem dizer na plenitude de seus direitos políticos. Esta lei não é feita para Portugal, ou para Portugueses em geral: mas para o estado em que aquelas províncias se acham atualmente, com particularidade depois das alterações que tem havido, e o poder imenso que parece se dá aos

²¹¹ Arquivo Histórico do Parlamento, *Câmara dos Pares do Reino*. Sessão de 15/03/1836, p. 486.

Governadores, está modificado por uma grave responsabilidade que deles se exige²¹².

Dessa forma, a justificativa para uma legislação que virtualmente retrocedia as províncias ultramarinas ao estatuto colonial baseava-se no estado de civilização de sua população, que não estaria preparada para as instituições e para a participação política que exigiam a vida moderna. Destaca-se, sobretudo, a diferença entre portugueses europeus e as populações do ultramar. Os primeiros, deveriam gozar de seus direitos de cidadania, que permanecem inalterados, os segundos, necessitavam de uma lei especial, que daria aos Governadores Gerais amplos poderes para manter os territórios em ordem e unidos.

Por fim, a discussão da legislação também suscitou a discussão sobre a liberdade. Xavier Botelho justificou a necessidade de um governo centralizado e forte nas mãos do Governador General nos seguintes termos:

(...) Se não fosse essa força moral, e política os Governadores, e o Conselho ficariam expostos a serem ludibriados, tirar-lhe esta força não é dar liberdade aos povos, mas sim abrir-lhe caminho para a independência, a que aspiram todos os conquistados, e eu já tenho, que é mais liberal regê-los com justiça, e igualdade de direitos civis, conservando o terreno que eles habitam, do que perder uns e outros, em veneração a princípios abstratos, que uns assoalham por maldade, e com que outros se iludem por ignorância²¹³.

²¹² Arquivo Histórico do Parlamento, *Câmara dos Pares do Reino*. Sessão de 21/03/1836, p. 528.

²¹³ Arquivo Histórico do Parlamento, *Câmara dos Pares do Reino*. Sessão de 21/03/1836, pp. 527.

Suas palavras deixam evidentes quais os objetivos da modificação da legislação colonial: impedir movimentos emancipacionistas e conservar a unidade do Império português. A justificação moral para isso seria que é mais liberal um governo centralizador e autoritário, que conferisse justiça e igualdade aos povos, do que deixa-los a própria sorte, sendo ludibriados por ideias independentistas que não lhes trariam essas condições. Destaca-se ainda no excerto uma outra questão, largamente apontada pelos parlamentares: a qualidade do caráter dos governadores coloniais. Ao longo dos discursos, por várias vezes é apontado que a escolha do Governador deve recair sobre um homem probo, honrado,

prudente, experimentado, que saiba combinar o valor com entendimento, homem imparcial, justo, conhecedor do coração humano, e que saiba se desenredar do labirinto, das intrigas em que os povos do Oriente envolveu os europeus”²¹⁴.

Conclui-se assim que, no tocante à legislação colonial, a proposta dos parlamentares portugueses se aproximava muito das instituições coloniais do Antigo Regime, tanto pela divisão do território em Governos Gerais, quanto na atribuição de poderes e divisão dos funcionários públicos que deveriam ser responsáveis pelo governo das mesmas. Os valores do Antigo Regime ainda ficam latentes nos valores pessoais que deveriam ser buscados na figura do Governador General. Por fim, destaca-se o discurso de superioridade dos portugueses europeus em relação aos portugueses dos territórios ultramarinos, divisão que havia sido abolida ao longo da instauração do regime liberal em Portugal.

Sobre a questão do estado ou situação em que se encontravam as colônias portuguesas em África, foi Botelho quem nos fez um

²¹⁴ Arquivo Histórico do Parlamento, *Câmara dos Pares do Reino*. Sessão de 15/03/1836, pp. 487-8.

panorama mais detalhado. O deputado afirmava que os portugueses não tinham ideia exata nem da extensão do território, nem da população e nem das produções, quantidades e tipos de produtos oriundos dos domínios ultramarinos. Para ele era necessário que se conhecesse a extensão do território, os povos que o habitavam e os aqueles com que o território português se limitava, para se ter ideia dos obstáculos e dos inimigos que o Império estava enfrentando²¹⁵. Destacava ainda que

a todos é notório o lastimoso estado em que se acham nossas Províncias Ultramarinas, e o que por lá tem havido começando desde Cabo Verde até os estados da Índia; porque nem as novas Instituições quadravam no caráter, índole, e costumes daqueles povos, nem as Autoridades que para ali foram mandadas, eram as competentes, e adequadas para darem boa conta de sua missão²¹⁶

Atribuía, assim, os problemas enfrentados pelos portugueses e a situação de decadência do ultramar à legislação liberal, que não dava conta das especificidades desses domínios e sua população, e ao caráter dos Governadores que haviam sido anteriormente mandados àquelas terras. Mais uma vez, destaca-se a incapacidade do estado liberal e de uma legislação proposta para povos mais avançados em governar as terras dos domínios africanos.

No que diz respeito à administração colonial, além da importância da figura do Governador General, como foi ressaltado acima, destacava-se a necessidade de unificação das regras e capacidades do governo colonial, sendo esta a forma mais adequada para se organizar a administração e evitar os despotismos assim, argumentava que:

²¹⁵ Arquivo Histórico do Parlamento, *Câmara dos Pares do Reino*. Sessão de 21/03/1836, p. 526.

²¹⁶ Arquivo Histórico do Parlamento, *Câmara dos Pares do Reino*. Sessão de 15/03/1836, p. 487.

Na África Oriental de na Ásia, as Possessões que ali temos, eram governadas por Determinações e Instruções avulsas, expedidas segundo as circunstâncias ocorrentes, e os diversos sistemas dos Ministros da Marinha, outras vezes por Provisões do Conselho do Ultramar, e por Portarias dos Vice-Reis; vindo a cifrar-se o Regimento nesse completo de diversas Ordens, que muitas vezes se contradiziam, acontecendo que hoje se estabelecia uma norma de Administração, e logo depois outra em sentido contrario, sem regularidade alguma; e por isso havia muito de que lançassem mão os Governadores para desculparem seus despotismos. Daqui se vê a necessidade que há de uma lei permanente que esteja em harmonia com o estado atual das coisas, assim do Reino, como daquelas Províncias²¹⁷

Assim, mais uma vez, utiliza-se o estado atual das províncias e a desordem das legislações e instruções sobrepostas para justificar a adoção de medidas de exceção, que iriam contra os preceitos liberais da carta, mas que eram necessárias para evitar o despotismo e a tirania e implementar esse mesmo liberalismo. Da mesma forma, Freire exaltava o Conselho de Estado, como uma forma de manter as liberdades e a representação da população ultramarina no governo, questionando, até mesmo, a necessidade de representação dessas províncias nas instâncias parlamentares da metrópole:

a melhor coisa que se podia fazer foi a introdução deste Conselho, especialmente sendo composto pela maneira que aqui se diz, porque esta é realmente a base da futura administração do Ultramar: esta prática é usada nas colônias inglesas, da qual se tem tirado a maior vantagem possível, por que lá, como todos sabem, não há Deputados, ou Membros do Parlamento pelas colônias, mas há um tal ou qual representação das Autoridades locais, que fazem por meio destes

²¹⁷ Arquivo Histórico do Parlamento, *Câmara dos Pares do Reino*. Sessão de 21/03/1836, pp. 525.

Conselhos, seus regulamentos apropriados a cada localidade²¹⁸

O deputado se utilizava do exemplo da monarquia inglesa, maior potência mundial no período e precursora do liberalismo europeu, para justificar a situação de exceção dos estatutos de governo do ultramar. Para ele, a presença de dois conselheiros locais, garantiria a representatividade das populações das colônias e, mais ainda, garantiria sua participação do todo da monarquia portuguesa. Interessante notar que em seu discurso o deputado não diferenciava a condição das colônias inglesas daquela de províncias ultramarinas do território português.

Essa discussão se liga á do sistema de colonização ou de governo dos territórios ultramarinos. Durante o debate da reforma administrativa, em diversas ocasiões, os parlamentares levantaram questionamentos sobre a forma de se administrar as possessões portuguesas e a viabilidade de implementação do regime liberal, centrado em Portugal, nessas localidades longínquas. O Conde de Linhares colocou a questão da seguinte maneira:

(...) é indispensável tratar-se de estabelecer qual seja o regime conveniente a seguir nas nossas Possessões Ultramarinas para as governar, e as conservar. Poderão elas mesmo ser regidas por uma administração uniforme e geral, quando tantas circunstâncias diversas concorrem para o contrário, poderão elas mesmo obter as mesmas prerrogativas de liberdade que a Metrópole? Se tal sistema de adotar, então de certo creio que bem depressa as perderemos todas. Esse sistema nem é calculado para o seu estado de civilização, nem tão pouco para as conservar em um estado de dependência²¹⁹.

²¹⁸ Arquivo Histórico do Parlamento, *Câmara dos Pares do Reino*. Sessão de 21/03/1836, pp. 529-30.

²¹⁹ Arquivo Histórico do Parlamento, *Câmara dos Pares do Reino*. Sessão de 15/03/1836, p. 488.

Linhares colocava em dúvida a capacidade de se reger os domínios ultramarinos pelas mesmas normas e prerrogativas de liberdade da metrópole e evidenciava a necessidade de se pensar num sistema de governo para as províncias, que estavam em estado de civilização muito diferente do da parte europeia da monarquia. Esse sistema deveria ser elaborado quanto antes, sob pena de se perder as colônias. Deveria também ser próprio para mantê-las em estado de dependência em relação à metrópole. Botelho secundava essa opinião, afirmando que “todas as vezes que tem havido alterações políticas na Metrópole, desde 1820, retiram-se as colônias, mas com aparatos de Rebelião, debaixo do nome e de aparências Constitucionais”²²⁰. Assim, ao mesmo tempo em que não se reconhecia a capacidade dos povos colonizados para gozarem plenamente da liberdade de um estado liberal, atribuía-se a eles a capacidade de se escudarem nesse sistema para camuflar atos de rebelião e separatismo em relação ao governo metropolitano.

Quanto às práticas a serem empreendidas para promover o desenvolvimento dos domínios ultramarinos, Botelho destacava a necessidade de incentivo do governo na promoção das atividades econômicas e os meios de se incentivar os colonos a produção para o desenvolvimento das colônias:

A primeira coisa que cumpre por em obra é atrair ali povoadores, dividir por eles aqueles imensos terrenos, dar-lhe utensílios próprios para as artes mecânicas, e manejo de agricultura, solta de todos os obstáculos, e tributos; não os povoar com facinorosos incorrigíveis; e aos que para lá forem mandados, por crimes de fraqueza, de que é fácil a emenda, dar-lhes pátria e não severos castigos, e em vez de os ensinar a descarregar a espingarda, ensinar-lhes a cavar a terra,

²²⁰Arquivo Histórico do Parlamento, *Câmara dos Pares do Reino*. Sessão de 15/03/1836, p. 488.

e manear o arado. Façam-se leis a esse respeito, defendam-se aqueles Estados com destacamentos do Reino, que se renovem em prazos certos, como praticam os Ingleses e os Franceses nas suas possessões; não se lhes falte a palavra, nem ao soldo, nem ao bom tratamento; nem com o castigo a tempo; sejam sujeitos por disciplina a uma higiene própria do país, que ele não é mortífero como erradamente se diz, atribuindo ao clima, o que é filho da falta de polícia, e devassidão dos costumes²²¹.

Os povoadores do território e promotores das atividades econômicas não seriam homens coloniais, mas colonizadores entre os quais se dividiriam os terrenos, se dariam os materiais e as condições para desenvolver a terra. O autor destacava ainda a necessidade de defesa desses territórios com tropas metropolitanos, a exemplo das colônias inglesas e francesas, minimizando os efeitos do clima sobre a mortalidade de europeus em terras africanas. O modelo de colonização almejado era agrícola, com o desenvolvimento de culturas para o mercado europeu.

Esse modelo fica mais patente nas falas que tratam das potencialidades da colonização, sobretudo em uma fala do Visconde de Banho sobre a cultura do café e do açúcar nas ilhas de São Thomé e Príncipe.

O café destas Ilhas é reputado o da melhor qualidade, e a sua cultura pode ser muito aumentada, assim como a do açúcar. A importância do Brasil, acabou em outro tempo a atenção do Governo de Portugal foi causa de se destruir a prosperidade nascente deste gênero na Ilha de S. Thomé, aonde se este, e outros gêneros coloniais continuarem a ser bem cultivados, eles virão para Portugal num preço muito

²²¹ Arquivo Histórico do Parlamento, *Câmara dos Pares do Reino*, Sessão de 22/03/1836, p. 533.

barato. Estas Ilhas podem dar ao Comercio Português uma importância muito grandes (...)²²²

O trecho evidencia como o modelo de colonização a ser seguido era aquele implementado no Brasil: uma colonização agrícola, fornecedora de produtos baratos para o mercado europeu. Da mesma forma, reputa o não florescimento econômico das regiões insulares africanas à concorrência brasileira e ao destaque que esse território tinha anteriormente nas políticas de fomento econômico e colonização do Império Português.

Essa conexão com a história imperial de Portugal e com a necessidade e possibilidade de se retomar o crescimento econômico e a vocação imperial do Reino foram evidenciadas ainda por Botelho, que afirmava que “este resto do teatro de nossa antiga glória é o resultado da nossa má fortuna, seja embora a miniatura do que foi na Ásia em outro tempo o povo Português; entretanto vamos aproveitando o que nos resta naquelas partes”²²³. Assim, embora reconheça o estado de decadência de um Império que já foi grande em toda a Ásia, o discurso do parlamentar incita o nacionalismo de seus companheiros, no sentido de aproveitar os remanescentes deste grande império, aproveitando todas as possibilidades de crescimento e fortuna que ele enseja.

Os conteúdos e os debates sobre o projeto de legislação para o ultramar de 1836 dão uma ideia exata sobre o pensamento de grande parte dos parlamentares portugueses acerca dos domínios ultramarinos e as formas de desenvolvimento desses territórios. Fica patente, em primeiro lugar, o abandono da ideia de igualdade entre as partes da monarquia, devendo essas ser escalonadas entre a civilização e a barbárie. Partindo desse pressuposto, justificava-se a

²²² Arquivo Histórico do Parlamento, *Câmara dos Pares do Reino*. Sessão de 21/03/1836, p. 525-6.

²²³ Arquivo Histórico do Parlamento, *Câmara dos Pares do Reino*. Sessão de 21/03/1836, p. 525-6.

necessidade de uma legislação diferenciadora e de estatutos diferenciados entre cidadãos da metrópole e das colônias.

Por fim, no tocante as formas de se proceder o desenvolvimento e colonização dessas áreas, recorre-se ao modelo colonial de Antigo Regime: a outorga de grandes poderes a figura de um Governador General, a existência de legislação própria para as terras do ultramar e a diferenciação entre o centro da monarquia e suas colônias, que teriam como função o fornecimento de mercadorias baratas para a Europa. O modelo brasileiro ainda é retomado no tipo de produção agrícola que deveria ser implementado e nos produtos que deveriam ser cultivado nessas regiões.

No mesmo ano de 1836 os setembristas chegaram ao poder através de um golpe de estado. Nesse contexto, o projeto que estava sendo discutido em 1836 foi interrompido e iniciaram-se os trabalhos de redação de um novo texto constitucional, que seria concluído em 1838. Assim, as Cortes Gerais e Constituintes discutiram, em 1837, as formas de incorporar a questão da legislação extraordinária para o ultramar no projeto de Constituição.

As discussões giraram em torno da aprovação da administração das Províncias Ultramarinas através de leis especiais, acomodadas segundo as peculiaridades de cada localidade. Assim, autorizar-se ia “para os casos urgentes, que não permitam esperar pelas Cortes, o Governo, em Conselho de Ministros, poderá providenciar por decretos, e levar ao conhecimento das Cortes as providências que tiver adotado”²²⁴. Ficava assim reservado ao poder executivo o direito de legislar para o ultramar, em um prerrogativa de acúmulo de poderes no Ultramar.

²²⁴ Arquivo Histórico do Parlamento. *Cortes Geraes, Extraordinárias e Constituintes*. Sessão de 30/11/1837, p. 1342.

Para justificar o Projeto, Moniz, um de seus redatores²²⁵, justificava que: “ (...) a intenção da Comissão não era privar as Províncias Ultramarinas da Constituição em Geral; mas queria que se estabelecessem Leis excepcionais para aqueles casos que não sejam exequíveis em consequência das localidades”²²⁶. Assim, ancorados nas especificidades das localidades ultramarinas, os deputados aprovavam a outorga de mais amplos poderes para o executivo intervir nessas questões.

O projeto teve larga discussão, sendo que para alguns representantes, como Menezes, representaria um voto de confiança muito largo a ser dado aos ministérios, que tirava demasiadamente o poder dos mecanismos constitucionais de divisão de poderes e que deveriam ser pensados mecanismos emergenciais dentro desses preceitos.²²⁷ Por fim, foi proposta uma discussão artigo por artigo e sua redação final foi aprovada.

No texto Constitucional de 1838 contava, no título X, das províncias ultramarinas:

Art 137: As Províncias Ultramarinas poderão ser governadas por leis especiais segundo exigir a conveniência de cada uma delas.

§ 1.º - O Governo poderá, não estando reunidas as Cortes, decretar em Conselho de Ministros as providências indispensáveis para ocorrer a alguma necessidade urgente de qualquer Província Ultramarina.

§ 2.º - Igualmente poderá o Governador geral de uma Província Ultramarina tomar, ouvido o Conselho do Governo, as providências indispensáveis para acudir a necessidade tão urgente, que não possa esperar pela decisão das Cortes, ou do Poder Executivo.

²²⁵ O Projeto vai assinado pela Comissão do Ultramar, representada por: José Osório de Castro Cabral e Albuquerque, Lourenço José Moniz, Theodorico José de Abranches e José Teixeira Rebelo.

²²⁶ Arquivo Histórico do Parlamento. *Cortes Geraes, Extraordinárias e Constituintes*. Sessão de 30/11/1837, p. 1343.

²²⁷ Arquivo Histórico do Parlamento. *Cortes Geraes, Extraordinárias e Constituintes*. Sessão de 30/11/1837, p. 1343.

§ 3.º - Em ambos os casos o Governo submeterá às Cortes, logo que se reunirem, as providências tomadas²²⁸

O artigo era vago em relação às prerrogativas do poder executivo. Ficava, no entanto, aberto o caminho para se legislar para o ultramar por decreto, tanto para os Ministros, chefes do executivo na metrópole, quando para os Governadores Gerais das províncias do Ultramar. Embora as medidas ficassem sujeitas a aprovação das cortes, essa aprovação se daria somente nos períodos em que estas tivessem reunidas, o que muitas vezes só aconteceria meses depois da medida ter sido tomada e executada.

Após a queda do setembrismo, houve nova tentativa de regulamentar a questão da administração colonial. O debate sobre as competências do poder executivo em matéria colonial (1843) foi uma tentativa de legalizar as práticas do executivo, que continuavam governando o ultramar por decreto, contrariamente ao estipulado na carta constitucional restaurada, de 1826. A proposta consistia em quatro artigos curtos, que determinavam que, nos casos em que as cortes não estivessem reunidas e em matérias de urgência, o Ministro, ou seja, o Executivo, ficava autorizado a Legislar para o ultramar, prerrogativa que este poderia atribuir também aos Governadores Gerais. Todas as medidas adotadas deveriam ser submetidas as cortes tão logo as mesmas se reunissem²²⁹.

Vale ressaltar que, conforme vimos anteriormente, não se tratava de uma medida legislativa nova, muito pelo contrário, era uma tentativa de legalizar uma prática que já havia sido admitida tanto no governo de 1836, quanto na constituição de 1838. Ao contrário do que poderia supor-se, não foi um debate tranquilo. Houve uma enorme pressão da oposição para barrar a passagem do

²²⁸ CONSTITUIÇÃO DE 4 DE ABRIL DE 1838. Disponível em: <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/liberalismo/c1838t8a11.html#titulo10>.

²²⁹ Projeto de Lei N 35. Arquivo Histórico do Parlamento. *Câmara dos Senhores Deputados*, Sessão de 17/03/1843, p. 267. Ver Anexo 2.

projeto, que ao final foi encaminhado para Câmara dos Pares. A discussão do projeto se deu, principalmente, em três chaves temáticas: a oposição entre o sistema representativo de governo e o absolutismo; a oposição entre condição de Colônia e a condição de Província e os fatores que levariam a uma ruptura com as metrópoles (ou mãe Pátria). Seguindo as categorias de análise previamente estabelecidas, iniciaremos com a legislação.

Tratando-se de matéria legislativa e polêmica, obviamente as leis e a Constituição portuguesa ocuparam grande espaço no debate dos parlamentares sobre o projeto. Nesse sentido, o assunto mais desenvolvido ao longo de toda a discussão foi se a medida seria contrária a Carta Constitucional e qual o estatuto que isso conferiria as colônias. A maior parte dos deputados que se posicionava contra o projeto alegava que esse tipo de prerrogativa, se concedida ao Executivo, configuraria um retorno às formas absolutistas de governo. Nesse sentido, um dos opositores ao projeto, José Esteves Pereira, argumentava:

Um ministro, que tem estado ocioso por tanto tempo, não pode hoje vir dizer-nos que as Possessões Ultramarinas estão em um deplorável estado, e que é necessária esta autorização para se lhes acudir, quando dentro dos limites constitucionais nada fez para lhes acudir: daqui concluo eu, e concluirão todos, que esta Lei não é para acudir as necessidades urgentes, é para estabelecer o principio de que as Possessões Ultramarinas só podem ser governadas por Leis feitas pelo Executivo, quer sejam para acudir a necessidades urgentes, quer não, quer seja na ausência das Cortes, quer na sua presença: substitui-se ao principio constitucional o principio absoluto, isto é, o Governo entende que não pode governar as Possessões Ultramarinas, senão por meio do Absolutismo: por isso pede uma autorização para governar a sua vontade e arbítrio em tudo e sobre tudo, que tenha relação com aquela partes da Monarquia. Ora por isso não posso

votar, porque não tenho autoridade para tal”²³⁰ (grifo nosso)

Nesse caso, a argumentação sobre a administração colonial é minimizada, dando luz a um par de oposições bem mais forte: regime representativo x absolutismo. Ao utilizar dessa forma de argumentação, o deputado tenta minimizar a especificidade da ação proposta, colocando em causa todo o regime de sustentação política de Portugal. Além disso, utiliza-se da proposta para criticar o trabalho do Governo, que segundo ele seria o responsável por não apresentar os projetos de lei de que careciam as colônias pelas vias normais do regime constitucional português e, sendo assim, buscando prerrogativas absolutas antes de utilizar-se das vias legais.

Na mesma linha de argumentação J. A. de Campos ia além, ao afirmar que a autorização pedida no projeto era a revogação da constituição para as províncias ultramarinas:

(...)Oh!, Sr. Presidente, pois que é esta autorização? É a revogação da Constituição para as Províncias Ultramarinas? (*apoiados*)... De maneira que para essas Províncias que mais garantias carecem, que mais necessitam Constituição para cortar o arbítrio dos Empregados, é que o Governo quer revogar a Constituição! ... Parece incrível! Repito Esta proposta não é nada menos do que a declaração, que a Constituição não é exequível no Ultramar.

Sr. Presidente, a questão não é de conveniência, é a questão do Governo Representativo: se o Governo faz melhor Leis, se tem mais informações e mais conhecimentos, e maior prontidão, acabemos com isso, e digamos, as Cortes não servem para nada, é um sistema de decepção e impraticável; é um luxo de organização, o Governo Representativo é inútil!

“O Ultramar requer providencias instantâneas, prontas.” É verdade: e o que já se notou é que nem todos os dias, ao menos com frequência, tem aparecido

²³⁰ Arquivo Histórico do Parlamento. *Câmara dos Deputados*, Sessão de 17/03/1843, p. 271.

aqui Propostas de Providências para o Ultramar. Portanto essa afluência ou tem sido disfarçada pela Câmara ou mesmo pelo Governo, não tem aparecido em verdade essa afluência de medidas para o Ultramar”²³¹.

Da mesma maneira que no excerto anterior, o Deputado utiliza-se da questão colonial para polarizar a discussão entre o sistema representativo e o sistema absoluto de governo: caso se reconhecesse a necessidade Legislativa para os chefes do Executivo no Ultramar, estaria reconhecendo-se a incapacidade da monarquia representativa, da divisão de poderes e dos parlamentos em conduzir o governo. A Revolução em Portugal teria sido inútil, os absolutistas venceriam. Aproveitava ainda sua fala para atacar o Executivo, o qual, segundo ele, não levava propostas sobre o Ultramar para serem debatidas nas câmaras, ou seja, era o Governo quem requisitava os foros de poder absoluto, que demonstrava incapacidade de gestão frente a um sistema representativo. Nesse contexto, destaca-se como as leis e a situação colonial, ou seja, o estado de desenvolvimento em que se encontravam as colônias são utilizados em conjunto, para embasar o argumento dos políticos.

Por sua vez, os deputados que defendiam a medida legislativa utilizaram três tipos de argumentos: o da legalização de uma realidade que já existia, a comparação com outras situações coloniais e o perigo das independências. No discurso de Vieira de Magalhães, evidencia-se o fator de continuidade, implicando que a legislação só viria retificar as práticas, que eram necessárias para o Governo no Ultramar:

Sr. Presidente, eu creio que sim – por outra parte, Sr. Presidente, sejamos um pouco francos e prescindamos uma vez das conveniências sacrificando-as a verdade – quem negará, Sr. Presidente, que nesta

²³¹ Arquivo Histórico do Parlamento. *Câmara dos Deputados*, Sessão de 17/03/1843, p. 273.

Câmara faltam os conhecimentos especiais, de que absolutamente se carece para convenientemente legislar sobre as nossas Províncias Ultramarinas, em quanto que aí por esta Capital abundam homens conhecedores das localidades, instruídos nas suas precisões, por que as observaram, por que foram obrigados a estudá-las? E quem melhor do que esses homens pode ajudar o Governo na confecção de Leis, na aplicação dos remédios de que tão urgentemente carecem nossas Possessões no Ultramar para não morrerem de miséria, ou para não se rebelarem de desesperação ²³²

O deputado salientava ainda que era somente mediante um bom e eficiente governo que se manteriam essas províncias unidas à metrópole, como veremos mais adiante. Ainda justificando a legislação, o Afonseca utilizava-se da comparação com a Inglaterra, referência mundial no campo do liberalismo e da economia, para sustentar a diferenciação necessária na legislação e formas de governo do Ultramar:

Nós ainda com passos mal seguros na estrada da liberdade, devemos certamente aprender com os outros Países que já estão adiantados séculos nessa mesma estrada, Ora a Inglaterra tem o seu *Board of Administration*, tem um Ministro exclusivamente para as Colônias, e apesar de todas essas garantias de que gozam as Colônias, os seus Governadores do ultramar vão munidos de amplos poderes; eles fazem a guerra, eles aceitam e dão a paz, eles entabulam e concluem Tratados de Comércio, eles legislam para pontos que lhes são sujeitos, ele fazem tudo quanto é preciso fazer, submetendo os seus atos a aprovação das Câmara²³³

²³² Arquivo Histórico do Parlamento. *Câmara dos Deputados*, Sessão de 17/03/1843, p.272.

²³³ Arquivo Histórico do Parlamento. *Câmara dos Deputados*, Sessão de 17/03/1843, p. 274.

Nesse caso, a utilização do exemplo inglês serve de justificativa da medida e como caminho a ser seguido pelos portugueses. A administração com amplos poderes para os governadores, que submetiam seus atos à Câmara depois de realizados deveria ser um exemplo para a gestão portuguesa e, justamente por serem empregados na nação exemplo de liberalismo político e econômico, estavam escusados das denúncias de absolutistas feitas pelos demais deputados. Interessante notar, por fim, a opção do deputado pelo termo Colônias, quando referiu-se ao caso inglês.

Por fim, ressaltamos a fala do Ministro dos Negócios Estrangeiros sobre a questão. Ao se referir ao debate em curso, o representante do Governo ataca os Parlamentares por sua falta de ligação com as práticas, com o que era necessário fazer para se governar de fato os territórios do Ultramar:

Não há aqui onipotência parlamentar. Eu conheço que os nobres deputados estão em um campo muito belo pra fazer belíssimos discursos; mas, quando descerem ao positivo, quando descerem as necessidades do serviço, quando descerem mesmo à análise sincera da Constituição, hão de confessar é necessário que se dê a autorização ao Governo.”²³⁴

O ataque do Ministro não parava por aí. Continuava, salientando que o Parlamento, que não queria aceitar a medida, era quem tinha sido omissor em relação às Províncias, sendo grande parte da legislação proposta para eles oriundas dos esforços do Governo

Onde estão as leis desse Parlamento para o Ultramar? Tudo o que se tem legislado para o Ultramar é do Governo; é o Decreto de 7 de novembro e 36 e 16 de janeiro de 37; o primeiro definindo as atribuições das autoridades, o segundo criando a Junta de Fazenda; e o decreto de 17 de janeiro sobre admissão de gêneros.

²³⁴ Arquivo Histórico do Parlamento. *Câmara dos Deputados*, Sessão de 17/03/1843, pp. 274-275.

Tudo isso é governativo; não me mostram os ilustres deputados uma só lei que tenha saído deste Parlamento para o Ultramar. Então, a vista disso, dê-se ao Executivo, (que também nessa parte não é estranho ao Legislativo) uma autorização para que na ausência das Cortes, para que quando a urgência o pedir, possa acudir as Províncias do Ultramar.”²³⁵

Através da análise dos discursos de defensores e opositores da medida no campo legislativo fica, assim, patente o conflito entre parte do Executivo e do Legislativo na questão do Ultramar: o primeiro, cioso de sua autoridade e do regime representativo, não queria deixar a autoridade legislativa para o segundo. Em oposição, os defensores da medida acusavam as Câmaras de serem teóricas, não concorrendo com medidas práticas que acudissem as necessidades urgentes desses territórios. Ambos os lados utilizam-se do perigo de revolução e independência para justificar sua argumentação. Em nenhum momento são ouvidos especificamente os deputados do ultramar sobre a questão e nem se pensa em consultar as autoridades administrativas, políticas ou parcelas da população ultramarina para esclarecer a questão.

Em relação à forma de administração das províncias ultramarinas, destacam-se, sobretudo, duas falas. Em primeiro lugar a do deputado Vieira de Magalhães que, ao justificar a necessidade de aprovação do projeto, ressaltava que as leis de exceção existiam e que muitas vezes, mesmo contra os princípios constitucionais, as formas de governo adotadas acabavam por ter resultados positivos:

“É uma lei de exceção”; mas por muitas destas Leis estamos nós governados, nos temos muitas leis providas de Ditaduras, temo-las aceitado, e nem por isso julgamos que ficávamos aniquilados nós os Representantes do Povo, por que temos a faculdade, depois que o governo ou quem quer que seja legisla, as

²³⁵ Arquivo Histórico do Parlamento. *Câmara dos Deputados*, Sessão de 17/03/1843, p. 275.

publica, de as ver, examinar, revogar ou modificar, e esta é exatamente a faculdade que tem os nobres Deputados do Ultramar.

(...) Não sei se algum Governador do Ultramar está em alguma de nossas Possessões fazendo Leis, fazendo economias, e alterando tudo o que bem lhe parece alterar; eu vejo que os Periódicos daquele Pais longe de censurarem esse Governador, pelo contrario o cobrem de elogios, vejo-o posto em nuvens, vejo-o endeusado por assim dizer; aqueles Povos bem sabem que ele Governador não faz aquilo em virtude de seu regimento, nem coerente com a Carta, mas veem talvez que esse Governador faz aquilo para beneficiar aqueles Povos, e os Povos não são lá grandes Publicistas, não se importam muito com essas abstrações filosóficas, eles o que querem é aquilo que os afeta utilmente, e que lhes faz a sua felicidade; mas que a faça em obras e não em palavras (*Apoiados*) Vejo pois que esse Governo não obra em muitas coisas conforme a Carta, mas nem por isso é repellido por aqueles Povos, antes é muito querido, e muito bem visto”²³⁶.

Para ele, uma vez atingida a finalidade de se realizar um bom governo e atender às necessidades da população local, as divergências sobre a forma seriam menores, podendo ser modificadas e melhoradas em tempo oportuno. Os opositores à medida, por sua vez, argumentavam que uma vez admitida a lei de exceção na administração das Províncias ultramarinas, elas não mais necessitariam da comunicação e ligação com a metrópole, sendo que esse processo culminaria com a separação definitiva entre as partes. José Estevão argumentava que:

A consequência necessária é separar completamente as Colônias da Metrópole, e acabar todas as comunicações entre o Governo, e os diversos Governadores. (...) Isto não é um prognóstico, é determinado; não é vago; o Governo é que o disse,

²³⁶ Arquivo Histórico do Parlamento. *Câmara dos Deputados*, Sessão de 17/03/1843, p. 283.

porque ele disse que isto não era mais do que legalizar o arbítrio, porque isto se estava fazendo, quero dizer que o Governo não tem força para obrigar as Autoridades a que cumpram as Leis, e quer sancionar o arbítrio, arrastando o corpo donde deve sair a legalidade a sancionar uma ilegalidade, é esse Governo que assim procede que diz que quer ordem, e que quer combater a anarquia, ao passo que pede que se legalize a anarquia²³⁷.

Assim, uma vez que o Governo admitisse a sua incapacidade legislativa para o Ultramar, as províncias se veriam em uma situação de autogoverno, o que ao invés de fortalecer os vínculos com a metrópole, levariam a uma situação de independência cada vez maior em relação a ela.

Em relação ao sistema de colonização a ser adotado, destaca-se a oposição entre Províncias Ultramarinas e Colônias, sobretudo pelos deputados que se opunham ao projeto. Do mesmo modo que o sistema representativo foi oposto ao absolutismo para justificar a inadmissibilidade do projeto, a condição de Províncias do Ultramar foi invocada, alegando que o projeto ofenderia a dignidade desses povos que deveriam ser tratados como unidade em relação a todos os cidadãos portugueses.

A fala de Peres da Silva é emblemática desse tipo de argumentação. Em seu discurso o autor questiona a utilização da nomenclatura colônias para designar as Províncias Ultramarinas, e vai além, igualando os cidadãos coloniais aos próprios representantes das Câmaras Portuguesas, equiparando-os todos dentro do conceito de cidadania, o qual colocaria Portugal no *hall* das nações mais liberais e desenvolvidas do mundo.

Ora, Sr. Presidente, em primeiro lugar, é preciso que o Sr. Ministro me diga quais são essas colônias a que se refere, que concedem ao Governo a faculdade

²³⁷ Arquivo Histórico do Parlamento. *Câmara dos Deputados*, Sessão de 17/03/1843, p. 285-6.

de legislar? Se são aquelas, que regendo-se pelo Sistema Representativo, regem as colônias pelo Sistema Absoluto, ou regendo-se pelo Sistema Representativo, regem também as suas colônias pelo mesmo Sistema? Se são as primeiras, nós não estamos nesta hipótese: Portugal não tem colônias. Os habitantes do Ultramar são tão bons Portugueses como o é o Sr. Ministro da Marinha, e como o são os membros da Comissão, e como V Excia; se se fala nas Possessões que tem o Sistema Representativo, não se há de mostrar um só, em que o Governo tenha o poder de legislar. (...) A Nação Portuguesa tem sido a primeira que tem dado provas de seu liberalismo, é a ela que devem imitar as outras. Estou persuadido que, se o Sr. Ministro tivesse refletido melhor nas consequências de sua Proposta, que ela ia destruir o sistema representativo, e romper com o nexa que existe entre as partes, que o constituem, ele não a apresentaria; porquanto a natureza, e excelência do Sistema Representativo, consistindo na divisão dos Poderes, como princípio conservador dos direitos dos Portugueses, e o mais seguro meio de fazer efetivas as garantias que a constituição concede. Pela acumulação de poderes ficava destruído o sistema²³⁸ (grifo nosso).

Importante notar que, para ele, a medida representaria, além de uma quebra no sistema constitucional, outra igualmente grave, no nexa que existia entre as partes da monarquia. Retoma-se aqui a ideia de que o Portugal era constituído de diferentes partes, em vários continentes e que se uniam por um “nexa feliz”, que fazia com que cada parte desempenhasse um papel e que Portugal Europeu fosse o centro diretor e canalizador de todos esses esforços diferentes²³⁹. A medida viria romper os dois sistemas. Para Mousinho de Albuquerque o quadro se agravava por ser uma medida de “opressão proveniente da mãe Pátria torna-se mais escandalosa; contradiz a própria denominação. Mãe pátria indica proteção igual,

²³⁸ Arquivo Histórico do Parlamento. *Câmara dos Deputados*, Sessão de 17/03/1843, p. 280.

²³⁹ Conferir a análise sobre o pensamento de D. Rodrigo de Souza Coutinho na primeira parte deste capítulo.

igual distribuição de bens e justiça por todos os seus filhos, e madrasta, em vez de mais seria aquela, que roubasse a alguns dos filhos o seu direito!”²⁴⁰.

O deputado ia além denunciando a opressão da Europa em relação ao Ultramar:

As províncias do Ultramar são essencialmente ciosas do Continente Europeu, porque essa é sempre a condição do mais fraco ante o mais forte. O ciúme justo do Ultramar não vem só da grandeza comparativa de Portugal, vem de todos os prejuízos que acompanham a condição Europeia comparados com a condição das outras partes do mundo. A Europa tem exercido por muito tempo um Poder por assim dizer tirânico sobre as outras regiões do Globo, que tem submetido ao seu domínio. Os habitantes, os naturais daquelas regiões olham para os Europeus como essencialmente como naturalmente ativo, e disposto a considera-los e trata-los como inferiores; por tanto quando tais homens se pretendem tornar irmãos, como a Carta os tornou, é preciso não estabelecer princípios que despertem esse ciúme fazendo entre os Ultramarinos e nós distinções, por onde se possa entender que existe a menor desigualdade²⁴¹

Utilizava, assim, o ensejo da discussão da proposta apresentada para denunciar a forma como a Europa havia exercido o poder em relação aos outros povos e a natural desconfiança que esses sustentavam em relação às metrópoles europeias. Era justamente por isso que agora, nesse novo momento de liberdade constitucional, eles deveriam ser tão ciosos das condições estipuladas na Carta, da garantia de igualdade entre os povos e de não sujeição, mas de irmandade entre todos os cidadãos portugueses. Esses discursos em relação ao sistema de colonização, ou melhor, em

²⁴⁰ Arquivo Histórico do Parlamento. *Câmara dos Deputados*, Sessão de 17/03/1843, pp. 277-278.

²⁴¹ Arquivo Histórico do Parlamento. *Câmara dos Deputados*, Sessão de 18/03/1843, pp. 296-297.

defesa do sistema representativo e unidade da Monarquia são o momento em que os debates de 1843 mais se diferem dos anteriores. A partir deles não há uma unidade em relação à necessidade de um tipo de colonização exploratória, geradora de lucros para a metrópole. Em nenhum momento esse tipo de argumentação foi mencionada no debate, ao contrário do que vimos anteriormente, principalmente em relação ao projeto de 1836.

Embora fruto de grandes discussões e discursos de oposição ferrenha, o projeto passou pela Câmara dos Deputados e foi encaminhado, então à Câmara dos Pares do Reino, onde também foi fruto de grandes debates e severa oposição. Já no relatório da Comissão do Ultramar sobre o projeto, começaram a aparecer as primeiras divergências. Os membros da comissão não chegaram a uma unanimidade ao elaborar o parecer, vencendo por maioria simples de três pares contra dois. O parecer apresentado pela Comissão reconhecia que seria muito salutar que se formasse um plano completo de administração para as províncias ultramarinas, recomendando sobretudo a criação de um Conselho do Ultramar e o envio de comissários para todas as partes da monarquia, além de se coletarem informações sobre o estado das províncias e a forma de administração a ser adotada, bem como propor as medidas de governação necessária. Ante a impossibilidade de que isso se realizasse imediatamente, porém, o parecer era favorável à implementação do projeto de Lei, concedendo poderes especiais ao Governo para legislar para as colônias em caráter emergencial. Salientava ainda que a medida já havia sido executada por governos anteriormente, sendo já uma necessidade conhecida para o Governo das Províncias ²⁴².

²⁴² PARECER (63) DA COMISSÃO DO UTRAMAR SOBRE O PROJETO DE LEI N 35. Arquivo Histórico do Parlamento. *Câmara dos Pares*, Sessão de 05/04/1843, p. 219. Ver a transcrição do parecer no Anexo 3.

Em oposição a esse parecer, os deputados que representavam a minoria vencida escreveram um novo documento, justificando sua discordância em relação ao projeto. Nele manifestavam que a Carta Constitucional havia igualado as Províncias do Ultramar com as do Continente do Reino e, sendo assim, a medida estaria em desconformidade com o texto constitucional. Reconheciam, porém a necessidade de se elaborar um sistema de medidas legislativas que permitissem governar o Ultramar, e a conveniência de se formar um conselho Ultramarino para se ocupar mais especificamente das colônias. Ressaltavam ainda o fato de a Câmara dos Pares, em outras ocasiões, ter rejeitado artigos e propostas legislativas por serem contrárias ao texto constitucional. Por fim, baseando-se no princípio de divisão de poderes, argumentavam que a Câmara não tinha, constitucionalmente, o direito de ceder parte de seus poderes ao Executivo e nem o Executivo poderia executá-lo²⁴³.

Na oposição do projeto, destaca-se a figura do Conde de Lavradio. O Par discursou longamente sobre o projeto, que considerava um equívoco. Reconhecia a necessidade de se obterem mais informações sobre a situação das Províncias e que existiam especificidades em sua condição, que não poderiam ser supridas pelas Leis e pela forma atual de se fazer a Legislação, mas não reconhecia esse poder ao Governo. Para ele a legislação ultramarina merecia estudo e deveria ser debatida em cortes, que era a forma constitucional de fazê-lo. Se as cortes não tinham os conhecimentos necessários para isso, nada o fazia supor que o Governo os tivesse.

(...) e eis aqui está, se não me engano, a tradução destes dois Artigos, e é claro que se eles, sendo como são verdadeiramente a sua essência, foram admitidos, as Províncias Ultramarinas voltam outra vez para o poder absoluto, e no meu modo de ver ainda mais

²⁴³ PARECER (63A) DA COMISSÃO DO UTRAMAR SOBRE O PROJETO DE LEI N 35. Arquivo Histórico do Parlamento. *Câmara dos Pares*, Sessão de 05/04/1843, pp. 219, 220. Ver a transcrição do parecer no Anexo 3.

tirânico, e opressivo, do que era o poder absoluto, que as regia, quando toda a Monarquia estava debaixo do jugo desse poder (...) Eu convenho em que as Províncias Ultramarinas carecem de Leis especiais, por que vejo estarem num estado de desorganização, assim como o seu sistema administrativo está desorganizado; mas também convenho, em que nós não temos os conhecimentos necessários, isto é, que as cortes não tem conhecimentos precisos para poderem legislar, e fazerem ser Lei, nem do que duvido muitíssimo, de que os Sr Ministros estejam no caso de suprir, o que as Câmaras não podem fazer, por quanto as pessoas, que até agora tem informado o Governo, são homens sem a capacidade necessária para dar essas informações: uns sem capacidade, e outros sem moralidade²⁴⁴.

Destacava ainda que ao conceder-se ao Executivo poder para legislar, retornava-se a uma forma absoluta de governo, mas dessa vez ainda mais tirânico e opressivo visto que outrora toda a monarquia era regida pelo mesmo sistema e agora ele seria utilizado somente para as Províncias do Ultramar. Além disso, a situação agravava-se pela escolha dos empregados que representavam o Governo no Ultramar. Lavradio denunciava o sistema de favores que vigorava na escolha dos funcionários pelos Ministérios, principalmente dos Governadores Gerais, que muitas vezes eram agraciados com o título para contemplar um protegido e outras vezes para afastar uma figura mal quista da corte. Esse quadro só reforçava o estado de opressão em que viviam os habitantes do ultramar.

É essa gente, pois, que nós havemos de conceder o poder de oprimir aqueles habitantes, já há tantos séculos oprimidos por uma tirania praticada por esses Governadores, que lá lhes são enviados, não capazes, como deviam ser, mas homens que vão fazer casa, que nunca tiveram, ou restabelecer a que perderam, e recuperar sua fortuna arruinada. Portanto, nós não

²⁴⁴Arquivo Histórico do Parlamento. *Câmara dos Pares do Reino*, Sessão de 18/04/1843, p. 282.

podemos adotar esse Projeto sem uma grande ofensa feita aqueles povos²⁴⁵

Mais uma vez, percebe-se a predominância de estruturas de governo de Antigo Regime, que são criticadas em oposição ao regime representativo, que deveria basear-se em novos valores, tanto na representação e na divisão dos poderes como forma justa de governo, quanto na escolha meritocrática dos funcionários e das medidas a serem adotadas pelos Ministérios.

A favor do projeto, o Ministro da Marinha fez uma fala defendendo a necessidade de sua aplicação e dando conta das medidas encetadas pelo Governo para o melhoramento das Províncias. Em seu discurso, afirmava que o projeto vinha regularizar uma ação que já acontecia sem autoridade e em benefício dos territórios do ultramar, embora necessitasse de regulamentação, sustentada na carta, para tal²⁴⁶. O Ministro aludia aos relatórios e as medidas de coleta de informação já realizados na última década e lamentava o fato de que ainda não se pudesse ter feito um real sistema de administração e colonização, que aproveitasse as potencialidades desse material. Na ausência dessa possibilidade, defendia a manutenção do projeto.

Entretanto, oito anos se tem passado, e o Governo tem recebido relatórios anualmente das diversas Províncias Ultramarinas, dos quais se pode aproveitar muita coisa, e não duvido mandar homens, com conhecimento daquelas localidades, a examinar o seu verdadeiro estado, mas isso demanda tempo, e em quanto não chega esse tempo, e por que não conhecemos tudo, não devemos deixar desde já de nos ocuparmos com fatos, e não com palavras, da sorte daquelas Províncias, alias tudo ali caminhara de mal para pior.

²⁴⁵ Arquivo Histórico do Parlamento. *Câmara dos Pares do Reino*, Sessão de 18/04/1843, p. 283.

²⁴⁶ Arquivo Histórico do Parlamento. *Câmara dos Pares do Reino*, Sessão de 18/04/1843, p. 285.

Sr Presidente, tenho feito quanto posso a este respeito, dentro das minhas faculdades, que em frente a tantas necessidades são poucas, e insuficientes, e os Dignos Pares, que tem regido este Ministério confessarão as muitas dificuldades, em que se tem achado, para acudir aos multiplicados, e graves negócios do Ultramar.

Tenho dado providencias para Estabelecer, Estações Navais tão fortes, como permitem os poucos meios, tem havido uma necessária comunicação pela regularidade dos Correios marítimos, e o comercio algum sinal de alento tem tido: convêm anima-lo, e não deixar que esmoreça de novo.²⁴⁷

Contra as acusações de que não estavam sendo divulgadas as medidas legislativas e de que os Ministérios e Governo do Ultramar pouco faziam para sanar as dificuldades das colônias, citava uma série de práticas adotadas e apontava para uma ligeira recuperação do comércio das colônias, como discutiremos com mais detalhe no próximo capítulo.

Ainda em defesa do projeto, o Duque de Palmela fez uma longa exposição sobre o Império Português, sua vastidão de territórios e a diversidade de cada um deles. Para o orador, era importante a defesa de um sistema colonial que solucionasse a organização das Províncias e que levasse em consideração as especificidades existentes entre elas. Para ele, a medida pedida pelo Governo e contida no projeto vinha justamente para dar conta de realidades muito diferentes, que não estavam sendo totalmente contempladas pelas bases da constituição, que deveria ser entendida mais como um guia geral do que como fonte de toda a legislação para todas as províncias.²⁴⁸

Em linhas gerais, defendia que se passasse mais as ações práticas do que às discussões teóricas:

²⁴⁷ Arquivo Histórico do Parlamento. *Câmara dos Pares do Reino*, Sessão de 18/04/1843, p. 287.

²⁴⁸ Arquivo Histórico do Parlamento. *Câmara dos Pares do Reino*, Sessão de 18/04/1843, p. 291.

O Projeto de que tratamos é, julgo eu, um bom tema para declamações parlamentares, mas em definitivo a questão reduz-se a pouca coisa: se isso for determinado por uma Lei, há de existir na pratica, por que tem existido, e existirá, em quanto não houver uma organização suficiente, um sistema completo, para a administração das Províncias Ultramarinas: por tanto, pouco importa para a pratica, que seja concedido, ou na nas Câmaras Legislativas: por que o Governo há de continuar a proceder do mesmo modo, e por uma razão muito obvia- por que não pode deixar de ser assim”²⁴⁹

Dessa forma, fazia uma crítica velada ao posicionamento dos colegas, que, mesmo sabendo da inevitabilidade da adoção da medida, ocupavam-se em discussões longas e teóricas, que não provinham soluções efetivas para os problemas do Ultramar. Ao contrário, encontravam barreiras para aprovação de uma legislação que, na prática, já acontecia. Nesse mesmo sentido, sintetizando bem a questão, Serpa Machado afirmava que “o Sistema velho não o há, por que caiu com a Carta, e o novo não existe, por que ainda não foi montado”²⁵⁰. Reconhecia assim a necessidade de se lançar as bases de um novo sistema de colonização.

A solução dessa questão só veio em 1852, quando se efetivou a reforma constitucional, com a redação de um artigo especificamente para a questão colonial. Este era muito similar ao do projeto de 1843, que agora perdia seu caráter inconstitucional para passar a vigorar entre os artigos Carta²⁵¹. A adoção do projeto também foi tema de debates, muito similares aos analisados anteriormente, com decisão favorável a se adotar a nova fórmula

²⁴⁹ Arquivo Histórico do Parlamento. *Câmara dos Pares do Reino*, Sessão de 18/04/1843, p. 292.

²⁵⁰ Arquivo Histórico do Parlamento. *Câmara dos Pares do Reino*, Sessão de 20/04/1843, p. 306.

²⁵¹ Arquivo Histórico do Parlamento. *Câmara dos Deputados*, Sessão de 24/03/1852, p. 303. Ver Anexo 4.

legislativa para o ultramar. Voltava-se, oficialmente, à gestão do executivo sobre o ultramar.

Ao longo de toda a primeira metade do século XIX as discussões sobre como administrar as províncias ultramarinas e o sistema de governo a ser empregado, foram o fator de maior relevo no parlamento sobre a questão colonial. As únicas discussões sobre o ultramar que tiveram mais expressão entre as pautas das Câmaras e das Assembleias Constituintes foram relativas à legislação e administração. Nesse sentido, destaca-se a variação no modo como os territórios do ultramar foram entendidos e as prerrogativas que os cidadãos portugueses esperavam ter sobre eles.

Num primeiro momento, com as discussões e a legislação de 1836 e de 1838, existe um retorno da questão colonial a patamares de antigo regime. Nesse momento não existia entre os parlamentares uma oposição notável aos projetos de governo do ultramar pelo Executivo e nem da centralização do poder nas províncias na mão dos Governos Gerais. É notável na proposta desse momento a diferenciação pretendida entre cidadãos de Portugal europeu e os cidadãos das províncias ultramarinas, a condição de não civilização em que se encontrariam os nativos e as potencialidades da colonização dos territórios restantes do Império. No que tange à administração colonial os discursos mostram a vocação agrícola das colônias e a potencialidades dessa nova empresa no Ultramar.

Após a queda do setembrismo e da constituição de 1838 percebe-se também uma virada no posicionamento dos deputados e pares do Reino. Se, em 1836, Sá da Bandeira era um dos propositores do regimento para o Ultramar, em 1843 assinou o documento da comissão ultramarina sendo contrário a atribuição de poderes ao legislativo, alegando de que a medida seria inconstitucional. O debate e a oposição ferrenha de alguns deputados

á medida trouxe elementos novos ao debate. Não existia mais consenso sobre a utilidade e constitucionalidade de se delegarem poderes ao Executivo para legislar para o Ultramar e nem sobre a posição dos Governadores Gerais, como figuras que centralizariam o poder político.

Além disso, o tratamento das Províncias Ultramarinas como colônias portuguesas foi duramente contestado. Ressalta-se todo o tempo o estatuto dos habitantes das províncias de cidadãos e a igualdade entre todas as partes da monarquia. Ficava presente ainda nos discursos o risco de perder-se a unidade e fomentar-se a independência do Ultramar caso os cidadãos dessas localidades fossem tratados com diferença em relação aos metropolitanos. As ideias de retomada do Império, de vocação ou de fomento das atividades agrícola em benefício da metrópole desaparecem completamente do discurso nesse momento.

Entretanto, a proposta de ampliar os poderes do executivo foi aprovada nas duas Câmaras e os artigos contidos nela incorporados ao Ato Adicional à Constituição, em 1852. As estruturas de governo centradas no poder Executivo prevalecem e a forma de administração permaneceu muito similar àquela adotada pelo Antigo Regime em relação ao Brasil. A monarquia constitucional e as ideias liberais em Portugal alteraram muito pouco a forma de organização dos territórios ultramarinos.

CAPÍTULO 3- CONDIÇÕES EFETIVAS E PRÁTICAS COLONIAIS: A ATUAÇÃO DOS GOVERNOS GERAIS EM ANGOLA

A partir da análise da conjuntura política, das ideias econômicas e dos debates do parlamento português acerca da questão colonial, fica evidente a preocupação de readequação das estruturas coloniais e da formulação do projeto de Novo Brasil. A partir dele esperava-se a reorientação das colônias africanas para um sistema de colonização produtivo, que aproveitasse as potencialidades naturais dos territórios, a experiência da colonização brasileira e a mão de obra abundante para reestruturar o império colonial.

Ao longo deste capítulo discutiremos a forma como a historiografia abordou a questão colonial no século XIX e o hiato historiográfico existente sobretudo sobre a primeira metade do século para, então, fazer um balanço sobre a situação do império e as tentativas de colonização efetiva dos domínios africanos. Por fim, nos dedicaremos ao caso concreto de Angola e como os governadores atuaram no terreno, suas dificuldades e efetividade da implementação dos projetos de colonização.

A província de Angola foi escolhida como estudo de caso por ser a maior e mais importante colônia portuguesa após a independência do Brasil, onde os projetos de colonização e tentativas de estabelecerem-se relações diretas com a metrópole foram mais intensos. Foi também em Angola que os projetos de formação de companhias de comércio e de implementação da agricultura voltada para o mercado externo foram mais amplamente tentados e que a resistência dos traficantes de escravos sentida de maneira mais contundente.

3.1 - O colonialismo português no século XIX: notas sobre o debate historiográfico

*A África é algo mais do que uma terra a ser explorada; a África é para nós uma justificação moral e uma razão de ser como potência. Sem ela seríamos uma pequena nação; com ela somos um grande Estado. **Marcelo Caetano, 1935***

Embora presente e com grande importância para a compreensão da história de Portugal e do Brasil no século XIX, o império africano tem tido pouco espaço na historiografia lusófona. Grande parte dos estudos sobre o tema enfocam a questão dos descobrimentos, do tráfico de escravos, do comércio colonial ou ainda a importância do império na configuração política e econômica de Portugal no século XX, sobretudo no período salazarista. Criou-se assim um hiato na historiografia sobre o império entre os séculos XIX e XX, em que a questão das colônias africanas não aparece em posição de destaque para os fenômenos políticos, econômicos e culturais do Reino.

Em análise sistemática sobre a história da historiografia portuguesa, Torgal ressaltou a influência do Estado Novo tanto no sentido da história de Portugal como nas práticas e metodologia de trabalho dos historiadores. Para ele, a situação de ditadura em que viveu o país durante o regime salazarista moldava a política e a cultura em função do modelo ou de verdades que eram incontestáveis dentro do regime. Assim, a história adquiria um sentido indiscutível e as visões decadentistas adquiriam um caráter inaceitável, quase heréticos²⁵².

O autor destaca que a posição pessoal de Salazar, apreendida em um de seus discursos, em maio de 1836, era que a história era a

²⁵² TORGAL, Luís Reis. "A história em tempos de "ditadura"". In: TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando. *História da História em Portugal. Sécs. XIX e XX*. vol 1, Lisboa: temas e debates, 1998.

soma de “feitos gloriosos, batalhas e heróis que constituíram Portugal e o nacionalismo português” e como tal deveria ser pensada como modelo para ajudar o país a tomar os rumos que já tomara nesse passado glorioso e não para exaltar a decadência do país.²⁵³

A história assumia, então, o caráter de exemplo, modelo de um passado glorioso da monarquia nacional, que deveria ser retomado e superado. O grande líder, Salazar, deveria conduzir a nação a este futuro, sendo a figura de destaque no panteão dos “novos heróis” do futuro português. Nesse contexto, o século XIX foi interpretado como um momento de erro, de decadência, o qual deveria ser tomado como exemplo reverso, para que não se repetisse àquela situação²⁵⁴.

Retomando a argumentação de Godinho, que fez o panorama da produção historiográfica até então e propôs mudanças no fazer história português, o autor destacou como a História, enquanto disciplina, não se revelou então como uma ciência aberta ao debate e as correntes internacionais, sobretudo as escolas francesas de renovação. Ressaltava, porém, que a historiografia não foi abertamente ideológica e nem diretamente vinculada ao regime político. Sua contribuição ideológica foi no sentido do afastamento e da neutralidade e na busca de temas que não confrontassem diretamente com a realidade e modelos do regime salazarista²⁵⁵.

Nesse sentido, a interpretação da historiografia do Estado Novo e Torgal nos permite compreender porque o estudo dos movimentos liberais, da guerra civil, da independência do Brasil, seus impactos na vida política e econômica de Portugal e os sucessos e fracassos das tentativas de colonização foram relegados ao segundo plano e mesmo, como veremos adiante, caracterizados pejorativamente na historiografia de meados do século XX.

²⁵³ TORGAL, Luís Reis. “A história em tempos de “ditadura””. Op. Cit., p. 273.

²⁵⁴ Idem, pp. 273-275.

²⁵⁵ Idem, p. 299.

Segundo Valentim Alexandre, o último quartel do século XIX marcou a conclusão do processo de "sacralização do império", movimento no qual o nacionalismo português se revestiu de um caráter imperialista. Assim, as forças sociais e os interesses econômicos do país seriam marcados pelo voluntarismo, que transformaria os objetivos coloniais em objetivos nacionais e transcendentais, o que facilitaria a criação da "mística imperial" dos anos subsequentes²⁵⁶. Para o autor, o Ato Colonial de 1930 marcou um novo período nas relações com a colônia, buscando aplicar os mesmos princípios dirigentes da economia e políticas metropolitanas para o ultramar²⁵⁷.

Nas décadas de 1930-1940 o regime salazarista constituiu a base de seu projeto ideológico, que se definiria em um núcleo propagandístico de afirmação da nacionalidade, fabricando os mitos de integração e unificação da cultura portuguesa. O objetivo era estabelecer uma "mítica de essencialidade portuguesa", na qual o Estado Novo surgia como divisor de águas, encerrando a época negra de uma nação degenerada pelo liberalismo e pelo período republicano. Fernando Rosas atribui ainda a esse período, a fabricação da mitologia formadora do novo homem português, cidadão renovado que seria o produto dessa ideologia estatal. O "mito Imperial" seria definido então pela vocação "histórico providencial" do povo português em colonizar e evangelizar, continuando a trajetória história dos portugueses no ultramar²⁵⁸.

²⁵⁶ ALEXANDRE, Valentim. "O Império Colonial do Século XX". In: _____. *Velho Brasil, novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento, 2000, p. 198 (Originalmente nos Estados Unidos pela *The Society for the promotion os Science and Scholarship*, Califórnia, em 1998).

²⁵⁷ ALEXANDRE, Valentim. "Ideologia, Economia e Política: a Questão Colonial na implantação do Estado Novo". In: _____. *Velho Brasil, novas Áfricas, op. cit.*, p. 214 (Originalmente publicado na revista *Análise Social*, n 123-4, em 1993).

²⁵⁸ ROSAS, Fernando. "O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitismo". *Análise Social*, vol. xxxv (157), 2001, pp.103-1034.

O conceito foi explicitado por Armindo Monteiro, ministro das colônias entre 1931 e 1935, que afirmou que "Portugal pode ser apenas uma Nação que possui colônias ou pode ser império"²⁵⁹. Dessa maneira surge o dogma de Portugal como "nação pluricontinental e plurirracial, una, indivisível e inalienável"²⁶⁰.

Em artigo recente sobre a questão colonial da historiografia portuguesa, Fernando Tavares Pimenta vai além e afirma que embora o Estado Novo português tenha utilizado a colonização como ferramenta de construção ideológica, o "rígido controlo político e cultural exercido pelo salazarismo sobre as Universidades não criou as condições necessárias para o desenvolvimento de uma historiografia sobre o colonialismo português". As publicações sobre o colonialismo português enfocavam sobretudo o período das grandes descobertas, entre os séculos XV e XVI. Além disso, o controle político e cultural do regime fazia com que as Universidades não tivessem condições de criar um conhecimento verdadeiramente científico sobre o Império²⁶¹.

O século XIX não foi o centro da preocupação da historiografia sobre a questão colonial. Uma das figuras importantes na cena portuguesa do Estado Novo, conhecido como historiador e ideólogo do regime salazarista²⁶², João Ameal, em sua *História de Portugal*, dedicou algumas poucas linhas ao império Colonial do século XIX.

²⁵⁹ *Apud, Idem*, p. 1035

²⁶⁰ Os demais mitos fundadores do novo homem salazarista seriam o mito palingenético, o mito central da essência ontológica do regime, o mito da ruralidade, o mito da pobreza honrada, o mito da ordem corporativa e o mito da essência católica da identidade nacional. Todos esses mitos comporiam as verdades indiscutíveis da revolução nacional, afirmados por ocasião das comemorações do décimo aniversário da revolução, em Braga. *Idem*, pp. 1033 a 1038.

²⁶¹ PIMENTA, Fernando Tavares. "Perspectivas da Historiografia colonial Portuguesa (século XX)". IN: RIBEIRO, Maria Manuel Tavares (Coord.). *Outros Combates pela História*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p.6. (disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/31595>, acesso em 30-12-2015).

²⁶² Torgal classifica Ameal como intelectual orgânico do regime salazarista. Cf. TORGAL, Luís Reis. *Estados novos, estado novo: ensaios de história política e cultura*. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, 2009, pp. 78 e 404.

Para ele, falar da África nesse momento seria fazer um inventário “de falência, e de falência fraudulenta”. Por essa razão ele declina de analisar o século XIX, argumentando por se tratar de tema humilhante, cheio de “desgostos e misérias”, sendo melhor esquecê-los por “higiene moral”²⁶³.

Uma das análises mais interessantes desse momento sobre a colonização portuguesa na África no século XIX foi apresentada por Manoel Múrias. O autor defendeu a hipótese de que o império é uma característica inerente ao português, sua missão civilizadora no mundo. Para ele, desde o final do século XVIII, o império passou a ser considerado como uma unidade entre a Europa, o atlântico, a África e a Ásia, e assim, as políticas do reino, principalmente com D. João VI, foram sempre de integrar todas as partes da monarquia²⁶⁴.

Com a independência do Brasil, Portugal teria tido condições de continuar essa missão colonizadora e conduzir suas potencialidades de país colonial para a África. No entanto, as lutas políticas internas, em um primeiro momento, e as condições de disputa externa, com as dissidências entre as potências que deram origem a conferência de Berlim, não permitiram que a vocação imperial e que as potencialidades da colonização africana fossem intentadas.

A definição de fronteiras, consequentes da Conferência de Berlim e do Ultimato inglês tiveram um efeito positivo nessa conjuntura. No entanto, mesmo que louváveis, as tentativas de colonização desse período careciam de um planejamento e de uma unidade para ação sistemática de colonização. Somou-se a isso ainda a revolução republicana no país, que desorganizou o estado e colocou as correntes políticas em lutas internas. Só a partir do governo de Salazar, com os atos coloniais, é que a vocação e a missão colonial

²⁶³ AMEAL, João. *História de Portugal. Das origens até 1940*. Porto: Livraria Tavares Martins, 1949 (1 Ed. 1941), p 581.

²⁶⁴ MÚRIAS, Manuel. *História breve da colonização portuguesa*. Lisboa: Editora Ática, 1941, p. VII.

portuguesa na África realmente tiveram seu impulso definitivo, retornando ao sentido de unidade do império.

Percebe-se assim claramente, que para Manuel Múrias, a África apresentava possibilidades de um projeto colonial efetivo e com resultados, mas as conjunturas políticas internas à metrópole e as convulsões mundiais não permitiram que Portugal desenvolvesse uma colonização sistemática da África no Século XIX²⁶⁵.

A partir do final da década de 1950 e, principalmente, na década de 1960 destaca-se uma mudança de caráter nas análises históricas. Diogo Ramada Curto destaca que, então, as universidades assumiram cada vez mais o papel de centros de produção e difusão do conhecimento científico sobre a questão colonial. Embora ligadas ao Estado salazarista, as instituições de ensino não funcionavam somente como “correia de transmissão” direta da ideologia do Estado²⁶⁶. Destacam-se nesse momento a reintegração dos estudos sobre a questão colonial em uma lógica científica, mesmo que voltados politicamente para o enaltecimento do Estado. Ao mesmo tempo, é essa nova dinâmica acadêmica que reinicia o diálogo com figuras afastadas do país pelo estado ditatorial²⁶⁷.

Nesse contexto vieram à luz estudos como o de Armando Castro, sobre o sistema colonial português em África e de Alfredo Margarido acerca das literaturas de línguas africanas. Ambos os trabalhos foram publicados fora de Portugal e procuravam abordar questões relativas ao império africano de forma analítica e desapaixonada, seguindo preceitos da forma de se fazer história mais modernas, então em voga. Ainda assim, ambos os estudos referem-

²⁶⁵ MÚRIAS, Manuel. *História breve da colonização portuguesa*. Lisboa: Editora Ática, 1941, pp. 140-150.

²⁶⁶ CURTO, Diogo Ramada. “A historiografia do império português na década de 1960: formas de institucionalização e projeções”, In: *História da historiografia*. Ouro preto, n. 10, dez 2012, p. 113.

²⁶⁷ Historiadores como Vitorino Magalhães Godinho, Luís de Matos e Jorge Dias. *Idem*, p. 115.

se ao século XX e só tiveram edições portuguesas após a queda do regime salazarista²⁶⁸.

A literatura estrangeira destacou-se nas tentativas de pensar a colonialismo português em África no século XIX, principalmente comparando-o ao processo de colonização britânico. Nesse sentido destacam-se os trabalhos de Richard Hamond, James Duffy e Charles Boxer, embora este último não tenha se dedicado a análise do século XIX. Essas análises destacam-se por sua tentativa de compreensão do império e das opções imperiais levadas a cabo pelos portugueses utilizando-se, sobretudo, das fontes e relatos britânicos disponíveis nos arquivos do *Foreign Office*.

Entre 1958 e 1962, James Duffy escreveu dois trabalhos sobre a história da colonização portuguesa em África²⁶⁹. A hipótese de desenvolvimento de ambos os trabalhos era mostrar como as características e os problemas da colonização portuguesa desde os séculos XIV e XV persistiram e foram a raiz das crises econômicas e do comportamento colonial apresentado pelo país até aquele momento²⁷⁰.

Segundo o autor, a presença portuguesa em muitos territórios no mundo foi resultado de um senso de heroísmo e idealismo que os levou a acreditar e declarar que o Império havia sido construído através de valores como a tolerância, o proselitismo cristão e a força da humanidade. São esses valores históricos que explicam o passado, fazem deferência ao presente e projetam o futuro luso em África. Foram eles que forjaram o mito da África Portuguesa. Nesse sentido, a mística imperial do regime salazarista não foi uma criação nova, mas uma ressignificação de elementos que já existiam na cultura

²⁶⁸ CASTRO, Armando. *O Sistema Colonial Português em África (Meados do. Século XX)*. Lisboa: Editorial Caminho, 1978; MARGARIDO, Alfredo. *Estudos sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.

²⁶⁹ DUFFY, James. *Portuguese Africa*. Cambridge: Harvard university Press, 1959; DUFFY, James. *Portugal in Africa*. Cambridge: Harvard university Press, 1962.

²⁷⁰ *Idem*, p. 19

portuguesa pelo aparato estatal, fortalecido principalmente pelas agências de propaganda do regime ditatorial²⁷¹.

O período da Monarquia Constitucional portuguesa, entre 1821 e 1910 representou momento de dissensão e instabilidade, não podendo ser considerado um regime verdadeiramente liberal. Assim, foi caracterizado por políticas erráticas, que não possuíam uma posição clara sobre o império. No final do século, as expedições de Livingstone pelo território português, a abolição da escravatura e a conferencia de Berlim marcaram o fim de um período “romântico” para o império português. A partir do final do século, Portugal seria obrigado a confrontar-se com a realidade das províncias vizinhas, com o isolamento e o descrédito de seu império no contexto internacional²⁷².

Trata-se de texto de apresentação da temática colonial portuguesa, em uma abordagem acadêmica, para o público anglo saxão. O autor domina a língua portuguesa e utiliza obras e material de referência em português, mas não apresenta fontes arquivistas. Seu objetivo era entender o país e traçar conexões entre a história colonial e as vicissitudes da política portuguesa no momento da escrita, no qual se destacava em escala global com a questão do trabalho e com o início dos movimentos independentistas.

Richard Hammond também escreveu uma síntese sobre a presença portuguesa na África ao longo do século XIX²⁷³. O autor destacou que a história do império africano português é semelhante a do resto dos países da Europa na medida em que é uma criação do século XIX, fruto da divisão da África feita pelas potências. Por outro lado, ela se difere da trajetória dos outros países na medida em que se baseia no pleito por territórios de teórica posse da coroa portuguesa nos séculos anteriores. Embora não acredite que esses

²⁷¹ DUFFY, James. *Portugal in Africa*, op. cit., pp. 26-7.

²⁷² *Idem*, p. 101.

²⁷³ HAMMOND, R. *Portugal and Africa. 1815-1910. A study in Uneconomic Imperialism*. Standford: Standford University Press, 1966.

territórios constituíssem um império, certamente eles foram os responsáveis pela sua construção. Para o autor se o Império Português não pode ser considerado como uma permanência dos séculos anteriores, a ideia de Império e a forma como a África foi tratada certamente são permanências. Ele existe não apenas pelo fato de que existia uma base palpável na região, mas da tenacidade dos europeus em prosperarem ou ao menos sobreviverem nesses territórios. São essa tenacidade e vontade de sobrevivência que caracterizam a presença portuguesa no continente no século XIX. “Certamente, teria sido um milagre se Portugal tivesse sido capaz, ao longo do século passado, de construir um império Africano a partir do zero, pois sua condição econômica de cem anos atrás de fato pode ser denominada colonial em vez de metropolitana” ²⁷⁴.

Assim, a sobrevivência e continuidade do Império Africano estavam assentados mais na vontade dos portugueses do que necessariamente em lógicas econômicas de exploração do território. Para ele, embora a monarquia portuguesa tivesse passado a forma constitucional em princípios do século e legisladores como Mouzinho da Silveira, Sá da Bandeira e Andrade Corvo tivessem lutado para modernizar as estruturas políticas e econômicas do país, os hábitos do passado se provaram “teimosamente enraizados” nos portugueses. Nos territórios africanos, essa ineficácia administrativa ficava ainda mais evidente, existindo um “descompasso entre a legislação no papel e a efetiva execução das mesmas” que era muito

²⁷⁴ Nas palavras do autor: “Thought it cannot be called a survival, it’s certainly built on one. I. It exists by reason of the past forebalance of others, whether European or African, but not by that alone; the will to survive, if not to prosper, has been every whit as important. This quality of tenacity, seldom absent from Portuguese political leadership even at its most inept, is what has so far falsified prophecies of doom for her African colonies. It would certainly have been a miracle if Portugal had been able, over the past century, to build up an African empire from scratch, for her economic condition a hundred years ago was backward indeed, and might be termed colonial rather than metropolitan”, HAMMOND, R. *Portugal and Africa. 1815-1910. A study in Uneconomic Imperialism*. Stanford: Stanford University Press, 1966, p. 2.

evidente, embora não admitida pelo Estado português. Era essa não admissão da deficiência “crônica” de suas estruturas administrativas que mais exasperava os críticos ao império português, sobretudo os britânicos²⁷⁵.

A nosso ver, a análise Hammond estava imbuída de preconceitos presentes na leitura de fontes exclusivamente britânicas e baseada unicamente na leitura pessimista de Oliveira Martins sobre a realidade política e econômica do Império português (principalmente para períodos anteriores ao século XIX). Além disso, embora o marco cronológico da obra seja 1815, o autor só considera que o império português tenha sido formado após a conferência de Berlim, desconsiderando a continuidade na trajetória imperial portuguesa e as especificidades da presença portuguesa em África. No entanto, a tentativa de comparação entre as lógicas do estabelecimento português a partir do final do século XIX e sua atenção à diferença entre a teoria e a prática da legislação portuguesa no ultramar são excelente ponto de partida para novas análises sobre a realidade portuguesa.

A partir dos últimos anos da década de 1970 e dos primeiros anos da de 1980, fruto do movimento de abertura política e intelectual do país, a historiografia passou por um movimento de dinamização. Foi principalmente a partir dos trabalhos de Valentim Alexandre que se abordaram novas questões em relação à questão imperial.

Em *Origens do colonialismo português moderno*²⁷⁶ o autor procura mostrar, de maneira inovadora, os condicionamentos do colonialismo em África e apresentar algumas fontes sobre o Império português no século XIX, abrindo novamente o debate sobre a história colonial portuguesa. Partindo desta proposta, o autor mostra,

²⁷⁵ HAMMOND, R. *Portugal and Africa. Op. cit.*, p.36

²⁷⁶ ALEXANDRE, Valentim. *Origens do Colonialismo Português Moderno*. Lisboa: Sá da Costa, 1979.

sobretudo, como a mentalidade dos políticos e estadistas portugueses da época estava atrelada ao tipo de colonização encetado no Brasil e, sobretudo, a construção de um império colonial nos moldes do anterior. Nesse sentido, Valentim Alexandre identifica dois mitos na construção imperial Africana: o mito do eldorado e o mito da missão colonial portuguesa.

O mito do eldorado constituiu-se nas décadas de 20 e 30 do século XIX após a perda dos territórios americanos e se assenta na crença, não embasada, da riqueza e potencialidades dos territórios africanos, que passavam a ser vistos como diamante bruto, necessitando apenas da ação colonizadora portuguesa para se desenvolverem. O autor utiliza tanto periódicos, como escritos e debates políticos para mostrar como essa crença nas potencialidades coloniais africanas estava dispersa por diferentes setores sociais portugueses e mais, como a partir daí construiu-se um mito de ineficiência e falta de vontade dos setores políticos e da burguesia nacional, que tinham acesso fácil a esse manancial de riquezas, mas não o exploravam.

O segundo mito, da missão colonial portuguesa, foi-se constituindo ao longo do século, mas foi a partir da década de 1870 e 1880, com as disputas no plano internacional e a necessidade de justificar o colonialismo português perante o mundo ocidental “civilizado”. Nessa ideologia, a história portuguesa se confundia com a história imperial e tornava a identidade nacional portuguesa indissolúvelmente vinculada ao seu caráter colonizador e civilizacional de terras e povos ao redor do globo. Essa mitologia seria então largamente aproveitada e ampliada pelo Estado português ao longo do século XX²⁷⁷.

²⁷⁷ *Idem*, pp. 21-64. Na mesma época começam a aparecer alguns artigos do autor sobre a questão colonial na imprensa, nos debates políticos da época e sobre a desagregação do império luso brasileiro, que posteriormente foram agregados em único volume. ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil, novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.

A partir desses dois momentos, Valentim Alexandre apontava novas fontes e campos de estudos para a compreensão desse novo império português, destacando sua continuidade entre os séculos XIX e XX e apontando para a importância da compreensão do tema como conjunto. Esse estudo teve importância fundamental na abertura de novas perspectivas para o estudo da questão colonial.

Beneficiando-se dos trabalhos de Valentim Alexandre e do diálogo com a historiografia da colonização inglesa, Gervase Clarence Smith contestou as análises consolidadas de Duffy e Hammond sobre as motivações do colonialismo português. O autor defendeu a hipótese de que a força motriz do colonialismo na África foi a necessidade de mercado e de trocas internacionais dos portugueses, ou seja, um novo mercantilismo²⁷⁸.

Para o autor, a África, principalmente Angola e Moçambique, afiguravam-se como as únicas alternativas portuguesas para a formação de um novo Brasil, embora esses projetos não tenham tomado forma na primeira metade do século XIX, sobretudo pelas guerras e disputas internas pelas quais passou o país. Após a década de 1840, mesmo com a aparente liberalização do comércio colonial, foi a diferenciação das pautas e as taxações alfandegárias que permitiram a continuidade dos esforços de exploração colonial. Outro grande impeditivo para o desenvolvimento colonial africano era a influência que o Brasil ainda representava na economia portuguesa. Segundo o pesquisador, após a independência, o Brasil passara a uma posição de liberdade de comércio em que os comerciantes e capitalistas portugueses eram os mais beneficiados. O país canalizava a imigração, os investimentos de capitais e era responsável pelas divisas entradas em Portugal para suprir o balanço de pagamentos. Desta feita, esse “novo colonialismo liberal” exercido no Brasil, atraía

²⁷⁸ CLARENCE-SMITH, Gervase. *O terceiro Império Português (1825-1975)*. Lisboa: Editorial Teorema, 1985, pp. 6-7.

os investimentos econômicos portugueses e era mais lucrativo e mais importante para Portugal do que suas coloniais portuguesas²⁷⁹.

Foi a partir dos anos 1870, com o cenário mundial de crise capitalista nos países da periferia, que as colônias africanas começaram a exercer uma importância econômica para o império, sob uma política protecionista e de substituição de importações, mas esse esforço foi efêmero. Para o autor, foi somente no século XX, sob o regime salazarista que se consolidaram as lógicas de exploração colonial e a África realmente teve um papel significativo para a economia portuguesa. Ainda assim, conclui que “o terceiro império revelou-se de extrema utilidade econômica para Portugal nos anos 50, mas estava longe de ser uma “Novo Brasil” e o fruto já estava tocado”. Ao contrário da Commonwealth e das colônias inglesas no mesmo período, Portugal nunca chegou a ter mais de 22% de seu comércio diretamente com o Império e, mesmo assim, obtidos “a custa de um sistema de controlo de estado autoritário e repressivo, que originava pesadas despesas e perda de eficácia”²⁸⁰.

A partir destes e de outros trabalhos de base que foram surgindo no período publicou-se, no final dos anos de 1980, um volume sobre o Império africano no século XIX na Nova História da Expansão Portuguesa, dirigido por Jill Dias e Valentim Alexandre e, dez anos mais tarde, no final dos anos 90, novo volume na História da expansão portuguesa, dirigida por Francisco Bethencourt, Kirti N. Chaudhuri²⁸¹.

A presença de Valentim Alexandre na organização e escrita dos textos sobre o império africano em ambos os volumes é notável. Além de sintetizarem os novos conhecimentos e uma abordagem

²⁷⁹ CLARENCE-SMITH, Gervase. *O terceiro Império op. cit.*, p. 10-15.

²⁸⁰ *Idem*, p. 26.

²⁸¹ BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir). *História da Expansão Portuguesa, vol IV, Do Brasil para África (1808-1930)* Lisboa: Circulo de Leitores, 1998; SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.). *Nova História da Expansão Portuguesa, vol X, O Império Africano (1825-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

acadêmica da questão colonial, os estudos contidos nesses volumes são de valor inestimável por apontarem novas questões, fontes e metrologias de trabalho a se adotarem para o estudo colonial. Propõem-se então uma periodização para a questão imperial no século XIX, destacando-se as múltiplas fases por que passou esse movimento e os condicionamentos internos e externos de cada uma delas.

A partir dessas novas contribuições sobre a questão colonial, a historiografia passou a se debruçar mais detidamente sobre temática, destacando-se principalmente os estudos sobre a questão do trabalho e das populações nativas.

João Pedro Marques dedicou-se a estudos sobre a questão da escravidão no império português. O autor escreveu uma trilogia de obras para a escravidão e a passagem do tráfico de escravos para o aproveitamento local da escravatura e das formas de aproveitamento do trabalho dos libertos nas colônias africanas²⁸².

Para o autor a questão da abolição do tráfico e, posteriormente, da abolição da escravatura, em geral, passava por diversos níveis de relações e diversos interesses de classe no país. Somando-se a isso, pesavam também as negociações diplomáticas e os jogos políticos no exterior. Segundo ele, ao longo do século XIX, desvaneceram-se as ideias liberais em voga de que o trabalho livre seria mais produtivo do que o trabalho escravo mas, ao mesmo tempo, a questão da escravidão foi cada vez mais encarada como uma causa moral, que manchava a posição de Portugal no seio nas nações civilizadas. Assim, ao longo de seu estudo, mostrou como o parlamento e a diplomacia portuguesa se defrontaram com a questão, mediando os

²⁸² MARQUES, João Pedro. *Os Sons do Silêncio. O Portugal de Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999; MARQUES, João Pedro. *Portugal e a escravatura dos africanos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004; MARQUES, João Pedro. *Sá da Bandeira e o Fim da Escravidão. Vitória da Moral, Desforra do Interesse*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

interesses internacionais, a opinião pública, os projetos coloniais e os anseios de uma parcela influente da sociedade portuguesa que se via dependente da utilização da mão de obra escrava nas colônias. A solução desses embates foi, assim, a gradual abolição da escravatura assegurando-se, por outro lado, a manutenção do controle do trabalho dos libertos²⁸³.

Miguel Bandeira Jerônimo relacionou as questões da mão de obra e do trabalho nas colônias com a missão civilizacional auto-atribuída pelo colonialismo português. O autor destacou principalmente como a questão da escravatura e das condições de trabalho nos territórios portugueses foram usadas no final do século XIX na construção de uma visão internacional negativa sobre a capacidade colonial lusa²⁸⁴.

Assim, a questão da sobrevivência do Império e o lugar ocupado por Portugal entre as potências europeias estavam intrinsecamente vinculado à diplomacia internacional e a visão sobre a capacidade/incapacidade civilizacional dos Portugueses. Nesse sentido, nas últimas décadas do século XIX, constituiu-se a mitologia em torno da missão civilizadora do império português e uma série de construções da história de Portugal e de seus domínios africanos alicerçadas na presença histórica do país na África e do seu convívio com os povos indígenas, destacando sempre a sua influência sobre eles como emissários da civilização e religião ocidentais²⁸⁵.

²⁸³ Ver-se, principalmente. MARQUES, João Pedro. *Sá da Bandeira.... op. cit.*, pp 93-112.

²⁸⁴ JERONIMO, Miguel Bandeira. *Livros Brancos, Corpos e Almas Negras: A "Missão civilizadora do colonialismo português (c. 1870-1930)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010, p.75.

²⁸⁵ JERONIMO, Miguel Bandeira. *Livros Brancos, Corpos e Almas op. cit.*, p. 81. Ver também: JERÓNIMO, Miguel Bandeira e MONTEIRO, José Pedro. "Das "dificuldades de levar os indígenas a trabalhar": o "sistema" de trabalho nativo no império colonial português". In: JERÓNIMO, Miguel Bandeira (org). *O império colonial em questão (séculos XIX e XX). Poderes, saberes e instituições*. Lisboa, Edições 70, 2012.

Pensando a temática colonial sobre um prisma administrativo, o trabalho de Ana Cristina Nogueira da Silva aborda principalmente a relação entre o liberalismo oitocentista e os direitos dos indígenas africanos nas colônias. A autora destaca a forma como a estrutura universalista do liberalismo, isto é, a visão de igualdade entre a humanidade e os direitos plenos de cidadania, em um primeiro momento se estendem ao ultramar português, mas à medida que a importância dos projetos de exploração colonial foi crescendo, essa estrutura liberal torna-se um empecilho para a administração lusa em África²⁸⁶. A partir da segunda metade do século XIX, com o desenvolvimento do fenômeno colonial e das ideologias de darwinismo social e da missão civilizadora dos povos europeus em África, a postura do Estado em relação à cidadania das populações indígenas muda radicalmente.

A questão agora passava a ser encarada como “inevitabilidade científica”. Comparando as nações a organismos vivos, a competição entre elas seria natural assim como os processos de expansão e de decadência. Assim a colonização assumia um significado ético “com o correspondente dever de tutelar os povos atrasados, de conduzi-los a civilização”. Acrescia-se ainda “um outro destino possível apropriado para os povos incapazes da civilidade: a aniquilação”²⁸⁷.

O indígena era visto então como um elemento de transição da condição de selvageria para a de civilização e, como tal, incapaz de exercer a cidadania. Nesse sentido foram criados estatutos jurídicos específicos para essas populações, que passavam a obedecer a uma legislação de exceção no seio da sociedade metropolitana. A autora destaca ainda que, no início do século XX, com o advento da república, as políticas liberais e de integração dos indígenas passam a ser vistos de um ponto de vista extremamente crítico, como um erro

²⁸⁶SILVA, Cristina Nogueira da. *Constitucionalismo e Império: a cidadania no Ultramar português*. Lisboa: Almedina, 2009, pp. 13-20.

²⁸⁷ *Idem*, p. 26.

de visão dos políticos do início do século anterior. Nesse momento, exercem grande influência em Portugal as chamadas escolas de colonização, em que representantes de toda a Europa organizavam conferências e estudos científicos para pensar a melhor maneira de administrar os territórios e os indígenas africanos²⁸⁸.

Embora as abordagens mais recentes tenham avançado a pesquisa em pontos importantes sobre a questão colonial, ainda se debruçam, sobretudo, no final do século XIX e no XX. A primeira metade do século XIX, período de definição de novas políticas coloniais e de formulação da ideia de “novo Brasil” continua sendo uma lacuna historiográfica importante para a compreensão da estrutura de império português africano e seus desdobramentos.

Para além das tendências gerais da historiografia portuguesa apontadas acima, destacamos as tentativas recentes de análises comparativas, que buscam enquadrar os conhecimentos acerca do império colonial, geralmente circunscritos às realidades específicas do estado-nação, a um contexto mais amplo, do desenvolvimento capitalista e da crescente competição entre as nações europeias.

Neste quadro, *Olivier Pétré-Grenouilleau*, em parceria com a Routledge, organizou a obra coletiva *From Slave Trade to Empire. Europe and the colonization of Black Africa 1780s-1880s*. O livro reúne especialistas no estudo do colonialismo e dos impérios coloniais na Inglaterra, França, Itália e Portugal e objetiva entender as relações entre imperialismo e colonialismo e, sobretudo, qual o papel econômico das colônias para o desenvolvimento das metrópoles europeias.

O autor faz um balanço sobre as pesquisas acerca da colonização e da formação de impérios na África e destaca que, se em um primeiro momento, encabeçado pela obra de Lênin sobre o imperialismo, a conexão entre a formação dos impérios coloniais e a

²⁸⁸ SILVA, Cristina Nogueira da. *Constitucionalismo e Império: a cidadania no Ultramar português*, op. cit., p. 47 e ss.

lucratividade da empresa são claras. A partir dos anos 60, sobretudo a partir dos estudos de Henri Brunschwig sobre a França, essa ligação começa a ser contestada: fatores como o nacionalismo, o avanço do liberalismo, a opinião pública e a ideia de progresso da civilização passam a ser considerados como elementos importantes da expansão colonial. A questão econômica desempenharia assim um papel secundário em relação às questões políticas e ideológicas da formação do império Francês²⁸⁹.

Pétre-Grenouilleau destaca, também, que os estudos sobre a questão colonial na África até hoje foram focados, principalmente, no modelo Britânico. Assim, as temporalidades coloniais, as políticas estatais, a ideologia da colonização e as disputas no quadro da diplomacia europeias foram encaradas sempre em relação ao modelo de império inglês. Países como a França, a Alemanha, Itália e Portugal tiveram um papel importante nesse processo e a comparação entre realidades coloniais diferentes e, muitas vezes, mais aproximadas seriam de grande valia para entender as questões inerentes à formação dos impérios em situações diferentes da do centro do desenvolvimento do capitalismo mundial, representado pela Grã-Bretanha naquele momento²⁹⁰.

A partir da análise da realidade de outras potências, surgem diversas questões. Em primeiro lugar, pensar qual a especificidade do século XIX no processo de colonização e imperialismo na África. Seria o século XIX um período de transição, de expansão da empresa colonial, que levaria ao desenvolvimento do imperialismo expresso na Conferência de Berlim e ao longo de todo o século XX? Qual foi a importância e a participação das colônias nas economias metropolitanas e no desenvolvimento do capitalismo mundial? Quais foram as classes sociais ou os interesses em jogo no processo de

²⁸⁹ PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier. "Introduction: a missing link? The significance of the 1780s-1880s" In: _____(ed.). *From slave trade to Empire. Europe and the colonisation of Black Africa 1780s-1880s*. Oxon, New York: Routledge, 2004, p. 2.

²⁹⁰ *Idem*, pp. 5-9.

colonização? No caso português, vale ainda pensarmos qual a viabilidade da metrópole em explorar o próprio império? Qual a participação dos capitais estrangeiros?

Nesse sentido, a comparação entre as experiências coloniais portuguesa e italiana pode ser frutífera. Ao avaliar o sentido da expansão imperial italiana Romain H. Rainiero apontou que foram fatores relativos à conjuntura política e econômica italiana – que resultavam naquele momento em instabilidade política e uma imigração maciça da população–, aliadas a interesses de alguns setores econômicos que se beneficiariam com a expansão colonial que criaram a justificação ideológica do processo de colonização. O autor afirmou que não existiam interesses econômicos nacionais que justificassem esse processo, mas sim a necessidade de exaltação do patriotismo nacionalista e uma espécie de projeto comum que levaria à nação ao cumprimento de um futuro de grandeza, resgatando o passado imperial romano como elemento de prosperidade e coesão nacional²⁹¹.

O autor ressaltou ainda que a importância de se sublinhar um aspecto esquecido desse contexto. A Itália e outras nações mesmo após caminharem para um processo de industrialização e formação de uma camada de capitalistas permaneceu atrasada em termos de finanças e indústrias em relação ao centro do capitalismo mundial. Nesse sentido o dinheiro circulava menos, o financiamento e outras formas de investimento eram lucrativas, sem os riscos das empresas coloniais e os mercados internos italianos demandavam mais produtos do que a indústria nacional era capaz de produzir. Para o autor, “todas estas condições juntas opõem uma negação formal e histórica às teses de marxismo origem [Lênin] na questão imperialista e no seu nascimento “inevitável”. Assim, a “a Itália teve

²⁹¹ RAINIERO, Romain. “An imperialism with no economic basis: the case of Italy, 1869–1939”, In: PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier (ed.). *From slave trade to Empire. Europe and the colonisation of Black Africa 1780s-1880s*. Oxon, New York: Routledge, 2004, pp. 85-98.

uma forma completamente original de imperialismo, um imperialismo do pobre, do desgraçado. Como descreveu Giuseppe Maione, *un imperialismo straccione* (um imperialismo maltrapilho)”²⁹².

Embora se refira sobretudo ao século XX, o conceito de imperialismo dos pobres pode ser de grande utilidade para a análise do colonialismo português, principalmente na primeira metade do século XIX. Ao analisarmos a trajetória política e a formação do liberalismo em Portugal, percebemos a especificidade desse movimento, bem como a situação de dependência em que o país se encontrava: tanto política quanto economicamente.

Conforme expusemos ao longo do capítulo, na virada do século a monarquia lusa se inseria no delicado jogo de interesse das potências europeias em uma posição periférica, de dependência em relação à Inglaterra, que suas garantia proteção e a integridade territorial do reino face aos conflitos europeus. Com o deslocamento da corte portuguesa para o Brasil, a abertura dos portos, a revolução do Porto e todo o processo que culminou com a independência do Brasil, principal colônia portuguesa, a situação agravou-se, somando-se à crise política uma grave crise econômica. Assim, os projetos de expansão da empresa colonial na África e de formação de um “novo Brasil” poderiam ser encarados como um modelo de *colonialismo periférico*.

²⁹² Tradução livre de: It is important to underline a forgotten aspect of this period: although the colonial issue was controversial, the financial aspects of a certain industrial wealth were in no way apparent. Italy remained backward in terms of finance and industries, in a situation where money did not circulate, where financing was very profitable without the hazards of colonial initiatives and, lastly, where Italian manufacture succeeded in covering only a modest part of the needs of the domestic market. All these conditions together opposed a formal and historical denial to the theses of Marxist origin on the imperialist issue and on its ‘inevitable’ birth. Italy was to have a completely original form of imperialism, an imperialism of the poor, of the wretched as Giuseppe Maione has described it, *un imperialismo straccione* (a ragamuffin imperialism). *Idem*, p. 92. Ver também: MAIONE, Giuseppe. *L’Imperialismo Straccione. Classi Sociali e Finanza di Guerra dall’Impresa Etiopica al Conflitto Mondiale (1935-1943)*. Bologna: Mulino, 1979; BOTARELLI, A. *Compendio di storia coloniale italiana*. Roma: C. Colombo, 1914.

Neste sentido, a justificação da empresa colonial não residiria apenas na utilidade econômica imediata das coloniais africanas, mas na sua necessidade simbólica para justificar politicamente as medidas adotadas pela monarquia constitucional e propor soluções econômicas para o grave problema financeiro em que se encontrava o Estado português. Além disso, projeta-se em África uma solução de compromisso entre o Estado liberal e os interesses dos grupos econômicos do poderoso grupo de comerciantes ligados ao Brasil.

Assim, a partir do conceito de *colonialismo periférico*, abre-se uma nova chave de compreensão para os projetos de império na primeira metade do século XIX, sua conexão com a realidade política e econômica da monarquia portuguesa e a viabilidade prática da aplicação desse projeto. Conforme discutiremos nos próximos capítulos, essa discussão perpassa tanto as discussões teóricas sobre economia política e as soluções econômicas para a prosperidade portuguesa, quanto a formação política e legislativa da monarquia, o que fica patente nos debates parlamentares. Por fim, a atuação dos Governadores Gerais e dos agentes da coroa portuguesa *in loco* nos domínios coloniais dará a dimensão da aplicabilidade desses projetos, das barreiras e dificuldades enfrentadas, da concorrência internacional e das soluções propostas e encetadas diante dos problemas reais da colonização.

3.2 - A Evolução do Império Colonial no século XIX

Na virada para o século XIX, em 1800, a situação do Império português era, de maneira geral, economicamente favorável. Portugal constituía-se em grande entreposto de circulação de mercadorias de uma vasta rede comercial, que envolvia suas colônias no Brasil, na África e os entrepostos comerciais na Índia e no extremo Oriente.

Toda essa rede de relações estava conectada, sobretudo, a partir do comércio brasileiro que, através do exclusivo comercial garantia à metrópole o fornecimento de matérias primas coloniais e a reexportação desses produtos para a Europa, assim como da Europa para a colônia. O Brasil consumia grande parte da produção agrícola e industrial de Portugal.

Para Jorge Pedreira, "A arquitetura do edifício imperial desenhara-se em função das relações privilegiadas entre a metrópole e o Brasil, e o papel dos outros domínios era cada vez mais complementar, em função do contributo que podiam dar a essas relações"²⁹³. Os produtos brasileiros constituíam 60% do valor das exportações de Portugal para as nações estrangeiras e as mercadorias europeias e asiáticas constituíam mais da metade dos produtos exportados de Portugal para o Brasil²⁹⁴. A metrópole constituía-se em verdadeira plataforma de reexportação de produtos coloniais para a Europa e abastecedora de todas as necessidades da colônia²⁹⁵. Além disso, a indústria nacional privilegiava-se grandemente desse sistema, inserindo nos mercados brasileiros as produções do reino, que chegavam a 35% das mercadorias enviadas para o Brasil, embora não tivessem nenhuma saída para os mercados europeus²⁹⁶. Dessa forma, se em relação às demais nações europeias, Portugal era um abastecedor de gêneros coloniais e agrícolas, para o Brasil constituía-se também em fornecedor de produtos manufaturados e industriais.

Em diversos textos sobre o assunto, José Jobson Arruda destaca também que neste momento forma-se o *novo padrão de colonização*, em que as colônias- em especial o Brasil- não eram mais

²⁹³ PEDREIRA, Jorge M. "O fim do Império luso-brasileiro", In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir). *História da Expansão Portuguesa, vol IV, Do Brasil para África (1808-1930)* Lisboa: Circulo de Leitores, 1998, p. 215.

²⁹⁴ *Idem*, p. 217.

²⁹⁵ O conceito é de José Jobson de Andrade Arruda.

²⁹⁶ PEDREIRA, Jorge M. "O fim do Império luso-brasileiro", op. cit., p. 217.

fornecedoras apenas de gêneros agrícolas tropicais, mas de matérias-primas para o crescente processo de industrialização da Europa. O crescimento da importância de gêneros como o algodão eram prova desse processo²⁹⁷. Assim, o pacto colonial desvinculava-se da forma mercantilista assumida nos séculos XVI e XVII em que a colônia exportava gêneros exóticos e tropicais para a metrópole, que os reexportava para o restante da Europa e, simultaneamente, fornecia a colônia itens de subsistência, manufaturados e de luxo. Inverteu-se ainda a Balança Comercial do Reino: de um padrão em que a metrópole era credora das colônias para um momento em que a metrópole devia aos seus domínios, mas era superavitária em relação às demais nações²⁹⁸.

A relação da metrópole com as colônias africanas não era de grande vulto, se considerado o comércio direto. A atividade econômica predominante nesse momento era o tráfico de escravos, que se realizava, via de regra, diretamente com os portos brasileiros. Isso não quer dizer que a metrópole não tirasse proveito indireto do comércio de escravos, pois para ela eram transferidos os lucros dos negreiros, muitos dos quais erma nacionais de Portugal. Além disso, boa parte dos artigos necessários ao tráfico chegava ao Brasil via Portugal. "Finalmente – e é esse o ponto essencial-, o controle da reexportação para a Europa dos produtos coloniais permitia a Portugal beneficiar das mais-valias geradas no conjunto dos circuitos

²⁹⁷ Ver: ARRUDA, J. J. A. . "O Brasil e a crise econômica de Portugal na primeira década do século XIX". *Ler História* (Lisboa), Lisboa, v. 8, p. 61-74, 1986; ARRUDA, José Jobson de Andrade. "Decadência ou crise do Império Luso-Brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII". *Revista da USP*, São Paulo, n. 50, p. 66-79, 2000; ARRUDA, José Jobson de Andrade . "O sentido da colônia. Revisitando a crise do antigo sistema colonial no Brasil (1780-1830). *In*: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. 2. ed. rev. e ampl. Bauru, São Paulo, Lisboa: EDUSC, UNESP, Instituto Camões, 2001;

²⁹⁸ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Ática, 1980; NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1830)*, 7ed., São Paulo: Hucitec, 1979, p. 123. Ver tmbém discussão sobre o tema no primeiro capítulo.

mercantis do sistema imperial”²⁹⁹.

Tanto o valor como o desequilíbrio das relações comerciais com as colônias africanas, que acumulavam sistematicamente déficits em relação à metrópole, tem sua explicação no tráfico. A partir das reformas pombalinas, que buscaram reforçar o pacto colonial e regulamentar as relações de comércio entre as partes do Império, predominaram a atuação de negociantes e comissários portugueses, afastando os locais e nativos dessas posições. As regiões da África Oriental estavam mais ligadas aos circuitos comerciais do oriente, trocando tecidos indianos por ouro, marfim e escravos produzidos localmente. Em Moçambique, a influência dos mercadores baneanes era muito forte, tanto economicamente quanto nos poderes locais. A conexão com o Atlântico e com o tráfico de escravos só iniciaria nos últimos anos do século XVIII e início do XIX³⁰⁰.

Quanto aos entrepostos na Ásia, embora relativamente autônomos em relação aos demais, destacava-se o circuito comercial que envolvia as patacas contrabandeadas da região do Prata, onde se obtinham as moedas de prata espanholas utilizadas para a compra de tecidos indianos utilizados no tráfico de escravos³⁰¹. Observa-se, assim, a complementariedade entre as regiões do Império e a centralidade do Brasil em relação aos circuitos comerciais elencados.

As invasões napoleônicas, com o deslocamento da corte para o Brasil e a quebra do antigo sistema colonial alterou drasticamente esse panorama. Em um primeiro momento, a ruptura de relações com o Brasil colocava em causa a manutenção de todo o Império. Valentim Alexandre ressalta que, do ponto de vista de Lisboa, o sistema colonial chegava ao fim, mas do ponto de vista das

²⁹⁹ ALEXANDRE, Valentim. “A questão colonial no Portugal Oitocentista”, In: SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.). *Nova História da Expansão Portuguesa, vol X, O Império Africano (1825-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 24.

³⁰⁰ PEDREIRA, Jorge M. “O fim do Império luso-brasileiro”, op. cit., pp. 219-220.

³⁰¹ ALEXANDRE, Valentim. “A questão colonial no Portugal Oitocentista”, p. 23.

estruturas comerciais entre as partes, excluído Portugal, pouca coisa se alterava, em particular a estrutura de fornecimento de mão de obra escrava das colônias da África para o Brasil³⁰². A evolução do reconhecimento da independência do Brasil, com a subsequente eclosão do movimento liberal em Portugal, criou uma crise de legitimidade da autoridade portuguesa nas colônias africanas, cuja lealdade ficou balançada, com projetos independentistas e de junção ao Império Brasileiro. A questão foi resolvida pelo próprio Império do Brasil, que sofrendo forte pressão inglesa, recusou-se até mesmo a fornecer apoio aos movimentos que eclodiam na África³⁰³.

De acordo com Jorge Pedreira, o Império tinha um peso decisivo para amplos setores da economia e da sociedade portuguesas e era responsável por cinco setores decisivos da vida do Estado: gerava a maioria das receitas do estado, através das alfândegas, arrendamentos, monopólios e taxas indiretas; estabelecia as bases para o comércio de reexportação, ou seja, a posição de Portugal como entreposto e empório de mercadorias para a Europa; garantia o escoamento da produção portuguesa em condições privilegiadas para o Ultramar; abastecia a metrópole com produtos

³⁰² O Impacto da independência do Brasil na economia e comércio de Portugal é tema extensamente tratado pela historiografia e alvo de grandes debates de historiadores brasileiros e Portugueses sobre sua importância e impacto. Para esse debate, ver principalmente: CAETANO, Antonio Alves. *A Economia Portuguesa no tempo de Napoleão: Constantes e linhas de força*. Lisboa: Tribuna, 2008; ARRUDA, José Jobson de Andrade. "O Brasil e a crise econômica de Portugal na primeira década do século XIX". *Ler História* (Lisboa), Lisboa, v. 8, p. 61-74, 1986; ALEXANDRE, Valentim. "Um passo a frente, vários à retaguarda: Resposta à nota crítica de Pedro Lains". In: *Revista Penélope. Fazer e Desfazer História*, n.3, 1989, pp. 103-110; LAINS, Pedro. "Foi a Perda do Império Brasileiro um momento crucial do desenvolvimento Português? (II)". In: *Revista Penélope. Fazer e Desfazer História*, n.5, 1991, pp. 151-163; LAINS, Pedro. "Indústria sem império: Portugal, 1808-1850"; In: *Atas do Congresso: Portugal, Brasil e a Europa Napoleônica*, Lisboa: ICS/Universidade de Lisboa, 2008. Disponível em: <http://www.euronapoleon.com>, acesso em 10/12/2009; ALEXANDRE, Valentim. "Resposta à segunda nota crítica: Lains no país das adivinhas". In: *Revista Penélope. Fazer e Desfazer História*, n.5, 1991, pp. 165-178.

³⁰³ ALEXANDRE, Valentim. "A questão colonial no Portugal Oitocentista", *op. cit.*, pp. 25-27.

agrícolas, alimentares e matérias primas para a nascente indústria nacional; garantia a transferência de excedentes de capitais e rendimentos das redes de produção e mercantis das colônias para a metrópole e criava redes comerciais entre as próprias colônias³⁰⁴.

Desfeito o grande Império comercial e ao fim da conjuntura da revolução liberal, Portugal manteve as Ilhas da Madeira e dos Açores, algumas regiões da Guiné, as ilhas de São Thomé e Príncipe, Angola, Moçambique e os entrepostos da Índia, Macau e Timor.

O interesse pela colonização e pelas potencialidades dos territórios africanos por si mesmos teve origem a partir da desintegração do sistema colonial centrado nas relações luso-brasileiras, mas pouco foi feito efetivamente nesse momento para concretizar essa realidade. O debate do constitucionalismo liberal dos primeiros anos da década de 1820 pouco efeito produziu na realidade das praças coloniais. A escassez de recursos financeiros por parte da metrópole e a conjuntura política complicada no reino, ficando como letra morta, ou apenas como "simples manifestação da vontade do governo de Lisboa em manter sua soberania em África"³⁰⁵.

Para Jorge Pedreira, apesar das intenções manifestadas desde muito cedo sobre as Possessões Ultramarinas essas, reduzidas a algumas possessões na costa africana e no Oriente, não tinham condições de responder ao declínio das relações mercantis com o Império e da economia portuguesa em geral. Era impossível que pudessem de alguma forma compensar a perda do mercado brasileiro. Nesse sentido, Portugal estava sendo reduzido à posição de exportador de produtos primários – sobretudo vinho- e comprador de mercadorias manufaturadas. A dependência das potências industriais, sobretudo a Inglaterra, tornava-se cada vez mais evidente.³⁰⁶

³⁰⁴ PEDREIRA, Jorge M. "O fim do Império luso-brasileiro", *op. cit.*, p.221.

³⁰⁵ ALEXANDRE, Valentim. "A questão colonial no Portugal Oitocentista", *op. cit.*, p. 28.

³⁰⁶ PEDREIRA, Jorge M. "Sobre os escombros de um Império: Entre o Brasil e África", In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir). *História da*

Salienta-se, assim, a incapacidade dessas regiões remanescentes do império em suprirem o lugar das redes formadas pelo Império luso-brasileiro. Embora em Portugal houvesse grandes manifestações sobre o papel dos domínios na recuperação economia da metrópole, era evidente que regiões tão distintas, que antes se conectavam através dos circuitos mercantis ligados aos Brasil, não poderiam em um curto espaço de tempo transformar-se em polo de relações diretas com a metrópole.

Nesse sentido, Valentim Alexandre ressalta que, nos anos 20, não houve modificações estruturais na relação mercantil entre a metrópole e as colônias. A iniciativa de mobilização partiu de um setor pequeno da burguesia de Lisboa, que se dispôs a fazer o comércio direto com a África e conseguiu algumas diligências semioficiais do governo para viabilizar as especulações desses comerciantes em Angola³⁰⁷.

Esse primeiro interesse na questão colonial evidencia a precariedade do domínio português na África e a falta, tanto de estabilidade política interna em Portugal, como de recursos e de mercadorias que possibilitassem o estabelecimento de um intercâmbio comercial complementar entre a Europa e a África, como ocorrera no Brasil. O tráfico de escravos continuava a ser a atividade mais importante e mais lucrativa em que se assentava a vida econômica das províncias africanas, comércio que era dominado por interesses e comerciantes brasileiros.

Foi a partir de 1827, com a ratificação do tratado entre Brasil e Inglaterra para o fim do tráfico de escravos, que os domínios portugueses foram alvo de um inventário para precisar seu estado atual e suas potencialidades. A ascensão de D. Miguel, no período

Expansão Portuguesa, vol IV, Do Brasil para África (1808-1930) Lisboa: Circulo de Leitores, 1998, p. 228.

³⁰⁷ ALEXANDRE, Valentim. "A questão colonial no Portugal Oitocentista", *op. cit.*, p. 32

conhecido como usurpação, também contribuiu para uma maior atenção às colônias, que tinham considerável risco de se rebelar aproveitando a nova mudança de governo.

3.2.1. O sistema colonial de Acúcio das Neves

No contexto da ascensão do Regime Miguelista e do retorno ao absolutismo em Portugal, José Acúrsio das Neves apresentou suas *Considerações Políticas e Comerciais sobre os Descobrimentos Portuguezes na África e na Ásia*. Trata-se de coleta de informações e análise sistemática do estado em que se encontravam as possessões portuguesas naquele momento, bem como a elaboração de um levantamento das potencialidades que ele considerava existirem nas colônias e a proposição de formas eficientes de exploração para cada uma delas. O objetivo almejado pelo autor era a formação de um novo Brasil entre os territórios africanos.

Para José Acursio das Neves, a monarquia portuguesa passava por uma situação de decadência que tinha suas causas da Revolução de 1820. Para ele, ao contrário das demais guerras e tormentas pelas quais o país havia passado ao longo dos anos, que não tiveram efeitos duradouros, a Revolução de 1820 seria a pior, só comparável a União dinástica do século XVII, pois buscava alterar as formas de governo, os usos e costumes e as leis fundamentais do estado, além de atacar os pilares de seu funcionamento, como a religião. Assim, as lutas que se seguiram a ela afetou o todos os portugueses e acabaram por aniquilar os elementos da prosperidade em que se fundava o Reino. Foram os revolucionários, por exemplo, os responsáveis por fomentarem o espírito de independência que havia “lançado profundas raízes no Brasil, para lançar nas colônias o

incêndio, que abrasava a Metrópole”³⁰⁸.

O autor ressaltava que, antes da independência, o Brasil constituía-se no centro do comércio dos estados portugueses, encontrando-se até em condição superior á de Portugal. A união dos reinos era propícia para todos, pois se repartiam as despesas e encargos do governo. O Brasil beneficiava-se da defesa e dos exércitos portugueses, além de sua posição consolidada entre os reinos europeus, comercializando (a partir da abertura dos portos) com todas as nações livremente, sem se sujeitar a antiga legislação colonial. O período era de paz e abundancia. Portugal também tinha sido profundamente afetado pela separação mas, ao contrário do Brasil, o reino ainda possuía diversos territórios que, se bem aproveitados, constituiriam as bases para “formar dos despojos daquele Império um Reino florescente, que ombreie com as nações mais opulentas”³⁰⁹.

Assim, toda a sua análise sobre as colônias está voltada para esse novo projeto colonizador.

Todas as nações cultas se agitam para melhorar os seus estabelecimentos, e aumentar seus recursos: aquelas que tem colônias procuram não só tirar todas as vantagens possíveis das que já possuem, mas ainda fundar outras de novo. E porque o nosso Portugal, tendo-lhes dado o exemplo, e aberto o caminho, não seguirá hoje o mesmo movimento? Teremos nós mudado de natureza³¹⁰.

É verdade que nos não podemos por em paralelo com a Inglaterra, e com a França; porque nem a tenuidade dos nossos capitais está em proporção com os que a indústria, e os anos tem acumulado naquelas nações, nem as nossas circunstancias políticas são as

³⁰⁸ NEVES, José Acursio das. *Considerações políticas e commerciaes sobre os descobrimentos, e possessões dos portuguezes na Africa e Asia*. Lisboa: Impressão Régia, 1830, p. 7.

³⁰⁹ *Idem*, pp. 10-12.

³¹⁰ *Idem*, pp. 14-15.

mesmas. Acontece no corpo político de uma nação o mesmo que no corpo físico do homem. Não se podem melhorar as extremidades, sem que o tronco tenha vigor: a Metrópole é o tronco, e as revoluções tem feito dele um esqueleto. Mas a indústria bem dirigida faz prodígios, e são estas empresas que dão nome, e glória a um bom Governo: tudo se vence havendo sabedoria na concepção dos planos, e firmeza na sua execução³¹¹.

Além da ideia de fomento da colonização ressalta-se a ideia de civilização. Acúrsio das Neves salienta que a abolição do tráfico foi um golpe duro para as possessões portuguesas, que não tinham se recuperado da decadência causada por sua extinção desde então. Embora afirmasse não fazer a defesa do tráfico, ressaltava que o tratamento conferido pelos escravistas aos negros não era pior do que aquele conferido pelos nativos aos próprios concidadãos. Para ele, a recuperação econômica e o fim do tráfico só se conseguiriam através da civilização dos povos africanos. Assim,

se conseguirem civilizar esses bárbaros, hão de introduzir entre eles os usos e costumes, e por consequências o luxo da Europa; o que fará nascer novas precisões, e ampliar as que já existem; e então os Europeus poderão fazer na África um comércio que, sem ter o odioso do tráfico da escravidão, lhes dará os mesmos lucros: se o não conseguirem, parece que ou este tráfico não cessará de todo, ou se renovará, logo que um Governo menos ativo afrouxar nas medidas de rigor contra ele³¹².

Ressaltava ainda que o cristianismo era o meio mais efetivo de se promover essas mudanças, introduzindo os hábitos civilizados e a moralidade cristã, posto que era a única verdadeira³¹³.

No projeto de Acúrsio, a posição de Portugal de menor desenvolvimento frente às demais potências europeias era um fator

³¹¹ *Idem*, pp. 17-18.

³¹² *Idem*, p. 131.

³¹³ *Idem*, p. 135.

preocupante, mas não determinante para o sucesso da empresa colonial. Para ele, embora com mais ânimo e maiores recursos, ingleses e franceses fracassavam constantemente em suas tentativas coloniais pela má vontade dos nativos em recebê-los em suas terras. O contrário acontecia com Portugal, que por sua longa história de permanência e por ter conseguido arraigar usos e costumes nas populações locais há muitos séculos, gozava da preferência dos nativos e de suas boas intenções quanto ao estabelecimento de relações comerciais. Assim,

(...) nenhuma nação é tão bem recebida pelos povos daquela costa [Guiné] como a Portuguesa: ainda se não extinguiram entre eles os antigos hábitos adquiridos pela sua frequente, e diuturna comunicação com os Portugueses, que além disto por aquelas regiões deixaram muito propagada sua geração, comunicando-se com as mulheres do país³¹⁴

Sabendo-nos insinuar no espírito dos naturais do pais, teríamos deles tudo o que quiséssemos. Eles nos venderiam suas terras por bagatelas, se em algum tempo ali tentássemos estabelecimentos de agricultura (...)³¹⁵

O desenvolvimento desse projeto de colonização passava pela análise do estado e potencial dos diversos domínios coloniais remanescentes, a saber: a) as ilhas de Cabo verde e a Guiné; b) as ilhas de S. Tomé e Príncipe; c) Angola e Benguela; d) Moçambique e África Oriental; e) Goa e os domínios asiáticos.

Em relação a Cabo Verde, o autor destacou a sua posição importante de entreposto ultramarino, com grandes potencialidades para o desenvolvimento agrícola a comercial.

Como entreposto das possessões portuguesas no ultramar ocupam as ilhas de Cabo verde um lugar

³¹⁴ *Idem*, p. 137.

³¹⁵ *Idem*, p. 141.

muito importante: nenhuma nação da Europa tem semelhante: consideradas em si mesmas, encerram grandes elementos de riqueza, e prosperidade para os seus habitantes: o que a eles falta é serem laboriosos, e saberem dirigir os seus trabalhos. Um país tão bem situado para o comercio, e navegação, e tão fértil que produz todos os frutos de entre os trópicos, e muitos da Europa, que se compõe de muitas ilhas rodeadas de um mar abundantíssimo em peixes, e ao qual não faltam braços, dever ser abundante e rico; porém pela maior parte são riquezas mortas, que aqueles insulares se não aproveitam”³¹⁶.

O trecho coloca em evidência duas concepções importantes para o autor sobre o projeto de colonização da África. Em primeiro lugar, a crença de Acursio das Neves na fertilidade e capacidade do terreno, como produtora de riquezas infinitas para o Império Português, ou seja, na terminologia de Valentim Alexandre, o *mito do Eldorado*, que ressaltava a vastidão dos recursos inexplorados disponíveis no ultramar³¹⁷. Em segundo lugar, verifica-se que os motivos pelos quais esses territórios não atingem essas potencialidades e não produzem riquezas e comércio para aumentar o império, residem no caráter e indolência dos seus habitantes nativos. Dessa forma, os motivos da decadência e do fracasso são aliçados na metrópole ou da má administração e são depositados na incapacidade ou falta de vontade da população local.

Quanto aos produtos destinados à exportação, destacam-se os panos, a aguardente, o milho, o sal, os couros, o gado, as provisões para navios e a urzela, vendidos para a Guiné, as ilhas da Madeira e dos Açores e para os Estados Unidos. Esses gêneros eram pagos com artigos para consumo no país e em dinheiro metálico, com preferência para as pesetas espanholas e os pesos Brasileiros, dinheiro este que acabava sendo usado para comprarem os gêneros

³¹⁶ *Idem*, p. 62.

³¹⁷ ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil, Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.

de abastecimento necessários à população e ao desenvolvimento das atividades da ilha como ferragens, instrumentos agrícolas, tecidos, chapéus, louça, utensílios de cozinha, vinho, vinagre e azeite. A maior parte dessas transações comerciais era com os Estados Unidos. O autor destacava ainda que os rendimentos da fazenda real não bastavam para as despesas ordinárias da capitania, que tinha vencimentos de ordem eclesiástica, civil e militar³¹⁸.

Sua proposta para a melhoria da situação e para o incremento das atividades econômicas passava pelo incentivo da produção e comércio de dois produtos principais: o anil e a urzela. Sobre o anil, destacam-se as potencialidades e a longevidade de sua produção na ilha, nem sempre bem explorada, pois a cultura e a extração da tintura não eram feitas corretamente, acarretando um produto de má qualidade, utilizado na confecção doméstica e rudimentar de tecidos.

(...)eis aqui as únicas vantagens que temos tirado do anil das ilhas de Cabo Verde; e o abandono em que nela se acha um ramo de cultura, e de insdustria que ele só poderia fazer a sua prosperidade, e opulência, se fosse promovido e aperfeiçoado. Muito superiores nos são em indústria as outras nações da Europa, que possuem colônias! ³¹⁹.

Os culpados por esses estado de coisas eram os habitantes que não sabiam se aproveitar dessa planta que crescia muitas vezes espontaneamente na ilha, fazendo a seleção das espécies e utilizando os processos corretos para sua produção. Acursio das Neves faz então uma descrição pormenorizada do processo produtivo que deveria ser utilizado na indústria do anil³²⁰.

Quanto à urzela, destaca que é o mais aproveitado ramo de comércio da colônia, mas que, mesmo assim, salienta que há um

³¹⁸ NEVES, José Acursio das. *Considerações políticas e commerciaes*, op. cit., pp. 115-118.

³¹⁹ *Idem*, pp. 98-99.

³²⁰ *Idem*, p. 100-104.

mau aproveitamento do recurso e da forma como se coleta, podendo ser muito maiores as receitas provenientes dessa atividade. Por fim, ressalta que outros ramos de atividade como o sal, o milho e as peles poderiam ser mais bem aproveitados e que poderiam ser exportados pele de tartaruga, sangue de drago, âmbar, canafístola, entre outros, que poderiam levar o comércio da região a um grande aumento e prosperidade³²¹.

Quanto aos estabelecimentos da Guiné, sobretudo Bissau e Cacheu, ressalta-se a decadência e ruína em que se encontram, sendo que os domínios portugueses estavam muito reduzidos. A condição nos presídios era tal que “só possuímos tanto espaço quanto alcança nossa artilharia”³²². Com o fim do tráfico de escravos os portugueses

perderam as vantagens desse comercio, e a fazenda real os consideráveis direitos que de elle provinham, e daqui procedeu caírem Bissau e Cacheu, e suas dependências na atual desgraça em que existem, e ser necessário irem das ilhas de Cabo Verde os recursos, para se poderem conservar³²³.

A solução proposta para amenizar essa situação passava novamente pela civilização dos povos nativos, através da catequização, que criaria necessidade de consumo e produção e do estabelecimento de relações comerciais com a metrópole. Sem esse esforço, que já estava sendo empreendido pela Inglaterra e pela França, esse território estaria perdido.

A segunda região remanescente no império eram as ilhas de S. Tomé e Príncipe. Acursio das Neves destaca tratarem-se de zonas muito férteis, mas de grande insalubridade. No momento da escrita do trabalho, sua população não excederia 12.000 pessoas, sendo

³²¹ *Idem*, p. 114.

³²² *Idem*, p. 119.

³²³ *Idem*, p. 145.

composta de negros e mulatos, que vivem “em um estado de maior ignorância e grosseria que o das ilhas de Cabo Verde”³²⁴.

As principais produções da colônia eram os gados, as aves domésticas, os cavalos e as madeiras, sendo também destaque o cultivo do café, do azeite de palma e da cana de açúcar. Este último produto foi a base da prosperidade da colônia em seus primeiros anos, mas foi progressivamente perdendo a concorrência para o Brasil e para as Antilhas. A colônia passava então por uma decadência profunda desde esses tempos, que só era amenizada pela legislação portuguesa, que obrigava os navios da rota da Mina a fazerem escalar e pagar direitos naqueles portos. As relações diretas com a metrópole praticamente inexistiam, conservando-se somente com o Brasil³²⁵.

As ilhas necessitavam, então, de um novo sistema de colonização. O autor propunha que ele fosse fundado em dois princípios: a função de entreposto de mercadorias e o desenvolvimento da agricultura. O comércio deveria ser reanimado através da circulação de navios portugueses de pequeno porte, que iriam às diversas ilhas e possessões portuguesas na costa oriental da África para formar uma carga de retorno³²⁶. Para a agricultura, o sistema seria baseado na tríade: capitais, braços e indústria. A ideia era formar-se um novo circuito comercial, nos moldes do Antigo Sistema colonial. Assim:

o estímulo mais poderoso será aquele que melhor procurar a extração das produções, e lhes aumentar o valor por meio do comércio; mas é necessário que seja um comércio nacional, porque se não o for, os seus lucros reverterão para as nações que o fizerem, ficando para a Metrópole somente os sacrifício (...) ³²⁷

³²⁴ *Idem*, p. 149.

³²⁵ *Idem*, pp. 152-3.

³²⁶ *Idem*, p. 162.

³²⁷ *Idem*, p. 162.

O plano de Acúrsio das Neves ia além: as ilhas de São Tomé e Príncipe seriam o lugar ideal para se formar um novo Jardim Botânico, que permitisse selecionar as espécies de adaptação mais conveniente ao clima africano e para se ensinarem os melhores métodos para a sua cultura. Acreditava que o clima, a fertilidade e a temperatura eram compatíveis com a cultura de especiarias, que podiam ser a base de uma nova agricultura comercial. Por fim, destacava as potencialidades da criação de cochinilha na região e seus altos valores no mercado europeu.³²⁸

O terceiro governo colonial abordado foi o de Angola. Inicialmente, o autor descreveu os limites territoriais da colônia, seus territórios, presídios e feitorias. Afirmava que a mesma deveria possuir por volta de 300.000 habitantes, embora confesse a dificuldade de se calcular a população e os limites do território, principalmente no interior. Sobre eles destaca a docilidade dos negros que, segundo ele, só fariam guerra aos portugueses quando incomodados por atos de violência ou por tentativas de se mudarem seus usos e costumes³²⁹.

O fator de maior interesse na análise sobre as populações locais reside na sua avaliação da qualidade de seus habitantes. Em um momento em que a imagem mais comum dos colonizadores era a de superioridade do europeu e da raça branca em relação aos nativos, Acúrsio destacava que toda a população local – brancos, mulatos e negros – sofria da mesma indolência e falta de vontade para o trabalho e que o elemento que faltava aos negros era antes a educação e a conversão a moralidade europeia. Assim, o papel do Governo e dos Missionários era de suma importância na conversão das populações locais aos costumes e ao hábito do trabalho europeu.

Sobre os recursos e produções de Angola, destacava-se a

³²⁸ *Idem*, pp. 171, 180, 182.

³²⁹ *Idem*, p. 202-3.

riqueza e as potencialidades nos reinos animal, vegetal e mineração. Entre os animais destacava as criações de galinhas, porcos, gado, cabras e ovelhas, caças miúdas, perdizes, peixes, cavalos marinhos (cujos dentes produziram uma espécie de marfim, de boa qualidade), os rinocerontes e as tartarugas. Entre as produções vegetais, destacavam-se a cera, a mandioca, o milho e as frutas de quase todas as qualidades da Europa e da América. Destacam-se ainda as possibilidades de cultivo do trigo, do café, da cana de açúcar, do algodão e do anil, que poderiam atingir grande produção e grande qualidade, rivalizando-se com os do Brasil. Também são objeto de análise as madeiras e as drogas com destaque para o imbondeiro, o espinho, a mafuna, o gengibre, a erva-doce, o cardamomo, as resinas, a goma copal e o azeite de amendoim. Por fim, entre os minerais destacam-se as minas de ferro, de cobre, de enxofre e de salitre, especulando-se sobre as grandes possibilidades de haver minas de ouro.³³⁰

Ao analisar as produções existentes e os recursos que haveriam na colônia, o autor conclui que “Um país com tantas riquezas naturais, ou com proporções par as ter, podia com o tempo vir a ser um segundo Brasil; e com tudo ele está a ponto de cair na maior miséria”³³¹. Para ele, o estado atual do comércio entre Angola e Portugal era deplorável. A razão disso eram a supressão do tráfico de escravos e a independência do Brasil e o direcionamento que a política colonial assumia frente ao contexto anterior:

a indústria dos portugueses em Angola dirigia-se toda para o tráfico da escravatura, e a este mesmo objeto se encaminhava também a legislação própria esta colônia. Enquanto fomos poderosos nas Índias Orientais, o Brasil, e África foram sacrificados ao comércio da Ásia; depois que começamos a decair naquela parte do mundo, voltamos ao Brasil, e a este

³³⁰ *Idem*, pp. 217-228.

³³¹ *Idem*, p. 229.

foi sacrificada a África³³²

O Brasil possuía ainda a centralidade do comércio com Angola, sendo os números das transações com Portugal de muito pouca monta. Com a supressão do tráfico, as receitas das alfândegas de Angola teriam caído vertiginosamente, acumulando déficits que inviabilizariam a permanência portuguesa se alguma atitude não fosse tomada. Para Acursio das Neves essa atitude era a formação de um novo sistema colonial.

De três coisas há de acontecer uma. Ou o exausto Portugal há de continuar a arruinar-se para manter esta, e as outras suas colônias Africanas; o que não é admissível, nem poderia ter muita duração: ou há de abandoná-las, para o que não estará, nem deve estar disposto: ou há de mudar de plano, pondo em prática todos os recursos da legislação e da indústria para tirar delas algum partido, e é isso que aconselha a Política. Angola pode dar-nos todos os gêneros coloniais, que nos dava o Brasil, e com esta diferença: para cultivar o Brasil, e arrancar da terra suas riquezas minerais era necessário ir buscar em Angola os Braços, os quais se compravam com dinheiro, faziam muitas despesas na condução, e diminuía muito em numero com as doenças, e mau tratamento na viagem: Angola pelo contrário tem os braços dentro em si. Todas as objeções que se fizerem fundadas no caráter, e nos costumes dos negros, somente arguem erros dos homens, e não das coisas³³³

Assim, o Brasil constituía-se ao mesmo tempo em concorrência, como nação independente, e como modelo de colonização bem sucedida. Angola detinha as mesmas potencialidades da antiga colônia que, empregado um bem pensado sistema de colonização, poderia render ainda mais frutos que a antiga colônia. A maior dificuldade encontrada nesse projeto seria a concorrência

³³² *Idem*, p. 230.

³³³ *Idem*, pp. 235-236.

brasileira, mas essa seria minorada uma vez que a proibição do tráfico de escravos desorganizasse sua produção. A partir daí, Angola possuiria os braços e poderia, com uma bem ajustada política protecionista, concorrer com o Brasil e captar os capitais que antes imigravam para aquela localidade³³⁴.

Se a África portuguesa nos pode dar o algodão, o café, o anil, o açúcar, a aguardente de cana, o tabaco, para que o havemos de ir buscar a América, onde já não possuímos uma geira de terra? Nós ainda fazemos mais: vamos buscar à América muitos desses gêneros para levarmos as nossas colônias Africanas; e permitimos mesmo que os estrangeiros aí os levem³³⁵

Por fim, ressaltava que o liberalismo econômico e político tinham estado muito em voga nos últimos anos e tinha desacreditado as políticas anteriores mas tinha sido incapaz de fomentar o crescimento econômico das nações que os admitiram. Antes, as políticas protetoras foram as responsáveis pelo crescimento das potências da Europa e era essa a política que deveria adotar-se no Império. Dessa forma o Brasil não era apenas o exemplo de colonização bem sucedida, mas as políticas mercantilistas e a monarquia absoluta foram os promotores dessa prosperidade, que deveria ser retomada pelos mesmos moldes, formando-se um Novo Brasil.

A quarta parte que compunha os territórios ultramarinos de Portugal era a África Oriental, centrada na administração via Moçambique. Diferentemente de Angola, no oriente os gentios não eram dóceis e as guerras e disputas por territórios eram constantes, inclusive a concorrência com outras nações, que tentavam usurpar as posições portuguesas. Os domínios com posse efetiva dos portugueses nessa região eram Lourenço Marques, Cabo das

³³⁴ *Idem*, pp. 238-239.

³³⁵ *Idem*, p. 239.

Correntes, Inhabane, Sófala, Moçambique e Cabo Delgado.³³⁶

A principal potencialidade dessa região eram as minas de ouro. Acursio das Neves destaca que desde o século XVII existiram as chamadas fomes do ouro, em busca do minério no território africano, que continuava a ser motivo de especulação até os dias atuais:

Foi ainda a fome do ouro a que em épocas mais recentes tem levado àqueles mesmos lugares imensas vitimas, que neles tem sucumbido à insalubridade do clima, ou as mãos dos bárbaros. (...) A cobiça tinha disposto os nossos aventureiros para acreditarem em relações, em que a exageração, e o maravilhosos desfiguravam muito a verdade; porém realmente as minas existem e são mui ricas”³³⁷

Assim, embora identifique o tom fantasioso dos relatos e das aventuras passadas em busca do metal precioso e dos reinos católicos que existiriam no território, o autor exalta as mesmas riquezas como uma das grandes possibilidades de recurso na colônia, utilizando-se para isso da descrição de Cafres (chefes nativos) e negros que ostentavam o metal nas feiras portuguesas. O ouro também é a justificativa para a necessidade de defesa e militarização do território, tanto contra os nativos, que não cederiam os territórios mineradores facilmente, quanto em relação aos demais países europeus. Destacam-se ainda o ferro, o chumbo, o sal, carvão de pedra e plumbago (um tipo de grafite).

Sobre as produções naturais e possibilidades de agricultura o autor afirma serem basicamente as mesmas do território angolano, com ênfase nas tartarugas, nos dentes de cavalo marinho, marfim, milho, arroz, mandioca, frutos tropicais – especialmente laranja e o café. Este último tinha grande potencial de desenvolvimento nas colônias do rio Senna, com pouco custo³³⁸.

³³⁶ *Idem*, pp. 258-60.

³³⁷ *Idem*, p. 275.

³³⁸ *Idem*, pp. 277-9.

O sistema a se adotar para a colonização de Moçambique estaria ligado ao incentivo da agricultura. Para ele, o governo deveria investir na imigração de população europeia para a colônia, além de incentivar os casamentos entre estes e alguns locais. Além da imigração de colonos voluntários, deveria ser incentivado o envio de degredados por crimes de menor ofensa. Porém, isso não era o bastante: havia necessidade de uma política de incentivo e patrocínio do Governo a essas colônias, para que elas pudessem lançar as bases de uma atividade agrícola autônoma.

Não basta porém mandar gentes para povoar terras incultas: é necessário fornece-los instrumentos, e utensílios, e dar-lhes meios para poderem subsistir nos primeiros tempos, e formar os seus estabelecimentos. É ainda necessário providenciar a respeito da segurança interior e exterior das mesmas terras, abrigando as pessoas, e as propriedades contra as opressões dos empregados públicos e contra as invasões dos povos vizinhos³³⁹.

Um último ponto mereceu atenção do autor sobre as peculiaridades da situação de Moçambique: a relação com a Ásia. Moçambique é caracterizado como um misto de populações europeias, indígenas, árabes e índias cada um servindo-se de seus próprios costumes, o que compõe uma sociedade única³⁴⁰. Ao longo dos séculos de colonização o comércio dessa região diretamente com Portugal era pequeno, mas com Goa sempre foi muito ativo. Os Baneares eram praticamente os únicos comerciantes que representavam os interesses da metrópole na região e, por isso, embora não fossem católicos e não difundissem os valores portugueses, deveriam ser tolerados e incorporados à nação portuguesa na África Oriental.

Por fim o autor analisou a situação das províncias asiáticas,

³³⁹ *Idem*, p. 282.

³⁴⁰ *Idem*, p. 265.

cujá cede do Governo ficava em Goa. Segundo ele capital do governo era uma cidade grandiosa, mas em ruínas, apresentando vestígios de sua antiga grandeza³⁴¹. A população era em composta por Canarins, que seguiam a religião cristã, gentios e Europeus, os últimos em muito menor número. As possessões eram separadas entre antigas e novas, sendo que as primeiras eram mais oneradas com alguns tributos que as segundas não pagavam, o que explicava o crescimento das regiões agrícolas dos gentios em relação às dos povos cristãos. O autor critica essa diferença, propondo a desoneração das áreas antigas³⁴².

Em Goa, destacam-se a produção de arroz, coco e alguns frutos, além de café, cairo (uma espécie de cordas), azeite de coco, linho cânhamo, galinha, porcos, patos e outros animais domésticos. Em Damão, destacava-se a decadência em que se, encontrava, tanto pela concorrência inglesa de Bombaim e Surrate, quando pelo declínio da indústria naval, que goza de excelentes condições na ilha e já foi muito aproveitada pelo governo português. Quanto a Diu, destaca-se a presença dos Baniáres, que predominam no comércio local com Moçambique e na confecção de artigos de Marfim, provenientes da África. No extremo oriente, conservam-se Timor e Sobor, que também passavam por situação de decadência, sendo que os portugueses conservavam apenas o controle nominal e alguns estabelecimentos nas ilhas que serviam ao comércio de sândalo com a China. Por fim, Macao destaca-se mais como uma província chinesa do que como parte do império português, sendo ponto importante para o comércio com a china em que os portugueses levam vinho, tabaco em pó, dinheiro, chumbo e ferro em troca de chá, canela, porcelanas, xarões, seda, pedra hume e outras drogas³⁴³.

O autor não faz grandes reflexões sobre os meios de se

³⁴¹ *Idem*, p. 319.

³⁴² *Idem*, p. 323.

³⁴³ *Idem*, pp. 328- 332.

conservarem as possessões asiáticas ou as formas de se formar um novo sistema de colonização nessas praças, mas ressalta a importância estratégica desse comércio no fornecimento de mercadorias e os valores que se poderiam movimentar através dele. Ressalta-se ainda a forma como as rotas do comércio com a Ásia ainda estavam atreladas às conexões com o Brasil e as lógicas de fornecimento de mercadorias para o tráfico de escravos.

Por fim, vale destacar duas considerações importantes do autor sobre as colônias ultramarinas e o modo de explorá-las. A primeira, diz respeito à ligação entre a África Ocidental e Oriental. Embora não revele seus pensamentos sobre a importância de tal conexão, Acursio das Neves dedica um capítulo ao histórico de tentativas de conectar os territórios de Angola e Moçambique, como esses esforços haviam avançado ao longo dos séculos e de quais as hipóteses prováveis para a Geografia do interior do continente³⁴⁴. A segunda consideração é sobre as Companhias de Comércio. Embora faça um preâmbulo sobre como a opinião pública e a economia política eram contrários às companhias exclusivas de comércio, o autor defende que, em uma realidade de exceção, como a colonial, falam particulares que tenham os cabedais e a constância necessárias para empreender os investimentos necessários à obtenção de vantagens coloniais no estado em que se encontravam as possessões portuguesas. Por isso, defende a cessão de privilégios e exclusivos para as companhias que se dispusessem em formar empresas agrícolas e produtivas nos domínios portugueses, como forma de se criar um novo sistema de colonização³⁴⁵.

Embora nunca tenha estado em nenhuma das colônias portuguesas na África ou na Ásia, Acúrsio das Neves empreendeu um levantamento notável de fontes e relatos sobre essas províncias,

³⁴⁴ *Capítulo XXI- Da comunicação por terra entre Angola e a costa oriental da África. Idem, p. 303.*

³⁴⁵ *Idem, p. 337.*

fazendo uma descrição minuciosa de seu estado e das providências a serem adotadas em reação a cada uma delas. Acreditamos que ao elaborar as *Considerações políticas e commerciaes* o autor enunciou as bases de um sistema colonial, que estaria na agenda da recuperação econômica que deveria ser implementada pelo miguelismo. Além de notícias publicadas em jornais, artigos da academia de ciências e relatos de viajantes que estiveram nas províncias estudadas, destaca-se o empenho do autor em historicizar as medidas e buscar os relatórios do Governadores Gerais mais recentes sobre as providências tomadas e as medidas necessárias à recuperação de cada uma das possessões.

Conservador e defensor do regime miguelista, o autor via na Revolução Liberal e neste governo as causas das convenções internas que acentuavam a crise em que passavam os domínios do ultramar. Ao longo da obra, Acúcio das Neves deixa claro sua posição sobre eles: tratava-se de colônias, que deveriam ser aumentadas, colonizadas e exploradas em benefício da metrópole e, para isso, dever-se-ia montar um novo sistema de colonização, que refizesse as relações que antes passavam pela centralidade do Brasil e do tráfico de escravos. Dessa forma, embora as *Considerações políticas e commerciaes* possam ser identificadas como o grande projeto miguelista para os domínios do ultramar.

No entanto, a guerra civil e a rápida queda do regime farão com que os planos de Acúcio não cheguem a surtir efeitos práticos. Valentim Alexandre ressalta que:

Mais antigos ou mais recentes, nenhum destes projetos teve sequer um começo de execução durante o miguelismo. A falta de meios continuava a ser total: para as colônias não seguiam, na melhor das hipóteses, se não pequenos destacamentos de tropas (algumas dezenas de homens, em boa parte degregados). Quanto aos recursos financeiros, tendiam a desaparecer com a ilegalização do tráfico de escravos

para o Brasil, sustentáculo do Estado colonial em África – e o governo de Lisboa não se dispunha a supri-los, não parecendo existir sequer a consciência de que o arranque de um novo projeto imperial exigiria um forte investimento público. (...)

Claramente, esperava-se em Lisboa que a iniciativa de reconversão da economia imperial, com a intensificação dos laços com a metrópole, partisse das próprias colônias, possivelmente por aplicação a novos setores dos capitais empregues no tráfico de escravos³⁴⁶.

3.2.2. O Império colonial pós 1834

No final da guerra civil, em 1834, pouco se tinham alterado as condições das províncias ultramarinas portuguesas. A esperança de que o fim do tráfico de escravos fomentasse a economia nessas localidades não se concretizou, pior, a crise de legitimidade e a oscilação de partidos fez com que em Angola o governador fosse deposto e se criasse uma junta de governo para solucionar os problemas locais. Nas palavras de Valentim Alexandre, “o império pouco mais era do que uma realidade nominal”³⁴⁷.

Foi nesse contexto que surgiram tentativas de se reanimar ou recolonizar as províncias africanas. Destacam-se as campanhas de Sá da Bandeira em favor do projeto colonial, tanto em seu discurso sobre as potencialidades do Império Ultramarino português, quando na iniciativa de cessão do poder legislativo para o Executivo em assuntos ultramarinos³⁴⁸. A questão das potencialidades do Ultramar e a necessidade de Portugal cumprir esse destino manifesto de promover o desenvolvimento de suas possessões toma a imprensa e a os debates da opinião pública da época, multiplicando-se os

³⁴⁶ ALEXANDRE, Valentim. “A questão colonial no Portugal Oitocentista”, *op. cit.*, pp. 37-38.

³⁴⁷ *Idem*, pp. 39.

³⁴⁸ SANTA RITA, José Gonçalo. “Sá da Bandeira e a Política Ultramarina”. Lisboa: Revista do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, vol. V, 1955, p. 7.

debates sobre a questão em artigos e periódicos publicados tanto em Portugal quanto no estrangeiro. A África era então vista como um segundo Brasil, cujas riquezas excediam às da antiga colônia, cujo destino seria formar um novo ciclo de prosperidade para a nação portuguesa³⁴⁹.

Valentim Alexandre destacou que nesse momento, a ideologia colonial não pode ser entendida como uma expressão de alguns setores da sociedade: ela passa a ser uma expressão da vontade das elites políticas em sua totalidade, sendo o elemento de resposta e de formação da "identidade coletiva, num país que se vira recentemente despojado do império, sendo depois devastado pela guerra civil, e tomara consciência do seu atraso e das dificuldades em superá-lo". Nesse sentido, a ideia de Novo Brasil, predominante nesse momento era uma forma de compensar o sentimento de aflição e crise estrutural da economia portuguesa, afirmando-se ideologicamente como uma salvação para os problemas nacionais, criando as bases para o nacionalismo da década de 1830 e posteriores.³⁵⁰

Nesse contexto de crescente interesse pela questão colonial, tentou-se empreender reformas na administração ultramarina. Acirraram-se os debates no parlamento sobre a questão do regimento e da administração no ultramar e iniciou-se o debate sobre o estatuto dos territórios ultramarinos na monarquia, se províncias ou colônias³⁵¹. Além disso, reanimam-se as discussões sobre a abolição do tráfico de escravos. Com a independência definitiva do Brasil e a manutenção dos domínios africanos no Império Português, os

³⁴⁹ ALEXANDRE, Valentim. "O liberalismo português e as colônias de África (1820-1839", "A África no imaginário político português (sécs XIX e XX)", In: ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil, novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento, 2000, pp. 121-141 e 219-231.

³⁵⁰ ALEXANDRE, Valentim. "A questão colonial no Portugal Oitocentista", *op. cit.*, p. 47.

³⁵¹ SILVA, Ana Cristina Nogueira da. "Nação federal ou Nação bi-hemisférica? O Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e o 'modelo' colonial português do século XIX". Almanack Braziliense, n. 09, maio 2009, pp. 68-83.

interesses e lógicas do tráfico de escravos se alteraram sensivelmente: o comércio que antes se fazia no interior de uma mesma unidade política agora se fazia entre Estados diferentes que não tinham necessariamente interesses concomitantes³⁵².

Na década de 30 as tensões entre Portugal e Grã-Bretanha em torno da questão da escravidão agravaram-se, com uma crescente pressão para a assinatura de um tratado que garantisse a abolição do tráfico e o direito de visita pelos britânicos às embarcações portuguesas. Ao mesmo tempo, a bandeira portuguesa era cada vez mais procurada por negreiros brasileiros e americanos que embandeiravam seus navios em Portugal para fugir à fiscalização inglesa³⁵³.

As negociações para um tratado sobre a abolição do tráfico começou com Palmela, em 1835. O documento que se elaborou então para ratificação do governo português, cedia aos britânicos na maioria de suas pretensões: a vigência indefinida, a anuência de visita aos navios portugueses e de apresamento de embarcações preparadas para o tráfico, mesmo que sem escravos, além do julgamento dos infratores através de comissões mistas. Com a ascensão do governo de Sá da Bandeira o tratado não foi ratificado e permaneceu letra morta. Em seu ministério foram aprovadas leis específicas, proibindo o tráfico nos domínios portugueses. Em negociação com a Inglaterra não foram aceitos os artigos sobre o julgamento em comissões mistas e nem a perenidade do acordo, que poderia ser revisto em dez anos. Ao governo inglês, o novo posicionamento de Portugal parecia um ultraje, destinado a continuar acobertando o tráfico de escravos. Após uma tentativa de *ultimatum* ao governo português, Palmerston fez aprovar um *bill* no parlamento inglês que concedia ao britânicos os direitos de visita e apresamento,

³⁵² ALEXANDRE, Valentim. "A questão colonial no Portugal Oitocentista", *op. cit.*, p. 53.

³⁵³ Ver: TAMMONE, Natalia. "Relações econômicas entre Brasil e Estados Unidos na primeira metade do século XIX". *Sæculum*, nº 29 - jul./dez., 2013, pp. 177-187.

mesmo que em navios embandeirados fora da Inglaterra. O acerto final para o tratado só se deu em 1842, quando Portugal cedeu na aprovação de um documento que referendava os interesses ingleses.

354

Segundo Valentim Alexandre, o projeto de Sá da Bandeira, embora mais ameno não significava a defesa ou a permanência das estruturas escravistas em Portugal. Como vimos anteriormente, as ideias e projetos coloniais do Ministro passavam pela abolição do tráfico de escravos como meio para povoar e fomentar a colonização das províncias africanas. Sendo assim, Valentim defende que sua oposição ao projeto de tratado com a Inglaterra, nos moldes definidos por Palmerston e Palmela feriam a autonomia portuguesa e a independência no país. Por isso, o país deveria definir uma política própria e traçar os rumos de seu próprio abolicionismo, projeto que não se concretizou³⁵⁵.

Para Miguel Bandeira Jerônimo a situação era mais complexa e passava pela formação de estruturas de trabalho que permitissem a formação de um novo sistema colonial. Para ele a questão da extinção do tráfico e a forma de novos sistemas de exploração da mão de obra eram condição fundamental para a permanência e expansão da colonização portuguesa.

O autor ressalta que em 1836 Sá da Bandeira identificou que só uma mudança estrutural da economia e do trabalho nativo poderiam levar a uma nova construção imperial, mais efetiva, na África. Todos os propositores de um novo sistema colonial à época – Sá da Bandeira, Acursio das Neves, Sebastião Xavier Botelho, José Lopes de Lima ou, mais tarde, Andrade Corvo- embora apresentassem algumas soluções diferentes face as suas crenças políticas e ideológicas, sustentaram a necessidade de se formular um

³⁵⁴ MARQUES, João Pedro. *The sounds of silence. Nineteenth-century Portugal and the Slave Trade*. New York: Bergham Books, 2006, pp. 99-126.

³⁵⁵ ALEXANDRE, Valentim. "A questão colonial no Portugal Oitocentista", *op. cit.*, p. 60.

sistema que fosse baseado na mão de obra nativa, “controlado pela administração colonial e capaz de corresponder às necessidades e aos interesses, públicos e privados, da expansão europeia. Este “sistema” constituía condição *sine qua non* da renascença imperial”³⁵⁶.

Para além dos esforços e medidas abolicionistas, destaca-se a promulgação de novas pautas alfandegárias, em 1837, de cunho protecionista. Maria de Fátima Bonifácio ressalta que o protecionismo foi “uma espécie de dogma da política económica” a partir dos anos 30, sendo uma unanimidade entre os legisladores. As pautas de 1837 eram tanto uma forma de assegurar as receitas do Estado, que ainda dependiam grandemente das receitas alfandegárias como a forma mais importante de incentivo a industrialização nascente do país, sobretudo de têxteis³⁵⁷.

O conjunto de medidas colocado em vigor baixava os direitos de entrada de mercadorias provenientes do ultramar português, além de implementar tarifas protecionistas para o vinho e a aguardente. Formou-se o estanco para o comércio da pólvora e estabeleceram-se rotas bimestrais de navios para Angola e para Cabo Verde. Em 1844, o esforço para regulamentação da atividade comercial reservava os mercados coloniais para produtos nacionais como a pólvora, armas,

³⁵⁶ JERÓNIMO, Miguel Bandeira (org). *O império colonial em questão (séculos XIX e XX). Poderes, saberes e instituições*. Lisboa, Edições 70, 2012, pp.163-165.

³⁵⁷ Para a autora existe uma vinculação evidente entre as pautas alfandegárias de 1837 e o surto industrial, principalmente em Lisboa. Para ela isso advinha da confluência entre os interesses industriais e os representantes políticos e do otimismo e confiança que os direitos preferenciais garantiam aos investidores. Sua análise, no entanto, não aborda como isso afetava o Ultramar português e nem de que forma esses mercados influenciariam ou não a expansão industrial na metrópole. BONIFÁCIO, Maria de Fátima. “Lisboa, bastião do protecionismo (pautas, política e indústria nos anos 30-40 do século passado)”. *Análise Social*, vol. XXXVI (112-113), 1991, pp. 515-535. Sobre a questão do protecionismo em Portugal no século XIX ver também: PEREIRA, M. Halpern Pereira. *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico. Portugal na Segunda Metade do Século XIX*, Lisboa, Sá da Costa, 1983; SIDERO, Sandro. *Comércio e Poder, Colonialismo Informal nas Relações Anglo-portuguesas*. Lisboa: Cosmos, 1978 e LAINS, Pedro. “O proteccionismo em Portugal (1842-1913): um caso mal sucedido de industrialização «concorrencial»”. *Análise Social*, vol. XXIII (97), 1987, pp. 481-503.

tabaco, vinho, aguardente, azeite, ferramentas agrícolas, calçado, tecidos e roupas. Em paralelo a essas medidas, destacam-se os pedidos de autorização para a criação de companhias de comércio preferenciais e as tentativas de promover a colonização branca em algumas províncias do ultramar, tanto através do desvio do fluxo migratório de Portugal para o Brasil, como dos portugueses que habitavam no Brasil diretamente para Angola. No que diz respeito à manutenção e expansão dos territórios portugueses no ultramar destacam-se as políticas que visavam assegurar os territórios coloniais, principalmente em Angola e Moçambique. No plano territorial, a ideia de unificação desses territórios através da expansão do domínio do interior do continente ganha força³⁵⁸.

As políticas para o ultramar, projetadas e implementadas, ao longo dos anos 30 e 40 tiveram por base sobretudo o projeto colonial e a atuação política de Sá da Bandeira. José Gonçalo Rita, em meados dos anos de 1950, fez um balanço de sua atuação como Ministro do Ultramar e seu pensamento sobre a colonização buscando, sobretudo, identificar as políticas propostas por ele e que vieram a colher resultados na colonização do século XX. Para ele, Sá da Bandeira preocupou-se, principalmente, com a questão do trabalho negro, as maneiras de organização administração colonial, as culturas propostas e efetivadas para o incentivo econômico colonial e com as políticas de imigração de europeus para as colônias. Segundo o autor, mesmo no contexto conturbado da primeira metade do século XIX, as preocupações de Sá da Bandeira voltavam-se à questão colonial, num esforço contínuo de 40 anos de atuação política em Portugal. "Numa época de desinteresse, de abandono, Sá da Bandeira compreende, sente, que o problema colonial era

³⁵⁸ ALEXANDRE, Valentim. "A questão colonial no Portugal Oitocentista", *op. cit.*, pp. 61-64.

verdadeiramente um problema nacional, o grande problema nacional".³⁵⁹

Para Valentim Alexandre, no entanto, muitas das políticas de Sá da Bandeira, principalmente a expansionista, não tiveram continuidade ao longo das próximas décadas. O autor defende que o projeto de colonização de Sá da Bandeira passava por dois pontos principais: a necessidade de se fundar um novo sistema e a necessidade de expansão desses domínios. A questão da abolição do tráfico de escravos e a gradual abolição do uso de mão de obra escrava fazia parte desse novo sistema de plantação, baseado numa economia capitalista. O foco da historiografia no projeto modernizador de Sá da Bandeira, no entanto, faz supor que ele representasse a única proposta de sistema de colonização para o Império Africano. Na verdade, ele contrapunha-se a "um outro projeto colonial, menos inovador e mais pragmático, que procurava evitar as rupturas, tomando como base as formas tradicionais do comércio sertanejo e as relações sociais estabelecidas", ou seja, um projeto de permanência das estruturas tradicionais de colonização. "Foi esse o projecto que predominou nos anos quarenta, nomeadamente com os governos cabralistas de 1842-1846"³⁶⁰.

Dessa forma, a primeira metade do século XIX se conformou como um momento de discussão das soluções econômicas para Portugal. Nessa conjuntura, o Império se consolidou no imaginário político e econômico do país como uma saída para a situação de decadência em que se encontrava, situação esta originada justamente das mudanças em seu arranjo colonial anterior. Assim, as colônias são encaradas como solução, tanto de um ponto de vista modernizante, que queria alterar as formas de atuação da metrópole

³⁵⁹ SANTA RITA, José Gonçalo. Sá da Bandeira e a Política Ultramarina. Lisboa: Revista do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, vol. V, 1955, p. 7.

³⁶⁰ ALEXANDRE, Valentim. "A questão colonial no Portugal Oitocentista", *op. cit.*, pp. 65-6.

em relação ao ultramar, como de um ponto de vista mais tradicionalista, que via na continuidade a melhor forma de organização. Ambas as propostas, no entanto, viam na colonização um projeto de Novo Brasil, com a substituição do papel da antiga colônia pelas províncias remanescentes na África, principalmente em Angola.

3.3 - Governadores gerais e a aplicação dos projetos de colonização: a província de Angola

Ao longo das próximas páginas analisaremos a implementação das políticas e projetos coloniais pela perspectiva da administração colonial. Para isso, utilizaremos a correspondência entre os Governadores Gerais das províncias africanas e os Ministros e Representantes do Governo português na metrópole. A chamada *correspondência dos governadores*, preservada pelo Arquivo Histórico Ultramarino é uma coleção de caixas e livros em que se registravam as correspondências enviadas para as colônias no Ultramar e se arquivavam os ofícios enviados em retorno. Trata-se, portanto, de quantidade imensa de documentação, que registrava desde as minúcias cotidianas do trabalho dos governadores, como a promoção de soldados da tropa, construção e reparo de edifícios públicos, entrada e saída de embarcações do porto como também os projetos e planos de colonização como um todo, os objetivos das empresas tentadas e o estado das províncias ultramarinas.

Escolhemos para este fim a documentação da província de Angola por ser o maior território remanescente do Império Português após a independência do Brasil e por ser o local onde o projeto de Novo Brasil teve mais força, buscando-se recriar as relações diretas com Portugal e a formação de um tipo de colonização agrícola.

No início do século XIX, o território da província de Angola era formado por uma multiplicidade de populações e culturas milenares,

Na virada para o século XIX, a produção local voltava-se, principalmente, para as atividades agrícolas e pecuárias. Destacava-se o cultivo do milho, batata doce, amendoim, tabaco, algodão, arroz, feijão e mandioca – grande responsável pela subsistência das populações locais, sobretudo no interior. Eram importantes também a caça e a coleta de frutas, vegetais e a criação de animais domésticos como galinhas, porcos e etc. O tráfico de escravos atuava como elemento de conexão, articulando as redes de comércio e de produção do interior, desenvolvendo os caminhos, rotas e as relações entre diversos povos do interior do continente. Apesar de se constituir como elemento de dispersão populacional e migrações forçadas, fomentador de violência e disputas locais, Jill Dias destaca que seu papel dinamizador das relações econômicas no interior do continente: “Paradoxalmente, em muitas zonas de Angola, o tráfico atlântico tinha contribuído para reforçar e desenvolver essas atividades. Integrando uma vasta rede de comércio africano, esse tráfico abrangia, na primeira metade do século XIX, quase todas as sociedades da África Central”³⁶³.

Mesmo que essas relações tenham sido dinamizadas pela entrada e consolidação do tráfico como atividade mais rentável e conectada aos mercados mundiais, a maioria das mercadorias ainda estava ligada a formas de produção e circulação integrados às formas sociais e econômicas tradicionais, constituídas pelas redes de parentesco e clientela seculares das populações africanas³⁶⁴. Dessa forma, percebe-se mesmo que brevemente, a complexidade da integração entre o território do interior e o território efetivamente português no período.

³⁶³ DIAS, Jill. “Angola as vésperas da abolição do tráfico de escravos (1820-1845)”. Op. cit., p. 327.

³⁶⁴ *Idem*, p. 328.

Em sua análise sobre a região de Angola, Roquinaldo Ferreira destacou a importância demográfica da população negra e escrava e a multiplicidade de atividades desenvolvidas por eles. O autor ressalta serem os escravos empregados no serviço doméstico, atividades produtivas, comércio, agricultura e ofícios mecânicos tanto mais simples como aqueles que necessitavam de aprendizado de um ofício. O autor destaca ainda a extensa participação feminina no mundo do trabalho, principalmente urbano, na figura das quitandeiras, que fabricavam e distribuíam diversos tipos de mercadorias pelas cidades. A presença de escravizados na sociedade Angolana era tão marcante que eram eles que compunham a maior parte da tripulação dos próprios navios negreiros³⁶⁵.

Participando intensamente das relações comerciais e das rotas de redistribuição de mercadorias ligadas ao tráfico de escravos, não se pode dizer que os portugueses tivessem um domínio colonial sobre todo o território. Miller destaca que anos finais do século XVIII e iniciais do XIX o aumento de disponibilidade de mão de obra e a lucratividade da atividade do tráfico fizeram com que os portugueses se retirassem das relações do interior, que ficaram dominadas pelos locais, controlando as relações comerciais e as rotas do interior indiretamente, através do controle administrativo típico do capital colonial³⁶⁶.

Ao longo das primeiras décadas do século XIX, as relações entre as populações locais com os portugueses se complexificaram: "Nessas zonas, muitos homens concorriam para maximizar sua autonomia, prestígio e poder, manipulando as regras linhageiras existentes, principalmente através da aquisição e da acumulação de outros homens e mulheres dependentes, como escravos". Assim, da

³⁶⁵ FERREIRA, Roquinaldo. *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade*. New York: Cambridge University Press, 2012, p. 135.

³⁶⁶ MILLER, Joseph C. *Way of Death. Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade. 1730-1830*. Wisconsin: University of Wisconsin press, 1988, pp. 599-600.

mesma forma que o tráfico reforçava o domínio e o controle territorial dos portugueses, sobretudo nas regiões portuárias, ele servia como elemento de fortalecimento político e econômico de algumas tribos, interferindo nas relações de poder entre eles. Nesse sentido, a sobrevivência mesma dos Estados africanos passava a estar “dependente das relações forjadas com as autoridades militares dos pequenos núcleos coloniais portugueses, cujos tentáculos comerciais e políticos já penetravam profundamente nas sociedades indígenas de vasta área da África Central”³⁶⁷.

Embora seu enfoque principal sejam as conexões engendradas pelo tráfico de escravos, Miller faz um panorama das políticas coloniais e dos interesses em jogo em Angola entre os anos finais do século XVIII e iniciais do século XIX. Para ele, no período que vai da partida de Souza Coutinho³⁶⁸ até a abertura dos Portos e tratados com a Inglaterra em 1810 poucas e falhas tentativas foram feitas no sentido de se criar uma política colonial em Angola. As rotas e a circulação de mercadorias estavam vinculadas ao Brasil e ao tráfico, sendo controladas por interesses brasileiros e luso-africanos e não diretamente pelos portugueses lisboetas³⁶⁹. No final do século XVIII,

³⁶⁷ DIAS, Jill. “Angola as vésperas da abolição do tráfico de escravos (1820-1845)”. Op. cit., pp. 331-335.

³⁶⁸ Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho teve uma carreira atuante na administração do reino de Portugal. Foi governador de Angola entre 1762 e 1771, sendo seu governo destacado pela promoção do comércio e diversificação da agricultura, inserindo Angola nas lógicas propostas pelo projeto pombalino. Após sua missão em Angola, foi nomeado embaixador em Madrid, onde serviu até sua morte. Escreveu as *Memórias do reino de Angola e suas conquistas, escritas em Lisboa por D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, governador e capitão general que foi do dito reino, 1773 1775*. Seus filhos, entre os quais D. Rodrigo de Souza Coutinho, teriam papel destacado na administração do reino. Sousa Coutinho, D. Francisco Inocêncio da. Portugal- Dicionário Histórico. Disponível em: <http://www.argnet.pt/dicionario/sousacoutinhofi.html>. Sobre o governo de Coutinho ver: MACHADO, Mônica Tovo Soares. Angola no período Pombalino: o governo de Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho- 1764-1772. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1998. Mestrado em História Social.

³⁶⁹ A questão do controle dos capitais e lucros do tráfico escravista é tema bastante controverso na historiografia luso-brasileira. Não nos cabe aqui entrar nos

Angola tinha uma economia especializada no tráfico de escravos, fornecendo cativos principalmente para Pernambuco e Maranhão. Essa estratégia portuguesa de especialização que limitava a economia local fazia sentido à época, tendo em vista que os setores interessados na economia doméstica não tinham nem de longe as fontes de capital necessárias para “competir com a riqueza de franceses e britânicos sem mencionar os recursos disponíveis no Brasil, como o açúcar e o algodão”.³⁷⁰

Com as complicações dos conflitos europeus os portugueses tiveram pouco tempo para se dedicar à questão de Angola na primeira década do século XIX. A vinda da corte para o Brasil trouxe consigo a vinda dos capitais dedicados ao comércio de escravos para o Rio de Janeiro. Os comerciantes metropolitanos que permaneceram em Lisboa passariam então a contemplar outros aspectos das potencialidades econômicas da colônia. No entanto, as manufaturas portuguesas, com exceção da pólvora, eram fracos competidores para os têxteis asiáticos e ingleses, esses últimos vindos via Brasil.

Nesse contexto, as ideias pombalinas de complementariedade econômica Brasil Angola via tráfico de escravos e a política de diversificação de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho começaram a mudar: Angola passaria a ser vista não apenas como um mercado projetado para as mercadorias portuguesas mas também como uma

pormenores da questão. Para isso, ver: BETHEL, Leslie. *The abolition of the Brazilian slave trade: Britain, Brazil and the slave trade Question, 1807-1869*. Londres: Cambridge University Press, 1970; FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do Tráfico Atlântico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985; MARQUESE, Rafael e SALLES, Ricardo. “A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia”, In: *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016; MENZ, Maximiliano M. As “Geometrias” do Tráfico: o Comércio Metropolitano e o Tráfico de Escravos em Angola (1796-1807). *Revista de História*, São Paulo, n.166, p. 185-222, jan./jun. 2012.

³⁷⁰ MILLER, Joseph C. *Way of Death. Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade. 1730-1830*, op. cit., pp. 598-601. (tradução nossa).

fonte de abastecimento para as manufaturas metropolitanas. Objetivava-se manter a posição de Lisboa como intermediadora do comércio Brasileiro e as colônias africanas como elo de complementariedade dessa relação, cobrindo os pontos fracos contidas na mesma ao invés de somente servir como depósito de escravos. No entanto, "o industrialismo e liberalismo do século XIX atingiram Portugal na década decisiva que começou em 1807. O único ingrediente faltando para a reforma econômica era o capital para implementar os planos formulados"³⁷¹.

O período que vai de 1808 à independência do Brasil seria marcado, então, pela mudança definitiva dos capitais do tráfico de escravos para o Rio de Janeiro, fazendo com que o este passasse de um interesse metropolitano de Lisboa para um comércio principalmente brasileiro a partir de 1810. Os comerciantes que estavam comprometidos com a alternativa econômica da industrialização permaneceram em Lisboa e foram os responsáveis por procurar uma mudança real em relação ao "antigo estilo de comércio"³⁷².

A partir da década de 1820, principalmente com a independência política do Brasil, a metrópole começa a esboçar uma nova política colonial para Angola. Garantida a permanência do território africano submetido à coroa portuguesa, a metrópole vai focar suas políticas coloniais na tentativa de reestabelecer o comércio

³⁷¹ *Idem*, pp. 634-635. Tradução livre de: But liberal ideas of economic development at home in Portugal had advanced far enough by about 1800 that a new vision of Angola began to spread, not just as a protected market for domestic manufactured goods but also as a source of cheap raw materials for the industries in the metropole. So long as Lisbon continued to broker Britain's trade with Portuguese Brazil, American cotton, and hence slaves, would prevail, with only a minority of marginal Lisbon merchants interested in slaving per se and occasionally using it to probe the weak spots in the commercial structure of Brazil. But the nineteenth century, industrialism, and liberalism all reached Portugal in the decisive decade beginning in 1807. The only ingredient of economic reform still missing was capital to implement the plans formulated.

³⁷² MILLER, Joseph C. *Way of Death. Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade. 1730-1830*, op. cit., pp. 598-601, pp. 635-636.

direto entre Lisboa e Angola. Para isso, baseou-se em expedientes tradicionais de privilégio dos comerciantes portugueses em detrimento dos fornecedores brasileiros. São dessa época os primeiros planos de formação de companhias de comércio com a concessão de privilégios para aguçar o interesse dos comerciantes portugueses e da concessão de tarifas alfandegárias favoráveis para o comércio entre metrópole e colônia.

Miller ressalta, no entanto, que outras formas de diversificação dependiam da disponibilidade de investimento do capital da metrópole. Mesmo com a abertura para o investimento de capitais privados na colônia desde 1808, os investidores portugueses não tinham o capital necessário para aproveitar essa abertura. Em teoria as potencialidades e as formas de desenvolver Angola como uma produtora de commodities em substituição ao mercado brasileiro pareciam tentadoras. Em Angola poderiam se produzir o açúcar, o algodão e o tabaco que se produziam na América e atraíam atenção pela sua existência e pequena produção local, também se destacava a possibilidade de produção de resinas, gomas e produtos silvestres das colônias. Pensavam-se nos gados e nas produções de animais. Essas avaliações das possibilidades de produção da colônia “repousavam cegamente em mitos que justificavam as estratégias de baixo investimento dentro das capacidades de Portugal: a abundância natural tropical e os camponeses africanos que precisavam de coerção, mas não incentivos ou recursos económicos, para produzir”. Essa desconxão com a realidade que fazia com que os projetos de colonização fossem baseados em mitos era a razão por que os planos de colonização em Angola malograram³⁷³.

³⁷³ *Idem*, p. 638-639. Ver Principalmente p. 647. Tradução livre de: Other proposed forms of economic diversification languished if they depended on more substantial investments of metropolitan capital. Since 1808 government interdictions no longer prevented private entrepreneurs from establishing enterprises of any sort in the colonies, but Portuguese investors of the 1820s lacked the capital to take advantage of the opening. Proposals abounded, mostly intended to develop Angola as a replacement for the tropical commodities that Lisbon had

A Correspondência entre os Governadores Gerais e autoridades coloniais metropolitanas nos dá uma ideia mais exata da aplicabilidade dos projetos coloniais metropolitanos. Da mesma forma como procedemos a respeito da documentação parlamentar, analisada no segundo capítulo, analisamos as cartas e ofícios segundo uma divisão temática previamente estabelecida e muito semelhante àquela adotada no debate sobre a questão colonial no parlamento, a saber: sistema colonial, administração, dificuldades, medidas econômicas, decadência dos entrepostos coloniais, potencialidades da colônia e produtos e produções locais.

Até 1821, período em que a corte portuguesa se encontrava no Rio de Janeiro, a correspondência trata de assuntos mais cotidianos e evidencia a complementariedade econômica desejada entre a nova sede da monarquia e Angola. Destaca-se a preocupação com novos produtos e sua aplicabilidade para uso no Brasil, com tentativas de incentivo de outros ramos de produção que não estivessem ligados ao tráfico de escravos. Nesse sentido, evidencia-se a preocupação em aumentar as conexões com o sertão do território africano, aumentando as povoações e a circulação de mercadorias para a costa e a necessidade de coibir o contrabando e a participação de

lost to Britain's domination of the Brazilian economy. Sugar, cotton, and tobacco, the established boom crops in the lost American colony, accordingly attracted the most attention, mostly as available in the wild or from African peasant producers. Others stressed the Africans' potential as collectors of valuable gums and resins, sylvan coffee, dyewoods, fish, spices, and other products from the colony's woods and waters. Traders contemplated buying cattle from African herdsmen at Benguela, potentially another Rio Grande do Sul in the eyes of the planners. A limited awareness of the risks of capitalized agriculture in an area of highly unpredictable rainfall crept into planning for exports in the aftermath of slaving, but most schemes rested blindly on myths justifying the low-investment strategies within the capabilities of Portugal: tropical natural abundance and African peasants needing coercion, but not economic incentives or resources, to produce. All of these plans consequently remained sterile dreams until commodity prices rose and systematic investment in the most promising of these agricultural sectors began later in the century.

embarcações de outras nacionalidades do tráfico e no comércio local. Era o reforço do sistema colonial, agora centrado no Brasil.

Quanto às medidas práticas, os ofícios mostram a preocupação com a criação de mecanismos para prover as necessidades locais, sem recorrer a produtos importados da Europa, e a criação de infraestrutura que permitisse uma melhor qualidade de vida da população residente. Assim, nesse período se propõe a criação do Trem, de aquedutos para conduzir água potável à cidade e a criação de uma companhia de pesca para abastecer os mercados locais. No que diz respeito à produção, a relação de complementariedade almejada em relação à economia brasileira evidencia-se, em um contexto de necessidade de trocas diretas. A todo momento são pesquisados e incentivados novos produtos que poderiam ser úteis na manutenção e expansão econômica da nova sede da corte, no Rio de Janeiro.

Um dos documentos mais interessantes do período é o ofício de instruções encaminhado a José Oliveira Barbosa³⁷⁴ na ocasião de sua nomeação para o Governo Geral, em 1810. O documento dá conta dos objetivos da administração colonial, das potencialidades econômicas da colônia de Angola, das dificuldades, medidas já implementadas e a serem implementadas pela administração régia³⁷⁵. No preâmbulo da correspondência evidenciam-se os objetivos do Governador Geral e os rumos desejáveis para a administração colonial e o desenvolvimento econômico das possessões: a manutenção da paz, a proteção das fronteiras, a administração da

³⁷⁴ Nascido no Rio de Janeiro, provinha de uma família de militares, carreira a qual seguiu e se destacou ao longo dos anos. O único cargo na administração que ocupou foi o de governador de Angola. Chegou a posição de Marechal do exército brasileiro. Cf. Superior Tribunal Militar. Disponível em: <https://dspace.stm.jus.br/bitstream/handle/123456789/50420/021biog%20JosedeOliveiraBarbosa%201%2C74.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

³⁷⁵ AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod 551, s/n. A íntegra do documento transcrito pode ser encontrada no Anexo 7.

justiça, o aumento da população e o fomento da agricultura. O governador fora escolhido

por lhe serem constantes os seus conhecimentos, zelo, e integridade, e por esperar que VS desempenhará hum tal conceito, tanto pela pronta execução das ordens, que se lhe expedirem como pela efficacia e desvelo com que deverá prommover o socego, e tranquillidade interna dáquele Estado, a sua segurança externa, a pronta e imparcial administração da Justiça, o melhoramento da Agricultura, objecto tão importante, e que tanto concorre para o aumento da População, em que consiste a verdadeira e solida riqueza dos Estados animando, e protegendo o Commercio assim interno, como externo, e aliviando-o de todos aquelles obstáculos, que possam retarder os seus progressos.

Além disso, destaca-se o discurso da coroa sobre a importância agricultura. Aproximando-se das ideias liberais que deram o tom dos primeiros anos de estadia da corte no Brasil, as instruções da coroa afirmam que é a agricultura a grande responsável pelo aumento da população e esse aumento, por fim, a medida da riqueza do Estado, objetivo último das políticas coloniais que o Governador deveria perseguir. Embora o aumento da população e a ocupação da mesma nas atividades produtivas fosse uma preocupação presente desde os planos pombalinos de fomento econômico, a vinculação direta entre riqueza e promoção da atividade agrícola constitui-se em um avanço liberal nas medidas de administração colonial.

Seguindo essa mesma lógica da necessidade de fomento e valorização das atividades agrícolas, apontam-se as potencialidades do território angolano.

Sendo reconhecido que huma grande porção do território de Angola he por si mesmo fertil e productivo, consta porem, que a Agricultura não tem geralmente feitos os progressos, que devião esperar de huma tal

circunstancia. E visto que se dê grande desconto à indolencia dos Agricultores, para com tudo que este vicio seria vencivel, animando-se os trabalhos do Campo, e cultura delles pelos meios que são conhecidos, não omitindo do da izempção de direitos , quando os haja, na venda das produções ou adoptando o sistema Segundo nos Districtos de Golungo, Bengós Dande e Icoló, onde os trabalhos de Agricultura se fazem com actividade, e conhecido proveito dos Agricultores.

Da mesma forma que nos textos dos pensadores econômicos e dos discursos dos parlamentares do reino, já analisados anteriormente, o terreno colonial é visto como uma fonte de grandes potencialidades: o território é amplo, o solo fértil e pode ser muito produtivo, caso se saiba tomar partido da situação. Neste caso, o obstáculo colocado ao desenvolvimento pleno da agricultura é a indolência dos agricultores, muito provavelmente ligada à maior lucratividade do tráfico de escravos. São apontadas ainda algumas medidas de incentivo à produção, como a isenção de impostos, de que trataremos adiante.

No que diz respeito à administração, a recomendação da coroa era que o Governador Geral coibisse os maus hábitos e educasse os habitantes da colônia pelo exemplo. No caso da agricultura, recomendava-se que, a exemplo do que a Inglaterra havia feito no país, o governo escolhesse um terreno para sua própria produção, adotando as técnicas e métodos corretos ao desenvolvimento agrícola. Dessa forma, animados pelo exemplo do Governo, os agricultores buscariam os métodos modernos de cultivo e se animariam à produção em escala para abastecer os mercados interno e externo.

sendo geralmente reconhecido que os cultivadores a rotina que virão praticar os seus maiores, não só não adoptão facilmente mas até escarnecem das theorias em material de Agricultura, custando-lhes a a concenceram-se ainda mesmo a vista dos

Experimentos, por tanto pareceria conveniente que VS fizesse cultivar uma porção de terreno debaixo dos conhecidos principios da bem entendida cultura, intrduzindo o uzo dos Instrumentos ruraes, que mais facilitarão os trabalhos no Campo, afim de que persuadidos os cultivadores pela experiencia, abracem hum sistema de cultura mais facil e proveitosos

Outro campo de atuação em que a influência e o exemplo da administração deveria ser adotado era o da fiscalidade e moralidade nas relações comerciais. A coroa alegava que os funcionários da administração tinham até então participado dos próprios atos que deveriam combater, utilizando de sua posição e influência para obter vantagens indevidas e para fraudar o recolhimento de impostos e taxas da coroa, chegando mesmo a extorquir “os potentados Togas, e Soubas, aliados do Estados, presentes, e gratificações chegando ao excesso de os prender, para obterem pelo beneficio da soltura, as utilidades, que de outro modo não poderião conseguir”. Mais uma vez, era o exemplo do Governador Geral, aliado a suas prerrogativas de promotor da justiça pública que deveriam ser empregados na coação de tais abusos da administração pública.

No que diz respeito aos produtos coloniais, destaca-se a importância da conexão com o Brasil, nova sede da Corte e da Administração da metrópole. O ofício traz o elenco das produções da África que deveriam ser mais estimuladas no território, destacando o comércio que deles se poderia fazer no Brasil e a necessidade que a coroa tinha dos mesmos, no contexto de bloqueio do comércio europeu.

Entre as produções mais interessantes do Estados e Districtos circunvizinhos devem merecer particular atenção o Sal o Ferro, o Breu, o Pixe, salitre, Cobre, Aliconde e Mucheis[?]. Artigos, que pelo consume que delles se pode fazer no Brazil, virão a ter grande extração, e a fazer hum importante ramos do Commercio externo.

A Coroa recomendava ainda que se procedessem indagações sobre as formas de produção e disponibilidade desses produtos para que a partir delas se indicassem os meios e as providências que fossem mais convenientes para se proceder a sua exploração. Pedia também o envio de amostras dessas produções para que fossem examinados no Rio de Janeiro e se determinassem sua qualidade e utilidade para o Império Português. Destaca-se sobretudo a importância das minas de ferro, cobre e salitre, de que o Brasil tinha grande necessidade para os trabalhos nas minas e na agricultura do país.

A extracção de salitre, do Ferro e do Cobre, merecerão em todo o tempo a particular atenção dos nossos Augustissimos Soberanos e nessa Cidade achará VS ainda grandes restos dos petrechos, que de Lisboa se enviarão há poucos annos para a construccção de huma fundição no Sitio da Nova Oeiras que não chegou a ter effeito, malogrando-se as consideráveis despezas que se fizerão n'aquelle estabelecimento ou fosse pela desacertada escolha do sitio, ou por outros motivos que ainda não são bem conhecidos por tanto Há SAR por muito recommendado que a VS que entrando na indagação das difficuldades Reais ou apparentes, que tem obstado até agora do successo das tantativas, que se tem feito, informe ao Mesmo Senhor dos meios, que convem adotar para que se consiga effectivamente a aquisição de hum Metal que no Brasil se pode justamente classificar na ordem dos Artigos de primeira necessidade sendo assas conhecido o consumo, que delle se faz nos trabalhos de Minas, Agricultura, e outros uzos fabris.

Sobre a economia, o ofício descreve a dinâmica interna da colônia e os meios de integração entre o sertão e a costa. O tráfico de escravos era o elemento de ligação entre eles. Destaca-se ainda o papel dos negociantes locais na intermediação desse comércio com o sertão, reforçando a tese de Miller, de que o domínio do tráfico de escravos acabou limitando a atuação dos colonizadores à costa.

Consiste principalmente o Commercio interno de Angola na troca de fazendas da Asia proprias para o vestuário dos Negros, e hé nas feiras que se fazem no Certão que estas fazendas se permutão por Escravos, Marfim e Cera, servem-se os Negociantes de Angola de Commissários a que chamão Aviados a quem confião as Fazendas, que destinão para o Commercio do Certão, mas sendo fixadas as quantidades e valores das fábricas restricção que não pode deixar de prejudicar notavelmente o Comercio que para florescer necessita de huma bem entendida liberdade.

Interessante notar que, quanto à estrutura interna de funcionamento da economia colonial o governo não tinha nada a reparar se não sobre a política de preços e forma de se fazerem as transações. Novamente seguindo uma tendência de cunho liberalizante, a Coroa criticava a fixação da quantidade e preços das fazendas levadas ao interior, posto que era da liberdade de comércio e dos agentes econômicos que derivaria a prosperidade desse ramo de atividades. Nesse mesmo sentido, em outro trecho do ofício destacava-se a ação dos governadores e representantes da coroa, que exerciam uma espécie de monopólio comercial em benefício próprio.

O obstaculo porem que mais directamente tem concorrido para oprimir o Commercio do Estado provem da especie de Monopólio que as Autoridades constituidas, e Pessoas poderosas tem procurado estabelecer para se assenhorearem do Commercio, ou para extorquirem delle as mais escandalozas utilidades, e chando-se hum tão grave, e pernicioso abuzo altamente difundido pelas Leis, e sujeitos a severas penas, ordena SAR a VS que empregue todos os meios que lhe compete pela autoridade

Em concordância com o que se apresentava como uma falha na administração e na conduta dos Governadores e demais funcionários da coroa, as autoridades portuguesas eram acusadas de desrespeitar

as leis ao interferirem nas atividades comerciais, principalmente ao fazê-lo em benefício próprio. A situação agravava-se na medida em que essa interferência acabava por constituir um monopólio das atividades comerciais com o sertão, o que, segundo as máximas anteriormente expostas, revertia em prejuízo para economia colonial ao coibir a liberdade de atuação dos agentes econômicos. Cabia ao novo Governador Geral fiscalizar tais atividades e coibir os abusos que lesavam tanto os colonos como a coroa.

Ainda no campo das medidas econômicas, enfocava-se a questão dos transportes como sendo uma das dificuldades que “mais se opõem ao progresso e prosperidade do Commercio d’aquelle Estado, e que por isso necessita das mais efficazes Providencias”. Essas providências deveriam ser resultado da observação dos problemas locais pelo Governador, que faria propostas de melhoramento a fim de minorar os efeitos da falta de transportes no desenvolvimento do sertão de Angola.

Por fim, as questões relativas ao tráfico de escravos ocupam uma parte significativa das instruções. O governo no Rio de Janeiro demonstra que a crescente interferência da opinião estrangeira sobre a escravidão e, principalmente, a política abolicionista inglesa eram elementos importantes, que interferiam diretamente na forma como tal tráfico era conduzido na colônia. Além disso, incorporam-se à discussão questões humanitárias e a legislação que determinava como o transporte de cativos deveria ser feito para que respeitasse as condições mínimas de humanidade de tal comércio e se reduzissem as taxas de mortalidade.

Assim, recomendava-se ao governador geral que a lotação das embarcações fosse respeitada e que a quantidade mínima de víveres para cada escravo fosse embarcada, verificando-se com atenção além da quantidade de alimentos embarcados a qualidade dos mesmos, já que uma das fraudes recorrentes empregada pelos escravistas era o embarque de mantimentos de baixa qualidade e mesmo estragada

nos tumbeiros. Assim, recomendava-se que o governador não permitisse

que os Mestres dos Navios emtrodúzão nelles mais numero de Escravos dos que se achão regulados, nem consentir que ells sacrifiquem à sua avidez as vidas de muitas Creaturas, que se tornariam Vassalos úteis, industriosos, e productivos, se não abreviassem os dias da existencia delles por hum tratamento barbaro, e revoltante. A Humanidade hé a disposição dislenotiva[?] Do homem, e da legislação que promove, ou abandona a practica destas virtudes pela medida que regula, e denota o estado de civilização ou Barbarismo de uma Nação, e de hum Governo, avista do que reconhecerá VS enquanto a sua intervenção na correcção destes abuzos tão altamente reprovados por SAR e tão seriamente recommendados a VS, deve influir no conceito que devemos esperar das outras Nações: Deve também merecer a VS o maior cuidado e vigilancia a escolha, qualidade e quantidade dos generos e mantimentos, que se mettem abordo dos Navios que conduzem a Escravatura, por ser constante que no fornecimentos das Provisões destinadas para a subsistencia da escravaturas e commettem as mais horrorosas fraudes

Importante ressaltar que o conceito que as outras nações faziam de Portugal e de suas formas de proceder em suas colônias e em relação ao tráfico de escravos tornava-se elemento importante de argumentação, principalmente em se tratando de um período de grandes convulsões políticas na Europa e no mundo e em que a soberania do Rei de Portugal tinha sido e continuava sendo posta a prova a todo momento. Defender o tratamento humano dos escravizados e medidas que reduzissem as fraudes e os maus tratos deles durante a viagem para o Brasil, nem que fosse somente em teoria, fazia parte da inserção de Portugal no jogo político e de poder dos circuitos europeus naquele momento.

Os demais ofícios desse período dão conta mais ou menos detalhada dessas mesmas temáticas. No que diz respeito às

produções coloniais, além dos ofícios sobre remessas de produções coloniais para avaliação de preço e qualidade no Rio de Janeiro merecem destaque as tentativas de estabelecimento ou reestabelecimento de minas para extração de ferro, cobre e enxofre.

Outro ponto que merece destaque eram as dificuldades da empresa colonial e a atenção que a província de Angola tinha na administração do Império. Em 1810 o Governador Geral requeria ao Ministro o envio de tropas e guarnições para socorrer o ataque sofrido nas minas de enxofre em Benguela. Em resposta a essa requisição, a coroa respondia que não se encontrava em estado que lhe possibilitasse mandar auxílio às possessões coloniais:

Pelo mesmo officio de VS Vio SAR o estado de faltas e precizoens em que se achão essas Guarniçoens, inconvenientens em que se procurarão remediar pelo modo que for possivel, mas conhecendo VS perfeitamente pela experiencia e conhecimento que tem do estado de depauperação em que ainda aqui nos achamos de todos os artigos de Muniçãos, a impractibilidade de se enviarem os socorros que de taes Artigos se necessitão em todas as Colonias, não poderá VS estranhar que por agora se lhe não enviem aquelles que pertende³⁷⁶.

Ressalta-se, assim, que, embora em teoria e nas instruções enviadas ao Governador Geral se destacassem a necessidade de fomento da ação colonizadora e a importância das possessões ultramarinas, no dia a dia do governo da colônia o Governador Geral podia contar com pouco auxílio direto da metrópole, situação agravada pelos bloqueios comerciais e pela carestia de equipamentos sofrida pela própria sede da administração da monarquia, no Rio de Janeiro.

Quanto às medidas destinadas ao fomento econômico, percebe-se o mesmo tipo de disposição e padrão de atuação. Nos diversos

³⁷⁶ AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod 551, n. 65.

ofícios em que o governador relata as ações destinadas ao crescimento econômico e a formação de estruturas produtivas em território colonial fica evidente que o tipo de medida a ser empregada para incentivar a produção eram isenções fiscais³⁷⁷, autorizações de comércio³⁷⁸ e tentativas de se reformular as pautas alfandegárias³⁷⁹ e até mesmo a obrigação de embarcações seguirem rotas que obrigassem a sua parada em portos menos frequentados³⁸⁰.

Uma das temáticas recorrentes na documentação é o pedido de licença de comerciantes para se retirarem das praças de Angola e retornarem à corte ou à suas cidades de origem³⁸¹. Após indagarem-se os motivos de tais pedidos, conclui-se que os comerciantes os faziam para evitar o recrutamento compulsório para servir em presídios do interior e que, assim, pretendiam manter essas licenças engavetadas para a eventualidade de serem chamados ao serviço. Neste ponto, a coroa capitulava à vontade dos comerciantes de grosso trato, isentando-os do serviço militar, como segue.

E por que convem não somente aos Reaes Interesses em geral, mas aos dessa Praça de Angola em particular que não se deminua assim insensivelmente o numero dos seus Negociantes de grosso trato, e acreditados fundos. Manda SAR Recomendar a VS que procure induzir o Supplicante a não abandonar ahi o seu Estabelecimento e Caza, significando-lhe que SAR o não obrigará a cumprir com as funções do Posto de Capitão Mor de Mansangano, se lhe não convem as eserger, e nem similhantemente o fará empregar em qualquer outro service Militar, que possa distrhilo das

³⁷⁷ AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod 551, n. 113.

³⁷⁸ AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod 551; AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod 551, n. 3; AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod 551, n. 51.

³⁷⁹ AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod 551, n. 68.

³⁸⁰ AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod 551, n. 244; AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod 551, n. 149.

³⁸¹ AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod 551, n. 59; AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod 551, n. 70 e AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod 551, n. 178.

suas occupaçoens commerciaes, sendo certo, que maiores vantagens rezultão do seu Real Serviço e ao Estado da continuação do seu trafico Mercantil³⁸²

Entre 1814 e 1815 chegam à metrópole notícias sobre uma expedição que muito interessava à coroa portuguesa: a exploração dos sertões objetivando a ligação entre Angola e Moçambique. Em correspondência com o governo acompanha-se

o resultado da exploração de que foi o encarregado Francisco Honorato da Costa, director da Feira de Mucari, o qual mediante os mais constants esforços, e considerável despendio de sua fazenda havia finalmente conseguido verificar a correspondencia entre as duas Costas Ocidental e Oriental da Affrica não podia hum tão importante como gratuito service deixar de se fazer digno de Minha particular atenção: E tendo em consequencia feito por algumas Mercês ao referido Francisco Honorato da Costa como ja os deve ser constant, Sou igualmente Servido Conceder-lhe huma Pensão Vitalicia de 800\$rs annuaes que lhe serão regularmente pagos pela Junta da Administração da Minha Real Fazenda desse Reino de Angola, ordenando que elle haja de permanecer em quanto assim lhe convier na Direcção da Feira de Mucavi, donde poderá melhor continuar as viagens que devem annualmente referir.

O relatório dos resultados da expedição evidencia duas questões centrais: os interesses geopolíticos que a metrópole começava a desenvolver no interior do continente africano, provavelmente ligados ao aumento do tráfico de escravos via Moçambique e, conseqüentemente, o maior interesse nessa província

³⁸² AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod 551, n. 59.

e sua ligação com o centro da monarquia portuguesa. Em segundo lugar, ressalta-se a permanência de lógicas coloniais muito presentes na colonização brasileira desde o século XVI, ou seja, a troca de serviços realizados pelos colonos, que ao empreendiam seus capitais e meios pessoais para realizar a expansão do território, por reconhecimento régio, principalmente na troca de honras e mercês³⁸³.

A partir de 1816, com a nomeação de Luís da Mota Feio e Torres, a administração da província sofre um novo impulso. Durante o seu governo, multiplicam-se os relatórios que dão conta da construção e restauração de edifícios públicos e da formação de iniciativas vinculadas ao governo geral para a criação de algumas infraestruturas de que colônia era deficitária. Nesse período foi levada a cabo a reforma da praça central da cidade de Luanda³⁸⁴, os planos de reforma dos regimentos e ordens militares para promover a segurança da colônia³⁸⁵, o estabelecimento de relações diretas com S. Thomé para facilitar o abastecimento³⁸⁶, o estudo e proposição de obras para o encanamento do Rio Quanza³⁸⁷, construção de armazéns no entreposto de Calungo, a vacinação da população e dos escravos embarcados para o Brasil, a reforma do Trem de Luanda e a formação de uma companhia de artífices que trabalhassem nele³⁸⁸, estabelecimento de correios regulares para os presídios centrais³⁸⁹ e etc. Não se pode apurar, no entanto, o quanto dessas medidas foram

³⁸³ Sobre a lógica de troca entre serviços e recompensa ver: RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial. Brasil c. 1530-1630*. São Paulo: Alameda, 2009 – principalmente a parte 1- Honras e Mercês. Sobre o duplo papel de colonizadores e colonos das elites coloniais ver: FERLINI, Vera Lucia Amaral. FERLINI, V. L. A.. *Uma Capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada*. Anais do Museu Paulista (Impresso), v. 17, p. 237, 2009.

³⁸⁴ AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod. 552, n.14.

³⁸⁵ AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod. 552, n. 15.

³⁸⁶ AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod. 552, n. 20.

³⁸⁷ AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod. 552, n. 33; AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod. 552, n. 76.

³⁸⁸ AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod. 552, n. 84.

³⁸⁹ AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod. 552, n. 111.

efetivamente finalizadas e quais os resultados de médio e longo prazo alcançados com as mesmas.

As medidas visando o fomento das atividades econômicas e aumento do comércio e produções de Angola mantinham-se da mesma forma desde 1808. O entendimento de que na agricultura e ligação com o sertão seriam os motores da prosperidade colonial continuava sendo predominante. Tratando da questão das minas de enxofre no interior do território e das dificuldades que havia em sua produção contínua, em escala e com qualidade, a coroa afirmava que

V S por ella observara que em quanto as especulações Commerciaes d'esse Reino se restringirem ao trafico de Escravos, nada se avançará sobre a verdadeira importancia d'estes productos pois que só pelo Commercio he que ells hão de ser conhecidos e reputados³⁹⁰.

Em síntese, pode-se dizer que o período que vai da transferência da sede da monarquia para o Brasil até 1821 foi de recentralização da dinâmica colonial, com enfoque no desenvolvimento de uma complementariedade econômica entre o centro do Império no Rio de Janeiro e Angola. A Revolução do Porto em 1820, com o Retorno do Rei em 1821 e o início do movimento de independência do Brasil em 1822 alteraram esse panorama. Marca-se, nesse momento, o início de um novo período para os projetos e medidas coloniais em Angola.

Com o retorno da corte e sede do governo para Lisboa, os ofícios voltaram a ter como origem e destino a parte europeia da monarquia. Além disso, as convulsões políticas e sociais por que passou o país acabou criando uma preocupação informativa e a criação de uma narrativa oficial sobre a política portuguesa que seria transmitida para as colônias. O principal objetivo do governo português nesse momento passa a ser a manutenção de Angola como

³⁹⁰ AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod. 552, n. 90.

parte da monarquia, visto que suas conexões e lealdades pendiam para os interesses brasileiros, que agora formavam um Império independente. Essa mudança de perspectiva reflete-se em uma mudança nos enfoques principais da correspondência que passa a enfatizar a questão do tráfico de escravos, a pressão inglesa para a abolição (com uma clara inclinação para a condenação do comércio de almas) e ao tratamento da questão do Brasil, as formas de proceder em relação aos negócios e inclinações dos Brasileiros em Angola. Pode-se notar também a influência das cortes nas medidas legislativas sobre as colônias, que passariam agora a ser províncias da monarquia constitucional.

A partir de 1825-1826, com o reconhecimento da independência do Brasil a preocupação dos ofícios passa a ser a reestruturação das ligações diretas entre Angola e a metrópole tanto no que diz respeito ao estabelecimento de embarcações que promovessem as comunicações e o comércio, navios de guerra etc., como buscando incentivar a produção colonial, seu aumento e as formas de se engajarem os comerciantes locais em sua produção. A todo o momento são feitas menções ao fim iminente do tráfico de escravos e à necessidade de se engajar os produtores e comerciantes locais em novos fluxos mercantis.

Com a morte de D. João VI essas preocupações se intensificaram. Prometem-se mercês e hábitos da ordem de cristo para os promotores de novas indústrias agrícolas na colônia. A partir de então vai ser dada mais atenção à proteção do território colonial e as conexões com o sertão além de aumentarem-se as menções às potencialidades econômicas de Angola, numa clara alusão aos projetos de formação de um novo Brasil na África.

Sobre o sistema de governo e as formas de controle sobre o território colonial, ressalta-se ofício de 1824, em que o governo de Lisboa explicava a situação política do reino ao Governador Geral e recomendava que:

A segurança da tranquilidade publica, o que pede a Dignidade da Coroa deste modo tão ultrajada, determinão nas o que se adverte a todas as authoridadesm que em virtude da fidelidade que devem a seu Soberano, de modo algum prestem a obedecer a Ordens que não sejam Emanadas de El Rey Nosso Senhor, Segundo os termos que o Mesmo Augusto Senhor para essa tem estabelecido, e de modo algum ao que for intimado em seu nome por outras ilegítimas authoridades ainda que apareção expedidas em Nome de Alguma Pessoa da Real Familia, pois estas deduzindo o respeito que lhe he devido da Pessoa do Soberano a qui pertencem, de modo algum devem contrariar as suas Reaes Disposições, e interferirem amanha regular do Seu Governo, pois se assim o fizerem em todo o cazo se inscreverão na ordem dos inimigos do Estado o que sobre modo convem se explique aos Povos como for conveniente³⁹¹.

Além disso, nesse mesmo ano enviavam-se notícias sobre a sublevação do Brasil, em que se procurava ressaltar a importância da ligação direta das colônias com a coroa, afirmando que seria “das relações mercantis que para aqui estabelecerem, que vai decididamente depender a sua [de Angola] futura prosperidade”³⁹². No mesmo ofício tentava-se persuadir a lealdade da colônia Angolana a partir das notícias do envio de esquadras e da guerra que se pretendia fazer ao Brasil insurrecto. Recomendava-se aos governadores prudência e olhos alertas para identificar os ânimos do povo em relação ao tema, tomando providências contra os facciosos:

Ainda que hajão muitos motivos para se julgar infructuosa qualquer tentatica de semelhante natureza, com tudo deve merecer toda a procidencia, pois Segundo o que VS expoe, nella se interessavão as pessoas perdidas em credito, e fortuna de Benguella, e he acção da Poloccia, que convem obstar aos seus

³⁹¹ AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod. 542, n. 22.

³⁹² AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod. 542, n. 24.

tramas, fazendo, pela commodidade, e bem que desfrute a mana do Povo, que não haja a menor ideia de que os facciosos possam contar com a cooperação em suas tentativas. Nas Cartas Regias accusadas nas Instruções de VS e que formão a declaração dos extensivos poderes de que VS se acha revestido, tem quantos são proprias para occorrer, quando se dê um tão funesto accidente, mas he sua pratica do que VS ali começou ja a executar, que prehenchendo-se plenamente a segunda condição se remove toda a ideia de desgosto publico³⁹³.

O reconhecimento da independência do Brasil trouxe uma nova ordem de prioridades ao governo colonial: a manutenção da coesão entre as partes da província de Angola, a elaboração de uma nova estratégia colonial, que promovesse a integração entre o ultramar e a metrópole e a reconfiguração econômica do território africano após o fim do tráfico de escravos. Nesse sentido, o ofício enviado ao novo governador de Benguela, Joaquim Aurélio de Oliveira, dava conta das prioridades do governo metropolitano e prioridades da empresa colonial.

As ditas Instruções tem por objecto principal: 1 A segurança do Paiz, 2 O desenvolvimento de sua prosperidade, 3 A observação dos territórios ao Sul dessa Capital ate Cabo Negro, e exploração de todos os seus Certões.

Ao primeiro ponto cuida-se em acudir d'aqui, mandando-se reforçar a Guarnição de Benguella, com o numero de Degradados Militares que for possível dispensar para ahi, e ao que deve corresponder assim o cuidado nas fortificações, boa ordem dos aquarteamentos, e a melhor providencia na sua mantensa, vigiando-se que os gêneros dados sejam de boa qualidade, havendo o devido numero no que pertence ao rancho.

Pelo que pertence a segundo ponto: e experiência que VM tem do Paiz, e por consequência do que he sucetivel, e o seu zelo muito permitem: Tendo-se para

³⁹³ AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod. 542, n. 33.

ahi mandado hum Guindaste, nesta occazião se expede ordem paraa construção de hum Caes, tratando-se de prover esse Governo assim de Botica, como de Facultativos: providencias necessárias, mas sem o auxilio do que não passa do que he mera policia são pouco afficazes: Evitar-se o estanque das agoas: cuidar-se na limpeza da Cidade: que se não venhão comesticeis corruptos são de semelhante attribuição, e que especialmente se lhe recommendão.

Por outro lado animar o commercio do Certão: tentar o descobrimento dos Mineraes, principalmente do cobre, de que fala o Regimento de 1666, e que, ainda, peloas anos de 1766 era conhecido do modo, como proca a quantidade do que veio remetido a este Reino: indagando-se mesmo se encontrão Minas de outros Metaes, pedras preciosas em seus riacho etc, he objecto de muita atenção e que por isso se lhe recommendão³⁹⁴.

Para que esses novos planos de colonização tivessem bom efeito, convinha que os Governadores Gerais incentivassem o desenvolvimento da agricultura, meio pelo qual se substituiria o tráfico como meio de geração de riqueza e as potencialidades da colônia seriam plenamente atingidos. Assim:

He indubitável que a gradual diminuição do trafico da Escravatura e a sua final abolição se a houver, arruinará de todo o Commercio marítimo da Costa d'África, como já vai sucedendo, e que converter essas Provincias em Paizes agrícolas, he obra mui longa, mui difícil e mui dispendiosa, mas não impossível, VS sabe muito bem que o Reino de Angola tem mineraes importantes, como ferro, salitre, enxofre, e que o algodão, o anil e o Café crescem maravilhosamente nesses climas, não há por tanto motivo para desanimar de todo³⁹⁵.

Entre esses produtos coloniais, a cana de açúcar mereceu destaque nas instruções aos governadores como meio de se animar a

³⁹⁴ AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod. 542, n. 2.

³⁹⁵ AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod. 542, n. 54.

prosperidade econômica da província e de se constituir uma economia agrícola. O meio escolhido para animar sua cultura seria mais uma vez o incentivo ao investimento de capitalistas particulares.

A Cana d'assucar, sendo produto indígena das Terras Africanas do Equador que, no seu aproveitamento em assucar, constitue no mais rico dos gêneros coloniaes, assim como promove no Paiz onde se estabelece hum veemente estímulo ao desenvolvimento da sua Povoação, pela riqueza que funda, e põem m acção: E sendo constante a propriedade que as Terras desse Reino particularmente tem para a cultura da mesma Cana d'assucar, de sorte que desde o antigo Regimento do seu Governo de mil seiscentos e sessenta e seis, e depois pelo outro de mil seiscentos e setenta e seis, he hum dos objetos de qye se faz particular recomendação: E convindo por todos os modos animar a cultura, e indústria desse Paiz, pois he o único recurso com que se pode fazer face a falta do Commercio da Escravatura, quando cenha a terminar, dericando-se dahi conhecido auxilio à publica prosperidade: E por quanto, ainda que em vossas Instruções este objeto vos seja determinado com especialidade, bem como os tinha sido ao Governador Manoel Vieira de Albuquerque Tovar, convenha favorece-lo mais decisivamente, persuadindo-se algum dos ricos Capitalistas, ahi residentes, que ao lucro certo da empresa de levantar um Engenho regular de assucar, corresponde o da aceitação que fica merecendo ao Throno semelhante serviço, considerado como hum imediatamente feito ao Estado: Por todas estas razões: Hey por bem em nome de El Rey Autorizar vos para que signifiquéis á Pessoa que se queira prestar a huma tão grande útil, como vantajosa, e lucrativa empresa, que tendo-a regularmente conhecido, levantando o competente Engenho de assycar cin as syas resoectivas oficinas, se lhe concede huma Comenda honoratia da Ordem de Christo, e que, ficanfo debaixo de toda a consideraçãoelle, e os mais Individuos que isso se empregarem serão protegidos e favoreciso pelo Governo³⁹⁶.

³⁹⁶ AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod. 542, n. 97.

Além do incentivo ao recurso dos capitais de particulares, destaca-se o meio pelo qual esses capitais deveriam ser incentivados. Assim como no período anterior, a coroa continuava a recorrer a expedientes honoríficos de reconhecimento de serviços prestados aos estado como meio de incentivar a formação de uma elite agrícola no território colonial. O mesmo expediente foi adotado em relação ao estabelecimento de uma fábrica de anil, a que o governo deveria empregar todos os modos disponíveis para persuadir alguma das famílias mais abastadas da colônia para que realizasse o empreendimento, sendo prometidas recompensas “honrosas”, correspondentes aos resultados dos esforços empregados³⁹⁷. A ideia geral era que

Sendo de grande vantagem, e mesmo da maior urgência dar ao Commercio do Sertão d’Africa todo o impulso, de que he capaz, não so para suprir o desfalque que nas rendas das Alfandegas deve produzir a extinção do Commercio de Escravos, mas para promover a prosperidade dessa Capitania, o qual sendo convenientemente dirigido necessariamente produzirá os mais felizes resultados para os súditos de S Magestade nessas regiões, e para o geral da Monarchia, Espera S. A a Senhora Infante do zello de VS que, além das providencias ordenadas na circular de 7 de abril do ultimo, persuadindo todas as pessoas abastadas dessa Capitania, procura estender quanto seja possível as relações commerciaes com todos os Povos do Sertão com a Capital dessa Capitania e com os mais fominios da Coroa Portugueza principalmente com esta Capital, onde acharão grande consumo o anil, o café, o algodão, o assucar (cuja cultura e fabrico em quantidade atendível merecerá a benigna contemplação de SA) se chegassem ao Porto de Lisboa por preço conveniente o cobre, o ferro, o salitrem o enxofre, e quaisquer drogas, gomas, e óleos usados no Commercio Europeo são produtos que SA muito deseja que venhão para

³⁹⁷ AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod. 542, n. s/n.

aqui remetidos por troca pelos gêneros da Europa, que ao Povos d'África mais precisão³⁹⁸.

Os exemplos acima nos fornecem linhas claras sobre a maneira pela qual o centro político de Portugal desejava integrar as partes da monarquia. A colônia de angola deveria fornecer sal, enxofre, minerais, anil, açúcar, café, algodão e outras mercadorias para abastecer os mercados centrais da Europa com as matérias primas necessárias aos seu desenvolvimento industrial. Ao mesmo tempo, as colônias deveriam abastecer-se de suas necessidades nos portos metropolitanos, constituindo-se uma ligação direta entre Lisboa e a África, que não acontecia enquanto a corte estava sediada no Brasil. Nem essa virada nos interesses metropolitanos e nem o estabelecimento do liberalismo político em Portugal significou, no entanto, uma mudança na estrutura do sistema de colonização e comércio ultramarino: as medidas elencadas são muito próximas do novo padrão de colonização, já empreendido no Brasil desde meados do século XVIII e de práticas de incentivo à empresa de particulares comuns desde os séculos XVI e XVII, como o sistema de serviços e mercês. A grande novidade desse período era a substituição das estruturas existentes do tráfico de escravos por estruturas de produção, que mudariam o elo entre a África e a Europa.

Como medidas econômicas de incentivo dessa política mais geral, destaca-se o estabelecimento de um novo método para ligar as províncias. A partir de 1824 a coroa estabeleceria uma rota de comércio a ser feita por uma embarcação designada exclusivamente para este fim.

El Rey N S tendo havido por bem tomar na Sua Real Consideração o beneficio que a seus Fieis Vassallos se seguir do Commercio directo com o Reino de Angola e mais Portos da Costa d'África, que em razão dos tempos, e outras circunstancias se havia desviado e

³⁹⁸ AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod. 542, n. 27.

quase extinto, quando não ha ainda muito tempo que era hum dos florentissimos ramos das especiações destes reinos no que mutuamente havia consideraceis lucros. E por que semelhante abandon carecia de ser particularmente soccorrido, sem o que não se animarião os homens de negocio, e restaurar hum tão lucrative trato, que no estado em que se acha encontra só demoras e esperas, com o que ells mal podem, não sendo paticavel por isso contentarem immediatamente embarcações para seu comercio, vistas as perdas, que he constante terem experimentado: Foi o MEsmo Senhor servido accorer a todo o referido Mandando que huma Charrua da Sua Real Coroa, armado como em Nao de viagem fosse expedida deste Porto com escala pelas Ilhas de Cabo Verde, a Benguela, Loanda, e S. Thomé e Príncipe, recebendo a seu bordo toda a carga, que por conta de particulares se offerecesse, trazendo dalli também a que em retorno houvesse para estes Reynos³⁹⁹.

Assim, percebem-se mudanças e continuidades em relação ao período anterior. Por um lado, o centro da monarquia se deslocou do Brasil para Portugal, o que fez com que a preocupação de complementariedade econômica com o Brasil fosse deixada de lado. Ao mesmo tempo, o fim dos bloqueios comerciais europeus fez com que as políticas de incentivo à produção de mercadorias escassas, que deveriam abastecer a corte e o Rio de Janeiro, fossem deixadas de lado. A nova conjuntura de fim iminente do tráfico de escravos, também deslocava o horizonte de preocupações da metrópole. Era necessário criar laços que mantivessem o território africano conectado com a metrópole. A independência do Brasil complicava ainda mais essa conjuntura, fazendo com que a lealdade das colônias fosse colocada em causa.

Mesmo com toda essa mudança de panorama, algumas estruturas mantêm-se inalteradas, num patamar de continuidade. Ao analisar as soluções propostas pelas coroa para as questões políticas e econômicas pelas quais passava o território angolano nota-se

³⁹⁹ AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod. 542, n.55.

claramente que não há uma inovação no campo das práticas de governo. Com indisponibilidade de grandes capitais para investir em seu projeto colonial, as iniciativas particulares são incentivadas, oferecendo-se mercês honoríficas para aqueles que desenvolvessem a nova colônia.

Com a ascensão de D. Miguel ao trono, mais uma vez teme-se a instabilidade nas colônias. Os ofícios dos anos de 1828 até 1833 dão conta dessa realidade. Os governadores coloniais são mudados, assegurando-se a entrada de homens de confiança no novo governo aos cargos públicos. Diversos ofícios após o golpe e ao longo do governo miguelista e da guerra civil preocupam-se com a afirmação da legalidade e estabilidade do governo instituído. A tônica para o projeto colonial, no entanto, mantém-se: a prioridade do governo continua sendo a passagem de uma economia baseada no tráfico de escravos para a formação de uma colonização agrícola.

As instruções que recebeu o novo governador de Angola, Barão de Santa Comba Dão, constituem-se em síntese das medidas implementadas anteriormente pelo governo de Angola e, ao mesmo tempo, declaração de intenções do governo miguelista sobre a colônia⁴⁰⁰.

A separação do Brasil persuadia a necessidade de restaurar as perdidas relações directas de Angola com Portugal, de que os seus interesses passarão a ser imediatos, e exclusivos da Metropole, e que cessada a contemplação que fazia saber em vantagem do Brasil o desenvolvimento da propriedade de Angola na indústria dos gêneros coloniais, isto se animasse, como a razão do estado persuadia: Ao que ficou acometido: 1: As charruas que periodicamente para ahi se expedem como Naus de viagem, 2: o estabelecimento da Caza do Commercio de João Paulo Cordeiro em Loanda, 3: a Ley de 6 de dezembro de 1824 sobre a admissão dos gêneros de Angola, 4: Finalmente a providencia da sabia Ley de El Rey Nosso Senhor de 14 de Dezembro

⁴⁰⁰ AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod. 543, n. 1. Ver anexo 7.

ultimo, reduzindo os Direitos dos gêneros Coloniaes de produção nos Dominios de Portugal a 10 por cento na admissão nas Alfandegas destes Reinos.

Reconhecia-se a mudança da conjuntura sofrida na questão colonial com a separação do Brasil e que as medidas empreendidas pelos governos anteriores haviam tentado criar uma relação direta entre a metrópole e a colônia, política que convinha continuar. O maior obstáculo a essas políticas, no entanto, era a falta de gêneros de retorno que pagassem as importações de Angola no Reino e a conexão que ainda existia entre a África e o Brasil, através das lógicas no tráfico de escravos.

O obstáculo porem a estas necessárias relações tem sido a falta dos retornos que pagassem os gêneros importados em Angola, que obrigava a ultimar as especulações feitas sobre as praças de Loanda, e Benguella nas do Brazil pela importação que ahi tinha a escravatura, o principal artigo das exportações de Angola. O termo que hoje tem o tráfico da mesma escravatura, produz a necessidade de recorrer o Paiz de Angola aos seus próprios recursos para se prover do que necessita, e poder sustentar as suas relações commerciaes, e que abunda que seja muito poderoso convem se auxilie por todos os meios compatíveis, pois o estado do atrazo e egnorancia civis e industrial em que se achão os Povos de Angola torna indispensável a iniciativa do Governo em tudo o que he conveniente á publica prosperidade.

A preocupação do governo geral, então, incidiam sobretudo na criação de novas receitas para a colônia que permitissem ao mesmo tempo a mudança dessas relações econômicas estabelecidas pelo tráfico escravistas e que permitissem à colônia produzir receitas que substituíssem aquelas geradas pelo tráfico. Ressaltava-se ainda o estado de atraso civilizacional em que se considerava estarem as populações africanas.

Além da lógica de continuidade em relação ao período anterior, destaca-se uma maior preocupação com os presídios do interior do território e com a militarização do território português. Nesse sentido, incentiva-se o estabelecimento de relações diretas com os régulos do interior; a promoção do cultivo nas regiões afastadas da costa; o estabelecimento de esquadrão para guarnecer a cidade, etc. Tais medidas podem tanto significar uma maior militarização da empresa colonial, quanto as preocupações do governo com a contestação de sua legitimidade em Angola.

Por fim, destaca-se o interesse do governo em se precisar as produções e estado do comércio do Reino. Em 1832 o governo envia um ofício ao Governador de Angola em que se indagavam sobre as condições do comércio, visando proceder às reformas alfandegárias:

1- Quaes são os gêneros efeitos, ou manufaturas importadas por Navios Brasileiros, Inglezes, Americanos dos Estados Unidos, Francezes, ou quaisquer outros, distincta e separadamente e que direitos pagão, a razão de quantos por cento de entrada, e de sahida por extractos dos egistros das Alfandegas de quatro ou cinco anos, e mui especialmente desde o primeiros de julho do anno passado 2- Quaes os diros importados por Navios Portuguezes, que dos Portos de Portugal, diretamente, ou por escala ahi tem aportado, e que direitos pagão, a razão de quantos por cento, e quanto tem pago nos anos expecificafos por entrada e sahida 3- Quaes gêneros, e efeitos de produção ou manufaturas do Paiz, dos Portos dessa Capitania exportão os Navios Portuguezes diretamente para Portugal, e os Navios Extrangeiros, para o Brazil, Estados Unidos, e Europa, e a somma geral da importância de cada hum dos ditos gêneros, em cada hum dos ditos anos além dos Escravos 4- Qual tem sido a somma da receita anual e da despeza da Real Fazenda, em cada hum dos ditos anos 5- Desde que tempo tem sido admitidos nos Portos dessa Capitania os Navios Inglezes e se

igualmente o são e se do Cabo da Boa Esperança para fora ou dos Portos de dentro deste Cabo⁴⁰¹.

O ofício é de grande interesse para o estudo do período, pois além de evidenciar as preocupações estratégicas de Portugal quanto aos circuitos comerciais e a participação de embarcações portuguesas e estrangeiras no comércio colonial, nos permite tecer conjecturas sobre o nível de desconhecimento das autoridades metropolitanas sobre o funcionamento do comércio e das alfândegas coloniais. Ora, o fato de tal questionário se compunha de dados básicos - como qual era a receita e a despesa da capitania e como e há quanto tempo se admitiam embarcações estrangeiras no porto - nos leva a questionar o conhecimento efetivo que a metrópole tinha sobre a circulação de navios, mercadorias e pessoas no interior de seus domínios ultramarinos.

Com o fim da guerra civil e a vitória dos liberais, a partir de 1833, os domínios ultramarinos sofreram novas mudanças administrativas. Novamente os governantes são trocados, enviando-se instruções sobre a forma de governo constitucional e exigindo-se uma série de juramentos de lealdade à constituição e pedidos de novas nomeações. Nesse momento, auge do plano de novo Brasil na metrópole, o combate ao tráfico de escravos e as tentativas de substituição das redes comerciais deste pela implantação de um projeto de colonização agrícola ganham força, o que causa embates entre o Governo Geral e Colonos.

Essa instabilidade gera uma série de revoltas e de incertezas na posição dos governadores, que se queixavam tanto das dificuldades do combate das atividades ilícitas como da convivência de empregados públicos e da administração em relação à continuidade do tráfico. Outro enfoque recorrente da documentação é o estado de decadência dos prédios públicos, cidades e fortalezas portuguesas no território,

⁴⁰¹ AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod. 543, n . 8.

sendo a fraqueza do domínio metropolitano uma das causas das revoltas e sublevações enfrentadas no período.

Quanto às medidas econômicas, ressalta-se a continuidade em relação ao período anterior, com tentativas de criação de companhias mercantis, companhias de comércio, concederem-se isenções e pautas favoráveis aos empreendedores e mercês para aqueles que realizassem empresas agrícolas e produtivas em território ultramarino.

Em ofício de 1836, o Governador Geral dava notícias sobre o estabelecimento de uma associação mercantil e formação de uma companhia de agricultura e indústria em Angola. Mais interessante que os estatutos de fundação e as condições da criação dessa associação são os argumentos do Governador para justificar a formação de tal estabelecimento.

julguei com tudo ser da maior utilidade não só para esta Província, como tão bem para Portugal estabelecer aqui huma associação mercantil, que tratasse de tirar proveito dos immensos recursos que offerece esta vasta, e rica possessão da Coroa de Sua Majestade, de que infelizmente tão pouco se tem cuidado, que tantos recursos offerece para o augmento das riquezas Nacionais, e que brevemente seria abandonada pelos poucos, Negociantes que prezentemente aqui rezidem, se não se procurasse quanto antes lançar mão de todos os meios, que estiverem ao alcance das authoridades para animar o Comercio, e desenvolver a industria n'hum paiz, que apresenta hum campo tão vasto para todo o genero de especulações mercantis, mas que infelizmente por desleixo, e incuria se tem até agora abandonado o sy mesmo permittindo-se a pessoas aos seus habitantes a exportação dos escravatura [rasgado] Brazil, comercio este, que tanto tem concorrido para o estado de embrutecimento, superstição em que hoje existem as classes baixas

d'esta provincia, e para o atrazo da industria, e quazi total ignorancia da agricultura nestes Dominios⁴⁰².

O discurso das potencialidades das terras ultramarinas, que poderiam ser o elemento de riqueza nacional se bem aproveitadas tem grande expressividade na argumentação que enfoca, além disso, que a permissão e mesmo a vista grossa das autoridades para a continuidade do tráfico era o motivo para o estado de penúria enfrentado naquele momento. O tráfico também era visto como elemento de atraso e brutalização da população, que, acostumada aos super lucros deste ramo de comércio, acabavam por não se dedicar a outras atividades produtivas.

A pouca civilização dos proprietários, e a ignorancia dos Negociantes sobre as vantagens que podem produzir quaesquer outras expeculaçoens, que não sejam comprar, e vender escravos são cauza de que elles inteiramente ignorem as riquezas que o Commercio, e a agricultura lhes podem procurar. Os Negociantes entregues desde o principio da sua carrera a quele genero de Commercio, que lhes dava na occasião da venda sempre hum rezultado de cincoenta por cento de lucro nas suas especulaçoens, não podem por isso facilmente capacitar-se, que o lucro de seis por cento seja tão vantajoso, que mereça a pena lançar mão de quaesquer expeculaçoens de que se possa tirar hum tão lemitado producto⁴⁰³.

Cabia, então, ao Governo, a tarefa de educar as populações ao trabalho e estimular os proprietários locais para um direcionamento econômico que aproveitasse as potencialidades agrícolas e industriais da colônia. Fazia parte da missão do Governo guiar os proprietários e comerciantes locais para essa transição, única forma de aproveitar as potencialidades africanas e de manter as províncias ultramarinas.

⁴⁰² AHU- DGU- 1I – Caixa 586 -Correspondencia dos Governadores- Angola- 1836-1837 - n. 539

⁴⁰³ AHU- DGU- 1I – Caixa 586 -Correspondencia dos Governadores- Angola- 1836-1837 - n. 539

Esse binômio de potencialidades inexploradas e necessidade de investimentos é o que dá a tônica da atuação do Governo Geral durante todo o período.

A partir de 1836, as principais preocupações dos Governadores Gerais são as sublevações da população contra a autoridade central, a extinção do tráfico de escravos, a necessidade de criação de novos rendimentos para a província e os estabelecimentos no interior do continente.

As sublevações e revoltas da população local assumiram muitas formas ao longo do período indo de resistência local contra as determinações para o fim do tráfico a tentativas de golpes e ameaças à figura do Governador Geral. Em 1836, no contexto da derrota de D. Miguel e ascensão da Monarquia constitucional, registra-se uma revolta visando ou um alinhamento miguelista ou a anexação ao Brasil. Sua motivação principal seria, no entanto, o estado de abandono e as necessidades legislativas que sofria a província. Nas palavras do próprio Governador:

Nestas circunstancias a gente de côr (que he quazi toda a povoação e Tropa), não está em huma anarchia declarada, porem muito certos de que podem impunemente fazer o que quizerem, com particularidade no sentido Politico no qual são influentes alguns homen brancos indígenas do paiz, e outros aqui residentes há muito anos todos empregados, e partidistas de D. Miguel, cujos interesses não estão em harmonia com o restabelecimento da Authoridade de S. M. a Rainha, e da Carta Constitucional. Por esta cauza empregão os meios de obterem perturbações que lhe possão ser favoráveis, já fazendo ver aos pretos que podem armar a bandeira de D Miguel, e já que podem tornar-se endependentes de Portugal, e finalmente que se animão ao Brazil por que está mais perto para obterem decizões do Ministério⁴⁰⁴.

⁴⁰⁴ AHU- DGU- 1I – Caixa 586 -Correspondencia dos Governadores- Angola- 1836, n 15.

Assim, fazendo um balanço da administração e do poder efetivo dos Governadores Gerais no contexto Angolano, concluía que “Pode dizer-se que a Administração existe aqui de direito, porem não de facto”⁴⁰⁵. Essa situação continuava a preocupar o Governo em 1838, quando mandava um ofício confidencial pedindo o envio de força militar para a província, que só aparentemente poderia se considerar em ordem e sossego, e cujo espírito de rebelião estaria se propagando ao sertão.⁴⁰⁶

Outras tentativas de revolta foram registradas ainda em 1839, com o roubo de documentação oficial⁴⁰⁷, recusa no abastecimento da capital⁴⁰⁸ e movimentos contra a supressão do tráfico⁴⁰⁹. A situação chegou ao seu ápice em 1839, com reiterados pedidos de exoneração do Governador Antonio Manuel Noronha, que temia por sua vida caso permanecesse na colônia⁴¹⁰.

Sobre a extinção definitiva do tráfico de escravos destacam-se a atuação dos cruzadores ingleses, os processos de apreensão de embarcações e os processos gerados por elas, a formação da estação naval lusitana para patrulhar as costas da África e os custos que as mesmas acarretavam aos cofres públicos. O tráfico de escravos era por muitas vezes invocado como causa do não desenvolvimento de outras atividades produtivas e de subterfúgio para as visitas de embarcações estrangeiras nos portos coloniais.

Quanto às medidas econômicas, embora as fórmulas do período anterior não tenham sofrido alterações significativas – criação de

⁴⁰⁵ *Idem.*

⁴⁰⁶ AHU- DGU- 1L- Correspondências dos Governadores- Angola- 1838- confidencial n. 1.

⁴⁰⁷ AHU- DGU- 1L- Correspondências dos Governadores- Angola- 1838 – n. 129

⁴⁰⁸ AHU- DGU- 1L- Correspondências dos Governadores- Angola- 1838- n. 169.

⁴⁰⁹ AHU- DGU- 1L- Correspondências dos Governadores- Angola- 1838 – n. 91; AHU- DGU- 1L- Correspondências dos Governadores- Angola- 1838- n 103.

⁴¹⁰ AHU- DGU- 1L- Correspondências dos Governadores- Angola- Caixa 585- 1839- n 175; AHU- DGU- 1L- Correspondências dos Governadores- Angola- Caixa 585- n. 96.

companhias⁴¹¹, concessão de privilégios a troca de serviços por mercês - uma preocupação toma cada vez mais destaque na produção: a necessidade de se criarem novas receitas e de tornar o sistema de alfândegas mais eficiente⁴¹².

No que tange aos estabelecimentos no interior percebe-se uma intensificação de esforços no período para criar e manter novos presídios, para formar colônias agrícolas e para promover ligações no interior, aumentando o controle português sobre o comércio. Esse objetivo pode ser tanto identificado nas descrições das potencialidades locais quanto nas finalidades últimas para seu estabelecimento e localização. As tentativas de formação de uma colônia de brancos no Distrito de Duque de Bragança exemplificam bem essa questão. Quanto às potencialidades do local, o governador relatava que:

O Districto Duque de Bragança segundo todas as informações é o lugar mais sadio de todos os pontos do interior d'Africa, muito superior a Pongo-andongo, pessoas que de outros Prezídios ali tem chegado muito doentes em trez, quatro dias tem recobrado a saúde só com a mudança do ar e da ágoa: o terreno dizem ser muito fertil e muio abundante de matas em belas collinas, e planícies, regado por muitos ribeiros de agoa cristalina, em fim basta que seja verdade metade do que dizem todos que vieram da Conquista, para ser o lugar mais próprio para se formar uma outra collonia onde os brancos prosperem e possam sem risco da influencia do clima entregar-se aos trabalhos ruares. A todas estas vantagens acresce a da sua posição Geográfica, ele avança quatro a cinco dias de ciagem a Leste do Prezidio de Ambaca sobre as terras do

⁴¹¹ Associação Comercial e Agrícola - CAIXA 589- DGU-1L- CORRESPONDÊNCIA DE GOVERNADORES- ANGOLA-1839 - s/n - 30 de setembro; Companhia de Commercio, Agricultura, e Pescarias da Privincia de Benguela e suas Dependencias- CAIXA 590- DGU- 1L-CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES - ANGOLA- 1840- pasta 3- n 62.

⁴¹² CAIXA 589- DGU-1L- CORRESPONDÊNCIA DE GOVERNADORES- ANGOLA-1839 - s/n - 27 de outubro

Feollo[?], e por conseguinte deixa a direita as terras de Jaga Cassange que posto seja nosso amigo tem thê agora obstado ao nosso Commercio e comunicação directa com os Mubourcas Nação mui vezinha do rio de Tema, e por onde teremos a primeira comunicação directa com o Governador de Moçambique⁴¹³.

O excerto evidencia ao mesmo tempo a crença nas potencialidades do terreno no interior do continente como sua posição geoestratégica para a empresa colonial, pois permitiria a tão sonhada ligação de costa a costa, ou seja, nos territórios de Angola e Moçambique. É nesse contexto de interesse pelo sertão que surgem alguns conflitos entre portugueses e indígenas e que o Governo de Angola vai tomar partido em algumas questões entre os próprios povos africanos, como no caso da guerra de sucessão ao reino do congo, em 1842.

Nessa ocasião, são encaminhadas cartas e representantes ao governo português, que é chamado a intervir na questão sucessória do Congo, que em troca, concede ao governo português a liberdade de estabelecimento e comércio em algumas regiões do interior⁴¹⁴.

Por fim, vale ressaltar uma tentativa de sistematização dos esforços administrativos na colônia e a produção de dados sobre a província. Assim, a partir de 1841 estão presentes na documentação mapas de entradas e saídas de embarcações no porto de Luanda e registros do comércio empreendido ao longo dos anos.

Muito emblemática desse momento é uma memória sobre o estado atual da África Oriental, assinada por um mercador da metrópole, que alega nunca ter estado em território colonial mas ter amplo interesse em seu desenvolvimento. Nessa breve memória, o mesmo enumera uma série de medidas que seriam necessárias para

⁴¹³ CAIXA 588 – DGU- 1L- CORRESPONDENCIA DOS GOVERNADORES- ANGOLA- 1839- n. 102

⁴¹⁴ AHU- DGU- 1L- CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES- ANGOLA – 1842- CAIXAS 595 E 596- PASTA 5ª- N. 4.

sistematizar a administração da província de modo a alcançar o seu desenvolvimento econômico. Para ele,

As posseções, que mais podem interessar a Portugal, são sem duvida as da Costa d’Africa Occidental.

Antes da lei de 17 de Janeiro de 1837, regulando-se o Commercio n’aquelles dominios por leis feitas quando o Brasil era parte da Monarchia, de pouco proveita se tornava este a Portugal. Toda a Navegação e Commercio era do Brasil e para o Brasil.

Não obstante achar-se Angola decadente, como era inevitavel com a extincção da Escravatura, e aquelle Decreto não ter ainda sido cimprido á risca, tem trazido grandes vantagens para a Metrole, fazendo-se já o Commercio em grande parte directamente com Portugal, como se póde ver do augmento da navegação, que sendo antes feita apenas por hum ou dois Navios que Portugal alli mandava, neste ultimo anno de / 1840/ de Lisboa e Porto forão só mercantes 15! Conduzindo 1000 pipas de vinho alem de Generos no valor de 300 Contos de rs⁴¹⁵.

Assim, as potencialidades de Angola eram as maiores do Império sendo que, uma vez estabelecido o comércio direto com a metrópole e criando-se mútuos interesses ele seria ainda mais vantajoso. Para isso, destacava-se o aumento do comércio dos vinhos, a reforma das alfândegas e da tributação, o retorno à agricultura e a proteção das atividades comerciais para os navios e mercadores nacionais.

A partir de 1842 notam-se tentativas de reconhecimento do território do interior da província, a fim de enumerar suas potencialidades e empreender os melhores esforços para coloniza-las. Embora haja uma série de ofícios relatando as potencialidades do interior, em confidencial, o Governador faz um levantamento do

⁴¹⁵ *Memorias sobre o estado actual d’Africa Occidental, seu Commercio com Portugal e medidas, que conviria adoptar em 1841.* AHU- DGU- 1L- CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES- ANGOLA- 1841. Ver anexo 10.

estado de penúria e necessidade em que se encontram e da fragilidade do domínio português no interior⁴¹⁶.

Enfim, a partir de 1845 o esforço de fornecer informações mais detalhadas sobre a situação da colônia e os meios para que os comerciantes se animassem ao tráfico com Angola, o governo inicia a publicação dos Boletins Gerais da Província de Angola, material informativo que prestará serviço de guia político e comercial da colônia até o final do século.

Mesmo com todo o esforço de dinamização das relações entre a metrópole e a província e com a atuação em várias frentes orientadas para desenvolver a região, o governo ainda esbarrava na falta de conhecimento sob as especificidades de Angola e nas reais condições da colônia. Quando chegavam à província, uma das primeiras tarefas dos Governadores Gerais era relatar seu estado geral, suas primeiras impressões e ideias sobre a atuação de seus predecessores. Esses relatos muitas vezes demonstram o choque inicial dos agentes da administração que não encontravam um terreno compatível com suas expectativas e com as ideias de progresso nas medidas encetadas e relatadas por seus antecessores. O relatório de tomada de posse de Lourenço Gemack Possolo evidencia essa situação. Em seu texto, o Governador expressava o desconcerto diante da realidade encontrada:

Confesso ingenuamente a V Ex que ainda me conservo nas trevas, quanto as circuntancias peculiares a esta Provincia, porem o que já posso asseverar a V Ex é que tudo, sem excepção, tem suprehendido o meu juizo: as couzas, e

⁴¹⁶ CAIXA 595 E 596- DGU-1L- CORRESPONDENCIA DOS GOVERNADORES- ANGOLA - 1842- PASTA 5B- N 156; CAIXA 595 E 596- DGU-1L- CORRESPONDENCIA DOS GOVERNADORES- ANGOLA - 1842- PASTA 5AB- N 167; CAIXA 595 E 596- DGU-1L- CORRESPONDENCIA DOS GOVERNADORES- ANGOLA - 1842- PASTA 5- N. 159; CAIXA 595 E 596- DGU-1L- CORRESPONDENCIA DOS GOVERNADORES- ANGOLA - 1842- CONFIDENCIAL A.

os homens, visto aqui de perto sem passarem pelo prisma das paixões, são tão diferentes do que ahi se pensa saber, como o dia é diferente da noite: para ser mais explicito: a verdade vai d'aqui, porem os replendores, ou as nuvens de a fantasia envolve torna impossivel poder-se ahi distinguir, consequentemente os juizos que ahi se formam sempre são inexactos: com o tempo espero mostrar a V Ex que esta minha asserção não é inconsiderada⁴¹⁷.

A nosso ver, essa expressão resume as tentativas de colonização e de formação de um Novo Brasil em Angola na primeira metade do século XIX: uma empresa para a qual a metrópole não tinha um conhecimento detalhado, levada pelos debates e paixões dos políticos e estadistas e que ainda precisaria de muito trabalho para ser completamente assimilada. Assim, nessa inexatidão de juízos e propostas, o projeto colonial moldava-se e remoldava-se ao sabor de governos e interpretações políticas, sociais e econômicas do território africano.

⁴¹⁷ CAIXA 599- 1L-DGU- CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES- ANGOLA 1844- PASTA 7- DOCUMENTO N 21

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira metade do século XIX em Portugal pode ser definida uma época de liberalismo em formação, período de instabilidade política, social e econômica em que as estruturas do Antigo Regime português foram avaliadas e reformuladas. Uma transformação de tal âmbito não poderia acontecer sem avanços e retrocessos, sem choques e instabilidades, que devem ser levados em conta, não apenas como uma sociedade em transição, mas também como dinâmicas próprias daquela sociedade. Embora possamos dotar o século XIX de um sentido, de transformação rumo ao liberalismo e ao fim do regime monárquico, não podemos deixar de analisar a sincronia e entender os agentes à luz de seu próprio tempo.

Nesse contexto, as relações de Portugal com o Império alteraram-se em função das conjunturas internas e externas, resultando na transformação da estrutura colonial centralizada na relação com o Brasil e na função da metrópole como entreposto do comércio colonial com a Europa. A partir da independência do Brasil, os intelectuais e estadistas portugueses passaram a projetar um “novo Brasil”, formado nas colônias africanas, principalmente Angola, que seria o promotor da recuperação econômica e prosperidade futura da metrópole.

Sob a Monarquia constitucional, ao longo de toda a primeira metade do século XIX, as discussões sobre como administrar as províncias ultramarinas e o sistema de governo a ser empregado, foram o fator de maior relevo no parlamento sobre a questão colonial. As únicas discussões sobre o ultramar que tiveram mais expressão entre as pautas das Câmaras e das Assembleias Constituintes foram relativas à legislação e administração. Nesse sentido, destacou-se a variação no modo como os territórios do

ultramar foram entendidos e as prerrogativas que os cidadãos portugueses esperavam ter sobre eles.

Num primeiro momento, com as discussões e a legislação de 1836 e de 1838, existe um retorno da questão colonial a patamares de antigo regime. Nesse momento não existia entre os parlamentares uma oposição notável aos projetos de governo do ultramar pelo Executivo e nem da centralização do poder nas províncias na mão dos Governos Gerais. É notável na proposta desse momento a diferenciação pretendida entre cidadãos de Portugal europeu e os cidadãos das províncias ultramarinas, a condição de não civilização em que se encontrariam os nativos e as potencialidades da colonização dos territórios restantes do Império. No que tange à administração colonial os discursos mostram a vocação agrícola das colônias e a potencialidades dessa nova empresa no Ultramar.

Após a queda do setembrismo e da constituição de 1838 nota-se também uma virada no posicionamento dos deputados e pares do Reino. Se, em 1836, Sá da Bandeira era um dos propositores do regimento para o Ultramar, em 1843 assinou o documento da comissão ultramarina sendo contrário a atribuição de poderes ao legislativo, alegando de que a medida seria inconstitucional. O debate e a oposição ferrenha de alguns deputados á medida trouxe elementos novos ao debate. Não existia mais consenso sobre a utilidade e constitucionalidade de se delegarem poderes ao Executivo para legislar para o Ultramar e nem sobre a posição dos Governadores Gerais, como figuras que centralizariam o poder político.

A aplicabilidade do projeto colonial pôde ser apreendida a partir da perspectiva da administração colonial. Para isso, utilizamos a correspondência entre os Governadores Gerais das províncias africanas e os Ministros e Representantes do Governo português na metrópole. A chamada *correspondência dos governadores*, preservada pelo Arquivo Histórico Ultramarino registrava desde as

minúcias cotidianas do trabalho dos governadores, como a promoção de soldados da tropa, construção e reparo de edifícios públicos, entrada e saída de embarcações do porto como também os projetos e planos de colonização como um todo, os objetivos das empresas tentadas e o estado das províncias ultramarinas.

O estudo do caso da província de Angola, maior território remanescente do Império Português após a independência do Brasil e por ser o local onde o projeto de Novo Brasil teve mais força, analisou as práticas coloniais, as relações diretas com Portugal e a formação de um tipo de colonização agrícola.

No início do século XIX, o território da província de Angola era formado por uma multiplicidade de populações e culturas milenares, cujas movimentações pelo interior do continente criaram semelhanças gerais, a comunidade de práticas políticas, culturais e ideias. O tráfico de escravos atuava como elemento de conexão, articulando as redes de comércio e de produção do interior, desenvolvendo os caminhos, rotas e as relações entre diversos povos do interior do continente. Apesar de se constituir como elemento de dispersão populacional e migrações forçadas, fomentador de violência e disputas locais, no início do século XIX o tráfico era o elemento de articulação econômica entre o sertão e a costa, ou seja, entre os colonos e a metrópole.

Embora nas teorizações sobre a colonização e nos projetos de recuperação econômica as colônias aparecessem como um elemento central e a forma de governo constitucional fosse acionada como o modo pelo qual essas províncias seriam administradas, as estruturas de governo centradas no poder Executivo prevaleceram e a forma de administração permaneceu muito similar àquela adotada pelo Antigo Regime em relação ao Brasil. A monarquia constitucional e as ideias liberais em Portugal alteraram muito pouco a forma de organização dos territórios ultramarinos.

As tentativas de colonização e de formação de um Novo Brasil em Angola na primeira metade do século XIX resumiram-se a uma empresa para a qual a metrópole não tinha um conhecimento detalhado, levada pelos debates e paixões dos políticos e estadistas e que ainda precisaria de muito trabalho para ser completamente assimilada. Assim, nessa inexatidão de juízos e propostas, o projeto colonial moldava-se e remoldava-se ao sabor de governos e interpretações políticas, sociais e econômicas do território africano.

Ao longo da primeira metade do século XIX Portugal procurou formas de recuperação econômica, das quais a dominante foi o projeto de colonização efetiva dos domínios africanos, baseado no modelo do novo padrão de colonização, encetado no Brasil, e nas novas formas políticas e econômicas advindas do liberalismo. Ao longo do trabalho defendemos a hipótese de que as novas propostas e projetos foram ao mesmo tempo tentativas de mudança - motivadas pela nova conjuntura política e pelas perdas econômicas geradas pela independência brasileira - e de permanência de estruturas comerciais, imperiais e de uma elite política e econômica, engajada nas questões coloniais.

Tais transformações foram analisadas em três níveis: através das formulações discursivas sobre a conjuntura política e as transformações econômicas do Reino em relação ao Império; das ações políticas encetadas pelas câmaras dos deputados e dos pares em sua nova estrutura de organização da política nacional e através da tentativa de adoções de medidas modernas de economia política; e das práticas dos Governadores Gerais in loco, suas dificuldades e a efetividade e as transformações econômicas ocorridas nesse contexto. O Governo Geral de Angola foi escolhido para o caso de análise direta, por se tratar da maior economia colonial remanescente no Império Português, onde as tentativas de implementar uma colonização agrícola efetiva a partir dos planos de novo Brasil foram mais enfocados.

Ao longo do trabalho mostramos de que forma os projetos coloniais foram formulados, sua ligação com a conjuntura de desenvolvimento do liberalismo na Europa e em Portugal e as formas como esses projetos e projeções sobre a colonização africana tiveram ou não ligação com as práticas coloniais ao longo da primeira metade do século XIX. As teorias sobre o “novo Brasil” e as formulações sobre as potencialidades econômicas do Império Africano pouco surtiram efeito na realidade e nas práticas de colonização.

Somados, a crise do Antigo Regime, a formação de uma nova estrutura política, as lutas pela consolidação da monarquia constitucional, a falta de recursos para serem aplicados nos projetos coloniais e nas novas especulações intentadas pelo governo e a falta de unidade e continuidade nas políticas estabelecidas para as colônias foram fatores que levaram a não efetividade do projeto de Novo Brasil.

ANEXOS

ANEXO 1 – PROJETO DE LEI SOBRE A ADMINISTRAÇÃO COLONIAL (1836). Arquivo Histórico do Parlamento, *Câmara dos Pares do Reino*, 21/03/1836, pp. 524.

A Comissão do Ultramar, tendo dado a mais séria atenção ao estado atual dos Domínios Ultramarinos, julgou, que o melhor métodos para as medidas Legislativas, e providenciais de urgência, que ao Governo pertence dar , para a conservação dos referidos domínios, consista em se estabelecer ali imediatamente as Autoridades indispensáveis, que tenham o vigor necessário para por em devida execução, tudo o que lhe for comunicado e recomendado da Capital da Monarquia. Debaixo desses princípios, a Comissão se apressou a propor o Projeto de Lei para começo da Administração do Governo dos Domínios Ultramarinos.

Artigo 1º . Os Domínios Africanos formarão três Governos gerais, e em particular, a saber: o primeiro de Cabo Verde, o qual se comporá do Arquipélago deste nome, e dos pontos situados na Costa de Guiné, e suas dependências; o segundo de Angola, o qual se comporá do Reino deste nome, e de Benguela, e todos os pontos de África Ocidental Austral, a que tem direito a Coroa Portuguesa; o terceiro de Moçambique, o qual compreende todas as possessões Portuguesas da África Oriental. As Ilhas de S. Thomé, e Príncipe formarão um governo imediato ao Governo do Reino: do mesmo dependerá o Forte de S. João Baptista de Ajudá.

Art 2º . Os domínios Asiáticos formarão outro Governo Geral com a denominação de Ásia Portuguesa: Goa será a sede deste Governo.

Art 3º. Uma lei particular designará os distritos, e subdivisões territoriais, que convenha fazer-se dentro de cada um dos referidos

Governos Gerais, com aquelas modificações, que exigiram as circunstâncias particulares de cada um deles.

Art 4º. Em cada um dos mesmos Governos haverá um Governador Geral, a quem ficarão sujeitas as Autoridades ali estabelecidas, e de qualquer denominação que forem. A escolha recairá sempre em individuo, que tenha tido experiência de negócios, por prática adquirida em alguma das carreiras da Administração Publica. Os Governadores Gerais terão as mesmas honras, que eram concedidas aos antigos Capitães Gerais, e terão de ordenado quatro contos de reis, além da despesa de ida e volta.

Art 5º. O Governador Geral reúne simultaneamente as atribuições administrativas e militares, com absoluta exclusão de qualquer ingerência direta ou indireta nos negócios judiciais. As funções administrativas do Governador Geral, estão designadas no decreto de 18 de Julho de 1835, assim como suas relações com as juntas de distrito, exceto no que diz respeito ao Conselho de Distrito, o qual será substituído por um Conselho do Governo, como se determina no Artigo 7º. Da presente Lei. A autoridade militar do Governador Geral está nas Leis, que servem de norma aos Generais das Províncias do Reino.

Art 6º. O Governador Geral terá jurisdição para suspender qualquer Autoridade Pública, nos casos em que se julgue ser exigido pela Justiça, e bem do Serviço, o emprego deste grande Poder. Nesses casos remeterá a sede da Monarquia, a Autoridade que for suspensão, juntamente com os capítulos da culpa, para contra ela se intentar o competente processo, ficando o mesmo Governador Geral responsável por todo o abuso e excesso, que cometer no exercício desta jurisdição.

Art 7º. Junto a cada um dos Governadores Gerais haverá um Conselho de Governo, composto dos Chefes das Repartições Judicial, Militar, Fiscal, e Eclesiásticas, e de mais dois Conselheiros escolhidos

pelo Governador Geral, entre os quatro membros mais votados das Juntas Provinciais.

Art 8º. No impedimento do Governador Geral fará as suas vezes o Conselho de Governo, sendo presidido pelo Conselheiro mais antigo na ordem de nomeação de todos.

Art 9º. O Governador Geral não tomará arbítrio algum em negócio de importância, antes de ouvir o Conselho, cujo voto, ou deliberação, não será todavia obrigado a seguir, ou adoptar. Na publicação das ordens, far-se-á menção quando foram conformes com a opinião, e maioria do Conselho, com a fórmula = O Governador Geral em Conselho = determina o seguinte.

Art 10º. Sempre que se tratar de suspensão de qualquer Empregado Público, o Governador não a efetuará sem ouvir o Conselho.

Art 11º. Quando o negócio submetido a deliberação do Conselho, envolver a acusação contra algum dos seus membros, este não será presente quando se tratar da sua acusação.

Art 12º. Além do Secretário Geral, que deverá haver em cada um dos Governos, se lhe agregarão os Officiaes necessários para o expediente das respectivas Secretarias, e no competente Orçamento será incluída a soma indispensável para essa despesa. O Secretário geral vencerá por ano um conto de réis.

Art 13º. Leis particulares determinarão o estabelecimento da Força Militar, e Naval, necessária para a defesa, e conservação dos Estados Ultramarinos, bem como a organização das Autoridades Judiciais, Administrativas, Municipais, e Fiscais.

Art 14º. Em cada um desses Governos Gerais haverá o necessário Estado Maior, e Engenheiros, os quais deverão proceder sem demora a levantar Cartas Geográficas, e a recolher notícias Estatísticas; bem como deverá proceder a levantar Cartas Hydrográficas dos Portos, e Costas de cada Governo.

Art 15º. Debaixo da inspeção de cada Governo Geral se imprimirá um Boletim, no qual se publiquem as Ordens, Peças Officiais, Extratos dos Decretos Regulamentares enviados pelo respectivo Ministério dos Governos dos Ultramar; bem como Notícias Marítimas, Preços correntes, Informações Estatísticas, e tudo o que for interessante para conhecimento do Público.

Art 16º. No primeiro mês de cada ano, os Governadores formarão seus Relatórios de quanto determinaram no ano anterior, da execução que tiveram as Leis promulgadas, as ordens do Governo, e as suas próprias, que obstáculos se opuseram a elas, e enviarão ao Governo estes relatórios com a maior brevidade: farão igualmente as Propostas, que entenderem ser úteis ao Povos, enviarão as consultas, e cópias das Atas das Juntas Gerais. Além dessas contas anuais, os Governadores Gerais entenderão com o Governo a mais repetida comunicação que puderem.

Art 17º. Cada membro do Conselho de Governo enviará na mesma época as suas observações sobre o estado do País, melhoramentos que nele se possam fazer, e todas as observações, que lhes parecer convenientes levar ao conhecimento do Secretário de estado da Repartição do Ultramar.

Art 18º. Os Governadores Gerais porão em execução as Leis existentes, e aquelas providencias dirigidas aos Governos, de que estão encarregados, uma vez que estas determinações, e aquelas Leis, se não oponham a letra, e espírito da Carta Constitucional da Monarquia, e igualmente darão exato cumprimento a todas as ordens, que lhes forem comunicadas pela Repartição competente.

Art 19º. Em cada um dos Presídios, e Estabelecimentos Marítimos, ou no interior do Continente, haverá um Governador Subalterno, que exercerá a autoridade administrativa, e militar, servindo-lhe de regra a respeito desta, o que está determinados para os Governadores Subalternos das Praças do Reino.

Palácio das Cortes, em 1º de Março de 1836 = Conde de Linhares= Conde de Mello = Visconde do Banho= Sebastião Xavier Botelho= Visconde Sá da Bandeira= Duarte Borges Camara.

ANEXO 2 - DEBATE SOBRE AS COMPETÊNCIAS DO PODER EXECUTIVO EM MATÉRIA COLONIAL (1843). Arquivo Histórico do Parlamento. *Câmara dos Senhores Deputados*, Sessão de 17/03/1843, p. 267.

Projeto de Lei N 35

Artigo 1º. O governo é autorizado para, na ausência das Cortes, e em Conselho de Ministros, tendo ouvido o Conselho de Estado, decretar provisoriamente as providências que a urgência, ou o bem das Províncias Ultramarinas exigirem.

Art 2º. O Governo poderá delegar aos Governadores Gerais das mesmas Províncias, as faculdades que pelo artigo antecedente lhe são concedidas, a fim de que os mesmo Governadores Gerais, ouvido o respectivo Conselho, possam providenciar os casos ocorrentes, todas as vezes que a demora dos recursos á Metrópole comportar comprometimento da segurança do Estado, ou prejuízo irreparável em seus interesses essenciais, dano imediatamente parte ao Governo das medidas que assim tiver adotado.

Art 3º. O Governo fica responsável pelo uso da autorização que por esta lei lhe concede, devendo dar parte na primeira reunião das Cortes de tudo quando a este respeito tiver praticado e ocorrido.

Art 4º. Fica revogada toda a Legislação em contraria.

Sala da Comissão, 22 de Fevereiro de 1842. João da Costa Carvalho, D. J. Pinto de Lemos, Antonio Bernardo da Silva Cabral, L. F. Afonseca, Antonio Pedro de Carvalho, Joaquim Vieira de Magalhães, Candido José Moraes.

ANEXO 3 - PARECER DA COMISSÃO DO UTRAMAR SOBRE O PROJETO DE LEI N 35. Arquivo Histórico do Parlamento. *Câmara dos Pares*, Sessão de 05/04/1843, p. 219.

Parecer (n 63)

A Comissão do Ultramar considerou com a devida atenção o Projeto de Lei vindo da Camara dos senhores Deputados, pelo qual se confere ao Governo autorização, na ausência de Cortes, para em Conselho de Ministros decretar provisoriamente as providências que a urgência ou o bom serviço das Províncias Ultramarinas Exigirem

Muito seria para desejar que o Ministério se achasse habilitado para propor desde já as Câmaras um plano de organização das vastas Possessões Ultramarinas da Coroa Portuguesa, no qual, atendendo as diversas e peculiares circunstâncias de cada uma delas, se estabelecessem permanentemente as providencias necessárias para regular administração de Províncias tão distantes da Sede do Governo.

Para atingir este fim, seria, na opinião da Comissão, muito conducente ou mesmo indispensável a adoção de medidas preparatórias, que já várias vezes tem sido lembradas, como a da formação de um Conselho do Ultramar, que sirva para dar regularidade, unidade e seguimento ao sistema das relações entre a Metrópole e as Províncias Ultramarinas, e o da expedição de Comissários do Governo incumbidos de coligir as informações necessárias para o estabelecimento deste sistema, e autorizados para aplicar remédios prontos em casos de absoluta urgência e necessidade.

É indubitável porém que este plano geral, como a Comissão o concebe, não pode ser adotado precipitadamente, e sem maduro e escrupuloso exame, e que neste intervalo é forçoso conceder-se ao Governo uma autorização temporária para adotar, na ausência de Cortes, as medidas que forem de indispensável urgência com relação

às mencionadas Províncias. Esta mesma necessidade já tinha sido reconhecida quando se promulgaram os Decretos de 7 de Dezembro de 1836, e 17 de Janeiro de 1837, e foi reconhecida pelos Legisladores que votaram a Constituição de 1838.

Tais são as considerações que movem a maioria da Comissão a propôr a adoção do Projeto vindo da Outra câmara, pelo qual se concede ao Governo um voto de confiança, que as Cortes podem fazer cessar logo que lhes parece conveniente. – Sala da Comissão, 23 de Março de 1843 – Duque de Palmela – Conde de Vila Real – Conde de Linhares.

Parecer (n 63 A)

Os abaixo assinados, Membros da Comissão do Ultramar, tendo examinado com a devida atenção o Projeto de Lei vindo da Câmara dos Senhores Deputados, pelo qual se pretende conferir ao Governo a autorização para, na ausência das Cortes, decretar provisoriamente as providências que a urgência ou o bem das Províncias Ultramarinas exigirem, assim como a faculdade de transmitir essa autorização aos Governadores Gerais das sobreditas Províncias, não puderam conformar-se com o Parecer apresentado pela maioria da Comissão, pelos seguintes motivos, que tem a honra de submeter ao juízo desta Câmara.

Primeiro. Por que, se foram adotadas as medidas propostas no presente Projeto de Lei, as Províncias Ultramarinas seriam e novo submetidas ao regime absoluto, o que é oposto as determinações do Artigo 2 da Carta Constitucional, que igualou aquelas Províncias com as do Continente do Reino.

Segundo. Porque as disposições dos sobreditos artigos importando delegação permanente de uma porção do Poder legislativo ao Governo, com a faculdade de o subdelegar nos Governadores Gerais das Províncias Ultramarinas, são uma manifesta violação do Art 1 da Carta Constitucional, o qual segundo o que muito expressamente

determina o Artigo 114º., pode somente ser reformado pelo modo prescrito nos Artigos 140º., 141º., 142º. E 143º. Da Carta Constitucional, e por isso importaria a total subversão de todos os princípios do Governo Representativo.

Os abaixo assinados reconhecem (e nessa parte concordam com a maioria da Comissão) que para preparar o sistema de medidas legislativas de que carecem as Províncias Ultramarinas, tanto para a sua reorganização, como para regular as suas reclamações com a Metrópole, seria muito conveniente a formação de um Conselho Ultramarino, mas sobretudo a medida mais eficaz, e que deveria preceder a todas as outras, seria a da expedição de Comissários encarregados de examinarem o estado daquelas Províncias, à imitação do que os Governos Inglês e dos Países Baixos tem repetidas vezes feito, e do que tem resultado grande utilidade tanto para a Metrópole como para as Colônias.

Observaram ainda os abaixo assinados que, tendo esta Câmara, na sessão de 21 de março Ultimo, rejeitado, com fundamentos de ser oposta á Carta Constitucional, uma proposta apresentada por um Digno Par, que tinha por objetivo livrar as Câmaras legislativas da influência, nociva e contrária ao espírito e à letra da Carta Constitucional, exercida pelo Governo por meio dos seus numerosos Empregados amovíveis, os quais, conforme as declarações feitas por esse perante as Câmaras, e confirmadas pelos seus atos,, ou hão de expor-se a perder os seus empregos ou hão de votar segundo a vontade dos Ministros. E tendo ainda em sessão de 24 de Março rejeitado, também com o fundamento de ser oposta a Carta Constitucional, outra Proposta apresentada por outro Digno Par, que tinha por objeto prevenir para o futuro muitas das fraudes praticadas até aqui na eleição dos deputados, não poderia agora a Câmara, depois de tal proceder, sem a mais flagrante contradição, deixar de rejeitar também o Projeto de Lei, remetido da Câmara dos Senhores Deputados, o qual, infringindo a letra e o espírito da Carta

Constitucional, no caso de ser adotado, privaria esta Câmara e o outro corpo co-Legislator de uma grande parte do poder que legitimamente lhes pertence entregando-os ao poder Executivo.

Pela Carta Constitucional as Cortes Gerais não tem onipotência parlamentar, por tanto só podem legislar dentro dos limites traçados pela Constituição do Estado; nem podem delegar a sua autoridade legislativa, como não podem exercer as funções que pertencem a Coroa, nem aquelas que pertencem aos Juízes.

Atos praticados com a manifesta infração dos Artigos da Carta Constitucional, não podem ser considerados Leis, embora sejam revestidos com todas as formulas das Leis; e não sendo Leis nenhum Cidadão, segundo o Artigo 145º. Parágrafo 1º. Da Carta Constitucional, pode ser obrigado a prestar-lhe obediência.

Estabelecido o precedente que as Cortes Gerais da Nação podem submeter ao poder absoluto do Governo as Províncias Ultramarinas, que formam grande parte da Monarquia, seguir-se-á que à mesma autoridade absoluta poderiam ser submetidas pelas Cortes as restantes Províncias Ultramarinas da Madeira e dos Açores, e também as Províncias Continentais.

Citando a maioria da Comissão os Decretos de 7 de Dezembro de 1836, e 17 de Janeiro de 1837, e recordando a disposição do Artigo 137º. Da Constituição de 1838, notaram os abaixo assinados que, em quanto pelos meios prescritos na Carta Constitucional se não tomam disposições que facilitem a promulgação de medidas legislativas para as Províncias Ultramarinas, o Governo acha-se revestido da Autoridade suficiente para melhorar o seu regimen por diversos Artigos de Decreto de 7 de Dezembro de 1836, e especialmente pelo seu artigo 11º., que lhe permite fazer Regulamentos Particulares para a organização da Força Armada, e das Autoridades Judiciais, Administrativas, Municipais e Fiscais, e também pelo citado decreto de 28 de setembro de 1838, além de muitos outros que se não acham revogados. Quanto à disposição que estava em vigor em

quanto regeu a Constituição de 1838, cumpre lembrar que os Ministros que serviram em quanto a mesma Constituição e Lei do Estado, sempre apresentaram às Cortes as Propostas de Lei para o Ultramar.

Em presença destes motivos; tornando-se evidente que o Projeto de Lei submetido ao exame da Comissão do Ultramar é oposto as determinações citadas da Carta Constitucional, são os abaixo assinados de parecer que deve ser rejeitado por esta Câmara.

Sala da Comissão, 28 de Março de 1843- Conde de Lavradio – Sá da Bandeira.

ANEXO 4- Proposta de redação do Art. 15 do Ato Adicional. Arquivo Histórico do Parlamento. *Câmara dos Deputados*, Sessão de 24/03/1852, p. 303

Artigo 15. As Províncias do Ultramar são Governadas por Leis Especiais, segundo exige a conveniência de cada uma delas.

§1º. Não estando reunidas as Cortes, o Governo, ouvidas e consultadas as Estações competentes, poderá decretar em Conselho as providencias Legislativas que forem julgadas urgentes.

§2º. Igualmente poderá o Governador Geral de uma Província Ultramarina tomar, ouvido o seu Conselho, as providências indispensáveis para acudir a alguma necessidade não urgente que não possa esperar pela decisão das Cortes ou do Governo.

§3º. Em ambos os casos o Governo submeterá as Cortes, logo que se reunirem, as providencias tomadas.

ANEXO 5- Governadores Gerais da Província de Angola (1808-1850)

1807 - 1810 António de Saldanha da Gama, Governador e Capitão-General

1810 - 1815 José de Oliveira Barbosa, Governador e Capitão-General

1816 - 1819	Luís da Mota Feio e Torres, Governador e Capitão-General
1819 - 1821	Manuel Vieira de Albuquerque Touvar, Governador e Capitão-General
1821 - 1822	Joaquim Inácio de Lima, Governador e Capitão-General
1822 - 1823	Junta Provisória do Governo
1823 - 1824	Cristóvão Avelino Dias, Governador e Capitão-General
1824 - 1829	Nicolau de Abreu Castelo Branco, Governador e Capitão-General
1829 - 1834	José Maria de Sousa Macedo Almeida e Vasconcelos, 1.º Barão de Santa Comba Dão,
1834 - 1836	Junta Governativa
1836	Domingos de Saldanha Oliveira e Daun, Prefeito
1836 - 1837	Junta Governativa
1837 - 1839	Manuel Bernardo Vidal, Governador-Geral
1839	António Manuel de Noronha, Governador-Geral
1839 - 1842	Manuel Eleutério Malheiro, Governador-Geral Interino
1842 - 1843	José Xavier Bressane Leite, Governador-Geral
1843 - 1844	Conselho de Governo
1844 - 1845	Lourenço Germack Possollo, Governador-Geral
1845 - 1848	Pedro Alexandrino da Cunha, Governador-Geral
1848 - 1851	Adrião Acácio da Silveira Pinto, Governador-Geral
1851 - 1853	António Sérgio de Sousa, Governador Interino
1853	António Ricardo Graça, Governador Interino
1853 - 1854	Miguel Ximenes Gomes Rodrigues Sandoval de Castro e Viegas, 1.º Visconde do Pinheiro.

ANEXO 6 – Governadores Gerais da Província de Moçambique (1808-1850)

1809-1812	António Manuel de Melo e Castro de Mendonça
1812-1817	Marcos Caetano de Abreu e Meneses
1817-1818	José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque
1818-1819	Junta administrativa provisória
1819-1821	João da Costa M. Brito-Sanches
1821-1824	Junta administrativa provisória
1824-1825	João Manuel da Silva
1825-1829	Sebastião Xavier Botelho

1829-1832	Paulo José Miguel de Brito
1832-1834	Junta administrativa provisória
1834-1836	José Gregório Pagado
1836-1837	Junta administrativa provisória
1837	António José de Melo
1837-1838	João Carlos Augusto de Oeynhausen Gravenburg, marquês de Aracati
1838-1840	A. de Ramalho de Sá (presidente do conselho de Governo)
1840-1841	Joaquim Pereira Marinho
1841-1843	João da Costa Xavier
1843-1847	Rodrigo Luciano de Abreu e Lima
1847-1851	Domingos Fortunato de Vale

ANEXO 7- AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod. 551.

1808 – 1816

LIVRO DE REGISTO de ordens régias e avisos para Angola, da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, na corte do Rio de Janeiro. 1º vol.; 385x245 mm.; 290 fls.

S/N

Para José de Oliveira Barbosa Governador e Capital General de Angola

Sua Alteza Real o Principe Regente N. S. Foi servido nomear a V.S. Governador e Capitão General dos Reinos de Angola, e Congo, Governo que sempre foi reputado por hum dos mais importantes, e condecorados, e propondo-se SAR lançar as suas providentes vistas e promover, mediante as suas sabias e paternas Disposições, a Prosperidade de hum Estado que, tanto pela sua extensão, como pela sua localidade, e productos, offerece as maiores vantagens ao Commercio Nacional, escolheo a VS: por lhe serem constantes os seus conhecimentos, zelo, e integridade, e por esperar que VS desempenhará hum tal conceito, tanto pela pronta execução das ordens, que se lhe expedirem como pela efficacia e desvelo com que deverá prommover o socego, e tranquilidade interna dáquele Estado, a sua segurança externa, a pronta e imparcial administração da Justiça, o melhoramento da Agricultura, objecto tão importante, e que tanto concorre para o aumento da População, em que consiste a verdadeira e solida riqueza dos Estados animando, e protegendo o

Commercio assim interno, como externo, e aliviando-o de todos aquelles obstáculos, que possam retarder os seus progressos.

As instruções, com que forão servidos os seus Antecessores, tendo sido todas moldadas sobre estes principios deverão server a VS de norma no seu Governo, mas como algumas das disposições delas, ou pelo tracto e virtudes do tempo, ou pela occorrença de alguns acontecimentos, não previstas, ou pela variedade de circunstâncias possam ter soffrido alguma alteração, ou tragão de necessitar alguma alteração Há SAR por mui recomendar a VS que instruindo-se das disposições que tanto Alvarás, Cartas Regias e Instruções, como por quaesquer outras determinações Regias se tem expedido para a boa Direcção desse Governo, haja de informar ao Mesmo Senhor se achão no Devido vigos, e observancia, e quando succeda que alguma dellas se não tenha executado na forma recomendada, odena o mesmo Senhoe que Vs ponha na sua Real Presença a causa de huma tal inobservancia, e motivos que tiverem concorrido para que se não executassem com a decida pontualidade, afim de que tomando-os SAR na sia alta consideracção possa o Mesmo Senhor determonar com o preciso conhecimento de cauza o que julgar mais conceniente ao Seu Real Serviço, e ao bem dos seus Fiéis Vassalos.

Sendo reconhecido que huma grande porção do território de Angola he por si mesmo fertil e productivo, consta porem, que a Agricultura não tem geralmente feitos os progressos, que devião esperar de huma tal circumstnacia. E visto que se dê grande desconto à indolencia dos Agricultores, para com tudo que este vicio seria vencivel, animando-se os trabalhos do Campo, e cultura delles pelos meios que são conhecidos, não omitindo do da izempção de direitos , quando os haja, na venda das produções ou adoptando o sistema Segundo nos Districtos de Golungo, Bengós Dande e Icoló, onde os trabalhos de Agricultura se fazem com actividade, e conhecido proveito dos Agricultores. Portanto Há SAR por muito reconhecido a VS: hum tão importante objecto que de todo o tempo mereceo a particular attenção dos nossos Augustíssimos Soberanos, que além das providentes Disposições, com que o promoverão, e devem constar das ordens Regias expedidasem os differentes tempos, facilitarão a mesma Agricultura pela creação de hum Terreiro Publico estabelecido pela carta Regia de 12 de novmbro de 1785 onde os Proprietários tem a comodiidade de guardar os productos dos seus terrenos, e de os cender pelo preço que concencionarão com os compradores, pagando huma modica contribuição de Coreio por cada exeque, medida que corresponda a quarto alqueires de medida a Portugueza,

que se aplica para satisfazer os salarios dos Juizes, e officiaes do mesmo Terreiro, pertencendo as sobras à Camara, que deve impregalas em obras de publica utilidade, e sendo geralmente reconhecido que os cultivadores a rotina que virão praticar os seus maiores, não só não adoptão facilmente mas até escarnecem das theorias em material de Agricultura, custando-lhes a a concenceram-se ainda mesmo a vista dos Experimentos, por tanto pareceria conveniente que VS fizesse cultivar uma porção de terreno debaixo dos conhecidos principios da bem entendida cultura, intrduzindo o uzo dos Instrumentos ruraes, que mais facilitarão os trabalhos no Campo, afim de que persuadidos os cultivadores pela experiencia, abracem hum sistema de cultura mais facil e proveitosos: A hum tal estabelecimento tem devido huma grande parte dos Condados da Inglaterra, melhorar, e levar quasi a perfeição o estado da sua Agricultura. Devendp-se a VM Rei de Inglaterra actualmente Reinante hum tal Beneficio, por ter mandado cultivar o seu Parque de Windsor [ectio] da sua quasi permanente residencia, a fim de server de modelo aos que o quizessem imitar, para o que se facilitarão todas as noções que se podião pretender, por igual methodo promoverão os Landgraves de de Hasse Cassel, e o Murgrasse de Baden os progressos da Agricultura nos seus respectivos Estados que dentro de pouco tempo forão reconhecidos pelos mais férteis e os melhor cultivados da Alemanha.

Entre as produções mais interessantes do Estados e Districtos circunvizinhos devem merecer particular atenção o Sal o Ferro, o Breu, o Pixe, salitre, Cobre, Aliconde e Mucheis[?]. Artigos, que pelo consume que delles se pode fazer no Brazil, virão a ter grande extração, e a fazer hum importante ramos do Commercio externo.

A memoria que transmitti a VS, comprehende circunstanciadas noções relativamente aqueles importantes objectos, e ordenou SAR que se reúna a presente instrucção, como huma parte integrante della, afim de que verificando VS pelas exactas averiguações, a que deverá proceder, a realidade das informações que na mesma Memória contem, haja de fazer subir à Real Presença o resultado das sias Indagações, apontando os meios, e indicando as Providencias que comcria qie se facilitassem para render effective a extração daquelles preciosos artigos, e como huma parte delles pode ter grande consume no Arsenal da Marinha, como o Breu, o Pixe, o Alicande, e Muchicy, e estes se achão nas circuncvizinhanças dessa Cidade de Loanda. Ordenada SAR que VS remetta convenientes porções afim de que se possa aqui proceder dos precizos exames, e para se poder

melhor reconhecer se faria conta à Real Fazenda a extração d'elles, convem que denote por aproximação os preços, por que poderiam vir a sahir até o embarque nesse Porto seguindo os pezos, e medidas que ahi se achão estabelecidos.

A extracção de salitre, do Ferro e do Cobre, merecerão em todo o tempo a particular atenção dos nossos Augustissimos Soberanos e nessa Cidade achará VS ainda grandes restos dos petrechos, que de Lisboa se enviarão há poucos annos para a construccção de huma fundição no Sitio da Nova Oeiras que não chegou a ter effeito, malogrando-se as consideráveis despesas que se fizeram n'aquelle estabelecimento ou fosse pela desacertada escolha do sitio, ou por outros motivos que ainda não são bem conhecidos por tanto Há SAR por muito recommendado que a VS que entrando na indagação das difficuldades Reais ou apparentes, que tem obstado até agora do sucesso das tantativas, que se tem feito, informe ao Mesmo Senhor dos meios, que convem adotar para que se consiga effectivamente a acquisição de hum Metal que no Brasil se pode justamente classificar na ordem dos Artigos de primeira necessidade sendo assas conhecido o consumo, que delle se faz nos trabalhos de Minas, Agricultura, e outros uzos fabris.

Com igual efficacia recommenda SAR a VS toda a deligencia tendente a promover a extracção do Cobre, por serem as actuais circumstancias as mais proprias para o conseguir citos constar terem cessado as difficuldades que até agora tenham obstado a estabelecer se huma correspondencia e livre tráfico no Paiz dos Molluas.

Consiste principalmente o Commercio interno de Angola na troca de fazendas da Asia proprias para o vestuário dos Negros, e hé nas feiras que se fazem no Certão que estas fazendas se permutão por Escravos, Marfim e Cera, servem-se os Negociantes de Angola de Comissários a que chamão Aviados a quem confião as Fazendas, que destinão para o Commercio do Certão, mas sendo fixadas as quantidades e valores das fábricas restricção que não pode deixar de prejudicar notavelmente o Comercio que para florescer necessita de huma bem entendida liberdade. Serve SAR por bem providenciar sobre este importante artigo, mediante as Disposições que constão da Carta Regia na data de 30 de janeiro de 1810 dirigida ao Antecessor de VS, que devem ser por VS consideradas como parte dessas Instrucções, tanto no que respeita o facilitar as especulações do Commercio, e livre disposição dos effeitos que nelle se empregão, como no que toca a acautelar com acertadas providencias as fraudes dos Certanejos ou Aviados nos terceiros, que fazem em prejuizo dos

seus Armadores, ou Ariantes, de que tem rezultado grandes quebras nas principaes casas de Commerciantes d'aquella Praça de Angola.

As dificuldades que se encontrarão na conducção dos effeitos, e fazendas para o Certão, hé igualmente hum dos objectos que mais se opoem ao progresso e prosperidade do Commercio d'aquelle Estado, e que por isso necessita das mais efficazes Providencias.

São todas as Fazendas conduzidas às Costas de Negros até o presidio, aque se destinão, e dali transportadas pelo mesmo modo ao lugar da Feira, mas as violencias, e cruel tratamento que sobrem os Negros carregadores, além do limitado salario, que se lhes fornece, tem feito que desertem, e se não prestem a hum tal servico em grave prejuizo do Commercio. Portanto Há SAR por muito recomenda a VS o alivio dessas vexações devendo VS empregar todos aquelles meios que com o necessário conhecimento de cauza julgar conceniente para os resolver, não podendo deixar de ser mui sensivel ao Benigno Coração de SAR que se pratiquem actos tão contrarios de repugnantes aos sentimentos de humanidade, e tão prejudiciaes aos interesses dos seus Vassallos, e não deverá deixar de merecer a particular atenção de VS na escolha das disposições condecinentes para remover aquelles graves inconvenientes, e de promover a Creação das Bestas e Bois chamados Cavalos que ahi se achão já applicados aquelle servico.

O obstaculo porem que mas directamente tem concorrido para oprimir o Commercio do Estado provem da especie de Monopólio que as Autoridades constituidas, e Pessoas ponderosas tem procurado estabelecer para se assenhorearem do Commercio, ou para extorquirem delle as mais escandalozas utilidades, e chando-se hum tão grave, e perniciozo abuzo altamente difundido pelas Leis, e sугeitos a severas penas, ordena SAR a VS que empregue todos os meios que lhe compete pela authoridade que lhe hé delegada pelo Mesmo Senhor, para que inviolavelmente se observem as Reas Determinações, que prohibem que os Governadotes, Magistrados, officiaes superioresm Capitaes Mores e Regentes Commerceem, por si, ou por interposta Pessoa, e se executem prontamente as penas de perdimento de officious e Postos, e as mais que se achão determinadas para cohibir semelhantes crimes, e punir os que os cometterem restituindo-se ai seu rigor, e observancia as Leis de 29 de Agosto de 1720 e de 7 de Março de 1721 que mandão ao devassar destes criminosos procedimentos, Disposição que abuzivamente se tinha deixado cair em desuzo, por temer de devassar de Pessoas, constituidas em Dignidade e poderozas, de quem se dependia.

Sendo mui consequentes as irregularidades comettidas pelos Capitaens Mores, e Regentes dos Districtos, e Prezidios que esquecendo-se absolutamente dos seus deveres assim civis como Militares, e abusando da Autoridade do seu cargo avião as suas proprias fazendas, e as remettem primeiro que as dos feirantes, afim de gozarem da vantagem de serem os primeiros vendedores, transgredindo assim as Ordens Regias, em manifesto prejuizo dos Legiimos Commerciantes, Além deste notavel, e reprehensivel abuso, acresce o que rezulta da tolerancia, e disfarce com que se deixa que alguns Capitaens Mores ou Regentes de Prezidios, chegando a Luanda, obtenhão dos Commerciantes d'aquella Praça a força de omstamcoas[ilg] E promessas de Protecção, fazendas fiadas, e a credito pelo valor de outro até dez contos de reis, o que alcanção dos Commerciantes pelo engodo de lhes prometerem os mesmos Capitens Mores e Regentes que hão de dar preferencia aos seus carregadores, e que os farão emboçar das somas. Que outros lhe derem, deligencias estas em que se practicão as mais revoltantes extorções, e as mais crueis violencias o que não acconteceria se aqueles empregados se regulassem pelas Disposições das Leis, que lhes prohibe o Commercio, e se sentissem castigado exemplarmente com as penas impostas pelas mesmas Leis os transgressors dellas.

Acrece ainda mais a escandalosa avidez, com que os Capitaens Mores exigem e extorquem os potentados Togas, e Soubas, aliados do Estados, presentes, e gratificações chegando ao excesso de os prender, para obterem pelo beneficio da soltura, as utilidades, que de outro modo não poderiam conseguir.

Havendo SAR em beneficio do Commercio desse Estado Mandado crear na Cidade de S Paulo a'Assupção huma Alfandega, e tudo ordenado a organização de hum Regimento, ou Foral para regular os direits que ali se devem satisfazer, e prevenir as frauds, que antes se practicavão, por falta de convenientes Dispozições He SAR servido que VS empregue a necessaria attenção e vigilancia na observancia d'aquelle Regimento, Informando regularmente a SAR por esta Secretaria d'Estado da exacção ou negligencia, com que procederem os empregados n'aquella Repartição, e tendo chegado a Real Presença requerimentos de alguns dos Negociantes dessa Praça de Luanda, e que com esta se remetem a VS em que se queixão do estabelecimento de alguns Direitos que representam como onerosos, e arbitrarios, Determina SAR que tomando VS em consideração taes representações informe interpondo o seu parecer, se são ou não bem fundadas, e até que ponto merecem ser attendidas não devendo VS

deixar de advertir quanto hé natural a repugnancia dos Commerciantes a satisfazer os Direitos, não se ocupando, pela maior parte, mais que dos seus lucros, e utilidades Pessoaes, sem se lembrarem que aquelles Direitos formão huma parte do rendimento publico, que o Soberano emprega ba manutenção da Regia Protecção de que gozão os seus fieis Vassalos na pronta, e impacial administração da justica, na Segurança assim interna como externa, e em beneficio e melhoramento do mesmo Commercio.

Tendo feito a mais viva impressãso do Real, Pio e Paternal Animo de SAR a exposição do Barbaro tratamento, que sofrem os Escravos no transito dos Portos, donde se extrahem para estes do Brazil, se propoem o nosso Augusto Soberano, por termo a tão funestos estragos, que por inhumanos fazem horror à natureza, mediante a aplicação d'aquellas Providencias, que a Sua Religião, a sua exemplar Piedade, e constante amor que lhe devem todas as Classes fos seus Fieis Vassalos tem inspirado ao Mesmo Senhor, como os mais condecetes a remover tamanhas, e tão serias calamidades, mas entre tanto que se não poem em exercicio estas sabias, e providentes Disposiçoens, ordena SAR que faça observar estritamente o que se acha disposto a respeito das Arquiçoens dos Navios, empregados na condição da Escravatura, apesar de se não achar ainda a medição regulada na precisa e conveniente proporção, não devendo VS permitir que os Mestres dos Navios emtrodúzão nelles mais numero de Escravos dos que se achão regulados, nem consentir que ells sacrifiquem à sua avidez as vidas de muitas Creaturas, que se tornariam Vassalos úteis, industriosos, e productivos, se não abreviassem os dias da existencia delles por hum tratamento barbaro, e revoltante. A Humanidade hé a disposição dislenotiva[?] Do homem, e da legislação que promove, ou abandona a practica destas virtudes pela medida que regula, e denota o estado de civilização ou Barbarismo de uma Nação, e de hum Governo, avista do que reconhecerá VS enquanto a sua intervenção na correcção destes abuzos tão altamente reprovados por SAR e tão seriamente recommendados a VS, deve influir no conceito que devemos esperar das outras Nações: Deve também merecer a VS o maior cuidado e vigilancia a escolha, qualidade e quantidade dos generos e mantimentos, que se mettem abordo dos Navios que conduzem a Escravatura, por ser constant que no fornecimentos das Provisões destinadas para a subsistencia da escravaturas e commettem as mais horrorosas fraudes, achando-se a Inspeção, e aprovação de semelhantes artigos comettida a officiaes Inferiores da Tropa, muitos

dos quaes se deixão comprar como hé sabido, pelos Mestres das Embarçaõens a fim de aprovarem generos avariados, e de arrestarem terem entrado a bordo as quantidades, que são precisas, quando as mais das vezes se não tem recebido se não huma porção dellas do que resulta, não só acharem-se as Embarçaõens faltas de mantimentos no curso da viagem, e a Escravatura reduzida por isso a subsistir de meia ração, e algumas vezes de menor quantidade, mas tambem adoecer a mesma escravatura, renderem-se epidemias as efermidades, e seguir se huma considerável mortalidade, resultados funestos sa inhumanidade dos Donos, e Mestes das embarcações que para augmentarem os seus lucros ganhando na difference do calor do mantimentos, comprão os avariados, e ainda destes diminuem as quantidades, Sendo pois huma tal preverificação tão digna de prompta, e immediata, correcção, e Castigo, pelas gravissimas conqsequencias, que della resultão, rm directo prejuizo das vidas dos Bassalos de SAR hé o Mesmo Senhor Servido que VS se ocupe logo que tomar posse do governo das providencias que forem mais efficazes e promptas para destruir hum tão barbaro e iniquo procedimento destinando pessoas de conhecida probidade, e sua Consciencia, que hajão de fazer a Inspecção dos mantimentos destinados para a subisistencia da Escravatura, e guernição das Embarçaõens, não se permitindo que estes sejam enviados para bordo se não depois de haverem sido aprovados por aquelles a quem se confiar a Inspecção delles, assim na qualidade, como na quantidade, decendo impor-se irremissiveelmente a pena da Leia aos que nesta parte a transgredirem, e se havendo nessa cidade hum Terreiro Publico, seria conveniente que a Inspecção assim mencionada dosse commentiva ao Juiz delle, quando assim seja compativel com as outras suas obrigaçoens.

Deus Guarde VS. Palácio do Rio de Janeiro em 28 de Fevereiro de 1810. Conde de Galveas. VS José se Oliveira Barbosa

ANEXO 8 -AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod. 543.

LIVRO DE REGISTO de ordens régias e avisos para Angola, da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar.

N1 - Para o Barão de Santa Comba Dão, Novo Governador e Capitão General do Reino de Angola.

1. El Rey Nosso Senhor foi servido ordenar d'Abreu Castello Branco, a quem VS vai suceder no Governo de Angola, entregue a Vs as

instruções que para esse fim recebeu deste Ministério da Marinha e do Ultramar em datas de 21 e 22 de Fevereiro de 1824, acompanhando-as das reflexões que a experiência lhe permita.

2. A separação do Brazil que aqui se prevenia, e o termo do comercio de escravatura que se annunciou, finalmente vierão a realizar-se, como a desgraça de que as alternativas, porque sucessicam [sic] tem passado a Minarchia, deixrão sem a maior disposição providente a nova faze que dahi toma a importante posição do Reino de Angola.

3. A separação do Brazil persuadia a necessidade de restaurar as perdidas relações directas de Angola com Portugal, de que os seus interesses passarão a ser imediatos, e exclusivos da Metropole, e que cessada a contemplação que fazia saber em vantagem do Brazil o desenvolvimento da propriedade de Angola na indústria dos gêneros coloniaes, isto se animasse, como a razão do estado persuadia: Ao que ficou acometido: 1: As Acharruas que periodicamente para ahi se expedem como Naus de viagem, 2: o estabelecimento da Caza do Commercio de João Paulo Cordeiro em Loanda, 3: a Ley de 6 de dezembro de 1824 sobre a admissão dos gêneros de Angola, 4: Finalmente a providencia da sabia Ley de El Rey Nosso Senhor de 14 de Dezembro ultimo, reduzindo os Direitos dos gêneros Coloniaes de produção nos Dominios de Portugal a 10 por cento na admissão nas Alfandegas destes Reinos.

4. O obstáculo porem a estas necessárias relações tem sido a falta dos retornos que pagassem os gêneros importados em Angola, que obrigava a ultimar as especulações feitas sobre as praças de Loanda, e Benguella nas do Brazil pela importação que ahi tinha a escravatura, o principal artigo das exportações de Angola. O termo que hoje tem o tráfico da mesma escravatura, produz a necessidade de recorrer o Paiz de Angola aos seus próprios recursos para se prover do que necessita, e poder sustentar as suas relações commerciaes, e que abunda que seja muito poderoso convem se auxilie por todos os meios compatíveis, pois o estado do atrazo e egnorancia civis e industrial em que se achão os Povos de Angola torna indispensável a iniciativa do Governo em tudo o que he conveniente á publica prosperidade.

5. A falta do sobredicto recuo nos rendimentos de Angola, e he contemplação a isso que El Rey NS foi servido deixar instalar a soma não pequena do sobejo que dos mesmos rendimentos existe nos Cofres, somma que mediante a necessária economia e cautela, não só basta a fazer face a huma similhante falta mas permite algum auxilio em socorro de quaisquer empresas, como sejão a conclusão

do engenho de assucar, EV que prometem depois a constante vantagem a sua riqueza publica.

6. O estabelecimento porem de huma Pauta de Alfandega com moderados direitos para os gêneros de importação, sera sempre de hum poderoso auxilio, e o Avizo de [vazio] que regula o que compete aos gêneros do Brazil, torna nexessario que VS com toda a diligencia, tomando conhecimento das suas combinações ali informe com o seu parecer para a decisão que merece em face das suas proporções geraes.

7. Quando os recursos pecuniários com estes suprimientos, e com os que assegura huma severa economia, parecem bastantes a socorrer as precisões da administração publica de Angola, na falta dos direitos do trafico da escravatura, o termo deste ofereceu serias apprehensões sobre algum ataque do Gento do Sertão ao qual de repente não he possível explicar o motivo porque fica empedido de o poder continuar. El Rey NS Foi servido que nesta occasião embarcasse com Vs hum Destacamento em auxilio, bem como hum Parque de Artilharia, e a cerca do seus empregos VS, na sua passagem por Benguella deixará o que seja ahi absolutamente indispensável na ideia de se sustentar o ponto de Caconda no Certão, que he da sua dependência.

8. Como a artilharia, e Cavalaria são as armas de mais efeito na guerra do sito quesito, VS tomara todo o desvelo no restabelecimento do Esquadrão que guarnece a Cidade que pelas informacoes que lá se mostra como extinto, o que com a disciplina que se força observar so regimento regular de Loanda, e Companhias de artilharia, dão huma força irresistível a dos Barbaros pretos do Certão.

9. E sendo os Prezidios outros tantos pontos que estabelecem o Dominio da Real Coroa, he preciso que dahi permaneça a atenção que merecessem passando-se depois a promover o estabelecimento de regulares povoações em cada hum deles, porque não obstante assim se figurarem, estao muito distantes de huma tal ideia.

10. As Instruções dadas ao Antecessor de VS subministrão como objecto Capital: 1- a necessidade de apertar a união de Benguela com Angola, 2- de cobrir a Capital por meio de estabelecimentos direitos nos Portos de Ambris e Zaire, 3- evitar que o abandono em que temos deixado o interessante ponto de Cabo Negro sirva de cauza ao estabelecimento de qualquer outra nação ali, quando todas as razões persuadem que nos devemos procurar estender quanto seja possível para o Sul, onde a estima, igual ao do rio Grande no Brazil, tem todas as porporções a ser hum imporio do Commercio da

Courama: o referido nas ditas Instrucções foi ratificado por subseqüentes ordens, a vista das quaes S Magestade Determina, mui positivamente a VS lance mão de todas as disposições que forem necessárias realizando o estabelecimento de alguma Feitoria estável em Ambris, e boca do Zaire, seguindo o sistema seguido pelos nossos antigos Conquistadores, e Fortins, como para protegerem as mesmas Feitorias, informando Vs logo sobre este objeto em separado, e com toda a especificação.

11. Pelo que toca ao Cabo do Norte ainda que posteriormente VS receberá as instrucções a este respeito, desde a sua chegada a Benguella conferirá com o seu Governador Joaquim Aurélio de Oliveira sobre o que convenha logo fazer-se.

12. A chegada de Vs ao seu governo he oportuna a abrir relação directa com os Regulos e Potentado comarcão daquele Estado, captando o seu interesse e vaidade, como se costuma praticar.

13. E sendo pois tudo poderoso auxilio á regularidade da Missão: Determina El Rey Nosso Senhor que Vs presta a este respeito a maior atenção por isso que a dilatação da Fé Catolica, sendo a mais preciosa herança de susa Gloriosos Progenitores, a encomenda no que toca a Angola, ao zello, e confiança que VS lhe merece, quando o nomeou para o importante cargo de seu Governador e Capital General.

Deos guarde a Vossa Excelencia. Palacio de Queluz em quatro de janeiro de mil oitocentos e trinta. Conde de Basto.

ANEXO 9- CAIXA 587- DGU- 1L

CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES - ANGOLA- 1838

DOCUMENTO N 15 – 6 DE DEZEMBRO

Ilmo e Exmo Sr.

Depois dos funestos acontecimentos de 30 d'Agosto nesta Cidades dos quaesV Ex já está informado, nunca mais as primeiras autoridades tiveram quietação d'espírito, nem forão obedecidas exactamento, pois qye oir hum lado a indisciplina na Tropa cada dia mais se tem augmentado, e por outro a relaxação em quezi todos os funcionários Publicos proceniente do receio com que temem desempenhar pontualmente os seus deveres, por isso qui certas decisões poderiam ferir alguém a quem não fossem favoráveis, e por consequência se valessem da vingança. Des-de que o egimento d'Infantaria perpetrou o infame assassino do Tenente Coronel Lourenço Jozé d'Andrade, seu Comandante, o Governo deste Reino

perdeo a força física, e a violenta impunidade do crime produzio o mesmo efeito na moral.

Nestas circunstancias a gente de côr (que he quazi toda a povoação e Tropa), não está em huma anarchia declarada, porem muito certos de que podem impunemente fazer o que quizerem, com particularidade no sentido Politico no qual são influentes alguns homen brancos indígenas do paiz, e outros aqui residentes há muito anos todos empregados, e partidistas de D. Miguel, cujos interesses não estão em harmonia com o restabelecimento da Authoridade de S. M. a Rainha, e da Casra Constitucional. Por esta cauza empregão os meios de obterem perturbações que lhe possão ser favoráveis, já fazendo cer aos pretos que podem armar a bandeira de D Miguel, e já que podem tornar-se endependentes de Portugal, e finalmente que se animão ao Brazil por que está mais perto para obterem decizões do Ministério. Seja porem o que for hum destes três objetos se pertende por em execução, e a não ser algum pequeno receio do futuro com que poucos d'elludem, eu penso que o podem effectuar a todo o momento, porue como já disse a V Ex a oiyca Tropa que ainda resta depois das muitas Baixas que o Governo Interino deste Reino julgou de ver darm está prompta a segui-los e a deixar o mesmo Governo seum apoio principalmente tratando-se da independência, ou união ao Brazil. Permita-me V Ex que eu fale com a franqueza que o assumpto merece, e por isso lhe diga que esta ultima intenção procem da espécie de abandono em que sesde largos tempos se tem deixado esta Possessão acontecendo muitas vezes que por mais de hum anno não aparece aqui Embarcação do Estado, e por consequência nenhuma das decisões affectas a S. M. apesar de que neste intervalo chegue desse Porto algum Navio mercante, e nore V Ex o contraste das pertencoes para o Rio de Janeiro que em menos de 4 mezes tem o seu Rezultado. Esta experiência tem feio crer a quzi toda esta gente que o Governo de S M não fará muito cazo dos acontecimentos do dia 30 de Agosto, e em consequência também não mandará nenhuma Tropa, do que se segue que a ousadia cada vez mais s'engrossa ao mesmo tempo que o comprometimento e risco das Authoridades está iminente!

Pode dizer-se que a Administração existe aqui de direito, porem não de facto, e apesar de haver marchado com a maior prudência nas suas deliberações, tanto porque esta he o seu primeiro dever como por que a necessidade o acondelha, não obstante he o alvo dos já mencionados perturbadores que suposto se não tem declarado, contudo pela intriga fazem ainda maior mal. V Ex bem sabe quanro

he fácil nestes paizes conduzir os homens de côr contra os brancos pelo simples facto da diferença, quanto mais prometendo-lhes prêmios e empregos na sua pretendida nova ordem das coisas! V Ex também não ignora que os perigos me tem sido muito familiares para os acreditar sem fundamento mas os factos asseverão quanro tenho dito. Em a noite do dia 13 do mês passado forão prezos 2 soldados pretos do Quartel do Regimento por estarem gritando – pega em Armas- e me nomeavão como a sua primeira victima, felizmente não incontrarão seguimento por que o Capitão do Estado Maior pode sufocar tudo na origem. Aquelles miseráveis forão prezos e em Conselho de Guerra sentenciados a pena ultima, cujo Conselho há-de ser submetido a S M.

A declaração que se pronunciou contra mim no primeiro momento era o signal da já mencionada tentatica para a qual me fizeram justiça de pensar que na qualidade de Membro do Governo lhes faço maior embaraço do que os meus Colegas, pois conhecem que o Vigario Capitular, e o Juiz de Direito (o que estava em Cabo Verde), não estão costumados, nem mesmo dspostos a ouvir o estrepito das Armas, mas que eu hei-de continuar a emprega-las com o sacrifício de minha vida para manter a Authoridade de S. M. e o Regime Constitucional. Porem todo o zelo de nada pode servir sem auxilio da Metropole, e V Ex conhece que as circuntancias clamão a maior brevidade , allliás o comprometimento da existência de alguns Empregados he certi sem utilidade ao mesmo tempo que, muito provável a perca destas Possessões por que os exemplos do Brazil não são lições perdidas. Mas permita V Ex que eu dê hum maior espasso a minha eficácia, e ao amor pela prosperidade da nossa Patria. Deibaixo desta hypoteze, compre-me dizer a V Ex que o único meio de conservar esta paiz ainda por muito tempo he vindo quanto antes hum Batalhão de 400 Praças por Destacamento, com o aumento de Soldo que S M julgar, cuja despeza fique a cargo dos Cofres desta Possessão. Assim nada augmentão as despesas do Thezouro Publico, e segurasse a dependência de hum tão interessante paiz evitando as desgraças de que está ameaçado. Em quanto porem estas medidas se não levão a efeito, seria de hum interesse vital que pelo Diario do Governo se publicasse logo a dezaprovação de S M pelos acontecimentos d'Angola, e as providencias enérgicas de mandava tomer em consequência. Estas Peças officiaes chegando logo ao rio de Janeiro extratão-se pelo respectivos jornaes, e emediactamente vem aqui dar uma garantia ao Governo, e por isso mesmo desalentar os conspiradores vendo

frustradas as suas tentativas pela pouca atenção, visto que sendo alguns deles proprietários não quererão arriscar-se sem utilidade, pois que a sua ousadia provem da convicção de que não vem de Portugal nenhum socorro e que está muito longe.

Eu tomei a liberdade de me dirigir a V Ex em particular para cumprir com o meu dever, por que na qualidade de Membro deste Governo tenho pressentimento de que há interesses heterogêneos, e por isso não devo fundar-me só na correspondência oficial he sem a ceromonea, nem franqueza como V Ex pela 2 via que agora se remete e tenho razões de pensar que luto com a dissimulação. V Ex conhecerá que he quanto basta para eu não poder com lizura emitir tudo quanto penso na correspondência oficial. Por esta razão rogo a V x que esta minha exposição seja reservada.

Independentemente dos motivos que já anuncio tenho muita honra em poder effirmar a V Ex nesta ocasião que soou com a mais alta consideração.

Loanda 6 de dezembro de 1836

Ilmo e Ilmo Se Manuel Gonçalves de Miranda

De V Ex Subdito V^{or} e muito obrigado

Fernando da Fonseca Mesquita e Solla

ANEXO 10 - CAIXA 587- DGU- 1L

CORRESPONDÊNCIA DO GOVERNADORES - ANGOLA- 1838

DOCUMENTOS SEM NUMERO- 24 DE FEVEREIRO DE 1838

Confidencial N 1

Ilmo e Ex Sr

Depois da revolução que houve nesta Cidade no dia 30 de agosto de 1836 da qual resultou o assassinato do Tenente Coronel Lourenço Jozé d'Andrade, Comandante do Regimento d'Infantaria de Linha, e de cujo acontecimento o Governo Interino não tomou conhecimento algum, ficarão os revolucionários em tal estado de inquietação, que fazia recear funestas consequências. O Governo não tinha força para castigar, nem para fazer entrar os revoltosos nos seus deveres: os Cidadãos estiveram por muito tempo expostos a insultos e vexames, e só o tempo, e as baixas que se der!ao aos soldados antigos dos Corpos dez com que os ânimos socegasse. Com tudo achei a minha chegada a esta Capital os indigitados como Cheges da revolução governando os melhores Prezídios, e os soldados, e seus consócios exaltados pela impunidade, e se mão se atreviã, nem se atrevem a obrar em força, conhece-se-lhes a boa vontade, pois não perdem da

lembrança, que á se atreverão a fazer uma revolução, de que nada mau lhes resultou.

É evidentemente conhecido, que os que figurarão na noite de 30 d'Agosto não forão os principaes autores da revolução, e como ainda existe uma parte destes, sempre promovem o desassossego, desacreditando as Authoridades, criticando todos os seus actos, e promovendo o descontentamento. Não tendo eu trazido uma força com que podesse conte-los, e apenas 60 Degradados, que aqui servem de grande apoio à Authoridade, tem sido só com maneiras, e reforçando a disciplina, que tenho conseguido conservar em aparente socego e obediência. Com tudo posso affiançar a V Ex que nada confio nesta apparencia, e até sei que já se tentou fazer algum movimento, o que talvez não tivesse lugar pela falta de concorrência que encontrarão na Cavallaria, que a pesar de estar quaze toda apeada, todavia he hoje de confiança, não só pelo seu Comandante, como porque para alli mandei uma porção de Degradados escolhidos. Nada receio de viva força mas em quanto se lhes não tirar da ideias possibilidade de fazerem uma nova revolução, nunca a Provincia poderá estar tranquilizada, nem a Authoridade ser devidamente obedecida.

Pouco conto com a concorrência das Authoridades, o Juiz de Direito não merece a minha confiança, e em nada concorre comigo, mais que aparentemente. Não tenho procas contra pessoa alguma, porem de muitas desconfio com grandes fundamentos. Muito necessario seria que V ex me mandasse alguma força, mas como não julgo isso possivel nas actuaes circunstancias, peço ao menos a V Ex se sirva remetter me a maior quantidade possivel de Degradados, que muito mais vantajozo seria se fossem Soldados, ou Artistas: e como julgo que principiará a haver maior concorrência de Navios Nacionaes desse Porto cem direitura, para este, julgo mui facil e poco dispendiozo á Fazenda virem quatro até seis em cada Navio. Por todos os principios são para o Districtos de Ambaca uma porção de Tropa, da que, com já referi a V Ex he aqui denominada guerra preta, e hoje devem ter reunido já n'aquelle Districto uns dez mil homens com duas Peças d'Artilharia: desta expedição espero o melhor resultado, não só pela superioridade desta força especialmente d'Artilharia, que os Negros temem horrorosamente, como pela pericia do Comandante o Chefe do Districto Jozé Navarro, Ajudante do Regimento d'Infantaria de Linha desta Cidade, Militar experiente, que fez a Guerra Peninsular, e ao qual tenho dado instrucções não só para

cohibir as dezordens e castigar os aggressores, mas também para estender quanto possa para aquelle lado os Dominios Portuguezes.

O espirito de revolta tem-se propagado por quaze todo o Sertão, e os mesmos Gentios em muitas partes se tem atrevido a insultar os vassallos Portuguezes. Entre Caconda e Quilenges, Districto de Benguela, erão tao continuos os roubos e mortes que deordem ao Governador daquelle Districto Justiniano Jozé dos Reis para fazer marchar toda a gente de guerra preta e Soldados pagos que podesse reunir para conter aquelles gentios. Em Cambambe, e Muxima tem-se igualmente manifestado o espirito da insubordinação: agentes da Cidade, e consocios dos revoltosos os não deixão de trabalhar, mas em quanto eu poder farei todos os esdor;cos para reprimir este espirito revolucionario.

V Ex quizer se publique em toda a sua plenitude a Ley da Escravatura, que já disse a V Ex nenhum resultado terá, pois com papeis n!ao se acaba este trafico, muito receio esteja chegado o momento em que Portugal perca de todo esta parte de seus Dominios, he necessario ao menos mandar fundos para se suprirem aqui as despesas.

Rogo a V Ex se sirva por expendindo na Augusta Presença de Sua Magestade, cuja Soberana Approvação espero A Mesma Senhora Se Dignará Conceder-me.

Deos Guarde a V Ex Loanda 24 de Fevereiro de 1838.

Ilmo e Exm Sr Visconde de Sá da Bandeira

Manoel Bernardo Vidal

ANEXO 10- Memorias sobre o estado actual d’Africa Occidental, seu Commercio com Portugal e medidas, que conviria adoptar em 1841.

AHU- DGU- 1L- CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-ANGOLA- 1841

As posseções, que mais podem enteressar a Portugal, são sem duvida as da Costa d’Africa Occidental.

Antes da lei de 17 de Janeiro de 1837, regulando-se o Commercio n’aquelles dominios por leis feitas quando o Brasil era parte da Monarchia, de pouco proveita se tornava este a Portugal. Toda a Navegação e Commercio era do Brasil e para o Brasil.

Não obstante achar-se Angola decadente, como era inevitavel com a extincção da Escravatura, e aquelle Decreto não ter ainda sido

cimprido á risca, tem trazido grandes vantagens para a Metrole, fazendo-se já o Commercio em grande parte directamente com Portugal, como se póde ver do augmento da navegação, que sendo antes feita apenas por hum ou dois Navios que Portugal alli mandava, neste ultimo anno de / 1840/ de Lisboa e Porto forão só mercantes 15! Conduzindo 1000 pipas de vinho alem de Generos no valor de 300 Contos de rs.

Devendo notar se que o Vinho, que antes alli se consumia, era ido pelo Brasil, e grande parte delle Catalão, o que pelo mencionado Decreto foi estrictamente prohibido.

Emfim o Commercio do Reino com Aquellas Possessões tem quadruplicado, e estas vantagens tem acrescido no augmento do Consumo do Vinho, a que os Negros se vão cada vez mais affeçoando, e preferindo-o aquelles que residem e vem á cidade, á Sua Favorita Cachaça! Este genro convem tanto mais proteger, quanto he elle o que mais abundantemente podemos exportar, com a vantagem de pelo seu vulto poder empregar muitos Navios. Este progresso na nossa navegação para aquella Colonia, tem trasido outras vantagens como as remessados generos proprios para o consummo Africano / que antes hião do Brasil/ cujos generos apesar de não serem pela maior parte de manufactura nacional, trazem direitos a estas Alfangegas, e outros muitos lucros a este paiz, que antes aproveitavão os Brasileiros. O Surgimento das relações commerciaes de Portugal com Angola he utilissimo por todos os motivos, he o menos propenso para o contrabando dos negros, que tanto tem estrovado alli ao nascimento d'Agricultura, porque os Negociantes da Europa instigados pela necessidade de acharem generos para pagamento das mercadorias que ali mandão, cogitão muito em fazer descobrir productos novos, em que retirem os seus fundos, tendo já por estes motivos obtido alguns, e estando em vistas de haver outros expontaneos, de que antes nenhum caso se fazia. Tal foi a nova qualidade d'urzella d'arbustos, que só a que se exportou no primeiro anno / 1839/ eu fiz reputar por 128 contos de reis, que houve de Inglaterra por seu pagamento. Genero este daquelles que a natureza expontaneamente offerece.

Quanto conviria que aquelles logares fossem explorados por homens scientidicos e intelligentes.

Deve pois o Governo por todo os meios auxiliar este util commercio não só fazendo executar aquella lei (14 Janeiro 1837) como promulgar outras bem conhecidas, que felici tem este e aquele paiz.

Será de grande necessidade que se ponha na mais restricta prohibição que alli vão Navios Estrangeiros communicar, illudindo as leis com falças precisões, introduzem abundancia de mercadorias, e o mais he, que quase sempre por contrabando, com perda do commercio e navegação Nacional, e dos direitos de que tanto carece aquella provincia. Deve ordenar-se, que quando algum Navio Estrangeiro ali aporte por qualquer motivo, desde logo se lhe mettão abordo alem dos guardas, hum piquere de soldados escolhidos, para avitarem, que nada descarregue, que o Capitão ou qualquer outro official somente possão vir a terra, andando sempre acompanhados de dois Sargentos, como outróra se praticava no Brasil quando era colonia / afim de obstarem mais a qualquer trato, ajuste de venda ou meio de contrabandearem. Alem disto que sejão obrigados dentro de vinte e quatro horas depois de chegarem ao Porto, apresentarem na Alfandega hum Manifesto em forma, declarando a carga, que trasem fazendo ver os seus despachos e distinctos, números e marcas de volume, marcas e suas qualidades, ficando sujeitas as mais restrictas visitas, conferencias e fiscalisações, como se pratica na Europa em todos os Portos dos paizes mais bem governados.

Tendo os rendimentos d'aquelle provincia escaceado bastante, he forçoso vir a maneira de os augmentar na parte, que seja possivel, para o que poderào elevar-se os direitos de 5 que pagão a 10 por %, os generos que alli se importarem de Portugal, contanto, que sejão banidos dalli os Estrangeiros, que nos estão destruindo o commercio de huma possessão, que nem lhe franqueamo, nem devemos abrir.

Que a sahida da Urzela, Cera, Marfim, Gomma Copa e outras, Couros, Madeiras, Olios e azeites, tanto vegetaes como animaes, não possão ter sahida senão em Navios Portugueses e não Brasileiros, como por abaixo ainda agora sahem / sendo expressamente prohibida a sahida da Urzela em Navio que se não destine para os Portos Nacionais / cmo manda a Lei/ para o que se obrigarão por hum termo aquelles que a pertenderem carregar, com fiança solidaria e pena graduada a conduzirem-na para onde a despacharem, pois apesar da lei que permitio a livre esportação da Urzela, não conceder, que se destinasse para o Estrangeiro, tem-se abusado por pouca vigilancia das authoridades, levando-a por contrabando directamente para Inglaterra, Brasil e França com prejuizo nosso. Tendo sido a consequencia deste contrabando, diminuir no vallor de L300, que valleu a Tonelada da Urzella, para L60 preço actual em Inglaterra! Sendo de entre os dois generos de mais avultado consumo na Africa a Polvora, e esta, sendo prohibida estrangeira,

não há hoje hum só Barril della Portugueza em Angola. Em quanto os Depozitos nas Fortalezas/ por conta dos particulares/ avultão de 30 a 40 mil Barris de 25Rs?, e o mais he que desta quantidade, não pagarião direitos, talvez nem dez Barris!! Este mal não he facil evitar se, sem!ao contratando o Governo aqui o seu fabrico com Particulares, a quem sahindo por menos de 20 a 30%, só estes poderão estabelecer alli a rigorosa fiscalização, que convem para avitar o grande contrabando deste genero, que os Estrangeiros introduzem sempre com perda dos direitos, e prejuizo da navegação nacional, tirando em seu pagamento o rico genero = Marfim.

Visto quanto seria util a effectividade dos correios em epochas certas, que conduzindo mais promptamente a correspondencia, he quem dá lugar ao augmento das relações, que trsem a dependencia. Para isto ter effecto, tendo-se tornado incompativel no governo, pelos escaços recursos a todos conhecidos, seria lugar mediante huma quantia ajustada, que quem contratasse a Polvora, fornecesse navios maneiros, e velerios, que fazeno todas as escallas marcadas, podessem preencher o fim, levando cada hum o seu official de Marinha encarregado das mallas, como de practica semelhantemente em Inglaterra, apesar de ser a grande nação Maritima. Não tem começado a cultura dos generos de que tão propria he a Africa, por muitas razões, sendo a principal causa o engodo do contrabando dos escravos, em que ainda muitos pensão, alem do pouco appropriado que são para semelhante fim os terrenos mais vesinhos da Capital /Loanda/ mas a investigação, que teve lugar ultimamente da Bahia de Mossamedes parece-me que offerece todas as vantagens, que se podem desejar, e he para alli que o Governo deve ordenar diligencias com mais probabilidade de obter bons resultados.

As vizinhanças de Bahia de Mossamedes, sendo em grande parte de susceptibilidade de boa vegetação, tendo optimas pastagens e grandes bosques, serão optimas para produzirem boa cultura, estando mais ao Sul, terão por isso muito menos insalbres, acompanhando a estas circunstancias, o ficarem proximos de transporte, para hum bello porto, qual he aquelle de Mossamedes, se for proteido como deve, fará desertar para alli a povvoação da mortifera Benguella, e em pouco será huma noca Loanda, não só pela circunstancias, ditas, como pela facilidade d'agoa, riqueza de gados, e não menos por estar mui povoada proximamente de gentios, que não deixão de ser dóceis, segundo me informão.

O Governo deve conservar alli com muita frequencia hum vaso de guerra mediano hum guarnecido não só para proteger aquelle novo

estabelecimento, como para evitar o contrabando, tanto dos escravos, como das mercadorias, que devem pagar direitos que se estabelecerem.

Será conveniente, ou indispensavel que nos primeiros annos, sejam isentos de todos os direitos, as produções das plantações que se intentarem, como Anil, Arroz, Açucar, Aguardente, e Varios. Neste reino igualmente deverão gozar do maior beneficio, e isenção, como se deve subentender dos direitos protectores, que a Paua d'Alfandega gradua a alguns destes, como o Caffé, que o dá livre, sendo das Possessões, estando em identico caso o Arroz, Açucar e Varios. Os productos das nossas possessões devem gozar o beneficio de dois annos d'armazenagem gratuita, em vez de hum, que tem indistinctamente todos nesta Alfandega. Muito conviria determinar ás Alfandega de Liboa e Porto, que permittissem o transito livre de direito, destas para a Madeira, dos generos ceras, marfim, Gomas, Urzella, Azeite de Palma, Olios, e outros generos de produção das nossas possessões d'Africa, pagando os de reexportação, quando sahirem do dominio Portuguez: por que obtendo-se principalmente nos mercados da Gran Bretanha a semelhantes generos os melhores preços, estamos disso privados depois da conclusão do tratado de commercio com a Inglaterra. Esta grande perda para o nosso commercio, equiparase com a medida que lembro, pois sendo admitidos em Inglaterra só a consumo os generos de produção Africana, de quaesquer Portos fora da Europa, gozão dessa vantagem todos aquelles huindo da Madeira! Que está n'Africa, e o que he ainda mais interessante, que podem dali seer levados a Inglaterra em Navios Portuguezes, como já se provou por experiencia! Sou de opinião, que se espere pelo desenvolvimento dos novos empreendedores, que só estes poderão tendo o esperado e preciso auxilio do governo na protecção, e favor de semelhantes empregos, dar os resultados desejados.

De grandissima utilidade seria o formar huma companhia, tantas vezes lembrada, mas impreticavel de se organizar por todos os meios que tenho cogitado ao meu alcance, então naturalmente com as medidas adoptadas já, e lembradas agora, o Commercio mudará totalmente, náqueles lugares, seus moradores esquecendo-se do illicito trafico dos escravos, gradualmente se irão dando ás culturas de que o paiz he susceptivel.

Torno a repetir querer o Governo tratar disso por sua conta, he querer expor se a desperdiçar muito dinheiro, sem probabilidade de obter anticipadamente resultados.

Igualmente convirá evitar o monopólio que tem querido chamar para si as autoridades que primeiro forão para Mossamedes esperando os primeiros empreendedores, que alli fundarão os seus estabelecimentos protegidas? O governo, e ver; a desenvolvidos os elementos que ali se achão mais reunidos?, do que em outros pontos da Costa. He preciso acelerar a execução das alterações, que estão feias ás Pautas das Alfandegas que as Cortes já tem aprovado, pois depende d'algumas daquellas alterações a mais prompta rapidez dos desenvolvimentos desejados para o melhoramento das possessões Africanas. Atrevo-me finalmente lembrar, com o melhor fundamento, que nada será mais fácil, útil e capaz de civilisar os gentios africanos, como bons Missionarios, que se lhe devem enviar. Nós não temos he verdade collegios, onde se habilitem, com os preciosos conhecimentos, e disposições para os que tiverem vocação para o sacerdocio, e que fossem aptos para aquelles trabalhos, como aliás muito conviria para Portugal visto ter para civilisar tão vastas regiões em Africa / mas poder; a suprir se isto, ou pedindo-os de França, onde há missionarios para missões estrangeiras, u melhor, chamar alguns dos poucos que restão da extincata congregação de missão, que servissem para mestres nos Seminários, que ao governo convem muito estabelecer em Lisboa, e talvez Loanda, Goa e Macao, nos quaes se instrução Portuguezes, que para isso se destinem, e possão depois disseminar se pelas extenções sertões da Africa tão povoados de pagãos, que carecem de ministros do Culto, que os esclareção nos principios da Religião Catholica. Conhecimentos, que lhe trarão outros beneficios, e que só assim poderá mais facilmente tornar uteis aquelles selvagens.

Por este meios lembrado, sendo o mais econommico, delles tirará o Governo triplicado proveito e vantagens, quaes as de fornecer ministros da nossa Religião, de que há total falta n'aquellas regiões: augmentar o Christianismo, tornar pacificos, e por consequencia uteis, aquelles povos e com estas utilidades a civilização, sem a qual maior ou menos será inutil pretender aproveitellos, como alias tanto convem, e carece a Coroa de Portugal.

São estas as lembranças as que occorem de momento a hum negociante europeu, que nunca foi á Africa, mas que sobre o seu commercio tem alguma coisa na pratica estudado.

Lisboa Janeiro de 1841.

FRB

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

Arquivo do Conselho Ultramarino – Lisboa

Códices do Conselho Ultramarino

Série: REGISTO DE ORDENS RÉGIAS E AVISOS PARA SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, DA SECRETARIA DE ESTADO DA MARINHA E ULTRAMAR 1770 - 1834 4 vols.

- AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, Cod. 562. Rolo 260 /261
- AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, Cod. 563.

Série: REGISTO DE ORDENS RÉGIAS E AVISOS PARA ANGOLA, DA SECRETARIA DE ESTADO DA MARINHA E ULTRAMAR 1750 - 1835 10 vols.

- AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod. 551. 261
- AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod. 552. 261
- AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod. 542.
- AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA ANGOLA, Cod. 543.

Série: REGISTO DE ORDENS RÉGIAS E AVISOS PARA MOÇAMBIQUE, DA SECRETARIA DE ESTADO DA MARINHA E ULTRAMAR 1752 - 1834 4 vols.

- AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA MOÇAMBIQUE, Cod. 538. 261/262
- AHU_CU_ORDENS E AVISOS PARA MOÇAMBIQUE, Cod. 537.

Livros da Administração Ultramarina

Moçambique:

1l| SEMU| DGU| CAIXA 1| 1834| CORRESPONDÊNCIA|
MOÇAMBIQUE| COD. 1283

1l| SEMU| DGU|CAIXA 2 | 1835| CORRESPONDÊNCIA|
MOÇAMBIQUE| 1284

1285	SEMU	DGU	CAIXA 3	1836	CORRESPONDÊNCIA
MOÇAMBIQUE					
1286	SEMU	DGU	CAIXA 4	1837-1839	CORRESPONDÊNCIA
MOÇAMBIQUE					
1287	SEMU	DGU	CAIXA 5	1840	CORRESPONDÊNCIA
MOÇAMBIQUE					
1288	SEMU	DGU	CAIXA 6	1840	CORRESPONDÊNCIA
MOÇAMBIQUE					
1289	SEMU	DGU	CAIXA 7	1841	CORRESPONDÊNCIA
MOÇAMBIQUE					
1290	SEMU	DGU	CAIXA 8	1842-1843	CORRESPONDÊNCIA
MOÇAMBIQUE					
1291	SEMU	DGU	CAIXA 9	1844-1845	CORRESPONDÊNCIA
MOÇAMBIQUE					
1292	SEMU	DGU	CAIXA 10	1846-1847	CORRESPONDÊNCIA
MOÇAMBIQUE					
1293	SEMU	DGU	CAIXA 11	1848-1849	CORRESPONDÊNCIA
MOÇAMBIQUE					
1294	SEMU	DGU	CAIXA 12	1850	CORRESPONDENCIA
MOÇAMBIQUE					
1295	SEMU	DGU	CAIXA 13	1851	CORRESPONDÊNCIA
MOÇAMBIQUE					
1296	SEMU	GDU	CAIXA 14	1840-1851	CORRESPONDÊNCIA
MOÇAMBIQUE					
1297	SEMU	DGU	CAIXA 15	1852-1853	CORRESPONDÊNCIA
MOCAMBIQUE					
1298	SEMU	DGU	CAIXA 16	1854- 1855	CORRESPONDÊNCIA
MOÇAMBIQUE					
1299	SEMU	DGU	CAIXA 17	1856	CORRESPONDÊNCIA
MOÇAMBIQUE					
1300	SEMU	DGU	CAIXA 18	1857	CORRESPONDÊNCIA
MOÇAMBIQUE					
1301	SEMU	DGU	CAIXA 19	1857- 1858	CORRESPONDÊNCIA
MOÇAMBIQUE					
1302	SEMU	DGU	CAIXA 20	1858	CORRESPONDÊNCIA
MOÇAMBIQUE					
1303	SEMU	DGU	CAIXA 22	1858	CORRESPONDÊNCIA
MOÇAMBIQUE					
1304	SEMU	DGU	CAIXA 23	1858	CORRESPONDÊNCIA
MOÇAMBIQUE					

1305	SEMU	DGU	CAIXA	24	1859	CORRESPONDÊNCIA
MOÇAMBIQUE						
1306	SEMU	DGU	CAIXA	24	1859	CORRESPONDÊNCIA
MOÇAMBIQUE						
1307	SEMU	DGU	CAIXA	25	1860	CORRESPONDÊNCIA
MOÇAMBIQUE						
1308	SEMU	DGU	CAIXA	26	1860	CORRESPONDÊNCIA
MOÇAMBIQUE						
1309	SEMU	DGU	CAIXA	27	1861	CORRESPONDÊNCIA
MOÇAMBIQUE						
1310	SEMU	DGU	CAIXA	28	1862	CORRESPONDÊNCIA
MOÇAMBIQUE						
1311	SEMU	DGU	CAIXA	29	1962	CORRESPONDÊNCIA
MOÇAMBIQUE						
1312	SEMU	DGU	CAIXA	30	1863	CORRESPONDÊNCIA
MOÇAMBIQUE						
1313	SEMU	DGU	1863	CORRESPONDÊNCIA		MOÇAMBIQUE
1314	SEMU	DGU	CAIXA	32	1864	CORRESPONDÊNCIA
MOÇAMBIQUE						
1315	SEMU	DGU	CAIXA	33	1864	CORRESPONDÊNCIA
MOÇAMBIQUE						
1316	SEMU	DGU	CAIXA	34	1865	CORRESPONDÊNCIA
MOÇAMBIQUE						
1317	SEMU	DGU	CAIXA	35	1865	CORRESPONDÊNCIA
MOÇAMBIQUE						
1318	SEMU	DGU	CAIXA	36	1866	CORRESPONDÊNCIA
MOÇAMBIQUE						
S/N	SEMU	DGU	1879	1	REPARTICAO	CORRESPONDÊNCIA
MOÇAMBIQUE						
S\N	SEMU	DGU	CAIXA	37	1867	CORRESPONDÊNCIA
MOÇAMBIQUE						
S/N	SEMU	DGU	CAIXA	38	1867	CORRESPONDÊNCIA
MOÇAMBIQUE						
S/N	SEMU	DGU	CAIXA	39	1868	CORRESPONDÊNCIA
MOÇAMBIQUE						
S/N	SEMU	DGU	CAIXA	40	1868	CORRESPONDÊNCIA
MOÇAMBIQUE						
S/N	SEMU	DGU	CAIXA	41	1869	CORRESPONDÊNCIA
MOÇAMBIQUE						
S/N	SEMU	DGU	CAIXA	43	1870	CORRESPONDÊNCIA
MOÇAMBIQUE						

S\N | SEMU| DGU| CAIXA 42| 1846-1869| CORRESPONDÊNCIA|
 MOÇAMBIQUE
 S/D| SEMU| DGU| 1871-1872| CORRESPONDÊNCIA| MOÇAMBIQUE
 S\D |SEMU|DGU| CAIXA 45| 1847-1872| CORRESPONDÊNCIA|
 MOÇAMBIQUE
 S\D | SEMU| DGU| CAIXA 46|1873| CORRESPONDÊNCIA|
 MOÇAMBIQUE
 S/N | SEMU| DGU| CAIXA 47| 1868-1874| CORRESPONDÊNCIA|
 MOÇAMBIQUE
 S/N | SEMU| DGU| CAIXA 48| 1874| CORRESPONDÊNCIA|
 MOÇAMBIQUE
 S/N| SEMU| DGU| CAIXA 49| 1875| CORRESPONDÊNCIA|
 MOÇAMBIQUE
 S\N| SEMU| DGU| CAIXA 50 | 1875| CORRESPONDÊNCIA|
 MOÇAMBIQUE
 S/N | SEMU| DGU| CAIXA 51| 1876| CORRESPONDÊNCIA|
 MOÇAMBIQUE
 S\N| SEMU| DGU| CAIXA 52| 1877| CORRESPONDÊNCIA|
 MOÇAMBIQUE
 S\N| SEMU| DGU| CAIXA 53| 1877-1878| CORRESPONDÊNCIA|
 MOÇAMBIQUE
 S\N| SEMU| DGU| CAIXA 54| 1878| CORRESPONDÊNCIA|
 MOÇAMBIQUE
 1323|DGU|1R| cx-2| 1880| CORRESPONDÊNCIA| MOÇAMBIQUE
 1324| DGU| 1R| CX 3| 1881| CORRESPONDÊNCIA| MOÇAMBIQUE
 1325| DGU| 1R| CX 4| 1882| CORRESPONDÊNCIA| MOÇAMBIQUE
 1326|DGU| 1R| CX 5| 1883| CORRESPONDÊNCIA| MOÇAMBIQUE
 1327| DGU| 1R| CX 6| 1884| CORRESPONDÊNCIA| MOÇAMBIQUE
 1328| DGU| 1R| CX 7| 1885| CORRESPONDÊNCIA| MOÇAMBIQUE
 1329| DGU|1R| CX 8| 1886| CORRESPONDÊNCIA| MOÇAMBIQUE
 1330|DGU| 1R| CX 9| 1887| CORRESPONDÊNCIA| MOÇAMBIQUE
 1331|DGU| 1R| CAIXA 10| 1888|CORRESPONDÊNCIA| MOÇAMBIQUE
 1332| DGU| 1R| CX 11| 1889| CORRESPONDÊNCIA| MOÇAMBIQUE
 1333|DGU| 1R| CX 12| 1890| CORRESPONDÊNCIA| MOÇAMBIQUE

Angola:

CAIXA 590- DGU- 1L-CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES –
 ANGOLA- 1840
 CAIXA 591- DGU- 1L- CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
 ANGOLA- 1840

CAIXA 592- DGU- 1L- CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA- 1840

CAIXA 593- DGU- 1L CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA- 1841

CAIXA 594- DGU-1L- CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA- 1843

CAIXA 595 E 596- DGU-1L- CORRESPONDENCIA DOS
GOVERNADORES- ANGOLA - 1842

CAIXA 597- CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES- ANGOLA-
1843

CAIXA 598-DGU- 1L-CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA 1843

CAIXA 599- 1L-DGU- CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA 1844

CAIXA 600- 1L- DGU- CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA- 1844

CAIXA 601- 1L- DGU- CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA- 1845

CAIXA 602- DGU-1L/-CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA- 1845

CAIXA 604-605 - DGU-1L- CORRESPONDENCIA DOS
GOVERNADORES- ANGOLA- 1845

CAIXA 606- DGU- 1L- CORRESPONDENCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA- 1846

CAIXA 607- DGU- 1L- CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA- 1846

CX 608 E 609- CORRESPONDENCIA DOS GOVERNADORES- ANGOLA-
1846

CAIXA 610-DGU-1L- CORRESPONDÊNCIA DOS ANGOLA- 1847

CAIXA 611- CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES- ANGOLA
1847

CAIXA 612- CORRESPONDENCIA DOS GOVERNADORES- ANGOLA
1848

CAIXA 613- DHU- 1L-CORRESPONDENCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA- 1849

CAIXA 614- DGU- 1L- CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA- 1850

CAIXA 615- DGU- 1L-CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA 1851

CAIXA 616- DGU- 1L- CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA 1851

CAIXA 617-A- DGU- 1L- CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA- 1852
CAIXA 617- B – DGU- 1L- CORRESPONDENCIA DOS GOVERNADORES
– ANGOLA 1852
CAIXA 618- DGU- 1L-CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA-1853-1854
CAIXA 619- DGU- 1L- CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA- 1853-1854
CAIXA 620- DGU- 1L- CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA- 1854
CAIXA 621- DGU- 1L- CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA- 1855
CAIXA 622- I – DHU- 1L- CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA- 1855-1856
CAIXA 622- II- DHG- 1L- CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA- 1855-56
CAIXA 623-I – DGU- 1L- CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA – 1857
CAIXA 623- II- DGU-1L- CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA- 1857
CAIXA 624-DGU- 1L CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA- 1857
CAIXA 625-DGU-1L- CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA 1858
CAIXA 626- DGU-1L-CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA- 1858
CAIXA 627-I –DGU-1L- CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA -1859
CAIXA 627-II –DGU-1L- CORRESPONDENCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA- 1859
CAIXA 627-III- DGU-1L- CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA- 1859
CAIXA 628-I –DGU-1L- CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES –
ANGOLA- 1860
CAIXA 628-II- DGU-1L- CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA -1860
CAIXA 628-III - DGU-1L- CORREpondência DOS GOVERNADORES –
ANGOLA- 1860
CAIXA 629- DGH- 1L- CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA- 1861

CAIXA 630- DGU-1L-CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA- 1831
CAIXA 631- DGU-1L- CORRESPONDENCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA- 1862
CAIXA 632- DGU-1L- CORRESPONDENCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA- 1862
CAIXA 633- DGU- 1L- CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA- 1863
CAIXA 633-II- DGU-1L- CORRESPONDENCIA DOS GOVERNADORES -
ANGOLA- 1863
CAIXA 634- DGU-1L-CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA- 1864
CAIXA 634-II - DGU-1L-CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA -1864
CAIXA 635-I- DGU-1L- CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA- 1865
CAIXA 365-II- DGU-1L- CORRESPONDENCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA- 1865
CAIXA 636- DGU-1L-CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA-1865
CAIXA 637-I - DGU-1L- CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA-1866
CAIXA 637-II- DGU-1L- CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA- 1866
CAIXA 638-I - DGU-1L- CORRESPONDENCIA DOS GOVERNADORES -
ANGOLA- 1867
CAIXA 639-I - DGU-1L- CORRESPONDENCIA DOS GOVERNADORES -
ANGOLA- 1868
CAIXA 639-II- DGU-1L- CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES -
ANGOLA- 1868
CAIXA 639-III- DGU-1L- CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES
- ANGOLA- 1868
CAIXA 640-I- DGU-1L- CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA- 1869
CAIXA 640-II - DGU-1L- CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES -
ANGOLA- 1869
CAIXA 641- DGU-1L-CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA -1870
CAIXA 642- DGU-1L-CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA -1871

CAIXA 643- DGU-1L-CORRESPONDÊNCIA DOS GOVERNADORES-
ANGOLA -1872-73

Arquivo Histórico do Parlamento Português, Lisboa

Diário das Cortes Geraes e extraordinárias da Nação Portuguesa
(1821-1822)

Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa
(1822-1910)

Actas da Câmara dos Pares do Reino (1826-1838)

Diários das Cortes Geraes Extraordinárias, e Constituintes da Nação
Portuguesa (1837-1838)

Actas da Câmara dos Senadores (1838/1842)

Diário da Câmara dos Pares do Reino (1842-1890)

Fontes Impressas e Bibliografia

AJAYI, J. F. Ade (org). *História Geral da África. Vol VI. A África do século XIX à década de 1880*. Brasília: UNESCO, 2010.

ALEXANDRE, Valentim. *Origens do Colonialismo Português Moderno*. Lisboa: Sá da Costa, 1979.

ALEXANDRE, Valentim. "Um passo a frente, vários à retaguarda: Resposta à nota crítica de Pedro Lains". In: *Revista Penélope. Fazer e Desfazer História*, n.3, 1989, pp. 103-110.

ALEXANDRE, Valentim. "Resposta à segunda nota crítica: Lains no país das adivinhas". In: *Revista Penélope. Fazer e Desfazer História*, n.5, 1991, pp. 165-178.

ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império: Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

ALEXANDRE, Valentim. "A questão colonial no Portugal Oitocentista", In: SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.).

Nova História da Expansão Portuguesa, vol X, O Império Africano (1825-1890). Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 24.

ALEXANDRE, Valentim. *O Império Africano - Séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil, Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.

ALEXANDRE, Valentim. *A questão colonial no Parlamento (1821-1910)*. Lisboa: Don Quixote/ Assembléia da República, 2008.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da diplomacia econômica no Brasil. As relações econômicas internacionais no Império*. São Paulo: SENAC, 2001.

ALMODEVAR, António; CARDOSO, José Luís. *A history of Portuguese economic thought*. Nova York: Routlege, 2001.

AMARAL, Luciano. "Institutions, property and economic growth: back to the passage from *Ancien Régime* to liberalism in Portugal". *Análise Social*, n. 202, XLVII, 2012, pp. 30-38.

AMEAL, João. *História de Portugal. Das origens até 1940*. Porto: Livraria Tavares Martins, 1949 (1 Ed. 1941).

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. "O Brasil e a crise econômica de Portugal na primeira década do século XIX". *Ler História* (Lisboa), Lisboa, v. 8, p. 61-74, 1986.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *A grande Revolução Inglesa, 1640-1780: revolução inglesa e revolução industrial na construção da sociedade moderna*. São Paulo: DH-FFLCH/ Hucitec, 1996.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. "Decadência ou crise do Império Luso-Brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII". *Revista da USP*, São Paulo, n. 50, p. 66-79, 2000.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. "O sentido da colônia. Revisitando a crise do antigo sistema colonial no Brasil (1780-1830)". *In: TENGARRINHA, José (org.). História de Portugal*. 2. ed. rev. e

ampl. Bauru, São Paulo, Lisboa: EDUSC, UNESP, Instituto Camões, 2001.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808*. 1. ed. Bauru: EDUSC, 2008.

ARTOLA, Miguel. *La Burguesía Revolucionaria (1808-1869)*. Madri: Alianza Editorial, 1973, pp. 29-37.

AZEVEDO, João Lúcio de. *Épocas de Portugal Económico: Esboços de História*. Lisboa: Livraria clássica editora, 1978. (1ª Ed. 1929).

AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e a sua época*. São Paulo: Alameda, 2004 (1 Ed. 1909).

BASTIEN, Carlos; CAMPOS, Cecília. "António Oliveira Marreca : um economista no Parlamento". *Notas Económicas*, 27, 2008, disponível em: <http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/1525>, acesso em 04/05/2017.

BERBEL, Márcia R. . *A Nação Como Artefato. Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas*. São Paulo: Hucitec / FAPESP, 1999.

BERBEL, Márcia R.; OLIVEIRA, Cecília Helena Salles de (orgs.). *A experiência consrirucional de Cádiz. Espanha, Portugal e Brasil*. São Paulo: Alameda, 2012.

BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir). *História da Expansão Portuguesa, vol IV, Do Brasil para África (1808-1930)* Lisboa: Circulo de Leitores, 1998.

BERNARDINO, Teresa. *Sociedade e atitudes mentais em Portugal (1777-1810)*. Lisboa: Casa da Moeda, 1986

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *Seis estudos sobre o liberalismo português*. Lisboa: Estampa, 1991.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima. "Lisboa, bastião do proteccionismo (pautas, política e indústria nos anos 30-40 do século passado)". *Análise Social*, vol. XXXVI (112-113), 1991, pp. 515-535.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *O século XIX português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005 (1. Ed. 2002), pp. 20-21.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *A segunda ascensão e queda de Costa Cabral 1847-1851*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima. "O Parlamento português no século XIX", *In: Estudos de História Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2007.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *Estudos de História Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

BOTARELLI, A. *Compendio di storia coloniale italiana*. Roma: C. Colombo, 1914.

BOTELHO, Sebastião. *Escravidão: Benefícios que podem provir às nossas possessões na África da proibição daquele tráfico*. Lisboa: Thypografia de José M Morando, 1840.

BRAZÃO, Eduardo. *Uma velha aliança*. Lisboa: Neogravura, 1955.

BURDIEL, Isabel. "Myths of Failure, Myths of Success: New perspectives on nineteenth century spanish liberalism". *The Journal of Modern History*. Chicago, vol 70, n 4., 1998, pp. 892-912.

CAETANO, Antonio Alves. *A Economia Portuguesa no tempo de Napoleão: Constantes e linhas de força*. Lisboa: Tribuna, 2008;

CAETANO, Marcelo. A África e o futuro. In: _____. *Ensaio pouco políticos*. Lisboa: Editorial Verbo, 1971.

CAETANO, Marcelo. *Razões da presença de Portugal no Ultramar*. Lisboa: [s.n.], 1970.

CAMPOS, Fernando de. *O pensamento contra-revolucionário em Portugal (século XIX)*, 2v. Lisboa: José Fernandes Junior, 1931-1932.

CANAVEIRA, Manuel Filipe Cruz Canaveira. *Liberais Moderados e Constitucionalismo Moderado (1814-1852)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.

CANOTILHO, J. Joaqui Gomes. "As Constituições". In: MATOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1998, v.5.

CAPELA, José . *O Tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique*, Porto, 2002.

CAPELA, José. *Conde Ferrerira de Arcos e Cia. Traficantes de Escravos*. Lisboa: Edições Afrontamento, 2012.

CARDOSO, José Luís (org.). *A economia política e os dilemas do império luso-brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: CNCDP, 2001.

CARDOSO, José Luís (org.). *Dicionário Histórico de Economistas Portugueses*.Lisboa: Temas e debates, 2001.

CARDOSO, José Luís. " Circulating economic ideas: adaptation, appropriation, translation", In: CUNHA, Alexandre Mendes e SUPRINYAK, Carlos Eduardo. *The Political Economy of Latin American Independence*. London, New York: Routledge, 2016.

CARDOSO, José Luís. "Introdução". In: *Portugal Como Problema. A economia como solução*. V.5- Do mercantilismo à Ilustração. Lisboa: Público, 2006.

CARDOSO, José Luís. "Política Económica". In: LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (orgs.). *História Económica de Portugal, 1700-2000*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, v.1- O século XVIII.

CARDOSO, José Luís. *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII. 1780-1808*. Lisboa: Estampa, 1989.

CASCÃO, Rui. "A Revolta de mais de 1828 na comarca de Coimbra. Contribuição para uma sociologia da revolução liberal", *Revista de Historia das Idéias*, 7, 111-153, 1985.

CASTRO, Armando. *O Sistema Colonial Português em África (Meados do. Século XX)*. Lisboa: Editorial Caminho, 1978.

CERVO, Amado e MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das caravelas. As relações entre Portugal e o Brasil. 1808-2000*. Brasília: UNB, 2000.

CLARENCE-SMITH, Gervase. *O terceiro Império Português (1825-1975)*. Lisboa: Editorial Teorema, 1985.

CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985;

CORTESÃO, Armando. Realidades e desvarios africanos. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1962.

COSTA, Fernando Marques da; DOMINGUES, Francisco Contente; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (orgs.). *Do antigo regime ao Liberalismo (1750-1850)*. Lisboa: Veja, s/d.

COSTA, Leonor Freire. "Relações Económicas com o exterior". In: LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (orgs.). *História Económica de Portugal, 1700-2000*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, v.1- O século XVIII.

COUTO, Jorge(org.). *Rio de Janeiro: Capital Geográfica do Império Português (1808-1821)*, Lisboa: Tribuna, 2010.

CUNHA, Alexandre Mendes. Political Economy and Latin American Emancipation from the 19th to the 20th Century: originality, adaptation, and critique in the economic discourse. In: 43rd Annual Conference of the History of Economic Society, 2016, Durhan, NC. Proceedings of the 43rd Annual Conference of the History of Economic Society. Durhan, NC: HES, 2016.

CURTO, Diogo Ramada. "A historiografia do império português na década de 1960: formas de institucionalização e projeções", In: história da historiografia. Ouro preto , n. 10, dez 2012, pp. 111-123.

DAHRENDORF, Ralf. *O liberalismo e a Europa*. Brasília, UND, 1981.

DIAS, Jill; ALEXANDRE, Valentim (org.). *O Império Africano, 1825-1890*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. "A interiorização da metrópole". In: *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 7-38.

DUFFY, James. *Portuguese Africa*. Cambridge: Harvard university Press, 1959.

DUFFY, James. *Portugal in Africa*. Cambridge: Harvard university Press, 1962.

DUROSELLE, Jean Baptiste. *A Europa de 1815 aos nossos dias: vida política e relações internacionais*. São Paulo: Pioneira, 1976

FALCON, Francisco. *A Época Pombalina: política, economia e monarquia ilustrada*. São Paulo: Editora Ática, 1982.

FERLINI, Vera Lucia Amaral. "Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822)". *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.17. n.2, pp. 237-250, jul-dez, 2009.

FERNANDES, Florestan. *Circuito Fechado*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1976.

FERREIRA, Roquinaldo. *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade*. New York: Cambridge University Press, 2012.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do Tráfico Atlântico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995;

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto: Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro 1790-1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil, Brasília: Editora da UNB*, 1963.

GARRET, Almeida. *Portugal na Balança da Europa*. Lisboa: Horizonte (1ed 1830).

GODINHO, Vitorino de Magalhães. *A Estrutura na Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1971.

GODINHO, Vitorino Magalhães. "A historiografia portuguesa do século XX", In: *Ensaio*, III, Lisboa, Sá da Costa, 1971.

GRAY, John. *O Liberalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988 (1 Ed. 1986).

HAMMOND, R. *Portugal and Africa. 1815-1910. A study in Uneconomic Imperialism*. Standford: Standford University Press, 1966.

HAMMOND, R. *Some economic aspects of Portuguese Africa in the 19th and 20th centuries*, In L Ganne P. Duignan eds. *Colonialism in Africa, 1870-1960*. Cambridge, 1975, IV.

HARRIS, David. "Liberalism in the nineteenth century". *The American Historical Review*, Oxford University Press, v. 60, n. 3, pp. 501-526, 1955.

HENRIQUES, Isabel Castro. *Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Trad. A. Margarido. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Instituto da Cooperação Portuguesa, 1997.

HESPANHA, Antonio Manuel. "O projeto institucional do tradicionalismo reformista: um projeto de constituição de Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato (1823).", In: FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo; SERRA, João B. (org). *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*. Lisboa: Sá da Costa, 1982, v. 1.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. "A herança colonial". In. HOLANDA, S. Buarque de (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. 2ª Edição. São Paulo: Disel, 1985. Tomo 2, vol. 1.

JANCSÓ, Istiván (org.). *Independência: História e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira (org). *O império colonial em questão (séculos XIX e XX). Poderes, saberes e instituições*. Lisboa, Edições 70, 2012.

JERONIMO, Miguel Bandeira. *A diplomacia do Império. Política e Religião na Partilha de África (1820-1890)*. Lisboa: Edições 70, 2012.

JERONIMO, Miguel Bandeira. *Livros Brancos, Corpos e Almas Negras: A "Missão cvilizadora do colonialismo português (c. 1870-1930)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira e MONTEIRO, José Pedro. "Das "dificuldades de levar os indígenas a trabalhar": o "sistema" de trabalho nativo no império colonial português". In: JERÓNIMO, Miguel Bandeira (org). *O império colonial em questão (séculos XIX e XX). Poderes, saberes e instituições*. Lisboa, Edições 70, 2012.

KAISER, Gloria (ed.). 2005. *Um diário Imperial. Leopoldina, Princesa da Austria, Imperatriz do Brasil, de 1 de dezembro de 1814 a 5 de novembro de 1817*. Rio de Janeiro: Reller, 2005.

LAINS, Pedro. "O proteccionismo em Portugal (1842-1913): um caso mal sucedido de industrialização «concorrencial»". *Análise Social*, vol. XXIII (97), 1987, pp. 481-503.

LAINS, Pedro. "Foi a Perda do Império Brasileiro um momento crucial do desenvolvimento Português? (II)". In: *Revista Penélope. Fazer e Desfazer História*, n.5, 1991, pp. 151-163.

LAINS, Pedro. *A Economia portuguesa no século XIX. Crescimento Económico e Comércio Externo (1851-1913)*. Lisboa: Casa da Moeda, 1999.

LAINS, Pedro. *Os progressos do Atraso. Uma noca História Económica de Portugal. (1842-1992)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2003.

LAINS, Pedro. "Indústria sem império: Portugal, 1808-1850"; In: *Atas do Congresso: Portugal, Brasil e a Europa Napoleônica*, Lisboa: ICS/Universidade de Lisboa, 2008. Disponível em: <http://www.euronapoleon.com>, acesso em 10/12/2009.

LIMA, José Joaquim Lopes de Lima. *Ensaio estatístico sobre as possessões portuguesas na Africa Occidental e Oriental, na Asia Ocidental, na China, e na Oceania*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1844-1864.

LOPO, J De Castro. *Uma rica dona de Luanda*, Porto, 1948

LOUSADA, Maria Alexandre; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. "Revoltas absolutistas e movimentações camponesas no Norte, 1826-1827"; In: PEREIRA, Miriam Halpern (et al). *O liberalismo na península ibérica na primeira metade do século XIX, vol II, Lisboa: Sá da Costa, 1982, pp. 169-181.*

MACEDO, Jorge Borges de "Industria - Na Época Moderna", In: SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*, Porto: Livraria Figueirinhas, v. 3, pp. 304-311, 1991.

MACEDO, Jorge Borges de "Tratado de Methuen", In: SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*, Porto: Livraria Figueirinhas, v. 4, pp. 284-291, 1991.

MACEDO, Jorge Borges de *A situação económica no tempo de Pombal: Alguns aspectos*. Lisboa: Moraes Editores, 1982.

MACEDO, Jorge Borges de. *O Bloqueio Continental. Economia e guerra peninsular*, 2 ed., Lisboa: Gradiva, 1990.

MACEDO, Jorge Borges de. *Problemas de História da indústria portuguesa no século XVIII*. Lisboa: Associação Industrial Portuguesa, 1963.

MACHADO, Mônica Tovo Soares. *Angola no período Pombalino: o governo de Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho- 1764-1772*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1998. Mestrado em História Social.

MAGALHÃES, Albano de Magalhães. *Estudos coloniais. Legislação colonial, seu espírito, sua formação, seus defeitos*. Coimbra. F. França Amado, 1907

MAGALHÃES, José Calvet de. *Breve história diplomática de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1990.

MAIONE, Giuseppe. *L'Imperialismo Straccione. Classi Sociali e Finanza di Guerra dall'Impresa Etiopica al Conflitto Mondiale (1935-1943)*. Bologna: Mulino, 1979; BOTARELLI, A. *Compendio di storia coloniale italiana*. Roma: C. Colombo, 1914.

MARGARIDO, Alfredo. *Estudos sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.

MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.). *Portugal e a Instauração do Liberalismo*. In; SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. Oliveira (eds.). *Nova História de Portugal*, vol X, Lisboa: Ed. Presença, 2002.

MARQUES, João Pedro. *Os Sons do Silêncio. O Portugal de Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999.

MARQUES, João Pedro. *Portugal e a escravatura dos africanos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

MARQUES, João Pedro. *Sá da Bandeira e o Fim da Escravidão. Vitória da Moral, Desforra do Interesse*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

MARQUESE, Rafael e SALLES, Ricardo. "A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia", In: *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016;

MARTINS, Ismênia e MOTTA, Márcia (Org.). *1808: A Corte no Brasil*. Niterói: Editora da UFF, 2010.

MARTINS, J. P. Oliveira. *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Berthrand, 2v, 1881.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo do saquarema. A formação do estado imperial*. 5.ed., São Paulo: Hucitec, 2004.

MAXWELL, Kenneth. *Marques de Pombal: Paradoxo do iluminismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MENZ, Maximiliano M. As "Geometrias" do Tráfico: o Comércio Metropolitano e o Tráfico de Escravos em Angola (1796-1807). *Revista de História*, São Paulo, n.166, p. 185-222, jan./jun. 2012.

MESQUITA, António Pedro de. *O pensamento político português no século XIX*. Lisboa: Casa da Moeda, 2006.

MILLER, Joseph C. *Way of Death. Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade. 1730-1830*. Wisconsin: University of Wisconsin press, 1988, pp. 599-600.

MIRANDA, Jorge. *O Constitucionalismo liberal luso-brasileiro*. Lisboa: CNCDP, 2001.

MONTEIRO, J. J. *Angola and the river congo*. Londres. 1875, 2v.

Monteiro, N. G. "Liberal-Liberalismo". In: *Ler História*, n. 55, 2008, pp. 97-110.

MOREIRA, Maria Cristina. *Relaciones Comerciales Luso-españolas (1774-1860)*, tese de doutorado, Universidade de Navarra: Pamplona, 2002.

MOTA, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões*. 2ª Edição 1986. São Paulo: Perspectiva.

MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em Perspectiva*. 17 Ed., Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

MÚRIAS, Manuel. *História breve da colonização portuguesa*. Lisboa: Editora Ática, 1941.

NASCIMENTO, Augusto do. "A crise braçal de 1875 em São Tomé". *Revista crítica de ciências sociais*, 32 (1992), pp. 317-329.

NEVES, José Acursio das. *Considerações políticas e commerciaes sobre os descobrimentos, e possessões dos portuguezes na Africa e Asia*. Lisboa: Impressão Régia, 1830.

NOVAIS, Fernando Antônio. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1830)*, 7ed., São Paulo: Hucitec, 1979.

NUNES, Adérito Sedas. Prefácio. In: SOUSA, Alfredo de. *Economia e sociedade em África*. Lisboa: Livraria Moraes, 1965.

OLIVEIRA, Luís Valente de e RICUPERO, Rubens. *A abertura dos portos*. São Paulo: SENAC, 2007.

ORNELAS, Ayres Ornelas. *A nossa administração colonial. O que é, e o que deve ser*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1903.

PANTALEÃO, Olga. "A presença inglesa". In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, v.3.,9. Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, pp. 75-114.

PAQUETTE, Gabriel. *Enlightenment, Governance, and Reform in Spain and its Empire, 1759-1808*. Cambridge Imperial and Post-Colonial Studies Series. Basingstoke and New York: Palgrave Macmillan, 2008.

PAQUETTE, Gabriel. *Imperial Portugal in the Age of Atlantic Revolutions: The Luso-Brazilian World, c. 1770-1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

PEDREIRA, Jorge M. V. *Estrutura industrial e mercado colonial. Portugal e Brasil (1780-1830)*. Lisboa: Difel, 1994

PEDREIRA, Jorge M. "O fim do Império luso-brasileiro", In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir). *História da Expansão Portuguesa, vol IV, Do Brasil para África (1808-1930)* Lisboa: Circulo de Leitores, 1998.

PEDREIRA, Jorge M. "Sobre os escombros de um Império: Entre o Brasil e África", In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir). *História da Expansão Portuguesa, vol IV, Do Brasil para África (1808-1930)* Lisboa: Circulo de Leitores, 1998.

PEREIRA, Miriam Halpern. *Do Estado Liberal ao Estado-Providência: um século em Portugal*. Bauru:EDUSC, 2012.

PEREIRA, Miriam Halpern. *Livre Câmbio e Desenvolvimento Econômico*. Lisboa: Sá da Costa, 1983.

PEREIRA, Miriam Halpern; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo; SERRA, João B (orgs). *O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*. Lisboa: Sá da Costa, 1982, 2v.

PEREIRA, Sara Marques. *D. Carlota Joaquina e os "Espelhos de Clio". Actuação política e figurações historiográficas*. Lisboa: Livros horizonte, 1999.

PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivie. "Introduction: a missing link? The significance of the 1780s–1880s" In: _____(ed.). *From slave trade to Empire. Europe and the colonisation of Black Africa 1780s–1880s*. Oxon, New Yourk: Routledge, 2004.

PIMENTA, Fernando Tavares. "Perspectivas da Historiografia colonial Portuguesa (século XX). IN: RIBEIRO ,Maria Manuel Tavares (Coord.). *Outros Combates pela História*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010 (disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/31595>, acesso em 30-12-2015).

PINTASSILGO, Joaquim. O "Absolutismo Esclarecido" em Portuga: inovações polémicas e alinhamentos (final do século XVIII – início do século XIX), In: COSTA, Fernando Marques da; DOMINGUES, Francisco Contente e MONTEIRO, Nuno Gonçalves (Org.). *Do Antigo Regime ao Liberalismo 1750-1850*. Lisboa: Veja, s/d.

PIRIO, G. *Commerce, industry and empire; the making of Modern Portuguese colonialism in Angola and Mozambique, 1890-1914*. Tese de doutoramento, Universidade da Califórnia de Los Angeles, 1982.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 9. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1942.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 11 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1945.

RAINERO, Romain. "An imperialism with no economic basis: the case of Italy, 1869–1939", In:PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivie r(ed.).

From slave trade to Empire. Europe and the colonisation of Black Africa 1780s-1880s. Oxon, New Yourk: Routledge, 2004.

RAMOS, Rui. "Invasões francesas, tutela inglesa e monarquia brasileira (1807-1820)"; In: RAMOS, Rui (Coord.); SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2012.

RAMOS, Rui. "Um novo Brasil de um novo Portugal: a história do Brasil e a ideia de colonização em português nos séculos XIX e XX". Penélope, vol 23 (2000), pp. 129-152.

REGO, A Silva. *Relações luso-brasileiras, 1822-1953. Lisboa, 1966.*

REIS, Jaime. *O atraso econômico português (1850-1930)*. Lisboa: Casa da Moeda, 1993.

RIBEIRO Maria de Lourdes. *As relações comerciais entre Portugal e Brasil segundo as "Balanças de Comércio" 1801- 1821*, Imprensa de Coimbra: Coimbra, 1972

RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial. Brasil c. 1530-1630*. São Paulo: Alameda, 2009.

ROCHA, Antonio Penalves. *A recolonização do Brasil pelas cortes*. São Paulo: UNESP, 2009.

ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico. História da ideia de mercado*. Bauru: EDUSC, 2002 (1ª. Ed. 1979).

ROSAS, Fernando. "O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo". *Análise Social*, vol. xxxv (157), 2001.

ROWLEY, Henry. *Africa Unveiled*. Londres: SPCK, 1876.

Sá da Bandeira. "Relatório do Secretário de Negócios da Marinha e Ultramar", *Arquivo das colónias*, n.1 (1836), pp. 13-18.

SÁ, Victor. *Época contemporânea portuguesa- I. Onde o Portugal Velho Acaba*. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

SANTA RITA, José Gonçalo. Sá da Bandeira e a Política Ultramarina. Lisboa: Revista do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, vol. V, 1955, p. 7.

SANTOS, Manuel Pinto. *Monarquia Constitucional. Organização e Relações do Poder Governamental com a Câmara dos deputados 1834-1910*. Lisboa: Assembléia de república, 1986.

SEIXAS, A. J. *A questão colonial portuguesa. Lisboa, 1881*.

SEMMEEL, Bernard. "The philosophical radicals and colonialism" in Bhikhu Parekh (ed) Jeremy Bentham, Critical Assessments, vol III: "law and politics". London and New York: Routledge, 1993.

SERRÃO, Joel. "Democratismo versus liberalismo", In: FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo e SERRA, João B. *O liberalismo na península Ibérica na primeira metade do século XIX*. Lisboa: Sá da Costa, 1982, v. 1, pp. 3-20.

SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.). *Nova História da Expansão Portuguesa, vol X, O Império Africano (1825-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

SERRÃO, José Vicente; PINHEIRO, Magda de Avelar; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo. (orgs). *Desenvolvimento Económico e Mudança Social. Portugal nos Últimos dois séculos*. Lisboa: ICS, 2009.

SIDERI, Sandro. *Comércio e poder. Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas*. Lisboa: Cosmos, 1978.

SILVA, Ana Cristina Nogueira da Silva. *Constitucionalismo e Império. A cidadania no ultramar português*. Lisboa: Almedina, 2009.

SILVA, REBELLO DA. *Relatório do ministro e secretário de estados dos negocios da Marinha e do Ultramar, 1870, 2 ed. Lisboa, 1969*.

SIMONSEN, Roberto C., *História Econômica do Brasil (1500-1820)*, 3 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações. Investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, 2v.

SMITH, W. *Anglo portuguese relations, 1851-1861*. Lisboa, 1870.

SOUSA, Alfredo de. *Economia e sociedade em África*. Lisboa: Livraria Moraes, 1965.

TAMMONE, Natalia. *Estados Unidos, Portugal e Brasil em uma época de transição: Continuidade e inovação*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2012.

TAMMONE, Natalia. "Relações econômicas entre Brasil e Estados Unidos na primeira metade do século XIX". *Sæculum*, nº 29 - jul./dez., 2013, pp. 177-187.

TASSO, Luís Otávio Pagano. *Considerações Políticas e Econômicas sobre Portugal (1808-1812)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH- USP, 2010.

TASSO, Luís Otávio Pagano. *ENTRE METRÓPOLE E COLÔNIA. O governo econômico do Império Luso Brasileiro*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2019.

TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. 2. ed. rev. e ampl. Bauru, São Paulo, Lisboa: EDUSC, UNESP, Instituto Camões, 2001.

TORGAL, Luís Reis. "A história em tempos de "ditadura"". In: TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando. *História da História em Portugal. Sécs. XIX e XX*. vol 1, Lisboa: temas e debates, 1998.

TORGAL, Luís Reis. *Estados novos, estado novo: ensaios de história política e cultura*. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, 2009, pp. 78 e 404.

TORRES, Rui d`Abreu. "Erário Régio", In: SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*, Porto: Livraria Figueirinhas, v.2, p. 441.

ULRICH, Rui Ennes *Política Colonial*. Lições feitas ao curso do 4 ano jurídico no anno de 1908-1909. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1909.

VARGUES, Isabel Nobre (et. al.). "Ideologias e Práticas Políticas", In: MATOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1998, v.5.

VARGUES, Isabel Nobre. "Insurreições e revoltas em Portugal (1801-1851). Subsídios para uma cronologia e bibliografia", *Revista de História das Idéias*, 7, pp. 501-585.

VARGUES, Isabel Nobre; RIBEIRO, Manuela Tavares. “Estruturas Políticas: Eleições, Partidos Políticos e Maçonarias”, In: MATOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1998, v.5.

VENÂNCIO, José Carlos. *A economia de Luanda e Hinterland no século XVIII : um estudo de sociologia histórica*. Lisboa : Editorial Estampa, 1996

VILAGRA, Bruno. Manuel Joaquim Rebelo: Theories on goods and value, and the freedom of economic agents. In: 18 th European Society for the History of Economic Thought. Liberalisms: Perspectives and Debates in the History of Economic Thought. Lausanne: University of Lausanne, 2014

VILAGRA, Bruno. *Manuel Joaquim Rebelo e o Pensamento Econômico Português na Crise do Império Luso-Brasileiro*. Tese de Doutorado defendida no PPGHE-USP, São Paulo, 2017

VILAR, Pierre. *História de Espanha*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992 (1. Ed. 1947).